UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MARCUS VINICIUS CORREIA BIAGGI

SOBRE DIPLOMACIA E TERRITÓRIO (1831-1834)

Edição de documentos do Arquivo Histórico do Itamaraty

*Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a
obtenção do título de Mestre, sob orientação da Professora
Ana Maria de Almeida Camargo.*

VERSÃO REVISADA

*De acordo com
Ana Maria de Almeida Camargo*

São Paulo

2014

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MARCUS VINICIUS CORREIA BIAGGI

SOBRE DIPLOMACIA E TERRITÓRIO (1831-1834)

Edição de documentos do Arquivo Histórico do Itamaraty

*Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a
obtenção do título de Mestre, sob orientação da Professora
Ana Maria de Almeida Camargo.*

VERSÃO REVISADA

São Paulo

2014

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela Bolsa de Mestrado concedida entre março de 2012 e dezembro de 2013.

SUMÁRIO

Resumo.....	V
Apresentação.....	VI
Introdução à política de seleção.....	X
Estudo introdutório	
Capítulo 1	
Edições de documentos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.....	XVIII
Capítulo 2	
Diplomacia imperial na Europa (1831-1834): as tensões em torno da "questão portuguesa" e do território brasileiro.....	XXX
Referências bibliográficas.....	LXII
Regras de transcrição.....	LXVII
Documentos	
Ofícios expedidos por Eustáquio Adolfo de Melo Matos e documentos anexos.....	2
Ofícios expedidos por José de Araújo Ribeiro e documentos anexos.....	126
Índice cronológico.....	221

RESUMO

Esta dissertação consiste na seleção, transcrição e edição crítica de documentos do arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil entre a queda de Pedro I e 1834, com o propósito de desenvolver um instrumento de pesquisa que amplie o acesso a fontes sobre a formação territorial no Estado brasileiro e suas relações exteriores. A dissertação contém um Estudo Introdutório sobre as edições de documentos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e sobre as tensões em torno da "questão portuguesa", propostas de secessão territorial do Império e ações movidas pela diplomacia para sua prevenção. Para a elaboração do instrumento de pesquisa foram selecionados 113 documentos, entre ofícios e respectivos anexos, expedidos pela missão diplomática do Império do Brasil no Reino Unido da Grã-Bretanha, centro do capitalismo no período.

Palavras-chave: Diplomacia – Território – Regência – Império do Brasil

ABSTRACT

This dissertation consists of a critical edition of documents from the Foreign Affairs Historical Archive that date between the fall of Pedro I and 1834. Additionally, the dissertation includes a introductory study of the featured documents. The purposes of this dissertation is to make available a number of documents on the territorial formation of the Brazilian state through foreign relations. The introductory study explores documentary editions of the Ministry of Foreign Affairs and the tensions surrounding the "Portuguese question", proposals for territorial secession of the Empire, as well as several diplomatic attempts to prevent said secession. This dissertation includes 113 selected letters and their respective annexes, all of which were sent from the Brazilian Empire's Embassy in the United Kingdom, which at the time was the center of capitalism.

Key-words: Diplomacy – Territory – Regency – Empire of Brazil

Apresentação

A dissertação ora apresentada consiste na **edição crítica** de documentos do arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil, entre a queda de Pedro I e 1834, e tem o propósito de ampliar o acesso a fontes sobre a formação territorial do Estado brasileiro e suas relações exteriores. Na historiografia sobre tais fenômenos, para os primeiros anos do governo regencial, há poucas referências a esses documentos, razão por que se propõe o alargamento do universo de informações a respeito do território e das relações exteriores do Império nascente. Prelúdio do período de maior tensão no sentido da dissolução do território do Brasil, esse recorte cronológico foi considerado, no plano interno, o término do processo de emancipação política e o ponto alto das concessões das classes dominantes às pressões liberalizantes¹. No plano internacional, o período entre 1829 e 1834 foi referido também como o segundo acirramento da tensão revolucionária da era de revoluções burguesas depois da Restauração na Europa.²

Para a elaboração deste instrumento de pesquisa, foi selecionada uma parcela dos ofícios expedidos pela missão diplomática do Império do Brasil acreditada junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha. Os ofícios são a principal forma de comunicação do serviço público entre subalternos e autoridades³ e configuram, por sua produção orgânica e cumulativa ao longo das atividades-fim do Ministério, documentos tipicamente de arquivo, isto é, marcados por sua estrita e imediata funcionalidade e sem a pretensão de converter-se em futura fonte histórica⁴. A maior parte deles é formada por manuscritos originais: alguns são heterógrafos, o que significa que, embora procedam intelectualmente de um autor, não foram escritos por ele⁵, contendo apenas, no caso, sua assinatura;

¹ HOLANDA, Sérgio Buarque. “A herança colonial – sua desagregação”. In: _____. (org.) *História geral da civilização brasileira (Tomo II, 1º Volume)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962. Pg. 9-39.

COSTA, Emília Viotti da. “Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil”. In: _____. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1985. (1ª ed. 1968).

² HOBSBAWN, Eric. *A era das revoluções - 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

³ BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e tipológica de documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2002.

⁴ Conforme o clássico trabalho de Hilary Jenkinson (*A manual of archive administration: including the problems of war archives and archive making*. Oxford: Clarendon Press, 1922. (Economic and Social History of the World War, British Series).

⁵ BELLOTTO, Heloisa Liberalli, CAMARGO, Ana Maria de Almeida (orgs.) . *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação de Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo / Secretaria de Estado da Cultura - Departamento de Museus e Arquivos, 1996.

outros são autógrafos. Tais documentos, no âmbito do órgão que lhes deu origem, são representativos das atividades funcionais para as quais serviram de veículo, e assumem, nesse sentido, valor probatório em relação a elas.

Por ser o centro do modo de produção capitalista no período, transformando-se, por conseguinte, no seu centro econômico e financeiro global, e por ser o Reino de Portugal, nessa ocasião, seu mais antigo Estado de influência, a Inglaterra permaneceu, após a ruptura ocorrida em 1822, também o principal centro de importação e exportação com os portos no Brasil. Por esse mesmo motivo, a Inglaterra era o principal centro de comunicação e ação diplomática do Império fora dos seus limites territoriais. A correspondência diplomática trocada entre o governo no Rio de Janeiro e a embaixada em Londres era um dos principais fluxos contínuos de comunicação transatlântica do Império na ocasião, com exceção talvez da correspondência entre as embaixadas britânica e francesa acreditadas na capital do Brasil, e consulados em outros pontos do território, e seus respectivos governos. O embaixador do Império na Inglaterra era indubitavelmente o seu mais importante agente diplomático e os ofícios por ele expedidos eram fonte de informação por meio da qual avaliavam a conjuntura geopolítica geral e tomavam decisões os principais membros do Executivo e, não raro, do Legislativo brasileiros. Os anos entre 1830 e 1834 também foram considerados como o ponto de partida do capitalismo moderno na Inglaterra⁶, e é nesse contexto que estão inseridas as ações, opiniões e mentalidades dos diplomatas, muitas das quais sobre o tema do território brasileiro.

Os diplomatas que assinam os ofícios são Eustáquio Adolfo de Melo Matos (1831-1833) e José de Araújo Ribeiro (1834). Também trabalharam na missão diplomática em Londres, no período, Miguel Maria Lisboa, como secretário (1831-1834), e José Joaquim Timóteo de Paiva (1831-1834) e Augusto de Paiva (1832-1834), como adidos.

Conquanto haja pouca informação biográfica sobre Eustáquio Adolfo de Melo Matos, tem-se por certo que nasceu de família nobre na capitania da Bahia no final da década de 1780 e estudou na Universidade de Coimbra. Seguiu a carreira militar e nela esteve até sua entrada no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Enviado como encarregado de negócios para a legação imperial em Londres, cuja nomeação data de 16 de janeiro de 1829, substituiu o ministro plenipotenciário José Egydio Álvares de Almeida. Melo Matos era sobrinho, e tornou-se genro, no final de 1833, de Luís José de Carvalho e Melo, conselheiro de Estado, senador e chanceler entre 1823 e 1825, período provável do seu ingresso na carreira diplomática. Eustáquio Adolfo de Melo Matos fora alçado à categoria de ministro junto à potência preponderante nas relações com o Império no início de 1832, onde permaneceu até janeiro de

⁶ POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980. DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

1834, sendo substituído por José de Araújo Ribeiro e, em seguida, deslocado para a embaixada em Viena, onde ficou até 1836. De regresso ao Brasil, foi eleito deputado pela Bahia em 1838 e, em 1843, foi novamente em missão diplomática à Europa para a contratação do casamento da princesa Januária no Reino das Duas Sicílias. Por fim, aparece na literatura de relações exteriores, pela última vez, acreditado em Nápoles, em 1844; retornando ao Império, faleceu em 18 de fevereiro de 1858⁷.

José de Araújo Ribeiro nasceu na capitania do Rio Grande de São Pedro em 1800 e formou-se em direito também pela Universidade de Coimbra. Ingressou no serviço diplomático imperial em 1826 como secretário à legação em Nápoles. Dois anos depois, foi nomeado encarregado de negócios em Paris e, no mesmo ano, para Washington. Entre julho e novembro de 1833 foi presidente da província de Minas Gerais e no final do ano foi enviado para substituir Melo Matos na missão diplomática em Londres. A substituição se deu entre fevereiro e março de 1834. Por ocasião da destituição de Miguel I em Portugal, foi enviado em missão especial para reconhecer o novo governo em nome do Império e reestabelecer relações diplomáticas com o país, rompidas desde 1826. Substituído na antiga metrópole por Sérgio Teixeira de Macedo e retornando ao Brasil em 1835, ele foi presidente da província do Rio Grande do Sul entre 1836 e 1837. Araújo Ribeiro retornou novamente à legação em Paris, onde permaneceu até 1849. Foi também deputado pela terceira legislatura e senador pelo Rio Grande do Sul entre 1849 e 1879, ano do seu falecimento⁸.

Foram selecionados 74 ofícios de uma série de aproximadamente 390 peças, correspondente a 7 códices, formados por encadernação posterior. Em 1831, Melo Matos expediu cerca de 145 (139 ostensivos e 6 reservados), dentre os quais foram escolhidos 11; em 1832, 139 ofícios (116 ostensivos e 23 reservados), dos quais foram selecionados 13; e, em 1833, foram recebidos no Rio de Janeiro 110

⁷ As informações biográficas sobre Melo Matos foram coligidas de: *Biografia de Eustáquio Adolfo de Melo Matos*. [S. n. t.] Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 145 Doc. 59. (Manuscrito pertencente à coleção Ourém); CAMPOS, R. A. *Relações diplomáticas do Brasil de 1808 a 1912*. Rio de Janeiro: Typ. do “Jornal do Commercio” de Rodrigues & C., 1913. p. 18, 41, 61 e 62; DODSWORTH, Jorge João. *Organizações e programas ministeriais: regime parlamentar no Império*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores/Arquivo Nacional: 1962. p. 294 (1ª edição: 1889). No arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro encontram-se 10 cartas originais de Melo Matos a José da Costa Carvalho, o então regente, entre 1832 e 1833, doadas pelo historiador Eugênio Egas. Acha-se também no IHGB um rascunho biográfico manuscrito sobre Melo Matos, pertencente ao fundo Ourém. No entanto, a grafia do texto não permite uma leitura mais detalhada dos acontecimentos da sua vida, embora alguns poucos fatos tenham sido acima apontados. Ver: MATTOS, E. A. de M. *Cartas a José da Costa Carvalho*. Londres: 1832-33. (10 cartas). Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Notação: Lata 219 - Doc. 47.

⁸ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883-1902. 7v.

deste embaixador (73 ostensivos e 37 reservados), sendo reproduzidos 26. Em 1834, Araújo Ribeiro expediu 52 ofícios (39 ostensivos e 13 reservados), dos quais foram selecionados 24. Foram selecionados ainda mais 39 documentos que estavam anexos aos ofícios, reunindo, por fim, na ferramenta de pesquisa, **113 documentos** do Arquivo Histórico do Itamaraty.

Os 53 primeiros ofícios escolhidos foram enviados entre junho de 1831 e janeiro de 1834 por Melo Matos. Neles podem ser encontradas informações recebidas no Rio de Janeiro pelos chanceleres Francisco Carneiro de Campos e Bento da Silva Lisboa, sobre a tensão entre as propostas de restauração e de secessão do território do Brasil pelos correligionários de Pedro I e, em contrapartida, os mecanismos operados na Europa pelos diplomatas para sua prevenção. De modo a trazer maior inteligibilidade à matéria, também foram selecionadas peças que, além de apresentarem dados sobre a conjuntura geopolítica coeva, em meio à qual foram movidas as ações aludidas, permitem reconstituir o cenário ideológico então vigente.

Em seguida, foram reproduzidos 21 ofícios expedidos entre fevereiro e dezembro de 1834 por Araújo Ribeiro para os chanceleres Silva Lisboa e Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho. Pode-se observar, nesse momento de mudança dos chefes da missão na Inglaterra, o início do arrefecimento das suspeitas em torno das propostas que congregavam restauração e secessão do Brasil, bem como das operações para o seu combate, cujas explicações se encontram tanto na conjuntura geopolítica do continente quanto na do Império.

Os anexos (originais ou cópias) alusivos ao tema, em número de 38 e com datas entre 1833 e 1834, foram igualmente reproduzidos: 1 carta de Melo Matos para Antônio da Silva Júnior, cônsul-geral do Brasil em Portugal, e 7 cartas no sentido inverso e 2 cartas de Silva Júnior para Araújo Ribeiro; uma carta de Melo Matos para H. E. Roberts Júnior, vice-cônsul em Liverpool e uma carta no sentido inverso; e 28 cartas do agente secreto em Lisboa, sendo 15 para Melo Matos e 13 para Araújo Ribeiro.

A política de seleção vem exposta a seguir. Quanto ao **Estudo Introdutório**, traz, no Capítulo 1, um panorama das principais edições de documentos acumulados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, de modo a destacar o papel desta dissertação no âmbito das iniciativas congêneres. O Capítulo 2 aborda o tema do território e das relações internacionais do Brasil, entre 1831 e 1834, à luz das informações encontradas nos documentos.

Introdução à política de seleção

Conquanto o governo regencial seja referido pela historiografia como o de maior conflito e questionamento da área de jurisdição de poder do Estado unitário pretendido após a Independência, as informações sobre tais fenômenos, articulados às relações exteriores, são pouco conhecidos. Isso se deve, em geral, ao fato de a historiografia brasileira sobre o tema se restringir ao estudo de acontecimentos e processos políticos ocorridos dentro do Império, tomando-os por questões de ordem interna e considerando o período como de imobilismo e retraimento das relações exteriores do Brasil.⁹ Há poucas referências feitas aos aspectos territoriais das relações exteriores do país nesse período, tido como revolucionário para parte da historiografia. Considerando que a definição do espaço de jurisdição de poder do Império do Brasil foi, de acordo com José Honório Rodrigues,¹⁰ o móvel primordial dos funcionários do seu Ministério dos Negócios Estrangeiros, e considerando o trânsito extraterritorial dos encargos desses agentes, foi sobre os documentos acumulados nos arquivos dessa repartição pública que recaiu a seleção, edição e reunião de documentos aqui proposta.

A ruptura administrativa da Independência dotou o novo Estado, a rigor, de soberania internacional, colocando a necessidade de se firmarem novos pactos para a definição da sua área de jurisdição de poder na América. No período de vigência do regime monárquico foram pactuados tratados de limites, que viriam a ter sua série finalizada na República, para a formação das fronteiras estatais. Em 1851, acordaram-se os contratos de fronteira com os Estados do Uruguai e do Peru; em 1859, com a Venezuela; em 1867, com a Bolívia; e, em 1872, com o Paraguai. Como se pode observar, todos eles foram finalizados a partir da segunda década do império de Pedro II.¹¹

No campo da historiografia, Sérgio Buarque de Holanda abordou a ausência, até o processo de Independência, de uma imaginação coletiva, compartilhada pelos súditos do rei português residentes na América lusitana, que congregasse um Estado unitário e independente, um todo político-administrativo

⁹ Esse é o caso de: RODRIGUES, José Honório & SEITENFUS, Ricardo. *Uma história diplomática do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. (Organização Lêda Boechat Rodrigues). CERVO, Amado & BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora UNB, 2006.

¹⁰ RODRIGUES, J. H. & SEITENFUS, R. *op. cit.*

¹¹ A negligência na negociação dos tratados de limites nas primeiras décadas do Império deveu-se, segundo o geógrafo Antônio Carlos Robert Moraes, ao desconhecimento das fronteiras pretendidas, ou melhor, das "zonas fronteiriças", compostas em grande parte por fundos territoriais. A. C. R. Moraes propõe a diferenciação entre território e fundos territoriais, distinguindo o primeiro pela ocupação humana efetiva e os segundos como reservas para futura ação colonizadora; MORAES, A. C. R. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2008. pg 69.

autônomo e americano.¹² Os historiadores subsequentes continuaram admitindo a formulação segundo a qual a unidade do que se tornou o Império do Brasil tornou-se efetiva, passada a ruptura com a metrópole, por mecanismos construídos ao longo da primeira metade do século XIX. Tendo em vista que o dito "sentido da colonização"¹³ era a exploração das riquezas da terra para acúmulo da metrópole, com base nas doutrinas econômicas do mercantilismo e protecionismo do Antigo Regime, somada às dificuldades empíricas de comunicação por vias terrestres, o processo de colonização portuguesa na América constituiu-se em pontos distintos, em geral, diretamente articulados a Portugal. Foi a partir da mudança da família real portuguesa para o Brasil em 1808 e da elevação do território colonial a Reino Unido de Portugal em 1815 que se intensificou um processo de centralização dos territórios americanos com capital no Rio de Janeiro.¹⁴

A Revolução do Porto e a declaração de Independência, precedida pela criação de uma diplomacia paralela enviada às principais potências do período, marcaram a primeira tentativa das classes dominantes residentes no Brasil de estabelecer um Estado unitário, rompido administrativamente com a metrópole. Houve divergência mesmo entre esses setores, pois, a princípio, o Pará e a Bahia não aderiram ao ato de proclamação de ruptura com Portugal e foram militarmente suprimidos, como foi destacado pelo historiador José Honório Rodrigues¹⁵. Outra parcela pretendeu criar ainda uma monarquia dual, em que se mantivesse uma relativa independência administrativa e econômica, mas que permanecessem unidas por laços monárquicos¹⁶. Mas, a Independência, declarada pelo príncipe herdeiro da casa dinástica reinante em Portugal, filho do rei absolutista contra o qual se fez a revolução burguesa naquele país, somada à opção monárquica constitucional de regime, teria facilitado, segundo alguns pesquisadores¹⁷, a adesão dessas partes coloniais em um Estado unitário.

¹² HOLANDA, S. B. *Op cit.*

¹³ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2008. (23ª edição) pg. 17-32.

¹⁴ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole (1808-1850). In: _____. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005. (1ª ed. 1972).

¹⁵ RODRIGUES, José Honório. *Independência: revolução e contra-revolução: as forças armadas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002.

¹⁶ COSTA, Emília Viotti da. *Op cit.*

¹⁷ Segundo Luís Carlos Vilafañe G. Santos, “*A preservação da monarquia foi equacionada com a manutenção da integridade do território da antiga colônia portuguesa na América. A opção pela denominação de Império (e não Reino) do Brasil reverberava o antigo ideal da criação do Império do Ocidente e tinha como corolários a unidade do território e a centralização do governo*”. SANTOS, Luis Carlos Vilafañe G. *O dia em que adiaram o carnaval*. SP: Ed. Unesp, 2011. pg. 56.

A dispersão herdada do período colonial manifestou-se nas tensões políticas do Primeiro Reinado, como no episódio da Confederação do Equador, em que, contra a imposição da Constituição de 1824, fechada a Assembleia Constituinte, se rebelaram setores da população residente em Pernambuco, levando outras províncias a pretenderem sua separação do Império. Essa tentativa foi suprimida, mas, em processo distinto, emancipou-se a então província Cisplatina, passada a dispendiosa guerra travada contra Buenos Aires entre 1825 e 1828. Essas tensões no reinado de Pedro I foram fortalecidas ainda pelo receio de parte dos independentistas de uma possível recolonização, considerando que o imperador do Brasil era herdeiro da coroa portuguesa, que dela abdicou em favor da filha em 1826. Além disso, os tratados de comércio firmados com potências estrangeiras para o reconhecimento da Independência a partir de 1825, ocasionando a diminuição das receitas alfandegárias, a principal fonte pecuniária para o Estado imperial nascente, bem como certo descontrole na emissão e na circulação de moedas, muitas falsas, resultaram em uma intensa crise econômica no Primeiro Reinado.

Da Europa emanavam o processo de revoluções burguesas e o desenvolvimento do modo de produção capitalista, que, refletidos no Império, como “*choque elétrico*” (no dizer de Paulo Pereira de Castro) ocasionado no país pela Revolução de Julho na França, somados às questões referidas acima e à circulação das ideias liberais, levaram, em 1831, à derrubada do imperador. Afastada a referência simultaneamente agregacionista e controversa do primeiro monarca com a chamada Revolução de 7 de Abril, mantiveram-se os conflitos de poder e jurisdição. Portanto, é correto afirmar que o que viria a ser o território do Império não estava ainda definido no período das regências¹⁸ e, mesmo depois da Maioridade, essa tensão permaneceria até, pelo menos, 1848, quando foi reprimida a chamada Revolução Praieira em Pernambuco.

Na ênfase dada recentemente à geografia como ciência humana, seu objeto passou a ser considerado o espaço produzido, tendo por base as condições empíricas encontradas, como, por exemplo, o estado das forças produtivas e as relações de produção e propriedade dentro de cada formação social.¹⁹ Nesse sentido, toda formação territorial passou a ser vista como uma construção

¹⁸ Em livro de divulgação de ampla circulação contemporânea, por exemplo, o historiador Boris Fausto afirma que no período regencial “*esteve em jogo a unidade territorial do Brasil, e o centro do debate político foi dominado pelos temas da centralização e descentralização do poder, do grau de autonomia das províncias e da organização das Forças Armadas*”. FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2010. pg. 159. (Coleção Didática, 1).

¹⁹ MORAES, A. C. R. *Geografia, interdisciplinaridade e metodologia*. [s.n.t.], 2010. SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Edusp, 2002. HARVEY, D. Geografia (verbetes). In: BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

temporal, fruto de ações tanto no campo diplomático e militar quanto no político e ideológico.²⁰ Foi a partir dessas considerações que se buscou um recorte temático abrangente para a seleção de documentos, que fornecessem subsídios para pesquisas ulteriores na área, posto que a matéria não se restringe mais ao estudo das negociações diplomáticas para delimitação de limites territoriais, tampouco à ocupação primária de determinada fração da superfície terrestre. Dentre as explicações que se encontram em voga para um entendimento da centralização do poder estatal e a prevalência da unidade pretendida por uma fração da classe dominante, encontra-se, entre outras, o medo da perda do controle social no tocante ao enorme volume de escravos distribuídos pelo território, somado à pressão exercida pela Inglaterra pelo fim do tráfico e da própria escravidão.²¹ Para Maria Odila L. Silva Dias esses foram os aspectos predominantes da coesão das classes dominantes na conciliação para um projeto de Estado único²². De acordo com a historiadora, a propensão à centralização solidificar-se-á no meio do século apenas, quando declina a “*dispersão da autoridade*” proveniente do período colonial, pois as contendas entre facções políticas apenas se dissolveriam, para a consolidação de um governo central efetivo, quando as conciliações políticas e, acima de tudo, o uso da força colocaram termo às disputas. Segundo Emília Viotti da Costa, a tensão entre essas forças sociais e políticas distintas teve seu cume entre abril de 1831 e a reforma constitucional de 1834²³; do ponto de vista da historiadora, o Ato Adicional foi a concessão derradeira às “*pressões liberalizantes*” representadas, entre outras coisas, por uma maior autonomia das províncias que comporiam o novo Estado. A partir de então, o chamado movimento do “regresso conservador” e a elevação à maioria do segundo monarca, em 1840, marcaram a proeminência do poder na capital do Império como ação reacionária.²⁴

Em grande parte dos historiadores pode-se identificar referências às tensões ocorridas entre 1824 e 1848 no processo de formação territorial do Império. Entre elas, são sobremaneira consideradas, como as de maior negação da jurisdição de um Estado unitário, as lutas sociais iniciadas na Regência: a Cabanagem no Pará e a Farroupilha no Rio Grande do Sul, que declararam independência. Essas ideias circularam também em outras províncias no período, como no Maranhão, em Pernambuco e na Bahia. O balizamento cronológico adotado para seleção dos documentos enquadrou-se, portanto, no início do período regencial, entre a queda de Pedro I em 1831 e seu falecimento em 1834. Nele foram movidas

²⁰ MORAES, A. C. R. *Op cit*, 2008. DODDS, Klaus. *Geopolitic: a very short introduction*. London: OUP, 2010.

²¹ DIAS, M. O. L. S. *Op. cit*.

²² *Ibidem*.

²³ COSTA, E. V. *Op. cit*.

²⁴ Hegemonizada, conforme formulou ainda Ilmar Rohloff de Mattos, pela configuração de um grupo político da Corte conhecido como “saquarema”. MATTOS, I. R. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec Editora, 2011. 6ª ed.

ações restauradoras, com base numa perspectiva de secessão territorial, cujos estudos foram recentemente destacados por Marco Morel²⁵.

Não se trata, todavia, de uma periodização baseada apenas nos anos finais da vida de uma autoridade do período e do receio restaurador e secessionista, mas sim na identificação feita pelo historiador Eric Hobsbawm de que os anos entre 1829 e 1834 são representados pela segunda fase de revoluções burguesas na Europa, depois da Restauração e do Congresso de Viena em 1815. Essas transformações em curso seguramente refletiram no Império do Brasil, pois considera-se o que foi referido pela historiadora Emília Viotti da Costa, a propósito do Ato Adicional de 1834, como sendo a última concessão das classes dominantes brasileiras às pressões liberais, intensificadas desde abril de 1831. Ainda que toda periodização carregue certa arbitrariedade, o período circunscrito pela política de seleção desse trabalho distingue-se, no que se refere ao objeto da formação territorial, da longa duração utilizada pela geografia histórica,²⁶ e busca elementos para a ampliação do conhecimento sobre o tema do território brasileiro durante o período circunscrito.

Cada processo de formação territorial dos Estados tem particularidades concernentes à sua formação histórica, mas todos aqueles países formados no quadro geral da era de revoluções burguesas e ascensão do capitalismo, sobretudo na fase revolucionária entre 1829 e 1834, em que o chamado “princípio da nacionalidade” esteve em desenvolvimento²⁷, enfrentaram projetos estatais distintos. Este princípio ideológico introduziu um elemento particular à organização da sociedade: o debate sobre o que é ou não uma nação. Predominava, no Antigo Regime, a ideia monárquico-patrimonialista dos territórios, e a de que as populações neles residentes eram súditas de um soberano, a despeito de local de nascimento, cultura ou língua específicos. Ao longo do século XIX, principalmente a partir da década de 1830, desenvolveu-se a ideia de que cada “povo”, compartilhando uma cultura comum, deveria representar, “soberana” e “pactuadamente”, um espaço específico na superfície terrestre.²⁸ Muito embora os princípios modernos em torno da formação exclusivamente de fronteiras estatais advenham dos tratados da Paz de Westfália em 1648, o elemento “nacional”, constituído na forma de cultura específica, alterou a configuração dos Estados ao longo do século XIX²⁹ e sobretudo no século XX.

²⁵ MOREL, Marco. O Brasil separado em Reino? A Confederação Caramuru no início dos anos de 1830. In: CARVALHO, José Murilo & CAMPOS, A. P (org.) *Perspectivas de cidadania no Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. pg. 149-170;

²⁶ MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia histórica do Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005.

²⁷ HOBSBAWN, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

²⁸ HOBSBAWN, Eric. *Op cit.*, 1990.

²⁹ Muito embora não se afirme que durante o Império do Brasil conviveram princípios de nacionalidade distintos, há quem o considere explicitamente como território multinacional, como é o caso do geógrafo

A formação do Estado territorial no início da época contemporânea, como objeto de investigação, não pode pressupor uma abordagem circunscrita às suas próprias fronteiras. Em primeiro lugar, a relação diplomática necessária com os outros poderes limítrofes instituídos para negociação dos limites territoriais já afasta essa hipótese, mas também a articulação entre os fenômenos políticos ocorridos nos centros da economia capitalista com os países periféricos, sobre os quais os primeiros intervêm política, econômica, ideológica e, não raro, militarmente, figura como elemento explicativo central nessa direção.³⁰ Adiciona-se a isso, no caso do Brasil, a referida ausência de unidade identificadora no território colonial português na América e as tensões ocasionadas por essa condição, depois da Independência, principalmente no período regencial, no qual a ideia de não-adesão ao Estado unitário que se pretendia formar foi recorrente.

Pode-se conjecturar que, dentre a população do Brasil até o início do século XIX, apenas pequenas camadas da aristocracia, dos altos comerciantes, da burocracia e do clero é que detinham conscientemente a concepção de um território único contendo as colônias do império português na América, pois os escravos, que chegavam do continente africano em fluxo contínuo até 1850, os trabalhadores livres, que dificilmente se locomoviam para fora das cidades, fazendas ou capitanias, e os índios não podiam compartilhar uma concepção que reunisse em um único território integral toda a América portuguesa, pois não havia condições materiais para isso durante o período colonial. A locomoção terrestre era difícil, a imprensa era proibida e o analfabetismo era generalizado, sem falar nos interesses econômicos das elites, ligados, em grande parte, diretamente à Europa. Desse modo, embora não se desprezasse a relação dialética entre o particular e o geral contida no desenvolvimento das sociedades e no seu estudo, o quadro geral de profunda transição social entre os séculos XVIII e XIX

Manuel Correia de Andrade, quando em passagem sobre as revoltas do período regencial diz que “*Esses movimentos, porém, mostram a falta de unidade na sociedade brasileira e uma superposição de grupos sociais e de nações se contrapondo em razão dos seus interesses e de sua cultura*”. In: ANDRADE, Manuel Correia. *As raízes do separatismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP; Bauru-SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999. pg. 74.

³⁰ Conforme foi definido pelo geógrafo Milton Santos “A introdução da dimensão temporal no estudo da organização do espaço envolve considerações numa escala muito ampla, isto é, a escala mundial. O comportamento dos subespaços no mundo subdesenvolvido está geralmente determinado pelas necessidades das nações que estão no centro do sistema mundial (...)”. Ou ainda, em outra passagem em que o geógrafo escreve que “não se pode fazer uma interpretação válida dos sistemas locais na escala local. Eventos à escala mundial, sejam os de hoje ou os de ontem, contribuem mais para o entendimento dos subespaços que os fenômenos locais. Estes últimos não são mais do que o resultado, direto ou indireto, de forças cuja gestação ocorre à distância”. SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985. pg. 21-22.

não pode pressupor uma abordagem nacionalista na investigação, pois incorreria na adesão ao discurso de um projeto vencedor. É com base nessa caracterização que se pretende afastar uma escala de análise reduzida espacialmente às fronteiras do Império, o que ocorre, com frequência, nos trabalhos sobre a unidade estatal-territorial brasileira no início do XIX.³¹ Ressalte-se que é necessário distinguir entre o objeto da investigação, de um lado, e a abordagem a que o submetemos, ou seja, é fundamental uma diferenciação entre território, tomado como objeto, e uma análise restrita aos acontecimentos dentro dos seus pretendidos limites territoriais, excluindo uma visão global da sociedade capitalista em formação e expansão na transição do século XVIII para o XIX.

Pressupondo as abordagens recentes no estudo da formação territorial, nem todas as peças documentais escolhidas trazem referências explícitas ao território do Império. Mas vistas em conjunto, por causa de sua produção orgânica e cumulativa, elas permitem recompor tanto o cenário de atuação dos diplomatas como as funções que exerceram no período para assegurar a manutenção do território de uma ameaça tida por iminente: o desmembramento do Estado nascente, por ações promovidas pelos correligionários do ex-imperador Pedro I, apoiados ou não por potências estrangeiras.³²

Contra essa suspeita foram movidas, pelo menos, três tipos de ações na Europa, a saber: o controle mais rigoroso de emissão de passaporte de entrada no Império, interpretado aqui como o controle do território por meio do documento; a infiltração de agentes secretos nos meios liberais portugueses; e a introdução de artigos em jornais europeus, de modo a angariar apoio da opinião pública dos países a favor do governo regencial para prevenção às propostas secessionistas. Por tais motivos, editaram-se ofícios referentes a passaporte e parcela das cartas enviadas pelos agentes secretos, principalmente no Porto e em Lisboa, para a embaixada em Londres. Quanto ao cenário de atuação do corpo diplomático, trata-se do período revolucionário, ocorrido entre 1829 e 1834, identificado pelos documentos escolhidos, relativos à conjuntura geopolítica da Europa.

³¹ Tanto José Honório Rodrigues como Amado Luis Cervo analisam o período das regências com base na concepção de que os tratados comerciais, firmados para o reconhecimento da Independência imobilizaram o Império e o impediram de travar relações mais sistemáticas com as potências estrangeiras. Essa abordagem parte, no entanto, de uma concepção tradicional de relações internacionais, considerando-as apenas como relações diplomáticas.

³² MOREL, Marco. *Op cit.*

ESTUDO INTRODUTÓRIO

Capítulo 1 - As edições de documentos do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Seria importante apresentar, nesta introdução, um panorama das principais iniciativas de reprodução de documentos do arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil, sobretudo relativos ao período entre 1831 e 1834, verificando igualmente as modalidades de organização a que o fundo foi submetido ao longo do tempo. Toda edição documentária, quando não tem o propósito de exaurir uma série, supõe a manifestação dos objetivos e critérios que determinaram a escolha de determinados documentos em detrimento de outros. Nesse sentido, vale a pena examinar as políticas seletivas que orientaram os trabalhos de natureza instrumental baseados no acervo do Arquivo Histórico do Itamaraty, ferramentas que, muito pouco criticadas, subsidiam ainda hoje grande parte das pesquisas sobre a história do Brasil e das suas relações internacionais.

A partir do ano de 1926, na administração de Otávio Mangabeira, o Ministério das Relações Exteriores passou a reunir a documentação acumulada pela atividade das missões diplomáticas no exterior durante o Império às peças acumuladas pela atividade da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiro no Rio de Janeiro. Daí em diante, distinguindo-se das organizações precedentes, mais voltadas para as necessidades práticas imediatas do Ministério, a exemplo das negociações de fronteiras, adotou-se um tipo de arranjo arquivístico que até a atualidade permanece basicamente inalterado.

A organização dos documentos

Parte dos pesquisadores dedicados à história do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) atribuiu o início da sua atividade – da sua história “brasileira” e, consequentemente, do seu arquivo – à chegada da família real portuguesa nas colônias americanas em 1808 e, com ela, a vinda de mais de trinta caixas de documentos mandados trazer pelo então secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra de Portugal, Antônio Araújo e Azevedo.³³ Segundo Heitor Lira, os papéis vindos de Lisboa ficaram separados da sede do Ministério no Rio de Janeiro até a elevação do Brasil a Reino, em 1815, e ali permaneceram até a Revolução do Porto e o retorno de João VI à Europa, em 1821. Durante a regência de Pedro de Alcântara no então Reino do Brasil, duas remessas da documentação do órgão

³³ CASTRO, F. M. O. *Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008)*. Brasília: FUNAG, 2009. LIRA, Heitor. Apresentação. In: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Arquivo diplomático da Independência*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional: 1972. 2ª edição

foram enviadas novamente à Europa³⁴. Em 1822, a parcela dos papéis que não havia retornado no ano anterior permaneceu no Brasil como espólio da divisão ocasionada pela emancipação. É preciso, portanto, distinguir a documentação que ficara sob custódia da instituição após o processo de Independência daquela acumulada pela atividade do novo Estado soberano. A explicação que atribui o ano de 1808 como data cronológica da documentação "brasileira" privilegia, de fato, a continuidade entre Colônia e Império, diferentemente da explicação recaída sobre as alterações das peças, ocasionada pela ruptura de 1822. A teoria arquivística admite que as rupturas administrativas dão novo aspecto à documentação acumulada nas repartições estatais, tendo em conta, por exemplo, a alteração dos sinais de validação das peças, como selos, armas e timbres.

Dentre os tipos documentais produzidos pela atividade orgânica desse tipo de repartição estatal encontram-se portarias, regulamentos, despachos, ofícios, circulares, notas, memórias, memoriais, memorandos, decretos, recibos, cartas e livros de registro, entre outros. Todos esses documentos fariam parte da experiência administrativa adquirida no território colonial americano a partir de 1808, ressaltada pela literatura supracitada como fundamental para a atividade do Ministério também no decorrer do Império nascente, mas cuja construção como Estado unitário foi realizada entre 1822 e 1848, sob a marca do Brasil independente.

Malgrado o papel destacado do Ministério dos Negócios Estrangeiros no processo de reconhecimento diplomático da Independência, tendo à frente José Bonifácio de Andrada e Silva como um dos formuladores dessa política, exclusivamente no que se refere à organização da repartição, o chanceler que se destaca é José Carlos Augusto de Oyenhausen. A reforma de Oyenhausen estabeleceu a numeração sistemática dos ofícios enviados do exterior em séries anuais e ordenou a criação de livros de registros, sobre as relações comerciais do país, sobre as despesas das legações, sobre o resumo da correspondência³⁵, entre outras coisas. Criou ainda, segundo Flávio Castro, um livro de registro da atividade secreta no exterior e da conduta e idoneidade dos funcionários das missões diplomáticas do Império no estrangeiro. Foi ele ainda quem dividiu a secretaria do Ministério mediante critério “geopolítico”, com destaque dado à relação com a Inglaterra, que ocupava uma parte exclusiva nessa reforma, em conjunto com a dos negócios internos³⁶. A criação de uma espécie de fluxograma

³⁴ LIRA, H. *Op cit.*

³⁵ CASTRO, F. M. *Op. cit.*

³⁶ Dividiu-se em seis seções a Secretaria, da seguinte forma: 1ª Inglaterra e Corte; 2ª França, Estados Unidos e Estados Americanos; 3ª Passaportes, Áustria, Roma, Nápoles, Estados da Alemanha e Itália; 4ª Países Baixos, Cidades Hanseáticas, Rússia, Dinamarca, Suécia, Prússia e Cartas Patentes; 5ª Portugal, Espanha, Angola, Moçambique, Estados da África; 6ª Decretos, Certidões e Cartas a Príncipes. In: CASTRO, F. M.

determinaria, ainda, o percurso dos documentos dentro da repartição, sem fazer referência aos tipos documentais que nela circulavam.

Entre a queda de Pedro I em 1831 e 1833, o Ministério permaneceu inalterado do ponto de vista da sua estrutura administrativa, consoante as mudanças precedentes. Entre janeiro e dezembro de 1834 assumiu a pasta Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, e na sua administração foram estabelecidos os primeiros regimentos diplomáticos e consulares, ou seja, os primeiros diplomas normativos baseados em preceitos constitucionais e liberais para a prática do corpo diplomático e dos cônsules, cujas atribuições e condutas advinham *grosso modo* da tradição do Antigo Regime. Estas mudanças foram concomitantes à tramitação, debates e aprovação do Ato Adicional, que reformou a Constituição de 1824. Esses regimentos normativavam a atividade dos agentes diplomáticos no exterior, mas não alteraram o funcionamento da secretaria dos Negócios Estrangeiros. Esta nova organização ocorrerá em 1842, seguindo a revisão da reforma constitucional e o movimento político conhecido como regresso conservador. Aureliano Coutinho desenvolveu ainda nessa reforma o primeiro regulamento específico para o arquivo central do órgão, nomeando seu primeiro diretor, Mário Ferreira Lagos. Estas foram as primeiras e principais iniciativas de organização do MNE ocorridas entre o processo de ruptura com Portugal e a metade do século XIX.

Um segundo momento de organização da pasta e do primeiro arranjo sistemático de documentos, conforme indica a historiografia diplomática tradicional, adveio do processo paulatino de negociações para delimitação das fronteiras do Estado com as potências limítrofes, já consagrados, no período precedente, os novos centros de poder americanos. Segundo Heitor Lira, não houve, até o meio do século, um interesse no arranjo sistemático da documentação acumulada na atividade independente, tampouco da portuguesa sob custódia, ficando todos esses papéis armazenados sem método. Foi o diplomata Duarte da Ponte Ribeiro quem primeiro organizou alguns documentos com o intuito de informar o governo sobre os limites com os territórios coloniais europeus na América do Sul, as Guianas britânica, holandesa e francesa³⁷. Foi ele também que, em 1863, encabeçou uma missão oficial para a troca de documentos com Portugal. Quatro anos antes, do ponto de vista administrativo, sob o mando do chanceler José Maria da Silva Paranhos, iniciara-se outra organização dos documentos do Ministério, criando-se uma seção inteira para o arquivo do órgão.³⁸

Segundo José Honório Rodrigues, o móvel principal da atividade do MNE foi a consolidação dos limites territoriais do Estado independente, ainda não totalmente definidos até a queda do regime

Op cit.

³⁷ GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes e diplomatas*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

³⁸ *Ibidem*.

monárquico.³⁹ Essas negociações foram permitidas depois da repressão, com o uso da força militar, às insurreições ocorridas no período entre 1824 e 1848 em vários pontos do território, desencadeando muitas delas propostas de não adesão ao Estado que se pretendia formar. Afastados os conflitos ditos separatistas, em 1851, puderam ser firmados dois tratados de limites, um com o Uruguai, outro com o Peru; em 1859, acordaram-se as fronteiras com a Venezuela; em 1867, com a Bolívia; e em 1872, com o Paraguai. Foi o processo de negociação desses acordos que desencadeou a organização de documentos acumulados pelo Ministério ao longo do Estado brasileiro já independente⁴⁰, em conjunto com papéis do período colonial, cujas pesquisas em arquivos europeus foram realizadas sobretudo pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro⁴¹.

Com a proclamação da República, em 1889, duas novas e importantes fases de organização do Ministério, agora chamado das Relações Exteriores, são levadas adiante. A administração de José Maria da Silva Paranhos Júnior, entre 1902 e 1912, ocupou-se de um arranjo sistemático da documentação acumulada no Rio de Janeiro, dando continuidade às poucas iniciativas feitas no regime monárquico. Essa administração criou a Seção de Arquivo e empregou, já no Palácio do Itamaraty, substituindo a sede do governo que mudara para o Palácio do Catete, três funcionários responsáveis pela mais relevante organização de papéis produzidos pelo órgão até o período em questão, como também das suas instituições congêneres, a Biblioteca e a Mapoteca: João Ventura, funcionário da Biblioteca Nacional, Jansen do Paço e Mário de Barros Vasconcelos. Este último foi quem mais se dedicou ao arquivo, de acordo com a literatura dedicada à matéria⁴².

Esta fase de organização também foi marcada pela elaboração de instrumentos de pesquisa sobre as relações diplomáticas do Império, ferramentas até hoje fundamentais para pesquisas nessa matéria. Em 1896, foram feitos *índices* dos atos internacionais firmados pelo Brasil, publicados nos relatórios apresentados ao Parlamento e ao presidente. Outro trabalho importante iniciado foi a relação dos pareceres dos consultores jurídicos do Ministério das Relações Exteriores.⁴³ Cumpre citar também *Relações diplomáticas do Brasil*, de Raul Campos, que lista todos os chefes de representações diplomáticas brasileiras no exterior e dos países estrangeiros no Brasil, entre 1808 e 1912.⁴⁴ Entre 1908 e 1911, José Manuel Cardoso de Oliveira elaborou um trabalho que se tornou obra de consulta

³⁹ RODRIGUES, José Honório & SEITENFUS, Ricardo. *Op cit.*

⁴⁰ LIRA, Heitor. *Op. cit.*

⁴¹ RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional / MEC: 1978. (3ª edição) pg. 186-187.

⁴² LIRA, Heitor. *op. cit.*

⁴³ Os textos integrais desse trabalho foram publicados apenas a partir dos anos de 1970.

⁴⁴ CAMPOS, Raul A. *Op. cit.*

fundamental para o estudo das atividades diplomáticas no Brasil Imperial: *Pactos internacionais do Brasil*, com a reprodução integral dos atos internacionais firmados desde o final do século XV.

De acordo com Paulo Roberto de Almeida, J. M. Cardoso de Oliveira se formou bacharel pela Faculdade de Direito de Recife e, após exercer cargos no poder judiciário, ingressou no Ministério das Relações Exteriores como cônsul, em 1891. Entre os anos de 1895 e 1898, no que tange aos instrumentos para pesquisa, foi ele quem preparou a coleção completa das consultas ao Conselho de Estado e dos pareceres dos consultores jurídicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros entre 1842 e 1889. Com o fim da administração de J. M. S. Paranhos Júnior, no entanto, sua principal obra apresentou, na versão final, apenas verbetes com o resumo de cada ato, e não mais seu texto integral, reduzindo-se também seu recorte cronológico para os anos entre 1808 e 1912.⁴⁵

Tais iniciativas de arranjo foram concomitantes ao término das disputas de limites territoriais brasileiros. Isso indica, mais uma vez, o interesse prático das elites dirigentes no acesso às informações contidas nos documentos acumulados pelo Estado independente. As alterações na ordem nacional e internacional, ocorridas entre 1875 e 1914, exigiam maior agilidade na utilização dos papéis públicos, a par da necessidade de conclusão definitiva das negociações de fronteiras ainda pendentes para a consolidação do espaço nacional.

Passada a Primeira Grande Guerra, entre os anos 1920 e 1960, ocorre uma segunda fase de intervenções na documentação do século XIX. A partir de 1926, Otávio Mangabeira promoveu o recolhimento ao arquivo central do MRE dos documentos das embaixadas brasileiras,⁴⁶ ou seja, os papéis acumulados no exterior pela atividade diplomática do Império. Esse ato fundamental possibilitou a organização e o acesso a importantíssimas peças documentais, parte delas com conteúdo desconhecido até a atualidade.

Em 1938, sob a ditadura do Estado Novo, a administração de Osvaldo Aranha criou a Divisão de Comunicação e Arquivo, substituindo a Seção de Biblioteca e Arquivo, criada em 1918; em 1942, ao longo da Segunda Guerra Mundial, surge a Seção de Documentação⁴⁷. Consoante as palavras de Horácio Lafer, o arquivo “*tomava imediatamente a feição moderna, segundo os moldes da América do Norte*”⁴⁸. Trata-se do contexto de forte influência estadunidense sobre os países aliados da América,

⁴⁵ Uma edição fac-similar dessa mesma obra foi feita pelo Senado Federal em 1997, pela sua importância permanente.

⁴⁶ CASTRO, F. M. O. *Op cit.*

⁴⁷ RODRIGUES, J. H. *Op. cit.*, 1978.

⁴⁸ LAFER, Horácio. Introdução. In: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES / DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO. *Arquivo histórico do Itamaraty*. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações, 1960. Parte III.

com a entrada do Brasil no conflito mundial em janeiro do mesmo ano, refletida no MRE e no seu próprio arquivo.

A partir de então, em 1951, sob a chancelaria de João Neves da Fontoura, é que se inicia a publicação dos instrumentos de pesquisa que até os dias atuais servem à busca de documentos no Arquivo Histórico do Itamaraty. Da “*soma incalculável de papéis que foi preciso separar e classificar, sob critério rigorosamente exato*”⁴⁹, nas palavras da *Apresentação* de Heitor Lira, consta, no primeiro volume publicado neste ano, o catálogo da “parte 1” da chave-geral estabelecida pela organização. Trata-se da “*correspondência trocada (...) tanto com autoridades e particulares brasileiros como com as estrangeiras*”, abrangendo ao todo 20 *seções*, ou melhor, 20 grupos de interlocutores, dentre “Missões Diplomáticas Brasileiras”, “Governos Estrangeiros”, “Ministérios e Repartições do Governo Brasileiro” etc⁵⁰.

Em 1956, foi publicado o catálogo da “parte 3”, denominada *Coleções Especiais*, referente à documentação portuguesa sob custódia da instituição. A “parte 2”, correspondente aos documentos produzidos pela atividade interna da Secretaria (“exposições de motivos”, “relatórios, informações e pareceres”, “contabilidade” etc.), foi elaborada subsequentemente e muito provavelmente nunca publicada. Na ausência de pesquisas mais detalhadas sobre a história da organização do arquivo do Itamaraty e dos instrumentos de pesquisa a ele relacionados, é difícil asseverar os motivos por que na política de publicação foi omitido o catálogo dessa importante parte da documentação. O desconhecimento parcial das informações nela contidas, a presunção de que poderia conter informações de acesso restrito ou ainda de que não contivesse apenas documentos “*puramente burocráticos*” possam talvez configurar explicações plausíveis para essa lacuna.

Na apresentação desse volume feita por Macedo de Soares⁵¹, figuram algumas pessoas responsáveis pela elaboração dos instrumentos e que seguramente representam referências importantes ao estudo da organização desse fundo, com destaque do autor à Constança Wright, então chefe do Arquivo Histórico. Outros nomes, como os de Hélio Viana e Américo Jacobina Lacombe são referidos por serem membros da Comissão de Estudos dos Textos da História do Brasil, e revisores dos trabalhos efetuados. Desse modo foram lançadas posteriormente outras seções das *Coleções Especiais*.

⁴⁹ LIRA, Heitor. Introdução. In: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES / DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO. *Arquivo histórico do Itamaraty*. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações, 1951. Parte I.

⁵⁰ *Ibidem*

⁵¹ SOARES, José Carlos de Macedo. Introdução. In: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES / DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO. *Arquivo histórico do Itamaraty*. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações, 1956. Parte III.

Embora não tenha havido mais transformações significativas nessa organização, é de interesse observar duas visões contrapostas emanadas de historiadores das relações internacionais brasileiras, professores e pesquisadores do Instituto Rio Branco, em períodos distintos. Em 1978, o historiador José Honório Rodrigues publicou que:

*“o Ministério das Relações Exteriores desde 1951 vem publicando índices e inventários preparados sem nenhuma orientação técnica, completamente indiferente aos métodos adotados nas organizações arquivísticas dos países adiantados.”*⁵².

Em 1991, Amado L. Cervo escreve que:

*“a política exterior do Brasil gerou um volume de documentos acumulados e conservados cuidadosamente pelo Arquivo Histórico do Itamaraty – parte no Rio de Janeiro Parte em Brasília -, um dos acervos mais complexos e bem organizados do mundo no gênero.”*⁵³

Supõe-se, portanto, que dentro do próprio Ministério não houve consenso em torno da organização e publicação das ferramentas de busca elaboradas nos anos precedentes e, embora a maior parte do volume de documentos dos Negócios Estrangeiros do Império, desde 1930, nunca tenha sido descrita em detalhe, talvez algumas delas permaneçam, inclusive, até hoje, intocadas.

As edições de documentos

Pela pesquisa realizada, pode-se afirmar que ao longo do regime monárquico reproduções de peças documentais, manuscritas ou impressas, foram elaboradas pelos próprios meios diplomáticos para o subsídio às atividades do MNE, mas circulando prioritariamente nos meios burocráticos e políticos da época. Corrente também eram, no Império e no estrangeiro, as publicações de documentos de diplomacia nos jornais da época. Como os periódicos circulantes eram uma das arenas de disputa política entre grupos políticos distintos no século XIX, a reprodução de documentos públicos tornou-se um modo de se imuscuir boatos acerca da posição dos governos e dos seus agentes oficiais nos países sobre assuntos polêmicos, tentar condicionar o “espírito público”, como se dizia à época, a determinada posição dentro do debate político, ou, até mesmo, sabotar planos adversários pela sua exposição.

Do ponto de vista da publicação de peças acumuladas já pela atividade do Estado independente, não coube ao próprio MNE, mas sim ao Arquivo Público do Império a iniciativa de edição de documentos, seja dos Negócios Estrangeiros ou de outras pastas do Executivo seja do Parlamento.

⁵² RODRIGUES, J. H. *Op cit.* 1995.

⁵³ CERVO, A. & BUENO, C. *Op cit.*

Importante referência tornaram-se os trabalhos promovidos pelo diretor do respectivo arquivo, Antônio Pereira Pinto⁵⁴. Após exercer também vários cargos no Judiciário e no Executivo⁵⁵, Pereira Pinto tornou-se diretor do Arquivo Público do Império. Com base em tal experiência e à frente da direção da referida entidade, editou documentos, confeccionou instrumentos de pesquisa e produziu algumas obras sobre temas, à época, contemporâneos à política externa do Império, entre os quais, os *Estudos sobre algumas questões internacionais* e *Política Internacional. Intervenção do Brasil no Prata*, ambos publicados em 1867.

No tocante exclusivamente aos instrumentos de pesquisa, Pereira Pinto coligiu em uma edição comentada, tratados firmados até o período pelo Estado português e brasileiro na sua principal obra *Apontamentos para o direito internacional...*, cuja publicação se realizou entre 1864 e 1869. Reuniu e editou também em 1872 as Falas do Trono emitidas entre 1826 e o ano de publicação e organizou e trouxe ao conhecimento público anais do Parlamento para os anos de 1823, para o período entre 1826 e 1832, para 1834, e entre 1847 e 1852; e relatórios e sinopses dos trabalhos da Câmara dos Deputados entre 1869 e 1879⁵⁶. É provável que Antônio Pereira Pinto tenha sido um dos maiores editores de documentos públicos produzidos pelo Brasil no século XIX, grande parte dos quais publicados no decorrer do período em que ocorria a Guerra da Tríplice Aliança. Suas obras instrumentais serviram como referência fundamental à grande parcela dos trabalhos posteriores realizados sobre história do país.

No prefácio do seu principal instrumento, *Apontamentos para o direito internacional...*, Pereira Pinto lamenta-se da situação de negligência sobre a qual se mantinha o Arquivo do Império, carente da documentação que pela sua própria natureza de depositário dos papéis públicos deveria reunir:

“Entre nós, porém, além de condenar-se o Arquivo Público a um homizio constante embrenhando-se-o nas solidões de um velho claustro [o convento de Santo Antônio], colocado em empinada montanha, quase sem autonomia conhecida, acresce a relutância das referidas secretarias de estado em remeter para essa repartição os papéis que a ela pertencem, e que devem ser depositados em suas arcas. Resulta daí como consequência lógica que o mencionado estabelecimento desmente os fins de sua instituição, e torna-se-há uma perfeita excrescência administrativa, se as reclamações que temos dirigido ao governo imperial para elevá-lo à sua verdadeira posição, não forem providas de remédio. Em outras fontes, pois, deparamos com os elementos para oferecer ao público esta mal servida compilação⁵⁷.

⁵⁴ BLAKE, A. V. A. S. *Op cit.* pg. 281-282

⁵⁵ Nascido em 1819 e tendo se formado bacharel em ciências sociais e jurídicas pela Faculdade de São Paulo, por onde fora posteriormente deputado, ele foi presidente das províncias do Rio Grande do Norte, Espírito Santo (1848) e Santa Catarina (1849).

⁵⁶ BLAKE, A. V. A. S. *Op cit.*

⁵⁷ PINTO, A. P. *Apontamentos para o direito internacional ou coleção completa dos tratados celebrados pelo*

É de interesse notar nesse trecho a relação entre acesso aos documentos e a política de seleção do instrumento de pesquisa por ele proposto. Reclamava Pereira Pinto por não ter acesso aos documentos acumulados nas repartições do Império, em especial, a das relações exteriores, pois não eram enviados ao depositário administrativo central do Estado, determinando assim parte da sua seleção em peças que ele obtivera “*em outras fontes*”. Contudo, dentro do universo documental acima mencionado, despachos, ofícios, cartas, memórias, tratados, etc., cada qual um documento específico, foi pelos pactos horizontais estabelecidos entre Estados que recaiu a sua política de seleção. No livro, encontram-se pactos internacionais firmados entre o Estado português e potências diversas à época da colonização e pelo Império até a ocasião da publicação, bem como encontram-se nele algumas notas trocadas com governos estrangeiros e artigos adicionais a tratados. Isso demonstra uma prevalência de uma concepção da história tradicional do século XIX, cujas fontes majoritárias para uma história de relações internacionais residia primordialmente nos pactos entre as elites dirigentes dos Estados.

Já na República, afora a obra de J. M. Cardoso de Oliveira mencionada anteriormente, que tornou-se com a redução do seu texto integral, um instrumento de pesquisa de outra natureza que não uma edição documentária, durante a década de 1920, começaram a ser publicadas a *Coleção de Atos Internacionais*, seguindo a tendência mundial de publicação de documentos diplomáticos depois da guerra, em vários países, como modo de justificar às posições dos respectivos países nos conflitos, forma análoga ao que se fazia nos jornais durante o século XIX, como foi mencionado acima.

Em 1922, por ocasião das comemorações nacionalistas do centenário da Independência, o Ministério impulsionou a realização da edição de documentação referente ao que se chamou “ciclo da independência”, o *Arquivo Diplomático da Independência*⁵⁸. Esta obra reproduziu, pela primeira vez ao público geral, uma seleção da correspondência trocada entre o Ministério e as missões diplomáticas no exterior para a obtenção do reconhecimento da independência do Brasil. Ela foi publicada em 6 volumes, em 1923 e reeditada em 1972. No prefácio à sua primeira edição, lê-se interessante balanço feito pelos autores sobre a negligenciada dimensão das relações internacionais, tendo em vista o acesso aos documentos até então, equivalente, de certa forma, à Pereira Pinto:

“Só explica e atenua tão manifesto desinteresse pela face diplomática do problema da emancipação política do país, o fato de serem bem poucos os privilegiados que têm conseguido manusear a documentação farta e valiosa da Chancelaria a esse respeito. A falta de conhecimento seguro do

Brasil com diferentes nações estrangeiras. Rio de Janeiro: F. I. Pinto & Cia. Livreiros-Editores, 1864-68. 4 vols.

⁵⁸ LIRA, H. *op. cit.* 1972.

*verdadeiro intuito de certos atos governamentais, que eram, no entanto, manifestados francamente nos despachos do Ministério, ou o grau de influência que a ação política de nossos maiores vinha exercendo sobre a marcha das negociações diplomáticas para o reconhecimento da Independência, tem levado a maior parte de nossos historiadores a estudarem muito pela rama o problema, guiando-se mais pelo aspecto externo das questões em foco e que, a bem dizer, conhecem através da documentação e de testemunhos estrangeiros. Assim o problema tem sido, apenas, apreciado por seus efeitos; só a documentação da Chancelaria permitirá conhecer-lhe as causas e os agentes. E o que importa para o estudo da história política do país é conhecer-se, precisamente, a razão por que tais e quais acontecimentos vieram a dar-se e quais foram, na verdade, seus fatores e protagonistas” p. XIII e XIV*⁵⁹

Outro trecho importante desse texto, trata das próprias lacunas da ferramenta ao conhecimento do problema:

*“A documentação do Arquivo Diplomático da Independência tem, apesar de senões e lacunas, inevitáveis em obras volumosas e preparada tão apressadamente, incontestável valor e apresenta – a nós outros, funcionários deste Ministério – o particular interesse de dar justo realçamento aos méritos e ao patriotismo de nossos beneméritos colegas do glorioso ciclo da Independência”*⁶⁰

Nesse excerto, pode-se observar características da obra. A primeira delas é a ênfase dada à agência individual no processo de Independência, a “*ação política de nossos maiores*”, o que explica, em grande parte, a política de seleção recaída na correspondência pública interna, e não mais nos acordos horizontais entre os Estados. Cabe aludir às transformações em curso no período da própria noção de documento histórico, que possivelmente influíram nessas escolhas. Findada a delimitação do corpo nacional no início da República, a publicação d'O *Arquivo Diplomático*, em 1922, constituiu-se como produto marcadamente absorvido pelo reforço (ou reconstrução) de uma ideologia nacionalista, trazendo a público o que seriam novas bases documentais das “*causas e agentes*” da unidade nacional e, de fato, territorial, obtida a partir do “ciclo da Independência”, a política temática de escolha dos documentos, e concluída anos antes, com a administração Paranhos Júnior.

Em 1929, seguindo o processo de organização iniciado com o recolhimento dos arquivos das missões diplomáticas no exterior, o ministro Octávio Mangabeira propôs que se reeditassem a série de relatórios apresentados pelo Ministério ao Parlamento durante o regime monárquico⁶¹. Isso contribuiu imensamente para que essas peças, bem como outros documentos, fossem recentemente digitalizados, em uma parceria entre a Universidade de Chicago e a Biblioteca Nacional brasileira e disponibilizados na

⁵⁹ *Ibidem.*

⁶⁰ *Idem.*

⁶¹ CASTRO, F. M. O. *Op cit.*

rede mundial de computadores pelo Center for Research Libraries.

Durante a ditadura militar, o estabelecimento da Fundação Alexandre de Gusmão, em 1971, pela administração de Mário Gibson Barboza levou a uma nova fase da edição e publicação de peças documentais produzidas pelo MRE, visto que a organização do Arquivo Histórico permaneceu praticamente a mesma. A mudança da capital do país dividiu inorganicamente a documentação entre Rio de Janeiro e Brasília, transformando a primeira na já referida instituição depositária, o Arquivo Histórico do Itamaraty. Nos anos 1970, foram publicadas as consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado, sob a direção de Francisco Rezek, outrora elencadas em 1896. Foi pela FUNAG, ainda, que foram publicados vários trabalhos dissertativos sobre temas diversos, onde documentos são reproduzidos.

Passado o período do regime militar e frente ao aumento crescente do interesse público por informações produzidas pelos órgãos estatais, somadas à transformação radical em curso nos meios de comunicação, proporcionado pela rede mundial de computadores, cumpre ao periódico do Centro de História e Documentação Diplomática da FUNAG - os *Cadernos do CHDD* – fundado em 2002, a função de reprodução e divulgação principal de documentos de interesse para as relações internacionais do país. O periódico seguramente transformou a edição documentária sobre esse assunto, tendo ampliado os tipos documentais apresentados, temas e períodos e contribuindo imensamente para a divulgação de documentos⁶².

É certo também que outras peças documentais foram reproduzidas em pesquisas sobre o Império do Brasil ao longo dos anos, mas acima foram descritas apenas as principais edições documentárias propriamente ditas, isto é, apenas os instrumentos de pesquisa, não trabalhos dissertativos que venham a conter o texto de documentos.

As edições de documentos: 1831-1834

No que concerne às datas cronológicas da documentação sobre a qual recaiu a política de seleção dessa dissertação, tendo em conta o volume acumulado, há um número bem reduzidos de atos internacionais, por exemplo, firmados pelas regências provisórias e permanentes, com exceção do

⁶² Outros trabalhos recentes objetivaram disponibilizar diplomas históricos e outros papéis referentes à política externa do Brasil. Trata-se de *Diplomacia Brasileira e Política Externa*: documentos históricos, organizado por Eugênio Vargas Garcia, em 2008 e *Varnhagen: missão nas Repúblicas do Pacífico: 1863-1867*. Contudo, embora se reconheça a importância da primeira obra na divulgação dos textos, foram elencados apenas documentos já anteriormente publicados.

tratado de comércio e navegação assinado em fevereiro de 1834 com a recém independente Bélgica, e um tratado do mesmo tipo com a Áustria, assinado em janeiro de 1835. Isso se deve por que a Lei da Regência de junho de 1831 passou a prerrogativa dos atos internacionais ao Parlamento. Ambos os textos dos tratados foram editados por A. Pereira Pinto. Foi pactuado ainda um artigos adicional a tratado precedentes com a França em novembro, mas não consta na mencionada referência.

Já o periódico do CHDD, cujo volume de publicação encontra-se atualmente em seu vigésimo número, dedicou também poucas partes às peças documentais acumuladas entre 1831 e 1834. Eles resumem-se tipologicamente da seguinte forma: cerca de 9 despachos, 21 ofícios (a maior parte de Duarte P. Ribeiro) datados de 1831; 7 despachos e 1 memória datados de 1832; 10 despachos e 2 ofícios, de 1833; e 8 despachos do ano de 1834.⁶³

Pode-se observar que a política de seleção para os documentos do período dos *Cadernos do CHDD* obedeceu a um critério majoritariamente comum. Do ponto de vista da categoria jurídico-administrativa das peças, com exceção dos ofícios de Duarte da Ponte Ribeiro, expedidos todos de países da América do Sul, foram selecionados ou documentos dispositivos normativos (pois muitos despachos contém instruções) ou dispositivos de correspondência, e ambos de direção descendente⁶⁴, isto é, emanados da autoridade pública central para o seus subalternos que, de um modo geral, exprimem as políticas oficiais que deveriam ser seguidas pelos agentes no estrangeiro, ou informam ainda os mesmos agentes a versão oficial sobre acontecimentos ocorridos no Império.

É a partir da exposição desse quadro geral que se procura inserir a edição ora desenvolvida nesse trabalho. Optou-se pela edição de documentos informativos, não-diplomáticos, de categoria jurídico-administrativa ascendente, os ofícios, a principal forma de comunicação do serviço entre subalternos e autoridades. No âmbito do MNE, esse tipo documental, além de informar e fazer prova das atividades funcionais do corpo diplomático no estrangeiro, ele contém análises e informações sobre a política internacional coeva e suas relações com o Império do Brasil, a partir da visão particular de cada representante oficial em atuação, fora dos limites territoriais do país. Com o Estado imperial em formação entre 1822 e 1848, muitas dessas peças trazem dados a esse propósito, dentre as quais parte editadas nessa dissertação.

⁶³ FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA. *Cadernos do CHDD*. Brasília: 2002-2011. nº 1-19.

⁶⁴ BELLOTO, H. *Op cit*, 2002.

Capítulo 2 - A diplomacia imperial na Europa (1831-1834): as tensões em torno da "questão portuguesa" e do território brasileiro.

A notícia da queda do imperador do Brasil chegou à Inglaterra no dia 9 de junho de 1831. O serviço comercial de transporte transatlântico, o paquete, tardava cerca de cinquenta a sessenta dias para ir do Rio de Janeiro ao porto de Falmouth, na Inglaterra. A novidade foi publicada nas gazetas correntes e informaram-se por elas, no dia 10, os próprios diplomatas brasileiros no país, antes mesmo do que pela comunicação oficial, recebida apenas no dia seguinte, conforme pode ser lido no ofício ostensivo número 72 de 22 de junho de 1831⁶⁵. "Revolução no Brasil", "ataque ao palácio", "tiros contra a população", "eventos previsíveis e esperados", eis parte das notícias que naquele dia correram nos jornais ingleses sobre o Brasil⁶⁶. Informado sobre o "*caso tam extraordinario*", nas suas palavras, o então encarregado de negócios Eustáquio Adolfo de Melo Matos dirigiu-se ao Ministério das Relações Exteriores britânico para se informar com o ministro Henry John Temple se ele recebera comunicação oficial do seu agente no Rio de Janeiro sobre o que havia sido publicado na cidade. Nessa conferência com o chanceler britânico, o representante diplomático do Brasil indagou, segundo o mesmo documento, qual seria a posição daquele governo, caso fossem confirmados os fatos. Ele recebeu a informação de que o imperador seria recebido naquele país como quem houvera "*legalmente abdicado*" e que o governo considerava "*caso mui ordinário*" o ocorrido no Império.

Ao chegar na chancelaria no dia 10 de junho de 1831, Melo Matos encontrou à frente Francisco Gomes da Silva e João da Rocha Pinto, diplomatas do Império na Europa até então e aliados imediatos do imperador destronado. Os dois indivíduos também haviam ido provavelmente buscar informações sobre o assunto pela ausência de uma comunicação segura. Pelo ofício, não se sabe, pois reuniram-se com o ministro inglês sem a presença do representante oficial do Brasil. Com a Abdicação, a diplomacia do Império cindiu-se na Europa em dois "partidos" distintos, um favorável ao imperador e outro contrário a ele, conforme a notícia espalhava-se pelas demais legações. No dia 11, por exemplo, já orientado pela nova política, Melo Matos nega o pedido de Gomes da Silva e Rocha Pinto por passaporte de "encarregado de despachos" para Cherburgo, na França, onde se hospedara o

⁶⁵ Cf. Documento 1, pg. 3.

⁶⁶ *Times*, 10 jun 1831; *Courier*, 10 jun 1831.

ex-imperador. Tendo em conta que esse documento era prerrogativa do corpo diplomático em trânsito com a correspondência, o encarregado de negócios não os expediu e entregou-lhes passaportes simples, que foram em seguida devolvidos como inúteis. Como pode ser observado pelo "post scriptum" dos ofícios expedidos até junho de 1831, Gomes da Silva enviava sua correspondência particular ao imperador por intermédio da mala da missão de Londres, o que demonstra seu trânsito nessa embaixada até a notícia da queda de Pedro I chegar a Europa e as mudanças dela decorrentes.

Quando se formou a dita Regência provisória e reestabeleceu-se o gabinete ministerial demitido, Francisco Carneiro de Campos permaneceu na pasta dos Negócios Estrangeiros que já ocupava antes da nomeação malograda de 5 de abril. No dia 9 deste mês, o chanceler despacha à embaixada na Inglaterra a comunicação sobre os eventos, dando conta do novo governo estabelecido e pedindo que Melo Matos informe isso às demais legações na Europa e na América. Londres era na ocasião o centro principal da comunicação com as missões diplomáticas no estrangeiro. Quatro dias depois, Francisco Carneiro de Campos expede uma comunicação oficial para ser encaminhada aos governos estrangeiros pelos cônsules brasileiros nos países onde não havia ministros, informando, segundo o texto desse despacho circular, a "*espontânea abdicação*"⁶⁷ do imperador. No dia 22, ele apresenta um relatório aos deputados e senadores reunidos no Rio de Janeiro, expressando nesse documento a queda do imperador por "*gloriosos dias de 6 e 7 de Abril*" e "*gloriosa revolução do dia sete de Abril*"⁶⁸. Em meio às insurreições, levantes e rebeliões de variado espectro político, ocorridos na Corte e em diversos pontos do Império, antes e depois da Abdicação, uma espécie de partido da ordem congregou-se no Rio de Janeiro, formando um governo *de fato*, chamado provisório, até que fosse escolhida uma Regência, conforme o figurino legal determinava anteriormente⁶⁹, com o Congresso reunido em sua maioria. Alçaram ao poder dessa forma, em conjunto com o chefe das forças armadas Francisco de Lima e Silva, os senadores José Joaquim Carneiro de Campos e Nicolau do Campos Vergueiro.

"*Gloriosos acontecimentos*": esta é também a forma particular pela qual Melo Matos

⁶⁷ FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA. *Cadernos do CHDD*. Brasília: 2004. (nº 4) pg. 41.

⁶⁸ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembléia Geral Legislativa*. Typographia Nacional: 1831. pg. 2.

⁶⁹ A discussão a propósito da inconstitucionalidade da regência provisória foi aludida, por exemplo, por MOREL, M. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

expressa sua posição e, por conseguinte, sua adesão ao novo governo quando descreve a chegada da notícia da Abdicação no ofício de 22 de junho. Nesse sentido, o encarregado de negócios em Londres diferiu-se do seu congênere em Paris, pois o diplomata Antonio Teles da Silva Caminha e Meneses foi demitido, de fato, no dia da "revolução" por ser partidário do antigo monarca. O despacho recebido por ele em Paris contém também a expressão “*extraordinários e gloriosos sucessos dos dias 6 e 7 de abril ocorridos nesta Corte*”⁷⁰. No relatório ministerial, contudo, Francisco Carneiro de Campos anuncia ao Parlamento a demissão argumentando a “*pouca energia*” com que trabalhava pelos negócios do Brasil naquele país, substituindo-o pelo diplomata José Joaquim da Rocha, que parte em seguida para a França.

Consoante o historiador Paulo Pereira de Castro, no Brasil, entre 26 de junho e 14 de julho na corte do Rio de Janeiro, militares e civis, correligionários do liberalismo mais radical, levantaram-se em armas contra a ordem que se estabelecera depois da Abdicação⁷¹, bem como disputas políticas, revoltas, rebeliões e levantes ocorreram no Pará, Maranhão, Bahia, Pernambuco, entre outras províncias. Nesse momento, foram também aprovados pelo Legislativo importantes atos administrativos em consequência da "Revolução do 7 de abril". No dia 5 de junho, aprovou-se a lei de criação de um sistema repressivo, centralizado no Ministério da Justiça⁷²; no dia 14, aprovou-se a Lei da Regência, e três dias depois, os deputados e senadores escolhiam um governo regencial permanente. Os parlamentares José Joaquim Carneiro de Campos e Nicolau do Campos Vergueiro deixam o governo em benefício de João Braulio Muniz e José da Costa Carvalho, em conjunto com o permanente militar Francisco de Lima e Silva. No dia 16 de julho, foi nomeado um novo ministério e o padre Diogo Feijó assume o Ministério da Justiça formalmente, bem como Francisco Carneiro de Campos permanece na pasta dos Negócios Estrangeiros. Em meio a essas resoluções, partes da sociedade sublevara-se na capital e em vários outros pontos do Império, conforme a notícia da Abdicação e seus desdobramentos chegavam nas províncias⁷³.

Pela permanência do chanceler Carneiro de Campos, ligados aos setores aristocratas do governo provisório, não houve uma ruptura revolucionária no que se refere imediatamente

⁷⁰ FUNAG - CHDD. *Op. cit.* pg. 41-42.

⁷¹ CASTRO, Paulo P. A "experiência republicana", 1831-1840. In: HOLANDA, S. B. et alii. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. (Tomo II - Volume 4).

⁷² *Ibidem*.

⁷³ *Idem*.

à política externa anterior, nem mesmo à organização do Ministério. A Abdicação, todavia, levou a algumas mudanças na economia e na política da repartição. Reforçada com o 7 de Abril, a pauta de diminuição das despesas públicas foi o argumento usado para o rebaixamento de postos diplomáticos, processo iniciado no ano anterior,⁷⁴ com a respectiva diminuição dos ordenados de seus empregados. Em Londres, em Paris e em Roma, as duas primeiras cidades referidas como “*centros principais dos grandes movimentos da Política Europea*”, no texto do relatório de 22 de abril, foram rebaixadas as legações de primeira para de segunda ordem, isto é, de ministros plenipotenciários para encarregados de negócios, tal como em São Petersburgo. Já em Áustria, Suécia e Países Baixos foram deixados apenas consulados depois do 7 de abril, igualmente como havia ocorrido na Prússia e em Nápoles no ano anterior. Observa-se que o governo regencial continuou priorizando, na Europa, suas relações diplomáticas com países do chamado “*systema constitucional*” em detrimento dos absolutistas, o que se explica pelo vínculo de longa duração das colônias portuguesas, sobremaneira, sua relação comercial. O primeiro país nas importações e exportações com os portos do Império do Brasil era a Inglaterra e, o segundo, a França.

Sobre a América, o relatório de Francisco Carneiro de Campos destaca aos parlamentares a necessidade da manutenção da representação diplomática na Colômbia, encabeçada por Luiz de Souza Dias, por ser “*a mais importante das potências nossas limítrofes, pela sua posição vantajosa quase no meio do continente Americano, pela grandeza e espirito da sua população e de seus Chefes*”. Nesse país, manteve-se o agente, bem como José de Araújo Ribeiro nos Estados Unidos, Duarte da Ponte Ribeiro no Perú, em Antonio Candido Ferreira em Buenos Aires e, em Montevideu, Manoel de Almeida Vasconcelos. A partir de 1831, Antonio Gonçalves da Cruz é enviado à Bolívia, e se anuncia a representação ulterior no Paraguai e na Guatemala.

As motivações políticas para as mudanças ocorridas no MNE com a Abdicação referem-se ao expurgo de indivíduos considerados como adeptos do partido de Pedro I, visto, naquela ocasião, como “português” em benefício de uma “nacionalização” do quadro de funcionários. Essa política recaiu sobretudo contra Teles da Silva, Gomes da Silva e Rocha Pinto. Em 1830, o enviado extraordinário e ministro plenipotenciário José Egídio Álvares de Almeida havia já sido removido da missão diplomática em Londres por ser considerado por Francisco Carneiro de Campos como mantendo conduta oposta a da sua administração e, em

⁷⁴ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Op. cit.* 1831.

seu lugar, Melo Matos permaneceu com o posto de encarregado de negócios. No relatório ministerial aparecem ideias a esse propósito: “*A gloriosa revolução do dia sete de Abril, que nacionalizou o Brasil e reintegrou hum Ministerio demittido só por seu patriotismo e adhesão sincera às Instituições liberaes (...)*”⁷⁵. Ilustrava-se, assim, as disputas políticas a partir das ideias de liberalismo, isto é, de constitucionalismo e de liberdade de comércio, e de um princípio de nacionalidade específico, os de luso-brasileiros defensores de uma separação administrativa com Portugal. A condição de nacionalização não se tratava do local de nascimento, mas, entre outras coisas, também de uma condição jurídica, transcorrendo que uma fração da classe dominante luso-brasileira, de fato, tornou-se, com a abdicação e os absolutistas no poder em Portugal, apátrida.

Pedro de Alcântara partiu do Império no dia 13 de abril, em companhia da ex-imperatriz, alguns filhos, e de alguns poucos correligionários, e chegou ao porto de Falmouth no dia 9 de junho, para em seguida partir a Cherburgo, na França. Conforme informa o historiador Otávio Tarquínio de Souza, depois de ser recebido por emigrados do regime absolutista em Portugal e alguns brasileiros, partiu no dia 24 do mesmo mês para a Inglaterra, onde permaneceu até o dia 24 de julho. Pedro permanecerá na Inglaterra, em companhia de Gomes da Silva, Rocha Pinto, Abreu e Lima, Teles da Silva, Pedro de Sousa Holstein, entre outros, até retornar para Cherburgo, onde ficará até cerca de 1 de agosto, retornando, em seguida, novamente para Londres para mais um período de duas semanas. Depois de uma nova série de conferências e tentativas de arrecadação de fundos e apoio do governo para a dita expedição das forças constitucionais, vai para Paris, onde, recebido pelo rei Luis Felipe, permaneceu até o início de 1832⁷⁶. Nessa ocasião, em conjunto com os seus conselheiros, fez conferências com o primeiro-ministro Charles Grey e com o chanceler Henry John Temple e com o embaixador francês Charles Talleyrand, com o propósito de articular o apoio para a expedição contra o Reino de Portugal, onde o irmão reinava adepto aos países da Santa Aliança, contra os quais se contrapunham no campo diplomático os princípios liberais do período, representados sobretudo pela burguesia da Grã-Bretanha e da França.

Da Inglaterra, Melo Matos acompanha cada evento ocorrido com a presença do ex-imperador brasileiro e, a cada novo fato discutido pela imprensa e pelo corpo diplomático e político a propósito tanto da "questão portuguesa" como do Brasil, ele informa a Francisco Carneiro de Campos. Sobre Portugal exclusivamente, em setembro, o embaixador escreve que

⁷⁵ *Ibidem*.

⁷⁶ SOUZA, Otávio Tarquínio de. *A Vida de Dom Pedro I*. São Paulo: José Olympio Editora, 1954. 3. v.

*"Continua-se a fallar em uma expedição dos portuguezes fieis á Senhora Dona Maria 2ª contra o actual Governo de Portugal. Falta porem dinheiro e não creio que semelhante dificuldade possa ser facilmente removida em circumstancias como as actuaes"*⁷⁷. Da chegada do ex-imperador na Europa em junho de 1831 até março de 1832, promoveu-se por ele e pelos seus partidários a arrecadação de recursos entre particulares e bancos londrinos e o alistamento de mercenários de guerra, a partir dos portos da Inglaterra e da França, para a expedição contra Portugal. Era incerto, meses após a chegada de Pedro I na Europa, que a guerra de fato ocorresse e, principalmente, que o ex-imperador, derrubado do trono no Brasil, lideraria um exército liberal contra o irmão na antiga metrópole. Os recursos não haviam até a ocasião ainda sido reunidos aparentemente, segundo se pode observar a partir da análise feita por Otávio Tarquínio de Souza, de uma carta de Rocha Pinto para Pedro de Alcântara também de setembro de 1831 sobre tal dificuldade financeira⁷⁸.

Sem embargo, no mês corrente da informação sobre o desenvolvimento da "questão portuguesa" acima transcrito, Melo Matos expede um ofício reservado, onde afirma: *"o fato é que existe um plano contrário á paz e integridade do Brasil"*⁷⁹. Nessa peça, o diplomata informa a Francisco Carneiro de Campos que na Europa articulava-se um plano contra o Império. Ele afirma que recebera informações por canais distintos, noticiando que Pedro e seus conselheiros demonstravam interesse em ver estabelecido no Brasil o *"système federal"*, por acreditarem ser mais *"facil aggregar a Portugal as provincias do Pará e Maranhão, e tramar a sugeição das outras ou a dissolução do Imperio"*⁸⁰. Relatava, portanto, um projeto restauracionista, movido pelos mesmos organizadores das forças constitucionais de Portugal que, quando apoderadas ulteriormente do poder, moveriam seus interesses contra o Império, a partir de uma perspectiva de secessão territorial⁸¹.

O embaixador menciona também a difusão, na Inglaterra, da notícia de que a "opinião

⁷⁷ Cf. Documento 4, pg.8

⁷⁸ SOUZA, Otávio Tarquínio de. *op. cit.*

⁷⁹ Cf. Documento 5, pg. 9

⁸⁰ *Ibidem.*

⁸¹ Propostas de maior autonomia das províncias do Império e da implementação de um sistema federativo tramitavam no Parlamento depois da Abdicação. Para alguns historiadores, a partir da reforma constitucional de 1834, o Império figurará propriamente como uma monarquia federativa, fato identificado para eles como fundador da sua unidade territorial recente. Ver: DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2007. (1ª ed. 2005). Entretanto, segundo o documento de Melo Matos, a aprovação de tal medida era desejada pelos expatriados pedristas, pois entendiam-na como

pública" nas províncias era favorável à restauração e que crescia a emigração de pessoas de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, e outras províncias, para o Rio Grande do Sul para que, “*em caso extremo*”, fizessem “*causa comum*” com a Cisplatina. Melo Matos afirma também que nesse plano concordam “*capitalistas portugueses*”, os “*mais liberais*” dos portugueses emigrados na Inglaterra e na França e os “*chamados membros do Governo Constitucional*”, sendo que os capitalistas haviam fornecido recursos para a organização de uma expedição naval às províncias referidas, logo que triunfasse a causa liberal portuguesa. De fato, a integridade descrita no plano é a integridade territorial do Brasil⁸². À época, esses assuntos foram informados por uma comunicação com grau de acesso reservado, precedida por outra, inteiramente criptografada, datada de agosto.

Da embaixada do Império do Brasil na França também era anunciada uma conspiração contra a Regência. O diplomata José Joaquim da Rocha relata em ofício secreto de novembro de 1831 que “*o plano adoptado he o de deitar-se abaixo a actual regencia, e de nomear-se hum Dictador com o titulo de Regente, o qual investido de poder dictatorial para conservar a Suprema autoridade enquanto o Ex-Imperador he avisado, e ahi aparece tendo a protecção de certa Potencia que sempre procurou fomentar desordens na America*”. Escreve ainda o embaixador em Paris, no mesmo sentido do exposto por M. Morel, que “*Cavalcanti he hum dos promotores d'esta medida (...) e que na Bahia, Pernambuco e Maranhão há pessoas influentes muito interessadas na execução do dito plano*”. Holanda Cavalcanti, tendo sido duas vezes ministros de Estado no período, seria o suposto articulador primordial de tal projecto de dissolução do Império de dentro de seus limites territoriais.

uma facilitação aos seus planos secessionistas das províncias do Norte.

⁸² Parte desse plano de desmembramento do Império em formação nas ex-colônias portuguesas na América entre 1831 e 1834 foi recentemente abordada por Marco Morel. O historiador, em dois artigos baseados sobretudo em ofício da diplomacia francesa na corte do Rio de Janeiro, batizou o fenômeno pelo nome de *Confederação Caramurú*. Segundo M. Morel, no ofício expedido em setembro de 1831, embora no sentido inverso, do Brasil para a França, o embaixador francês relata ao seu Ministério das Relações Exteriores que no Império projetava-se um plano para a separação de um território estendido da Bahia ao Pará para a formação de novos Estados. Charles Pontois informava, de acordo com o historiador, que pediam os secessionistas o apoio do governo francês a favor de tal projeto e, em contrapartida, seriam oferecidos a ampliação da fronteira da Guiana francesa até a entrada do rio Amazonas e um privilegiado tratado de comércio. Embora o diplomata francês recomendasse a adesão do seu governo ao plano descrito e o envio de uma esquadra militar para sua facilitação, o chanceler Sebastiani e governo do rei Luis Felipe opuseram-se, alegando, segundo M. Morel, o princípio de não-intervenção nos negócios internos do Brasil. MOREL, M. O *Op. cit.*, 2011.

A historiografia, ao longo dos anos, tal como Pandiá Calógeras⁸³, Otávio Tarquínio de Souza⁸⁴ e, mais recentemente, Lúcia Guimarães⁸⁵, por exemplo, entre outros historiadores que abordaram o período regencial, mencionam suspeitas de restauração do ex-imperador, articuladas pelos chamados "caramurús". Suas fontes de informação majoritariamente são dos arquivos do Legislativo, levadas, no âmbito da política externa, pelo chanceler Bento da Silva Lisboa. Este assumiu a pasta no final do ano de 1832. Muitas afirmações baseiam-se ainda nos periódicos correntes. No entanto, a maior parte dessas denúncias datam de depois da queda de Lisboa em poder das forças constitucionais em 1833. Ocorre que, desde o período imediatamente posterior à chegada de Pedro I na Europa, são relatadas pelas embaixadas informações sobre planos contra o Brasil e parcela delas contendo uma particularidade territorial desse projeto. Por meio do ofício francês estudado por Marco Morel, rediscutiu-se e ampliou-se recentemente o conhecimento sobre essa dimensão territorial contida nos planos de restauração.⁸⁶

Eis editado nesta dissertação, o texto de parte significativa da documentação vinda da embaixada em Londres para o Rio de Janeiro sobre a matéria em questão, bem como outros documentos sobre questões correlatas do período. Os ofícios foram expedidos, a princípio, pelo embaixador Melo Matos, cuja pesquisa sobre sua trajetória mereceria destaque. Este militar e diplomata, em conjunto com o corpo diplomático imperial na Europa, durante mais de três anos, recolheu detalhadamente informações sobre os planos contra o Brasil por intermédio das conferências feitas com diplomatas de outros países, da leitura atenta das gazetas e de agentes secretos infiltrados nos meios luso-brasileiros fundamentalmente em Londres, Paris, Porto e Lisboa. Essas informações enviadas ao Rio de Janeiro foram utilizadas para a análise da política exterior pelos membros da Regência e, quando informadas, pelos parlamentares.

O início dos anos 1830 foi considerado como marcado na Europa pelo

⁸³ CALÓGERAS, P. *A política exterior do Império - da Regência a queda de Rosas*. Brasília: Senado Federal, 1998.

⁸⁴ SOUZA, OTÁVIO T. *op. cit.*

⁸⁵ GUIMARÃES, Lúcia. "Caramurús" (verbetes). In: VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial 1822-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, pg. 118-120.

⁸⁶ Essa perspectiva territorial já havia anteriormente sido aludida, por exemplo, pela historiadora Emília Viotti da Costa quando afirma que "todos os planos recolonizadores apresentados em Portugal depois da proclamação da Independência tinha como ponto de partida a ideia de que era possível explorar a falta de unidade das várias áreas". COSTA, E. *op. cit.* pg. 30

desenvolvimento dos princípios de nacionalidade, obedecendo cada um, muitas vezes, a uma área de jurisdição e distinta de poder, ou seja, um território específico.⁸⁷ Este é o caso da independência da Bélgica e das tentativas da Polônia por autonomia, por exemplo. No mesmo sentido, pode-se conjecturar que com a Abdicação configuraram-se ou distinguiram-se mais evidentemente princípios de nacionalidade distintos entre as classes dominantes luso-brasileiras.⁸⁸ Como a nacionalidade é, a rigor, uma condição jurídica, o governo regencial permanente do Império reforçou na ocasião um princípio oposto à fração expatriada. Esse princípio adotava como sua territorialidade as ex-colônias portuguesas na América, rompidas com Portugal. Pode-se considerar, portanto, parte das observações aqui desenvolvidas como a implementação dos mecanismos dessa operação no âmbito das relações internacionais, considerando que os correligionários do ex-imperador eram os únicos capazes de articulação nessa esfera do poder.

Em contrapartida, a facção pedrista, embora adepta do liberalismo luso na Europa, na América, manteve uma política territorial patrimonialista que admitiu propostas de dissolução do Império nascente para o reestabelecimento dos vínculos portugueses com algumas de suas partes, seja em bases constitucionais federativas seja despóticas. Reunidos em *clubs* diversos do período, estes últimos compartilhavam, portanto, na ocasião, de princípios de nacionalidade marcados pela união das monarquias luso-brasileira, perspectiva distinta da dos novos detentores do poder Executivo no Rio de Janeiro. Essas concepções não podem ser explicadas apenas como recolonizadoras ou absolutistas, pois parte da classe dominante da antiga metrópole havia transmigrado para as colônias americanas com a corte, em 1808, feito a ruptura, em 1822, e alguns de seus representantes políticos haviam sido derrubados, em 1831, bem como muitos portugueses foram expulsos em diversas províncias ou obrigados a deixar seus cargos. O próprio Senado era, em grande parte, composto por membros conservadores, sob forte influência da restauração do imperador destituído.

Em primeiro lugar, no ano de 1831, o partido da ordem que se congregou⁸⁹ buscou, na política interna, "glorificar" a revolução que levava a queda do imperador, mas, no campo das

⁸⁷ HOBBSBAWN, Eric. *Nação e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

⁸⁸ Cf. Nota 29.

⁸⁹ No texto do relatório do Ministério da Justiça apresentado por Diogo A. Feijó, em 10 de maio de 1832, nesse sentido é claro: "*esforços da classe interessada na manutenção da ordem publica a tem segurado até hoje*". MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Relatório da Repartição da Justiça apresentado á Assembléia Geral Legislativa*. Typographia Nacional: 1832. pg. 1.

relações internacionais, o governo procurou afastar da imagem brasileira elementos tidos por de descontrolo social e, por conseguinte, prejuízo do comércio, contidos nos processos ambigualmente entendidos como revolucionários do período, ora movido por forças internas ora externas. Tanto para o governo como para Melo Matos foi colocada a necessidade de um sistema de vigilância e de intervenções pontuais, tanto no Brasil como na Europa, para a coação ao referido plano secessionista e manutenção da ordem, sobretudo, comercial. A emissão de passaporte, a interceptação de correspondências, a publicação de artigos em jornais europeus e agentes secretos foram, em parte, os mecanismos adotados pela diplomacia na Europa para esse fim.

É possível distinguir, de modo interpretativo, as ações de Eustáquio Adolfo de Melo Matos em duas fases gradativamente distintas, até sua remoção da embaixada em janeiro de 1834. A primeira delas, refere-se ao período extendido da chegada em Londres da notícia da queda do imperador em junho de 1831, bem como das primeiras comunicações reservadas sobre o plano contra o território do Brasil entre agosto e setembro do mesmo ano, até o início de 1833. Esta última data refere-se ao momento em que, cercados no Porto, refortalessem-se militarmente as forças liberais portuguesas até a tomada ulterior, em julho de 1833, da cidade de Lisboa. A geopolítica na Europa transformara-se com o arrefecimento paulatino das tensões da era de revoluções burguesas novamente iniciadas entre 1829 e 1830.

A segunda fase de ações do diplomata perpassa o ano de 1833, quando já formada a Regência de Pedro de Alcântara em Portugal em nome da rainha Maria II, amplia-se o temor dos planos da chamada "*camarilha do Paço*" contra o Brasil e, por outro lado, ampliam-se os mecanismos de contenção aplicados na Europa, com a infiltração de agentes confidenciais em Lisboa, bem como a publicação na imprensa inglesa de artigos escritos anonimamente favoráveis a autoridade da Regência, dizendo que os grandes proprietários a apoiavam e eram a classe mais interessada na manutenção da ordem pública. Nos meses finais de 1833, conforme desenvolvia-se a política interna portuguesa, com o prestígio do Regente em declínio, foram enviadas as primeiras cartas do agente secreto à embaixada em Londres, relatando aspectos territoriais dos planos restauradores das facções pedristas. O envio de esquadras para os portos brasileiros e a secessão das províncias do Pará, do Maranhão, de Pernambuco e, até mesmo, da Bahia aparecem no cenário possível. Apesar da possibilidade de efetivação de tais planos, o fato é que o temor do desmembramento moveu as ações do corpo diplomático no continente europeu, e especialmente as de Melo Matos,

durante os três anos posteriores à Abdicação.

Em 1834, no entanto, o diplomata e então presidente da província de Minas Gerais, José de Araújo Ribeiro é enviado à embaixada para substituir Melo Matos que é removido para a Áustria. O contexto geopolítico da Europa, marcado pela reação às revoluções dos três anos precedentes, e o desprestígio político e o falecimento de Pedro de Alcântara determinaram o arrefecimento das propostas secessionistas e restauracionistas no Império. O ano de 1834 compõe a terceira fase aqui distinguida, porém marcada pelo sentido inverso em relação às duas fases crescentes anteriores, até o ulterior reestabelecimento das relações diplomáticas com Portugal, rompidas desde 1826.

Uma das principais atribuições funcionais dos diplomatas de um país no estrangeiro era a obtenção de informações que pudessem ser enviadas para o subsídio às decisões e às ações tomadas pelo seu governo no âmbito das ditas políticas externa e interna. Conferências com ministros das relações exteriores, com políticos ou com diplomatas de outros países, a leitura dos jornais circulantes ou a espionagem eram os modos pelos quais os diplomatas obtinham dados considerados relevantes para serem escritos às autoridades dos seus países. A partir das informações relatadas pelos embaixadores, ordens eram expedidas pelos governos às suas ações no estrangeiro. Na ações diplomáticas brasileiras na Europa, pode-se observar, a partir da documentação, o acompanhamento sistemático feito pela missão em Londres dos eventos referentes à "questão portuguesa", cujas peças, em parte, encontram-se aqui editadas. Cada fato novo era relatado à corte do Rio de Janeiro por ofícios ostensivos, em conjunto com outros dados dos chamados "negócios políticos e diplomáticos da Europa". Porém, na medida em que as tensões em torno dessa questão se interseccionavam com planos restauracionistas ou secessionistas eram tratadas de modo reservado ou, até mesmo, secreto, entre o representante diplomático em Londres e o chanceler no Rio de Janeiro.

Nas comunicações reservadas entre o diplomata e o ministro no Brasil na primeira fase, observa-se a recorrência do problema da emissão de passaporte de entrada no Império conectada, na maior parte das vezes, à suspeita dos requerentes serem agentes do ex-imperador para promoverem a "*desordem*", "*anarquia*" e o "*partido de dom Pedro*". O intuito desses agentes seria o de promover rebeliões cuja necessidade de retorno de Pedro I fosse aceita, senão em todas, pelo menos em parte das antigas colônias portuguesas. Sobretudo nas províncias do Pará, Maranhão, Pernambuco e Bahia, a idéia seria que a restauração fosse vista como uma solução de ordem, nos planos interno e internacional. Contra esse mecanismo

político partido dos principais conselheiros de Pedro de Alcântara depois da Abdicação, e temido pelos diplomatas, procedeu-se o que se deve considerar como uma ampliação do controle documentário do território, por meio da restrição à emissão de passaportes.⁹⁰

Era necessário, na ocasião, passaporte de entrada, bem como passaporte de saída, que deveriam ser apresentados às autoridades por nacionais ou estrangeiros que estivessem deixando ou vindo para o país, o que se diferenciava dos *vistos* necessários dados aos mesmos documentos pelos poderes competentes. Um súdito natural do Império do Brasil podia também requerer das embaixadas e consulados no estrangeiro outro documento de passaporte brasileiro, para apresentarem na alfândega dos países que fossem entrar. Melo Matos solicita, desse modo, de Londres, instruções do governo sobre a emissão de passaportes para algumas pessoas, como para Henrique Plasson em setembro de 1831. Plasson havia saído do Brasil com o ex-imperador, escrevera contra a abdicação em jornais europeus, e agora pretendia regressar, dizendo-se arrependido: as “*extemporâneas protestações do seu equívoco brasileiro*”⁹¹, nas palavras de Melo Matos. O mesmo ocorre em fevereiro de 1832, por exemplo, com João Carlos Pardal, a quem é atribuída igual suspeita do anterior, a de ambos serem agentes secretos para promover o partido do ex-imperador⁹². Aos dois foi negado o passaporte de entrada no Brasil.

Os primeiros meses do ano de 1832 foram, no Império, marcados por lutas sociais que ocorreram tanto no Rio de Janeiro quanto em Pernambuco. Com caráter liberal radical, no dia 6 de abril, uma rebelião militar contra a Regência foi liderada pelo major Frias, por exemplo, ocasionando sua fuga para os Estados Unidos.⁹³ No dia 13 do mesmo mês, outra rebelião, embora restauradora, ocorreu na cidade. Em ambas morreram cerca de 30 pessoas e mais de 120 foram presos.⁹⁴ Em Pernambuco, irrompeu a conhecida Abrilada, uma guerrilha cujos

⁹⁰ Conquanto o controle documentário do território seja preocupação precedente à era de revoluções burguesas, o controle regular à entrada e ao trânsito dentro do território do Brasil Independente, a rigor, data de implementação de José Bonifácio de Andrada e Silva, no período da sua administração da pasta dos Estrangeiros. Ele teria criado, segundo Flávio Castro, pela suspeita de espionagem, a necessidade de estrangeiros portarem documento de passaporte para trânsito interno no Império. Em 1826, a prerrogativa de emissão de passaportes internos passou para o Ministério dos Negócios Estrangeiros e, em 1828, esses assuntos foram colocados a cargo da 3ª seção do órgão. CASTRO, F. M. *Op cit.* pg. 27

⁹¹ Cf. Documento 6, pg. 10.

⁹² *Ibidem* e Cf. Documento 13, pg. 22.

⁹³ CASTRO, Paulo Pereira. *Op cit.*

⁹⁴ *Ibidem*.

líderes, como o tenente-coronel Francisco José Martins, eram proponentes da restauração do ex-imperador. Em maio de 1832, no relatório apresentado ao Parlamento, às vésperas da tentativa do chamado golpe de junho do mesmo ano, o Ministro da Justiça, Diogo A. Feijó, profere que "(...) *novos exemplos me fazem estremecer á vista da marcha progressiva do espirito revolucionario no Brasil*".

As notícias do Império no início de 1832 chegaram em Londres em junho. Em um ofício desse mês, Melo Matos anuncia o recebimento da informação sobre as “*deploráveis ocorrências dos dias 3 e 16 de abril*”⁹⁵ na corte do Rio. Em junho de 1832 também chega à embaixada na Inglaterra o despacho de Francisco Carneiro de Campos, de 27 de abril, contendo o Aviso dirigido-lhe por Diogo Feijó, em 12 de abril, para que se restringisse a entrada no Império de “*estrangeiros vadios e viciosos*” de modo a assegurar a ordem social nas mãos do governo estabelecido.⁹⁶ O ministro da Justiça, por intermédio de F. Carneiro de Campos, ordenou posteriormente que se emitisse passaporte apenas para quem portasse carta confiável de recomendação, garantindo a idoneidade do requerente. Essas ordens foram publicadas em jornais ingleses na época para dar visibilidade à situação de restrição rigorosa de entrada no Império do Brasil. Antes mesmo disso, em fevereiro de 1832, Melo Matos havia notificado o Consulado Geral do Brasil na Inglaterra para que “*não desse passaporte a ninguém*”. Ocorreu, de fato, entre dezembro de 1831 e setembro de 1832, uma tentativa de fechamento das fronteiras do Império, com o intuito de impor a jurisdição, reconhecida pelas principais potências estrangeiras, da corte do Rio de Janeiro sobre o território luso-americano e de conter interna e externamente as pressões autonomistas.

Em 8 de agosto, Melo Matos informa a chegada na Inglaterra de um dos principais líderes restauradores, Francisco José Martins, “*chefe do Partido, cujos excessos causaram ultimamente em Pernambuco a effusão de tanto sangue*”⁹⁷. A partir de então, iniciou-se a sua

⁹⁵ Cf. Documento 17, pg. 26.

⁹⁶ Também em abril, o vice-cônsul brasileiro na cidade do Porto foi preso, junto com seus papéis, como destaca o ofício que narra o episódio, acusado de participar de “*conspiração*” a favor da rainha Maria II. Melo Matos solicita a coadjuvação do governo inglês no caso e essa prisão desestabiliza ainda mais as relações diplomáticas entre Brasil e Portugal, rompidas desde 1826, a cidade do Porto era uma cidade fundamental da “*questão portuguesa*” por constituir-se como um centro de constitucionalistas contra o governo. Cf. Documento 15, pg. 25; e Documento 16, pg. 26.

⁹⁷ Cf. Documento 19, pg. 28

vigilância.⁹⁸ Em agosto de 1832, mais notícias dessa província chegaram à embaixada e os movimentos de Francisco José Martins eram informados ao governo brasileiro por Melo Matos, apoiados por espiões e vice-cônsules. Nesse mesmo mês, também chegou à embaixada em Londres a notícia da ocupação do Porto pelas forças constitucionais ocorrida no dia 24 e, em setembro, suspeita-se que o líder pernambuco intencionava partir para essa cidade, para somar-se às forças pedristas⁹⁹. No mês seguinte, novamente a emissão de passaporte a M. A. Guerra foi questionada, pois ele deixou Pernambuco por ocasião da “*revolução tramada por Martins*”.¹⁰⁰ Solicitado por passaporte para Paris, Melo Matos inquiriu a chancelaria brasileira se deve emitir tal documentação, por acreditar que Guerra fugira de Pernambuco irregularmente por não ter apresentado passaporte de saída do Brasil.

Somada à "nacionalização" do quadro de funcionários do MNE, anteriormente referida, que baniu do órgão os partidários do imperador derrubado, a tentativa de fechamento das fronteiras do Império, insere-se não apenas no contexto da expressão bastante referida de Bernardo Pereira de Vasconcelos sobre frear a "revolução",¹⁰¹ mas também significou um passo na tentativa de fortalecimento do controle do território integral das ex-colônias portuguesas na América e a imposição, de fato, de um princípio "político-nacional" para a emissão de passaporte. Essa construção se deu simultaneamente conectada ao contexto geopolítico europeu e aos gabinetes ministeriais e círculos diplomáticos e financeiros da França e, sobretudo, da Inglaterra. Se no Império, no campo social, figurava grande parte das tendências do período, fundamentalmente liberais e conservadores, e, no campo institucional, prevalecia o debate em torno da preponderância do Legislativo ou do Executivo, no campo internacional, os únicos opositores da Regência capazes de uma articulação com a política exterior do período eram, de fato, os pedristas. É por esse motivo que nos documentos do MNE figuram majoritariamente nomes de agentes ligados a essa tendência. Some-se a isso, a afirmação de alguns historiadores sobre a predominância nas classes baixas da tendência

⁹⁸ Alguns trabalhos de historiografia brasileira, mesmo recentemente, manifestaram as suspeitas do fato de Martins ter se articulado com os pedristas na Europa. Ver: CARVALHO, Marcus J. M. Um exército de índios, quilombolas e senhores de engenho contra os “jacubinos”: a Cabanada, 1832-1835. In: DANTAS, M. (org.) *Revolutas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011. pg. 131-165.

⁹⁹ Cf. Documento 22. pg. 33.

¹⁰⁰ Cf. Documento 24. pg. 35.

¹⁰¹ COSTA, Emília Viotti. *Op. cit.*

"camamurú" no período¹⁰², pode-se inferir que o desmembramento do Império aparecia como uma possibilidade plausível na mentalidade do corpo diplomático, inseridos no contexto revolucionário europeu entre 1831 e 1833.

Nos ofícios ostensivos expedidos pela embaixada em Londres, pode-se identificar temas relevantes para a mentalidade geopolítica dos agentes diplomáticos, quando entre as suas preocupações, nessa primeira fase, figurava a suspeita de plano para a restauração do ex-imperador ou a dissolução do território do Brasil. No início de agosto de 1831, Melo Matos anuncia, por exemplo, ao chanceler brasileiro que “*Assim tudo anuncia que perto está de ser verificada a opinião daquelles que desde junho de 1830 prognosticaram uma guerra geral nesta parte do Mundo, como consequencia necessaria dos acontecimentos de então*”.¹⁰³ Trata-se das já aludidas tensões da segunda onda revolucionária de formação de uma sociedade burguesa em ascensão, intensificadas pela deposição de Carlos X na França em 1830. Em ofício de setembro de 1832, Melo Matos relata sobre a França e a mudança do rei derrubado para a Áustria que o estado de perturbação nesse país “*não podia deixar de reviver as esperanças de Carlos X, a quem convem mais fixar-se, onde possa obrar com prontidão, e liberdade, no caso de se lhe appresentar occasião opportuna*.”¹⁰⁴ Restauração, portanto, aparecia no cenário possível da realidade política revolucionária europeia do momento.

No Grã-Bretanha especificamente, centro econômico e financeiro da ascensão capitalista, o início dos anos de 1830 foi considerado como o momento em que, aprofundada a transformação advinda com a Revolução Industrial, a sociedade começa a senti-la mais intensamente, segundo E. Hobsbawn.¹⁰⁵ Os anos entre 1830 e 1834 foram também considerados como o ponto de partida do capitalismo moderno nesse país, por ter nesses anos se constituído, pela primeira vez, um mercado de trabalho desprendido das tradições impostas pelo setor agrícola.¹⁰⁶ Ao longo dessas transformações, ocorreram muitas rebeliões, levantes e insurreições da população que chegaram a ser descritos como os mais relevantes desde o século XVII. É nesse momento que se constituiu um movimento político de operários e da

¹⁰² NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império: Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1899-1900. CALÓGERAS, Pandiá. *Op. cit.* SOUZA, Otávio Tarquínio de. *Op. cit.*

¹⁰³ Cf. Documento 2, pg. 5.

¹⁰⁴ Cf. Documento 22, pg. 33.

¹⁰⁵ HOBBSAWN, Eric. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007; (3ª ed.) pg. 49-83.

¹⁰⁶ Trata-se do fim do sistema *Speenhamland*, uma renda dada a camponeses, desde 1795, para assegurar uma reserva de mão-de-obra no trabalho agrícola. Ele refletia a disputa do período entre setores distintos da classe dominante inglesa, dividida entre os latifundiários e os novos capitalistas industriais urbanos.

classe média nas cidades.¹⁰⁷

A chamada por Melo Matos *Bill* da Reforma era relatada à Secretaria dos Negócios Estrangeiros a cada passo da sua tramitação entre as duas Câmaras legislativas, a Casa dos Comuns e a dos Lordes. O diplomata analisava recorrentemente, na maior parte dos ofícios ostensivos entre 1831 e 1832, as tensões em torno das defesas e das oposições entre os *tories* e *whigs*, relacionando-as ao estado de agitação da sociedade em Londres, Bristol, Dublin e em outras cidades. Até a aprovação do Ato de Reforma em 1832, Melo Matos relatava ao governo imperial a “*terrível agitação*” do “*espírito público*” e as “*reuniões populares*” ou reuniões das “*classes trabalhadoras*” ocorridas simultaneamente às discussões parlamentares da Reforma. Ele descreve ainda as tensões em torno das medidas coercitivas tomadas pelo governo a fim de evitar “*qualquer tentativa revolucionária*” ou, em outra passagem, que a nação “*rompesse nos maiores excessos revolucionários*” caso não fosse aprovada a dita reforma. Ele relata ainda que faltava pouco para que o povo se colocasse “*em armas contra nobres e padres*”.¹⁰⁸

As palavras “*revolução*”, “*agitação*”, “*desordem*”, “*anarquia*” etc., associam-se, nos documentos, a acontecimentos ocorridos, não apenas na Inglaterra, mas, entre 1831 e 1832, nos reinos de Portugal, Espanha, França, Países Baixos, Suíça, nos reinos da Itália e nos da confederação germânica, no império austríaco, no império russo, no império otomano e, na América, no México. Em maio de 1832, Eustáquio Adolfo de Melo Matos escreve ao ministro no Brasil: “*(...) e assim parece provável, que dentro de em pouco tempo, rôto o veio que por ora cobre todas estas manobras, tenhamos de ver a Europa em armas, sustentando uma guerra geral, que decidirá a grande questão pendente entre os Reis e os Povos*”¹⁰⁹. Embora a guerra geral seja recorrentemente anunciada na ocasião, prevaleceu a paz restauradora entre as potências, promovida e beneficiada pelos financistas e altos comerciantes, segundo Karl Polanyi.¹¹⁰ Em parte desses acontecimentos, dessa guerra geral anunciada, existem dimensões territoriais ora bem sucedidas ora malogradas. As lutas sociais do período refletiam-se em secessões, em tentativas de autonomia territorial, em independências, que compunham o quadro geral de princípios de nacionalidade em formação naqueles anos, isto é, o desenvolvimento da idéia de formação de um espaço de poder autônomo de determinado

¹⁰⁷ HOBSBAWN, E. *Op cit.*, 2007.

¹⁰⁸ Cf. Documento 8. pg. 13.

¹⁰⁹ Cf. Documento 19, pg. 28..

¹¹⁰ POLANYI, Karl. *Op. cit.*

agrupamento humano, constitucionalmente "pactuado" entre seus cidadãos, com base em supostos passado, cultura, língua comuns, contrapostos à natureza "multi-nacional" dos impérios oriundos do Antigo Regime. À guisa de exemplo, pode-se mencionar a referência de Melo Matos aos planos dos liberais de Confederação Germânica para a formação de novos Estados, ou seja, novos centros de poder:

"Depois da saída do ultimo paquete, os negocios da Europa tem tomado um aspecto cada dia mais interessante. A muito que os principios liberaes gradualmente se desenvolviam na Allemanha." (...)

"O plano dos liberaes era formar dos pequenos Estados allemaens certo numero de Potencias respeitaveis, que pudessem tornar-se menos dependentes da Prussia, e Austria. Nesse caso teriam a ganhar a Baviera, Wurtemberg, e a Saxonia, que provavelmente serviriam de centros para a formação dos novos Estados."

Considerando o aspecto territorial dos elementos apontados, a *"questão polonesa"* merece destaque no texto de muitos dos documentos ora editados dessa primeira fase entre 1831 e 1832, pois há indícios significativos de que ela compunha uma referência primordial para as classes dominantes do Império do Brasil na ocasião às tensões ocorridas no seu próprio território. Cronologicamente simultânea ao processo de derrubada de Pedro I no Brasil, ocorria na Polônia, no então território pertencente ao império russo, insurreições e revoltas da população, principalmente em Varsóvia, por independência. Essas revoltas eram referidas por Melo Matos de modo diferente das outras citadas acima, isso porque procura sempre defender os poloneses com adjetivos elogiosos e condenar os russos com ênfase. A Polônia no final do século XVIII foi três vezes ocupada por potências estrangeiras, o que culminou na última delas no seu desaparecimento total. A partir de então, tornou-se uma espécie de paradigma a questões territoriais durante todo o século XIX.

O historiador Perry Anderson tenta explicar a ascensão do Estado polonês desde o século XIV, proeminente na Europa entre o XVI e XVII, até seu desaparecimento pelas três partilhas de 1772, 1792, 1795 entre a Rússia, Prússia e Áustria. Segundo o autor, *"assistiu-se no final do século XV a um rápido crescimento da posição política e social da pequena nobreza, em detrimento tanto da monarquia como do campesinato"*¹¹¹ e não se constituiu, desse modo, um Estado absolutista aos moldes da Europa ocidental, centralizado na figura do monarca e fortemente militarizado. Pelo contrário, houve, segundo o historiador, uma

¹¹¹ ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

fragmentação política e institucional pelo território com o exército, impostos e a exploração dos camponeses jurisdicionalmente subordinados a nobreza latifundiária. Com a ascensão de potências como a Rússia e a Prússia no século XVIII, a falta de centralização ocasionara à antiga *Rzeczpospolita Polska* a sua sucessiva ocupação territorial até o seu desaparecimento definitivo, em período em que o poderio externo da Inglaterra e da França reduzia-se por causa da guerra de independência dos EUA e da Revolução Francesa.

O historiador Eric Hobsbawn, sobre o problema das partilhas da Polônia, caminhou no mesmo sentido. Para ele, também a fraqueza em se constituir como um Estado absolutista centralizado administrativa, militar e tributariamente foi o contexto no qual as principais potências vizinhas, baseadas em doutrinas ultra-absolutistas, dividiram seu território, por meio de ocupações militares e tratados diplomáticos. Sobre o tema, escreve o historiador que “*Com exceção da Grã-Bretanha, que fizera sua revolução no século XVII, e alguns Estados menores, as monarquias absolutas reinavam em todos os Estados em funcionamento no continente europeu; aqueles em que elas não governavam ruíram devido à anarquia e foram tragados por seus vizinhos, como a Polônia*”.

A política externa de Napoleão Bonaparte na Europa, por sua vez, criara o Ducado de Varsóvia como uma tentativa de enfraquecimento das três maiores potências absolutistas do período, mas com a Restauração, os tratados do Congresso de Viena confirmaram a partição e anexação do território polonês entre as potências, cedendo ainda à Rússia, parte do território ocupado anteriormente pela Prússia. Desde as partições, a “questão” ou “causa” polonesa, tornou-se uma referência geral para as disputas territoriais ulteriores. Sobre isso, pode-se citar dois exemplos bastante significativos do receio das populações de alguns países de que nessa era de revoluções e conflitos militares, seus territórios fossem desmembrados tal como a Polônia. Este é o caso dos franceses e dos estadunidenses.

Ao longo da Revolução Francesa, sobre o temor mencionado, escreve Eric Hobsbawn que para parte dos revolucionários “*a escolha era simples: ou o Terror, com todos os seus defeitos do ponto de vista da classe média, ou a destruição da Revolução, a desintegração do Estado nacional e provavelmente – já não havia o exemplo da Polônia? – o desaparecimento do País*”.¹¹² Já em estudo mais recente, o historiador estadunidense David Armitage demonstrou também como os problemas enfrentados pela Polônia eram referências nos debates entre os colonos pelos seus receios em torno do desmembramento do território norte-

¹¹² *Ibidem*.

americano pela Inglaterra em aliança com a Espanha e a França. Conforme David Armitage *“a prática europeia deu fundamentos a tais receios (...). Em 1772, a Prússia, Rússia e Áustria haviam dado início ao desmembramento do maior Estado da Europa na primeira Partição da Polônia – uma série de eventos que os colonos também acompanharam com interesse e ansiedade”*.¹¹³ Nas palavras de um colono à época da Revolução de Independência:

*“Uma pequena atenção às condutas recentes de muitas Cortes europeias irá revelar adequadamente o espírito de divisão, e o direito presumido de dispor de homens e países como gado em uma fazenda que distingue essa era corrupta (...) a Córsega e a Polônia indiscutivelmente provam isso”*¹¹⁴

Depois de certa liberalização proporcionada pelo tsar Alexandre I ao território anexado pelos russos, a ascensão e reação do tsar ultra-absolutista Nicolau I, em 1825, transformou o quadro no sentido inverso, no de uma política de repressão às manifestações por autonomia polonesa. No final de 1830 e durante 1831, a população de vários pontos antiga Polônia rebelou-se fortemente contra o Império russo e, reprimida pelo exército, perdera a derradeira autonomia militar, administrativa e, até mesmo, linguística que mantivera até então. Embora parte da aristocracia polonesa optasse no seu princípio de nacionalidade pela manutenção da união com a Rússia, outra era pela independência. Depois do conflito, muitos poloneses migraram do país para outros pontos da Europa, principalmente França e Inglaterra, ampliando a discussão sobre a sua "causa" para o debate público no continente.

Como pode ser observado pela documentação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, entre 1831 e 1832, a "questão polonesa" era o problema mais relevante da geopolítica européia. A partir das caracterizações feitas por Melo Matos, de alguns trechos de jornais brasileiros do período e de outros testemunhos já estudados por importantes historiadores, pode-se entender que para setores sociais do Império, tal como em outros países, o paradigma da Polônia tornou-se relevante por um temor entendido como iminente: o desmembramento territorial por ingerência estrangeira, explorando-se a falta de centralização militar, política e administrativa, oriunda da formação do Estado.

Da Inglaterra, Melo Matos manifesta-se de maneira totalmente distinta nos ofícios

¹¹³ ARMITAGE, David. *Declaração de independência: uma história global*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

¹¹⁴ *Ibidem*.

ostensivos enviados à corte do Rio de Janeiro do que faz em relação aos outros problemas do continente europeu. O diplomata tece elogio aos poloneses, a quem chama de “*bravos defensores*”, e critica os russo como seus “*bárbaros opressores*”. Em setembro de 1831, informa acerca da “*heróica resistencia*” que acabara de ser suprimida pelo exército russo, mas que a queda de Varsóvia não representa, segundo o diplomata brasileiro, a de 10 milhões de poloneses, livres e animados de patrióticos sentimentos. Em outubro, quando expira completamente a causa daquele país, Melo Matos analisa o contexto geopolítico da Europa, pois, de acordo com ele: “*A Russia tem razão para alegrar-se com esta victoria, mas os seus fieis aliados, cedo ou tarde hão de arrepender-se de ter concorrido para a destruição do único baluarte que elles podiam oppor á illimitada ambição do Gigante do Norte*”.¹¹⁵ Essa visão de Melo Matos se refere a recorrente imagem na história da Polônia como antemuro ou “Estado fronteira” da Europa dita ocidental.¹¹⁶

E. Hobsbawn alude ao crescimento da russofobia na Inglaterra e na França no início dos anos de 1830 por causa da “questão polonesa”, o que explicaria parte das caracterizações feitas pelo diplomata. Melo Matos também pode ter conhecido alguns poloneses no exército imperial, pois muitos foram recrutados depois da Independência. Todavia, o que merece destaque são duas passagens de ofícios de setembro de 1831 – expedidos em dias próximos aos do relato do plano a favor do desmembramento do Brasil – em que o diplomata em Londres relata ao governo brasileiro que na Polônia “*em vez da união tam necessaria em taes circumstancias, reinava pelo contrario a divisão e anarquia*”¹¹⁷ e, em outro documento expedido no mesmo mês: “*Assim ainda espero poder transmittir a Vossa Excellencia melhores noticias sobre este objecto, que não interessa mais á Europa, do que á propria America*”.¹¹⁸ Ora, qual motivo de a “causa polonesa” interessar, segundo Melo Matos, não apenas à Europa, mas também à América?

Para tentar responder a questão colocada destaca-se outro trecho de ofício enviado pelo embaixador brasileiro em Paris em que este analisa a conjuntura geopolítica da Europa relacionando a repressão aos poloneses insurretos com a “questão portuguesa” e o Império do

¹¹⁵ Cf. Documento 8. pg. 13.

¹¹⁶ KIENIEWICZ, Jan. *Historia de Polonia*. Mexico, D.F.: Fondo de Cultura Economica, 2001. WALICKI, Andrej. *Poland Between East and West: the controversies over self-definition and modernization in Partitioned Poland*. Cambridge: Harvard University/Ukrainian Research Institute, 1994.

¹¹⁷ Cf. Documento 3. pg. 7.

¹¹⁸ Cf. Documento 4. pg. 8.

Brasil. Neste importante officio inédito, José Joaquim da Rocha escreve que:

“Com a queda da Polônia mudou muito a politica Européa, pois que a Russia victoriosa alenta as outras Potencias, inimigas do Systema Constitucional, e as que são regidas por este systema não ousão por ora fazer-lhes huma opposição tal, que d'ella possa resultar huma guerra geral, o que todas ellas dezejam evitar. He em consequência d'este mao alento que Fernando 7mo oppoem-se agora com mais vigor ás pretensões dos Gabinetes Francez e Inglez quanto à expulção de D. Miguel do Throno de Portugal para ser occupado pela Rainha D. Maria 2ª fundando-se em que D. Pedro ali entrando como Regente ou como futuro Rey Constitucional, protegeria aos Contitucionaes Hespanhoes para tentarem contra a tranquillidade da Hespanha e o vigor com que elle trata esta matéria deu occasião ás mais aberturas, sendo a ultima huma propozição do Governo Inglez que contém a necessidade de D. Miguel largar o Throno de Portugal com a certeza de que D. Pedro nunca ali irá, que a Rainha não se casará com Princepe, que não seja á contento de Fernando 7mo., e que não haverá em Portugal Constituição si não do agrado d'este e sabendo-se que do Brasil se afirma que D. Pedro he ali desejado, promette-se-lhe proteção para ser restituído á esse Throno”

Considerando o que foi exposto sobre a formação histórica da Polônia, em que a ausência de centralização favoreceu o desmembramento do seu território pelas potências estrangeiras; considerando a formação colonial do Brasil, marcada também pela “*dispersão da autoridade*”¹¹⁹; considerando o plano contra a integridade territorial do Império, relacionado à “questão portuguesa”; e considerando a conjuntura de disputas geopolíticas na Europa no início dos anos 1830, em que os países absolutistas, os mesmos que dividiram a Polônia no final do século XVIII, opunham-se ao governo constitucional em Portugal, pode-se definir a “questão polonesa” como uma referência e preocupação significativa para as classes dominantes do Império do Brasil no que se refere à manutenção territorial no período.¹²⁰ Para as classes dominantes, contra a possível fragmentação territorial, deveria desenvolver-se e prevalecer, a partir dessa referência, a centralização do poder estatal.

“*Divisão e anarquia*” é também a expressão coincidente pela qual Melo Matos, em

¹¹⁹ DIAS, Maria Odila L. S. *Op cit.*

¹²⁰ O caso da Polônia também foi discutido nos periódicos brasileiros da época, como no *Jornal do Commercio*, em 1831, no qual se faz uma análise geopolítica: “*O restabelecimento da Polônia será de imensa consequência à Europa, pela extensão de seu fértil território, e número de seus habitantes que monta a 20 milhões e a sua posição entre a Russia e a Allemanha porá fim a nociva influencia da primeira sobre a última e fará com que os semi-bárbaros do Norte deixem de ser o espantelho da Europa civilizada*”. In: SKOWRONSKI, Tadeu. *Paginas brasileiras sobre a Polonia*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos, 1942. pg.14

ofício criptografado de agosto de 1831, descreve a suspeita de que os correligionários do ex-imperador eram enviados ao Brasil para promovê-las de modo a facilitar o desmembramento do território. Contra essa divisão, deveria prevalecer, como no caso da Polônia, a união e a ordem. Em 28 de Abril de 1832, por sua vez, no relatório referente ao ano anterior¹²¹, novamente o chanceler Francisco Carneiro de Campos formula passagens interessantes para a compreensão dos Negócios Estrangeiros na ocasião e os problemas discutidos aqui:

"(...)Desconcertadas vozes de oppostos partidos, que invocão já a restauração, já a desorganização instantanea da nossa Constituição Monarchica Representativa, deixarão de perturbar a serenidade da paz publica, e se confundirão com os sons harmonicos da nossa concordia, se reunidos em torno desse novo symbolo de unidade, os Brasileiros cordatos tiverem a sabedoria de estabelecer practicamente a auctoridade das Leis, e offerecerem penhores de solida tranquillidade aos de casa, e aos estranhos. Então o Brasil será dos Brasileiros: elles gozarão do delicioso Eden, para que a Natureza os destinara; mas, se correndo a poz utopias, ou promessas dos ambiciosos, se precipitando as reformas por vias extralegaes, perderem aquele centro, e se lançarem no mar tempestuoso das revoluções, quem poderá afiançar a nossa sorte?"

Uma síntese da discussão pode ser observada pela oposição entre unidade e revoluções. O desenvolvimento do capitalismo e a disputa entre princípios de nacionalidade distintos, oriundos da era de revoluções burguesas, formaram novos centros de poder econômicos e políticos que se somaram aos já existentes. Os movimentos revolucionários do período circunscrito favoreciam a alteração do balanço de forças desses centros, ocasionando uma tensão entre autonomia e unidade. Na Europa, o corpo diplomático trazia em mente a formação de novos Estados alemães, ou seja, novos centros de poder, como foi anteriormente referido, e sobre a disputa entre a corte de São Petersburgo e Varsóvia, ele defendera os últimos como novo centro autônomo, levado adiante por uma "revolução". As duas experiências eram vistas como alteradoras do balanço de forças na Europa a favor do Brasil e, por conseguinte, preventoras de uma restauração, que seria possivelmente movida ora com o auxílio das potências da Santa Aliança ora com o da França e Inglaterra, dependendo da resolução da "questão portuguesa".

O novo símbolo de unidade e o centro sobre o qual fala o relatório de 1832 é a Constituição de 1824 e a Corte do Rio de Janeiro, respectivamente, que não deveriam ser

¹²¹ MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado á Assembléia Geral Legislativa* Typographia Nacional: 1832..

contrapostas pelo “*mar tempestuoso das revoluções*”. Se em 1831, procurava-se “glorificar” a “Revolução do 7 de abril”, um ano depois, buscava-se afastar outra vez o cenário de “revoluções” - no plural - de modo a consolidar seu centro de poder sob toda a área de jurisdição luso-americana coeva. Conforme Paulo Pereira de Castro, em junho desse ano, o gabinete ministerial aderiu a uma tentativa de golpe de Estado, argumentando a fraqueza do Executivo diante do Parlamento em conter as “revoluções” ocorridas pelo território e, por consequência, da unidade estatal. Decorreu dessa tensão, o fim das administrações de F. Carneiro de Campos na pasta dos Negócios Estrangeiros e de Feijó na da Justiça. No lugar, do primeiro, por dois meses, ocupou o posto o conservador Araújo Lima, sendo substituído em seguida por Bento da Silva Lisboa, o Oficial-Maior do Ministério. Silva Lisboa permanecerá à frente da pasta até o início de 1834 e é sobre sua administração que seguirá a segunda fase interpretativamente referida neste capítulo.

Como pode ser observado pela ampliação da série anual de ofícios reservados a partir do início de 1833, as suspeitas e, por consequência, as diligências do embaixador brasileiro em Londres sobre a restauração e o desmembramento do Império do Brasil cresciam no sentido em que se desenvolvia a guerra pelo trono em Portugal. O temor de um suposto plano contra o Brasil movia as ações dos diplomatas brasileiros na Inglaterra e na França na medida em que aumentavam ou diminuíam as chances de vitória das forças militares da rainha Maria II. Depois de um descrédito corrente a propósito da resolução pendente aos liberais entre janeiro e maio de 1833, o exército liberal português se refortaleceu e, em julho de 1833, tomou a capital do Reino. O período dessa alteração no balanço de forças em Portugal é aqui interpretado como uma segunda fase de ações de Melo Mato e do restante do corpo diplomático na Europa até a troca de chefe da missão, entre fevereiro e março de 1834.

No início do ano de 1833, conclui-se, na Inglaterra, a eleição para o Parlamento com base na Reforma do ano anterior. Os *whigs* obtiveram uma maioria com pequena diferença na Casa dos Comuns e a tensão política na Inglaterra influia na resolução das controvérsias do continente europeu, a saber, fundamentalmente nesse ano, a “questão belga”, a “questão oriental” e a “questão portuguesa”. Sobre a visão dos ingleses a propósito do último tópico, Melo Matos escreve ao chanceler Bento da Silva Lisboa em maio de 1833, que Portugal “*que passou sempre por colonia deste Payz, é este hoje igualmente detestado não só polos liberaes como polos absolutistas, e ninguém dirá que sem razão. Por que seja qual for o resultado da presente luta, os portuguezes ficarão arruinados, e attribuirão seus males a este Governo,*

que simultaneamente sustentou e abandonou cada um dos partidos que hoje aspiram ao dominio daquella Nação."¹²² O embaixador brasileiro refere-se ao auxílio mútuo dado por liberais e conservadores naquele País aos distintos partidos em Portugal, ou seja, os *whigs* em benefício dos liberais portugueses e *tories* em apoio ao governo de Miguel I.

Com a nova situação política inglesa, Stratford Canning foi enviado em missão especial para a Espanha para tentar influir por uma resolução de gabinete em relação à guerra portuguesa, tentando um acordo com o governo de Fernando 7º para por termo a disputa. A missão, nesse sentido, foi frustrada, pois até a ocasião o governo espanhol opunha-se às tentativas de derrubar Miguel do trono. O receio do governo espanhol era de que a vitória liberal em Portugal levaria ao desenvolvimento dessas forças em seu território, ameaçando o poder monárquico. Em janeiro desse ano, Melo Matos traça ao governo regencial as especulações feitas por ele entre a "questão portuguesa" e o Império, na direção de uma restauração ao trono: *"Indagando sobre as intenções dos alliados quanto ao Duque de Bragança em relação ao Brasil, [julguei] de achar que elles não se occupam de semelhante objecto, e só da questão portugueza pura e simples. Mas posto o negocio em marcha, ninguém sabe o que poderá succeder."*¹²³ Mais de uma vez, Melo Matos exprime sua preocupação com os desdobramentos do conflito, pois para ele, caso o ex-imperador brasileiro vença a guerra contra o irmão, fortalecer-se-ia para uma tentativa de restauração ou, caso falhasse na disputa portuguesa, com o auxílio das forças militares da expedição, movesse seus interesses para o Brasil. Quanto à essa conjuntura, em março, o diplomata em Londres recomenda que o governo imperial empregue a vigilância necessária para a prevenção de planos restauradores.

"Sobre as vistas do Duque de Bragança, a respeito do Brasil, não pode já existir a menor duvida. Mas seja qual for o lado para que se encline a balança, no desfecho da presente lucta, parece claro que Sua Magestade Imperial em um caso não pode esperar socorro estrangeiro, para levar ao cabo seus planos; e no outro, encontrará tamanha opposição entre os proprios portuguezes, e terá de superar tantas difficuldades, que por muito tempo ver-se-ha inhibido de tentar novas empresas. Esta ultima parte resulta do actual estado da opinião publica no Porto. Seja porem, como for, convem-nos ainda por muito tempo tomar nossas medidas, como si o perigo

¹²² Cf. Documento 36 pg. 54

¹²³ Cf. Documento 27 pg. 39.

fosse imminente."¹²⁴

Alçado ao cargo de chanceler nos meses finais de 1832, Bento da Silva Lisboa, como pode ser inferido a partir dos ofícios, solicita que Eustáquio Adolfo de Melo Matos escreva na imprensa inglesa anonimamente (pois se tratava de despesa secreta) de modo a dar credibilidade à Regência estabelecida. O artigo publicado no jornal *Courier* em dezembro de 1832¹²⁵ demonstra que o governo imperial queria passar a imagem de que mantinha a ordem social no Império e que era apoiado pela classe dos maiores proprietários, os mais interessados na contenção de revoluções.

Conforme foi aludido anteriormente, a prática da espionagem era uma das formas pelas quais os membros do corpo diplomático obtinham informações relevantes para serem enviadas para seus governos e que pudessem auxiliá-los na tomada de decisão da política externa de um país. Com o intuito de se informar detalhadamente para suas ações de contenção às conjecturas secessionistas, afora as diligências a propósito da posição das potências mormente interessadas no conflito, com conferências com Henry J. Temple sobre o tema, o militar e diplomata Melo Matos infiltra agentes secretos em círculos portugueses em Londres, Paris, Porto e, com a queda de Lisboa, nesta capital. Homens que gravitaram os partidários do ex-imperador e das forças liberais na Europa, até mesmo, posteriormente, no próprio Paço, para se informarem quais perspectivas os pedristas traçavam em relação ao Império do Brasil. É a partir de março de 1833 que se pode observar pelos ofícios expedidos da Inglaterra as primeiras menções aos agentes incumbidos de tal comissão.

Em março, procura a embaixada brasileira, um “*fulano Mazza*”, ex-cônsul sueco em Pernambuco, pedindo que o diplomata brasileiro concedesse passaporte para Paris a Francisco José Martins. Em maio, informa Melo Matos à Regência que Martins corresponde-se constantemente com o ex-imperador e que pretende regressar ao Brasil e, por isso, seria “*necessário fazel-o vigiar de perto*”, empregando para isso “*um inglez bem versado em commisoens dessa natureza*”. Em junho, Melo Matos informa a Bento da Silva Lisboa que a pessoa que o incumbiu de “*vigial-o conseguiu metter-se com elle*”, mas que repentinamente Martins partira para Liverpool. O embaixador comunica-se com o vice-cônsul brasileiro naquela cidade, pedindo também que informe sobre o referido. O militar pernambucano parte, todavia, em um navio para a Bahia. Na província, o presidente é notificado da chegada de

¹²⁴ Cf. Documento 30. pg. 45..

¹²⁵ *Courier*, dez. 1832.

Martins pelo vicê-consul em Liverpool, para que tomasse as medidas necessárias para a sua vigilância. H. Roberts Júnior expediu ainda uma falsa recomendação sanitária, de modo que o navio não fosse desembarcado no porto de Salvador, até segunda ordem da autoridade competente.

Entre março e abril, o consul-geral do Brasil em Portugal, Antônio da Silva Júnior, foi também contratado para essa comissão secreta de informação sobre os planos contra o Império na Europa, principalmente contra tentativas de desmembramento territorial. Melo Matos expede uma carta de instruções para Antonio da Silva Júnior acerca das funções que deveriam ser exercidas, a princípio, no Porto, e posteriormente em Lisboa:

“Nenhum empregado Brasileiro, dentro e fora do Imperio tem ordem a seu cargo commissão mais importante, ou mais delicada de que a que Vossa Senhoria vai desempenhar em Portugal.

“Trata-se de conhecer as vistas e os projectos do Duque de Bragança em relação ao Brazil, e he esse o objectivo em que espero, que Vossa Senhoria se empregue com o zêlo, actividade, patriotismo e descrição que o caracterisção”

(...)

“Fará outrossim Vossa Senhoria por ganhar, debaixo destes princípios, a confiança dos individuos que tiver bem fundada razão para crer mais intimos com o Duque de Bragança, ou com os seus principaes conselheiros, e adherentes, si com elles mesmos não lhe for possível por-se em contato immediato, e que aliás muito convém”

(...)

“Além das vistas, projectos e esperanças do Duque de Bragança quanto ao Brazil, procurará Vossa Senhoria saber quem são as pessoas que do Rio de janeiro, de qualquer ponto do Imperio, de Paris, ou desta Capital [Londres], se correspondem directamente com Sua Magestade; o objecto de taes correspondencias, e vice-versa”

As instruções dizem também que o cônsul deve conhecer o canal da correspondência entre Gomes da Silva e Rocha Pinto, por meio do qual correspondiam-se com agentes no Brasil para promoverem uma restauração e que fizesse o possível para conseguir cópias de documentos conexos com esse objeto, relacionando o nome das pessoas que se achassem a serviço do ex-imperador. Em maio de 1833, Antonio da Silva Junior chega ao Porto e, de lá, no mês precedente, envia uma lista de nomes de todos os “brasileiros” que estavam envolvidos na causa portuguesa e que poderiam vir a conspirar contra o Império. Informando a Melo Matos, este, da Inglaterra, repassa a listagem para Bento da Silva Lisboa no Rio de Janeiro. No documento constam nomes conhecidos do governo brasileiro, pois haviam partido

do Império junto com o ex-imperador, como João Carlota e o médico Tavares, e outros oito militares e três civis, todos das províncias do Rio de Janeiro ou de Pernambuco.

A correspondência entre Melo Matos e Silva Júnior segue pelo meses seguintes e detalham principalmente a conjuntura interna de Portugal devido à guerra e trazem muitas informações sobre posições e condições militares de ambos os lados da disputa, até a sucessão do poder na capital Lisboa, em julho. Neste mesmo mês, um ofício foi enviado à Secretaria dos Negócios Estrangeiros no Rio de Janeiro. Nele, Melo Matos descreve, além da situação geral da guerra em Portugal e, em particular, da cidade do Porto, descreve ao governo da Regência a existência de lojas maçônicas do “*Grande Oriente Caramurú*” em Paris e no Porto em constante comunicação com a do Rio de Janeiro. Nela se encontram Rocha Pinto, Gomes da Silva, Francisco de Salles Torres Homem, João Maria da Gama Freitas Berquó, Francisco Manuel de Paula, entre outros, sendo Torres Homem o mais “*activo e intelligente de todos os membros*” e que, por meio de correspondência sua com um amigo na capital do Império, informa Melo Matos os seguintes trechos da sua carta privada: “*o partido Caramurú engrossa todos os dias; e posso assegurar-te que acabará por triumphar*”.¹²⁶

Em ofício de 7 de agosto de 1833, Melo Matos anuncia ao governo brasileiro que “*Lisbôa acha-se em poder das forças constitucionaes*”, nesse ofício pode ser identificado a preocupação ampliada do embaixador em Londres a propósito dos planos contra o Brasil diante do novo cenário político e militar. A primeira referência ao segundo agente secreto que será empregado em Lisboa para o conhecimento das vistas dos pedristas em relação ao Império aparece nessa peça. Trata-se de um português, que não foi possível identificar até o presente momento e que, segundo o embaixador, poderia “*tomar parte*” no governo português. Pelo que se pode observar da documentação, o agente confidencial foi infiltrado, muito provavelmente, em um dos *clubs* existentes no período.

O plano sessecionista, sucessiva e fragmentariamente descrito nas cartas do agente secreto expedidas de Lisboa, seria efetivado por intermédio do envio ao Pará, Pernambuco,

¹²⁶ Essas informações, a princípio, inexatas, foram retificadas pelo embaixador ulteriormente, com base na informação dada pelo agente secreto em Lisboa de que os pedristas dividiam-se em “*caramurús*” e “*columnas*”, sendo que os primeiros, Antonio Carlos e Oyenhausen, por exemplo nas palavras do documentos, “*talentosos*”, queriam a federação das províncias do Norte do Império com Portugal sob regime constitucional. Já os segundos, onde se afirma na retificação, constar Gomes da Silva e Rocha Pinto, almejavam a restauração sob bases absolutistas. No ofício lê-se ainda que Gomes da Silva comunica-se também com agentes seus no Rio de Janeiro para a promoção do partido pedrista por intermédio da *Casa Samuel & Philips*, o canal reservado da correspondência.

Maranhão, Bahia e Rio de Janeiro de navios de guerra para promover a separação das províncias do Norte, para uní-las em federação com Portugal constitucional. Os pretextos que seriam alegados para o projeto eram a indenização devida a Portugal por ocasião do tratado de Independência, bem como a suposta proteção de propriedades portuguesas, afetadas com a lusofobia do período no território das ex-colônias. Esses restauradores diferiam-se em dois tipos já aludidos, do ponto de vista das propostas políticas: "*caramurus*" constitucionalistas federalistas e "*columnas*" absolutistas. Contudo, diferiam-se também, segundo pode ser observado pelos documentos, quanto aos métodos empregados para a efetivação do plano. De acordo com o agente secreto, parte dos correligionários de tal plano propugnava pela promoção da desordem em pontos do Império para que o ex-monarca regressasse como um pacificador, o que era prevenido, desde 1831, com base na emissão de passaporte de entrada. Essa ingerência externa contra a Regência seria uma forma de justificar a adesão ao projeto dentro dos limites territoriais do Brasil e no campo diplomático fora deles. A outra posição do "grupo" era de que, a partir dos pretextos acima aludidos, a indenização e a proteção da propriedade portuguesa, Pedro I regressasse com base em um, supostamente legítimo, uso da força.

Os documentos dão destaque a alguns nomes promotores dessa tentativa de restauração, com fundamentos secessionistas, entre os quais Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, Oyenhausen, Teles da Silva, Rocha Pinto, Gomes da Silva, entre outros. Antonio Carlos, como narra também Otávio Tarquínio de Souza, viajou para Portugal assim que as forças liberais apoderaram-se de Lisboa, no mesmo momento em que, na corte do Rio de Janeiro, seu irmão, José Bonifácio, era destituído das funções de tutor do novo imperador por acusação de projetos restauradores. O MNE ordenou a embaixada em Londres que fizesse vigiar de perto o primeiro, atribuição que foi logo encaminhada aos agentes em Portugal, fazendo com que Antonio Carlos figure recorrentemente na correspondência. Além da já referida relação entre os restauradores pernambucanos, como Francisco José Martins e os pedristas fora do Império, em 1833, também foi recebida em Portugal uma deputação do Maranhão, que, segundo as suspeitas de Melo Matos, foi conspirar no mesmo sentido. Essa comissão foi recebida em ato público em Lisboa pelo Regente provisório português.

Com base na nova situação, Melo Matos fez conferências com H. J. Temple acerca da posição da Inglaterra diante do novo cenário. Segundo narra o embaixador brasileiro, ele levou ao chanceler britânico as informações recebidas sobre os projectos contra o Império,

demonstrando que qualquer tentativa disso ocorrer prejudicaria o comércio inglês nos portos do Brasil. Escreve ainda o diplomata que:

"Como Lord Palmerston me tivesse dito á mais tempo que era indifferente para o Governo inglez que no Brasil houvesse um Governo monarchico, ou republicano, fiz-lhe sentir que a transição do primeiro para o segundo, transição que me parecia dever seguir-se, mais tarde ou mais cedo, a qualquer tentativa para derribar do throno o Senhor Dom Pedro 2º, não seria tam facil, como talvez se presumisse, e que ainda quando a nossa sorte houvesse de ser melhor do que a dos Estados nossos visinhos, era forçoso passar por crises, cujos resultados affectariam infalivelmente os interesses deste Payz, a quem devemos grandes sommas, e com quem fazemos um trafico immenso"

O contexto político na Grã-Bretanha mudara desde a eleição do Parlamento reformado pelo Ato de 1832. Em 1833, com a primeira eleição para o Parlamento reformado, ocorriam “*motins*” ou uma “*reunião popular a fim de derribar o Governo e estabelecer uma Convenção Nacional*”, considerada como “*loucura*” pelo embaixador brasileiro. Contra o “*precário estado dos negócios internos*” daquele país, Melo Matos anuncia ao governo regencial que “*desde Cromwell*” os legisladores não eram eivados de poderes tão coercitivos para conter os “*ajuntamentos políticos pelo Reino*”, contra a “*anarquia*” em Bristol, contra as “*desordens*” na Irlanda. Embora o *whigs* continuassem com uma diminuta maioria, ocorre um movimento de regresso conservador que substituirá no final do ano de 1834 a administração pelos *tories*. Segundo Melo Matos, a opinião pública na Inglaterra e os parlamentares começaram oposição à política externa do governo na “*questão belga*” e na “*questão portuguesa*”. Ambas deveriam ter um fim breve. As disputas com a Rússia, em relação à “*questão oriental*”, a Turquia, deveriam também ser amenizadas, já que as revoluções no centro da Europa haviam sido suprimidas pela Santa Aliança nos dois anos precedentes. Esse processo começará a ser melhor percebido pelo corpo diplomático brasileiro em Londres a partir do início de 1834. Antes, tornou-se necessário a observação do fim da guerra em Portugal e os planos contra o território brasileiro, pois um regresso conservador *tory* influiria negativamente nas questões do continente europeu, favorecendo, de certo modo, as forças retrógradas do continente e, por consequente, da América. De fato, a partir de 1834 ocorreu na Europa uma espécie de “*regresso conservador*”.

As primeiras cartas recebidas do agente secreto em Lisboa datam cronologicamente da

segunda metade do ano de 1833. A partir delas, Melo Matos informa constantemente sobre seus conteúdos e as repassa, como cópias anexas aos ofícios, ao chanceler no Brasil. Por intermédio delas, é possível continuar a observar relatos do plano secessionista e restauracionista dos principais conselheiros de Pedro I e as conjecturas feitas acerca da possibilidade ou impossibilidade de tais projetos. Contra eles, recomenda sempre o agente secreto que se faça a contraposição pela publicização do plano e pela vigilância constante de seus prosélitos, para que não venha a prosperar. Essas recomendações são também solicitadas pelo próprio embaixador em Londres à corte do Rio de Janeiro. Melo Matos trabalha, diferentemente do seu sucessor, em conjunto tanto com os dois agentes em Portugal quanto com seu congênere na França de modo a obterem informações e prevenirem as autoridades no Império de quaisquer tentativas movidas pelos pedristas de fora do Brasil contra o seu território.

A troca de chefes da legação em Londres constitui uma terceira fase no comportamento do corpo diplomático do Império do Brasil na Europa. Quando José de Araújo Ribeiro chegou ao porto de Falmouth em 18 de fevereiro de 1834 escreveu um ofício ao chanceler, onde se lê que *"nada de extraordinario tem occorrido ultimamente na Europa: a questão Portuguesa com a sua horrível guerra civil continúa pelo mesmo modo em Portugal sem que pelos successos até agora occorridos si possa ainda presagiar qualquer decisão final"*. Apesar da sua contradição em afirmar que a guerra ainda não estava decidida, considerando que os liberais eram detentores do poder na capital do Reino havia oito meses, e os miguelistas reduziam-se a poucos pontos, como Santarém, o temor da "guerra geral" anunciado recorrentemente por Melo Matos entre 1831 e 1833 arrefecera-se. O Ato de Reforma inglês de 1832 e o regresso conservador nesse país, dele advindo, com a substituição, no final de 1834, de *whigs* por *tories*, parece ter influído paulatinamente na mudança da conjuntura geopolítica européia.

Em dezembro descreve Araújo Ribeiro ao governo da Regência que a administração passou *"inesperadamente dos Whigs para os Tories"*, mas que fora da capital não iam as coisas tão favoráveis aos últimos, pois *"muitas assembleas populares se tem reunido em diferentes lugares para se discorrer sobre a crise actual para se dirigirem Petições ao Rei contra a mudança da Administração"*. Em Newcastle, dizia-se segundo o diplomata, que *"o povo ingles se deve armar para o mais tremendo conflicto"*. Muitas dessas expressões eram lidas por Araújo Ribeiro nas ditas gasetas do costume, por que era de funcional, como já foi

dito anteriormente, o envio de informações contendo um panorama dos principais acontecimentos da política entre os Estados e suas situações internas. No mesmo ofício de dezembro, escreve que *"a gente de sentimentos aristocraticos do paiz não dorme em apathia no momento actual, e della tambem se formão assembléas que lavrão resoluçoens no sentido oposto"*. Embora a disputa entre as potências vinha arrefecendo, os conflitos referidos como de problemas internos, como no Reino Unido, desenvolviam-se.

A substituição de chefes da missão ocorreu com desentendimentos entre Eustáquio Adolfo de Melo Matos e José de Araújo Ribeiro. No início de março de 1834, no terceiro ofício reservado da série anual, Araújo Ribeiro queixa-se ao Ministério dos Negócios Estrangeiros que o embaixador anterior, a quem substituíra, não fornecera os nomes dos informantes naquela cidade, apenas os de Lisboa, alegando não os comprometer. Durante os dias em que se deu a mudança de embaixadores, ele reclama também que a conta ou o dinheiro para as despesas secretas destinado àquela embaixada não lhe havia, nenhum dos dois, sido entregues e que ele *ainda* não podia informar ao chanceler brasileiro a respeito da matéria. Embora a questão pecuniária tenha sido esclarecida, o fato é que com a mudança de chefes transformou-se também a relação da embaixada em Londres com os agentes em Portugal. Igualmente a Melo Matos, Araújo Ribeiro mantinha uma relação amigável com Antonio da Silva Júnior, mas com o agente secreto em Lisboa, desacredita-o em vários ofícios para Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, que substituiu Silva Lisboa no início de 1834. Entretanto, o governo brasileiro manteve empregado seguramente até, pelo menos, 1835 o agente que o novo embaixador passou a chamar de *"correspondente particular"*.

A constante crítica feita por Araújo Ribeiro ao governo brasileiro é a cobrança de meios pecuniários para a continuação da atuação tanto de Antonio da Silva Júnior quanto do agente secreto. Em ofício de maio de 1834, escreve o diplomata ao chanceler brasileiro que *"não me posso persuadir de que ainda mesmo com meios pecuniarios podesse o nosso Consul de Lisboa obter informações importantes; elle tem sem contradição algũa bastante patriotismo e sentimento verdadeiramente brasileiros, mas não lhe descubro o necessario tacto para a bôa execução de taes empresas"*. Já sobre o agente anônimo, opina de que há *"intento arteiro de se fazer necessario"* e coloca em dúvida a continuação de tal correspondência sobre o qual pede instruções ao governo brasileiro. Em julho novamente Araújo Ribeiro requer instruções sobre a manutenção ou não da atividade desse agente em Lisboa, muito embora diga, quanto aos planos de restauração e secessão que é necessário

empregar "*toda a possível vigilância*" para "*abortar essa tão louca medida*".

Desde sua chegada à Inglaterra, Araújo Ribeiro inicia conferências com os representantes diplomáticos portugueses no país de modo a, pouco a pouco, procurar reestabelecer relações diplomáticas com o novo governo de Portugal, rompidas desde 1826. A aqui chamada conjuntura geopolítica da Europa transformara-se naquele ano em relação aos três precedentes, no sentido de uma diminuição das lutas sociais. O contexto que Araújo Ribeiro encontrou à frente diferiu-se significativamente do vivido por Melo Matos, da guerra geral anunciada com recorrência. Em ofício do início de outubro, quando a notícia chega em Londres, o diplomata anuncia ao governo regencial o falecimento do ex-imperador. A troca de embaixadores e esse novo fato colocaram definitivamente um ponto final nos planos restauradores dos pedristas. No entanto, a tensão secessionista, às pressões autonomistas nas províncias do Império permanecerão. Os anos entre 1831 e 1834 podem ser considerados como um prelúdio à história do Império que se seguirá na década seguinte. Ocorrerá entre 1835 e 1848, o maior questionamento do Estado unitário no Brasil. Esses fenômenos, no mais das vezes, são analisados pelos historiadores à luz exclusivamente da política interna, desconectados da relação intrínseca mantida pelo país com os principais centros da sociedade capitalista em desenvolvimento no período. Relação sem a qual não se pode compreender de maneira mais global tanto a história política, a econômica quanto a própria história territorial do Brasil.

Referências Bibliográficas

ARMITAGE, D. *Declaração de independência: uma história global*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ANDRADE, Manuel Correia. *As raízes do separatismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP; Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BELLOTO, H. L. *Como fazer análise diplomática e tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2002.

CAMARGO, A. M. & BELLOTTO, H. L.(coord.) *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo – Secretaria de Estado da Cultura – Departamento de Museus e Arquivos, 1996.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.

COSTA, M. C. *Visões políticas do Império (Diplomatas belgas no Brasil (1834-1864))*. São Paulo: Annablume, 2011.

CALÓGERAS, P. *A política exterior do Império - da Regência a queda de Rosas*. Brasília: Senado Federal, 1998.

CAMPOS, Raul Adalberto. *Relações diplomáticas do Brasil de 1808 a 1912*. Rio de Janeiro: Typ. do “Jornal do Commercio” de Rodrigues & C.: 1913.

CARVALHO, Marcus J. M. Um exército de índios, quilombolas e senhores de engenho contra os “jacubinos”: a Cabanada, 1832-1835. In: DANTAS, M. (org.) *Revoltas, motins*,

revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011. pg. 131-165.

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008)*. Brasília: FUNAG, 2009. Vol. 1.

CASTRO, Paulo P. *A "experiência republicana", 1831-1840*. In: HOLANDA, S. B. et alii. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. (Tomo II - Volume 4).

CERVO, Amado & BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora UNB, 2006.

COSTA, Emília Viotti da. "Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil". In: _____. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1985. (1ª ed. 1968).

COSTA, M. C. *Visões políticas do Império (Diplomatas belgas no Brasil (1834-1864))*. São Paulo: Annablume, 2011.

DODDS, K. *Geopolitics: a very short introduction*. London: OUP, 2007.

DEMBICZ, A. & KULA, M. *Relações entre Polônia e Brasil: passado e presente*. Varsóvia: Centro de Estudos Latino-Americanos das Universidade de Varsóvia, 1996. (Coleção Polônia e o mundo ibero-americano).

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005. (1ª ed. 1972)

DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

DODSWORTH, Jorge João. *Organizações e programas ministeriais: Regime parlamentar no*

Império. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores/Arquivo Nacional, 1962. (1ª edição: 1889).

DOLHNIKOFF, M. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2007. (1ª ed. 2005)

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2010. (Coleção Didática I)

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA. *Cadernos do CHDD*. Brasília: 2002-2011. nº 1-19.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes e diplomatas*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

HARVEY, David. Geografia (verbete). In: BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

HOBBSBAWN, Eric. *A Era das Revoluções*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

_____. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque. “A herança colonial – sua desagregação”. In: _____. (org.) *História geral da civilização brasileira* (Tomo II, 1º Volume). São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

MATTOS, Ilhmar R. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec Editora, 2011. 6ª ed.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Arquivo diplomático da independência*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional: 1972. (2ª edição – apresentação Heitor Lira);

_____. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembléia Geral Legislativa*. Typographia Nacional: 1831-1834.

_____. *Catálogos do Arquivo Histórico do Itamaraty*. Rio de Janeiro: MRE, 1952.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Relatório da Repartição da Justiça apresentado á Assembléia Geral Legislativa*. Typographia Nacional: 1832.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. *Geografia histórica do Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. *Geografia, interdisciplinaridade e metodologia*. [s.n.t.], 2010.

_____. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2008.

MOREL, Marco. “O Brasil separado em Reino? A Confederação Caramurú no início dos anos de 1830”. In: CARVALHO, José Murilo & CAMPOS, Adriana Pereira. (orgs.) *Perspectivas de cidadania no Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império: Nabuco de Araújo, sua vida, sua opiniões, sua época*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1899-1900.

PINTO, A. P. *Apontamentos para o direito internacional ou coleção completa dos tratados celebrados pelo Brasil com diferentes nações estrangeiras*. Rio de Janeiro: F. I. Pinto & Cia. Livreiros-Editores, 1864-68. 4 vols.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2008.

RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional / MEC, 1978.

_____. *Independência: revolução e contra-revolução – as forças armadas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002.

_____ & SEIETNFUS, Ricardo. *Uma história diplomática do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. (Organização Lêda Boechat Rodrigues).

SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, L. C. V. G. *O dia em que adiaram o carnaval*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

SILVA, Maria Lêda Oliveira Alves da. *A História do Brasil de frei Vicente do Salvador*. História e política no Império português do século XVII. Rio de Janeiro; São Paulo: Versal; Odebrecht, 2008.

SOUZA, Otávio Tarquínio de Souza. *A Vida de Pedro I*. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1954.

SKOWRONSKI, Tadeu. *Páginas brasileiras sobre a Polônia*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos, 1942.

REGRAS DE TRANSCRIÇÃO¹²⁷

Foram mantidos conforme o original:	a acentuação ; as letras maiúsculas e minúsculas; a ortografia; as palavras sublinhadas; a paragrafação; a pontuação.
As abreviaturas foram desdobradas conforme a grafia da época.	
Em <i>itálico</i>, foram transcritas:	expressões e palavras em latim, francês e inglês (com exceção dos títulos, pronomes de tratamento e nomes próprios de lugares , instituições e embarcações); as letras desenvolvidas nas abreviaturas.
Entre colchetes [], foram transcritas:	as palavras interpretadas
Entre < > , foram transcritas:	as palavras entrelineadas
[...] indicam:	as palavras ilegíveis
[sic] indicam:	possíveis equívocos cometidos no original
Em notas de rodapé, foram indicadas:	as palavras repetidas no original. informações que possam auxiliar na inteligibilidade do documento ou do texto.
Na margem esquerda das transcrições, foram <u>atribuídos</u> fólios às peças documentais, uma a uma.	[fl. 1] - primeiro fólio [fl. 1 v.] - verso do primeiro fólio [fl. 2] - segundo fólio

Um cabeçalho foi colocado acima da transcrição. Nele, estão contidas as datas tópica e crônica, uma breve descrição de conteúdo, referente à política de seleção, e a notação das peças no Arquivo Histórico do Itamaraty. Acima dele, foi colocado um número, correspondente a ordem dos documentos na dissertação.

¹²⁷ As regras de transcrição foram elaboradas com base em: SILVA, Maria Lêda Oliveira Alves da. *A História do Brasil de frei Vicente do Salvador*. História e política no Império português do século XVII. Rio de Janeiro; São Paulo: Versal; Odebrecht, 2008.

DOCUMENTOS¹

¹ Esta é a Parte II da dissertação: BIAGGI, Marcus Vinicius Correia. *Sobre Diplomacia e Território (1831-1834)*: Edição de documentos do Arquivo Histórico do Itamaraty. São Paulo: FFLCH-USP, 2014 (Dissertação de mestrado).

OFÍCIOS EXPEDIDOS POR
EUSTÁQUIO ADOLFO DE MELO MATOS
E DOCUMENTOS ANEXOS

Documento 1

Datas: Londres. 1831, junho 22.

Notação: 216.1.11

Descrição: Ofício ostensivo relatando a chegada da notícia da queda de Pedro I na Inglaterra.

[fl. 1]

Numero 72

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

[fl. 1. v.]

No dia 10 do presente mez correo aqui pela primeira vez a noticia da abdicação do Imperador Dom Pedro 1º, e do seu embarque a bordo de uma fragata ingleza que o devia conduzir a este Payz. Esta noticia vinda por um navio francez que tocou em Falmouth, e de lá seguio para Portugal, era revestida de particularidades taes que não podiam deixar a menor duvida quanto á sua veracidade. Falto porem de aviso official dessa Repartição sobre um caso tam extraordinario, dirigi-me logo ao Foreign Office, e perguntei a Lord Palmerston si Mister Aston lhe havia communicado a mencionada abdicação. *Sua Excellência* respondeo-me negativamente, // acrescentando que a semelhante respeito sabia < tanto > como eu por via dos papeis publicos. Então procurei informar-me < de > qual seria a conducta deste Governo para com o *Senhor Dom Pedro 1º* no caso de se confirmar a noticia da sua abdicação, e de elle chegar a qualquer porto da Inglaterra e tornou-me o Ministro, que apesar de não estar preparado para a minha questão podia todavia asseverar-me que *Sua Magestade Imperial* seria recebido como um Soberano que havia legalmente abdicado a sua Coroa.

[fl. 2]

Nossa conversação versou depois sobre os acontecimentos que tiveram lugar na Bahia a 5 de abril², e Lord // Palmerston teve a bondade de ler-me os Despachos que lhe dirigio o Consul inglez naquella Cidade, narrando os mesmo acontecimentos, de uã maneira imparcial e para nós assaz favoravel.

Não deixarei de mencionar, por esta occasião, que ao entrar na sala de espera do Foreign Office, encontrei ali o Commendador Lima, agente politico da Regencia da Terceira, Francisco Gomes da Silva e João da Rocha Pinto. Lord Palmerston

2 Trata-se da grande rebelião, iniciada em 4 de Abril, que reuniu mais de oito mil indivíduos, dentre os quais, cerca de quatro mil militares e civis armados, cujas reivindicações levaram à derrubada do Presidente da Província e às demissões de oficiais portugueses, do Comandante das Armas e do Comandante da Polícia. Ver: PINHO, Wanderley. A Bahia, 1808-1856. In: HOLANDA, S. B et alii. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. (Tomo 2; Volume 1)

[fl. 2. v.]

mandou chamal-os todos tres antes de mim e não eram bem passados cinco minutos, quando eu fui introduzido no seu Gabinete. A visita pois daquelles // tres individuos, foi bem curta, e o seu objeto, segundo m'o disse o proprio Lord Palmerston, colher noticias que nem elle podia dar-lhes, nem lhes assistia o menor direito de as irem ali procurar. No *Times* do dia 11, não gostei porem muito de ver um artigo em que se dizia que na vespera, eu havia visitado Lord Palmerston em companhia do Conde de Villa-Flor, por quem talvez tomaram o Commendador Lima, e mais dous outros portuguezes recentemente chegados a Londres. Assim fiz rectificar esse engano no *Courrier* [sic] do mesmo dia, declarando que a minha visita não tivera connexão alguma com a // daquelles individuos.

[fl. 3]

No dia 11 chegou ás minhas mãos o Despacho de *Vossa Excellencia* de 9 de abril ultimo, e recebi tambem a noticia de haver aportado a Falmouth dous dias antes, ás 11 horas da manhã, a fragata ingleza Volage, trazendo a seu bordo *Sua Magestade* O Imperador, Dom Pedro 1º e Sua Augusta Esposa, e de ter partido a dita fragata, tres horas depois, dali para o porto de Cherbourg, d'onde os Illustres Viajantes contavam dirigir-se a Munich passando por Paris.

[fl. 3 v.]

Nesse mesmo dia João da Rocha Pinto e Francisco Gomes da Silva, requereram-me passaportes, ambos de Encarregado de Despachos // para a França. Não tendo porem esta Legação Despachos a expedir por um de semelhantes expressos, e menos por dous, e constando-me por outro lado, < que > , antes de se dirigirem a mim, elles haviam obtido semelhantes passaportes da Legação Portuguesa, recusei dar-lh'os com a clausula pretendida, e enviei-lhes simples passaportes que me foram recambiados, como inuteis. A dignidade do Governo Imperial, e só ella é a causa de eu não conceder passaportes de Expressos senão ás pessoas que levam realmente Despachos desta para outra qualquer Legação brasileira.

[fl. 4]

// Ainda que pelo Despacho de *Vossa Excellencia* de 9 de abril, eu não fosse authorisado para notificar esse Governo, e ás mais Legações Estrangeiras os gloriosos acontecimentos a que se refere o dito Despacho, entendi todavia que me cumpria communicar-os officialmente a Lord Palmerston, e assim o fiz da maneira a mais concisa, por meio da Nota inclusa por copia.

No citado Despacho ordenou-me *Vossa Excellencia* que eu communicasse o seu conteudo a todas as Legações brasileiras na Europa e na America. E como fosse

[fl. 4 v.]

da ultima necessidade executar aquella ordem sem a menor demora, e não coubesse no tempo enviar às // ditas Legações copias fieis do Despacho em questão, dirigi-lhes immediatamente a circular tambem inclusa por copia, contendo a substancia do mesmo Despacho.

[fl. 5]

Para que *Vossa Excellencia* possa bem ajuisar da impressão que ha feito nesta Capital a abdicação do *Senhor Dom Pedro 1º*, incluo os respectivos artigos das gazetas que trataram desse objecto. Por elles verá *Vossa Excellencia* que quasi todos aqui concordam em que o systema do nosso precedente Governo não podia deixar de precipital-o, e que só differem nos pronosticos do futuro que nos espera. Partindo porem dos mesmos principios em que alguns // se fundam para predizer o peor, não sinto pequena consolação em deduzir delles consequencias diametralmente oppostas.

[fl. 5 v.]

Felizmente agora os escritores publicos deste Payz não se occupam tanto de nossos negocios. Os seus proprios dao-lhe bastante que fazer. Hontem abrio-se o chamado Parlamento reformador. El Rei pronunciou então um Discurso do qual tenho a honra de passar ás mãos de *Vossa Excellencia* dous exemplares. Esse discurso não contem uma só palavra a respeito do Brazil, e assim era de esperar, porque este Governo considera a abdicação do *Senhor Dom Pedro 1º* como um caso mui ordinario. //

Deus Guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 22 de junho de 1831.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Francisco Carneiro de Campos

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 2

Datas: Londres. 1831, agosto 3.

Notação: 216.1.12

Descrição: Officio ostensivo relatando a conjuntura geopolítica da Europa.

[fl. 1]

Numero 87

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

A questão da reforma Parlamentar continúa a ser o topico mais importante da politica interna deste Payz, e não me cumprindo acrescentar por ora cousa alguma ao que sobre este objecto hei tido a honra de escrever a *Vossa Excellencia* em meus precedentes officios, direi somente que os respectivos debates ainda não finalisaram

na Casa dos Communs.

[fl. 1. v.] A situação das Potencias Europeas é actualmente muito interessante. A Russia queixa-se do Discurso de Luis Felipe na abertura do actual Parlamento francez. A Prussia declara-se a favor do Imperador Nicoláo, e sem alguma cerimonia diz que // para ajudal-o a debellar os polonezes, tudo fará menos pegar em armas. El Rei da Hollanda protesta contra as resoluções da conferencia de Londres ácerca da Belgica, e parece disposto a decidir esta questão por vias de facto, o que deixa ver que aquelle Soberano fia-se em apoio muito mais importante do que parecem prometter-lhe as baionetas hollandezas. A Austria arma-se. A Hespanha faz marchar consideraveis forças para as suas fronteiras do lado de Portugal, quando se falla em expedições contra este ultimo Reino, a favor da Rainha *Dona* Maria 2^a. E no meio de tudo isto a [fl. 2] França e a Inglaterra obram no mesmo // sentido de commum acordo. Assim tudo annuncia que perto esta de ser verificada a opinião daquelles que desde julho de 1830 pronosticaram uma guerra geral nesta parte do Mundo, como consequencia necessaria dos acontecimentos d'então.

O Governo francez acaba de receber do portuguez todas as satisfacções que delle exigira. A maneira porem insolita e escandalosa porque se conduzio neste caso a mais forte das Partes litigantes, deixa grandes duvidas sobre qual dellas tinha razão.

[fl. 2. v.] A *cholera morbus* vai fazendo terriveis progressos em Petersburgo, e tambem ameaça de mui perto a // Corte de Vienna. Apesar das precauções tomadas para obstar á introducção de semelhante flagello neste Payz, duvido que lhe escapemos. E até creio que já o temos na Escossia, onde morreram ultimamente algumas pessoas atacadas delle, si bem que os medicos affirmam não ser esta a *cholera* fatal da India, a mais temida, e justamente aquella que se tem espalhado no Norte da Europa. Com esta explicação o espirito publico parece satisfeito, e eu tambem gosto de acreditar-a.

Ao presente officio acompanhão a correspondencia das outras Legações e Consulados Imperiaes, e as gazetas do costume.

Deos Guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 3 de agosto de 1831.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Francisco Carneiro de Campos

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 3

Datas: Londres. 1831, setembro 7.

Notação: 216.1.12

Descrição: Offício ostensivo relatando a conjuntura geopolítica da Europa.

[fl. 1]

Numero 99

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

[fl. 1. v.]

O vagar com que se vai discutindo na Casa dos Communs o *Bill* da Reforma começa a impacientar a nação ingleza; e o proprio Ministerio, autor daquella medida e por isso outrora tam popular, já não escapa á censura que no principio carregava toda sobre os seus opposcentes. Em verdade o que uns merecem pelo seu reconhecido ódio à reforma, é devido aos outros pela pusilanimidade e inconstancia com que a promovem. Deste modo a Casa dos Lords tem tido tempo sobejo para organizar e consolidar o mais terrivel systema de hostilidades contra a medida em questão, e hoje parece quasi infallivel que // ou o *Bill* não passará ali, ou será por tal maneira estropeado que a tanto monte a sua adopção.

[fl. 2]

As ultimas noticias da Polonia são extremamente desagradaveis. Grandes massas russianas tinham passado o Vistula, e por muitos lados aproximavam-se de Varsovia, onde em vez da união tam necessaria em taes circumstancias, reinava polo contrario a divisão e anarquia. É porem de esperar que o perigo commum haja reunido os bravos defensores daquelle Payz, e que novos prodigios de valor e patriotismo o tenham feito ainda outra vez triunfar de seus barbaros oppressores. //

Na Belgica existe ainda muita tropa francesa, apesar de se ter acabado o receio de novo ataque da parte dos hollandezes, e isso traz os alliados e os mesmos belgas em constante alarma.

Na Suissa e Italia appareceram novos germes de revolução. Dizem que a Austria prepara-se para ir outra vez em soccorro do Papa, e que a França não se opporá á marcha das forças austriacas destinadas a esse objecto.

[fl. 2. v.]

A Hespanha acha-se tranquilla, ao menos aparentemente, e em Portugal não tem havido o menor indicio de reacção contra o actual Governo daquelle Reino, mesmo depois // da queda da Ilha de *São Miguel* e da escandalosa conducta do Almirante Roussin, o qual acaba de levar para Brest toda a esquadra portugueza a titulo de legitimo despojo de uma guerra que nunca existio. Este facto horrivel tem

dado lugar na primeira Casa do Parlamento britannico a mui virulentas Philipicas da parte de Welington, [*sic*] Aberdeen, e outros, contra a paciencia da presente Administração, que a despeito de sollemnes Tratados deixa ser assim opprimido o mais antigo Alliado da Gram Bretanha.

[fl. 3] Disseram-me que o Duque de Bragança viria assistir á Coroação de *Sua Magestade* Britannica, mas até hontem á noite não me havia constado // a sua chegada, e inclino-me a crer sem fundamento semelhante boato.

Com o presente officio tenho a honra de transmittir a *Vossa Excellencia* a correspondencia das outras Legaçoens e Consulados Imperiaes, e as costumadas gazetas francezas e inglezas.

Deos guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 7 de setembro de 1831.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Francisco Carneiro de Campos

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 4

Datas: Londres. 1831, setembro 21.

Notação: 216.1.12

Descrição: Officio ostensivo relatando a conjuntura geopolítica da Europa.

[fl. 1]

Numero 103

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

A 8 deste mez teve lugar a Coroação de *Suas Magestades* El Rei e a Rainha de Inglaterra. A cerimonia, posto que feita com a mais rigorosa economia foi mui brilhante. Todo o Corpo diplomatico assistio a ella, e a um grande jantar, que, para solemnisa-la, deo nesse mesmo dia o Ministro dos Negocios Estrangeiros.

[fl. 1. v.] Acha-se em fim terminada na Casa dos Communs a discussão do famoso *Bill* da Reforma Parlamentar. Hoje mesmo vai o dito *Bill* para a Casa dos Lords, e si não for ali regeitado, como espera muita gente, passará tam mutilado que talvez nem mesmo os seus proprios autores o reconheçam depois. //

Os receios que tive a honra de exprimir a *Vossa Excellencia* em meus precedentes officios, de que os bravos defensores da Polonia não podessem resistir muito tempo ás formidaveis turmas russianas que se moviam contra a sua Capital,

[fl. 2] acabam de ser desgraçadamente justificados. As ultimas noticias recebidas daquelle Payz dão como certa a queda de Varsovia, depois de trez dias de uma heroica resistencia. O exercito Polaco, retirou-se da Cidade quando era absolutamente impossivel derramar seu sangue com a mais leve esperança de salvação, e consta que por fim largara as armas, entregando-se todo á discrição do Imperador Nicoláo. Mas Varsovia // não é a Polonia, e 20 ou 30 mil soldados, não representam mais de 10 milhoens de individuos todos animados de patrioticos sentimentos. Assim ainda espero poder transmittir a *Vossa Excellencia* melhores noticias sobre este objecto, que não interessa mais á Europa, do que á propria America.

Houve um principio de revolução militar em Lisboa. Mas o Governo tomou tam acertadas medidas, que depressa conseguiu desarmar os facciosos, e a tranquillidade foi logo completamente restabelecida.

[fl. 2. v.] Continua-se a fallar em uma expedição dos portuguezes fieis á Senhora Dona Maria 2^a contra o actual Governo de Portugal. Falta porem dinheiro // e não creio que semelhante difficuldade possa ser facilmente removida em circumstancias como as actuaes. Entretanto ouço, que estão já comprados dous grandes navios para o transporte das tropas da Terceira, e que as pessoas interessadas nesta empresa nutrem grandes esperanças de vel-a cedo concluida, porque contam, bem ou mal, com apoio da França e Inglaterra.

Com o presente officio tenho a honra de passar ás mãos de *Vossa Excellencia* a correspondencia das outras Legações e Consulados Imperiaes e as gazetas do costume.

Deos guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 21 de setembro de 1831.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Francisco Carneiro de Campos

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 5

Datas: Londres. 1831, setembro 21.

Notação: 217.3.1

Descrição: Offício reservado relatando plano contrário à integridade territorial do Império.

[fl. 1] Numero 3
Reservado

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Depois que tive a honra de dirigir a *Vossa Excellencia* o meu officio reservado de numero 2³, de 17 de agosto ultimo, hei recebido por mais de um canal a confirmação do que levei dito no mencionado officio, e fui informado de que o Duque de Bragança e seus conselheiros continúam a manifestar a maior sollicitude polo estabelecimento do systéma federal no Brasil. Dahi esperam elles tirar grandes vantagens, porque se persuadem de que então será mais facil aggregar a Portugal as Provincias do Pará e Maranhão, e tramar a sugeição das outras ou a dissolução do Imperio. Dizem até que varios capitalistas portuguezes offereceram já 200 contos de reis para os preparativos da expedição que se pertende mandar áquellas duas Provincias, tam depressa triunfe a causa da *Senhora Dona Maria 2^a*. Entretanto occupam-se certos individuos bem conhecidos em espalhar entre os da sua crença não sei com que fim util, que a opinião // publica do Pará e Maranhão é decididamente a favor de Portugal; que em Pernambuco esperam grandissima reacção contra a Regencia; que dessa Corte, da Bahia e de muitas outras Provincias crecia todos os dias a emigração para o Rio Grande do Sul, cujos habitantes dispunham-se a seguir o exemplo que lhes dessem os Pernambucanos, e em caso extremo, a fazer causa commum com a Cisplatina; e finalmente que em todo o Brasil reinava o mais pronunciado descontentamento. Tratando porem estas miseraveis insinuaçoens com o desprezo qui lhes é devido, e pondo de parte a possibilidade ou impossibilidade de tal expedição, e de qualquer offerta pecuniaria para se ella realisar, o facto é que existe um plano contrario á paz e integridade do Brasil, e que nesse plano concordam todos os membros do chamado Governo Constitucional de Portugal, assim como os mais liberaes dos // deputados e Pares portuguezes refugiados aqui e na França.

Deos guarde a *Vossa Excellencia*. Londres ém 21 de setembro de 1831.

Ilustrissimo e Excellentissimo Senhor Francisco Carneiro de Campos

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 6

Datas: Londres. 1831, setembro 21.

Notação: 217.3.1

Descrição: Officio reservado requerendo informação sobre a emissão de passaporte de entrada no

3 O officio mencionado encontra-se totalmente criptografado.

[fl. 1]

Numero 4
Reservado

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Constando-me que Henrique Plasson pretende regressar a essa Corte, peço a *Vossa Excellencia* que haja de declarar-me si deverei conceder lhe o necessario passaporte, no caso de ser me requerido. Este individuo accompanhou o Duque de Bragança para a Europa, servio-o aqui algum tempo com o maior zelo escrevendo muito a seu favor e contra o Brasil, e hoje queixa-se amargamente do mesmo Duque, e quer voltar para o Payz que ainda a pouco abandonou debaixo de bem maus auspicios. Olhando pois á recente conducta do dito Plasson, ao seu character vago, á sua linguagem sempre que falla do Brasil e dos Brasileiros; ás pessoas com quem elle associa, ou a quem cobre de elogios, e a varias outras circumstancias, si não posso julgar-me autorizado para consideral-o como um agente secreto do Duque de Bragança, entendo todavia que merecem bem pouco credito as extemporaneas [fl. 1. v.] protestaçoens do seu equivoco // brasileirismo, e que da existencia de semelhante homem entre nós, ao menos por agora, quando se não siga mal, tambem não resulta nenhuma especie de proveito.

Deos guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 21 de setembro de 1831.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Francisco Carneiro de Campos

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 7

Datas: Londres. 1831, outubro 5.

Notação: 216.1.12

Descrição: Officio ostensivo relatando a conjuntura geopolítica na Europa.

[fl. 1]

Numero 113

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

O *Bill* da reforma acha-se presentemente em discussão na Casa dos Lords, onde parece fora de duvida que será regeitado. Quanto á conducta provavel do actual Ministerio no caso peor, ha diversas opinioens. Dizem uns que elle se demittirá todo,

[fl. 1. v.] exceptuando Lord Brougham, e até apontam já o Duque de Richmond como designado successor de Lord Grey. Outros porem affirmam que longe de querer demittir-se, os Ministros estão resolvidos a prorogar o Parlamento, e a levar outra vez o *Bill* á Casa dos Communs, a fim de fazel-o passar de novo ali, e de preparar-lhe igual resultado na Camara alta, por meio da criação de tantos novos Pares quantos forem necessarios // para que a balança dos votos penda em seu favor. E isto é o que parece mais verosimil. Entretanto, consta que se tem tomado medidas para reprimir qualquer tentativa revolucionaria que possa seguir-se á regeição ou mutilação do *Bill*, e o espirito publico fica tam agitado como se collige da fluctuação que os fundos inglezes tem experimentado nestes ultimos dias.

[fl. 2] A respeito da Polonia, cabe-me a satisfacção de communicar a *Vossa Excellencia* noticias muito mais agradaveis do que as ultimas que mencionei no meu officio numero 103 de 21 de setembro proximo passado. Os Russianos é certo que permanecem senhores de Varsovia, mas só daquella Cidade. O resto do Payz ainda se // conserva livre, e o bravo exercito polaco, que no supracitado officio dei como a discrição do Imperador Nicoláo, sabe-se agora, que muito polo contrario desafia o seu inimigo, e repelle indignado e forte a menor idea de capitulação.

A 10 deste mez finalisa o armisticio entre a Hollanda e a Belgica, e tudo está em movimento. A esquadra ingleza lá vai para as Dunas. O exercito francez guarnece as fronteiras da Belgica. Esta recruta as suas forças. A Hollanda faz o mesmo, e soldados prussianos vem avançando do lado de Luxemburgo. Assim, mais uma vez parece imminente a crise vaticinada desde os fins do anno passado.

[fl. 2. v.] Na Suissa e nos Estados // Pontificios ainda ha muita desordem, e suppoem-se que os austriacos vão outra vez marchar em soccorro do Santo Padre.

Berlin e Vienna são hoje victimas da terrivel *cholera morbus*. Na segunda Capital sobretudo vai este flagello causando estragos consideraveis, e a proximidade do Inverno, longe de diminuir os nossos receios, infelizmente os torna maiores e mais bem fundados.

[fl. 3] As cousas de Portugal continuam do mesmo modo. O Duque de Bragança dizem que se apronta para marchar em pessoa contra aquelle Reino, á testa dos emigrados portuguezes. Passa por certo haver-se contrahido aqui um emprestimo de 2 milhoens sterlinos a favor da Rainha, polo baixo // preço de 42. Os Contractadores

porem do referido emprestimo propoem-se a fazer bôa por ora unicamente a somma a £300,000 para as despesas da expedição projectada. Esta deve ser dirigida por um official inglez chamado Sertorius [sic], e ha de compor-se, no que respeita a gente, de bem perto de 8 mil homens que se dá como existentes aqui, na França e na Ilha Terceira. Quanto a navios de guerra e transportes, muitos são os que entram nos calculos que tenho ouvido. Aos primeiros acha-se reunida a Corveta Urania, que os francezes levaram do Tejo para Brest, onde a pouco levantou-se uma parte da tripulação contra a outra, vencendo a que se havia declarado pola causa da Rainha. // É porem notavel que nem um só official da mesma Corveta fosse da opinião do partido vencedor. As Autoridades francezas parece que promoveram o tal levante, e assim que o viram em certo ponto, fizeram desembarcar todos os individuos que defendiam os interesses do *Senhor Infante Dom Miguel*, deixando a corveta em poder dos outros. Em fins de novembro é quando sóa que poderá partir da Terceira a expedição que deixo mencionada.

[fl. 3. v.]

O Marquez de Palmella chegou a dias [sic] a esta Capital, e partio para Paris no 1º do corrente.

[fl. 4.]

Com o presente officio tenho a honra de passar ás mãos // de *Vossa Excellencia* a correspondencia das outras Legações e Consulados Imperiaes, as gazetas do costume, e varias doses de puz vaccinico para essa e outras Provincias do Imperio.

Deos guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 5 de outubro de 1831.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Francisco Carneiro de Campos

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 8

Datas: Londres. 1831, outubro 19.

Notação: 216.1.12

Descrição: Officio ostensivo relatando a conjuntura geopolítica na Europa.

[fl. 1]

Numero 117

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

No dia 7 do corrente decidio a Casa dos Lords, por uã maioria de 41 votos, que

[fl. 1. v.] ficasse para daqui a seis mezes a segunda leitura do *Bill* da Reforma Parlamentar, ja
approvado pelos Communs, como tive a honra de noticiar a *Vossa Excellencia* no
meu officio *numero* 113. Este adiamento [...] a regeição daquella importante medida,
e como tal o consideram o Governo e a Nação. Esperava-se que depois de semelhante
derrota, o primeiro se demittisse immediatamente, e a segunda rompesse nos maiores
excessos revolucionarios. Mas nem uma nem outra cousa succedeo. Entretanto não se
pode negar que o Payz acha-se em terrivel agitação e que bem pouco será preciso
para por o povo em armas contra nobres e padres. Esta crise porem será mais para
recrear no caso de falharem, como parece natural as vastas promessas do Ministério, o
qual por ora faz causa commum com o partido descontente e [...] ⁴ // bem visto.
Dizem que o Parlamento será prorogado antes do fim desta semana, até principios do
anno proximo vindouro, e que então haverá grande promoção de Lords, e será de
novo produzida a questão da Reforma com suas modificaçoens, e com uma quasi
certeza de mais feliz resultado. Nesse intervallo porem receio muito ter de transmittir
a *Vossa Excellencia* noticias sobremaneira desagradaveis.

[fl. 2] A Causa da Polonia expirou completamente. O brioso exercito que a defendia,
perseguido por todos os lados, e privado ainda dos menores recursos, acaba de
debandar-se, e de procurar um asilo na Prussia e Austria, onde foi logo desarmado. A
Russia tem razão para alegrar-se com esta victoria; mas os seus fieis alliados, cedo ou
tarde hão de arrepender-se de ter concorrido para a destruição do unico baluarte que
elles podiam oppor á illimitada ambição do Gigante do Norte. //

A questão entre a Hollanda e a Belgica parece em fim decidida a contente de
ambas as Partes, e resta só ver por ellas ratificado o que em seu favor acaba de fazer a
celebre Conferencia de Londres, como *Vossa Excellencia* verá das gasetas que
acompanham o presente officio.

Os navios destinados ao transporte da expedição contra Portugal, ainda se
acham neste Payz e na França. Dizem que bem cedo partirão, e continúa-se a espalhar
que o Duque de Bragança irá á testa da dita expedição. Entretanto corre como facto,
que o Governo hespanhol polo intermedio de seus Ministros aqui e em Paris, ha
notificado aos dous Gabinetes que a sua conducta a respeito do Infante Dom Miguel,
será regulada polo que elles fizerem a favor de Dom Pedro, no caso de qualquer

4 As últimas cinco palavras deste fôlio estão ilegíveis.

[fl. 2. v.] tentativa deste ultimo contra o actual Governo de Portugal. // Acrescentam outro sim que o Gabinete de Madrid está resolvido a proteger abertamente Dom Miguel logo que principie a realisar-se o projecto de Dom Pedro, e que para isso cuida ja em reforçar as guarniçoens de Badajoz, Ciudad Rodrigo, e outras fortalezas visinhas de Portugal, e em organizar um cordão de tropas nas fronteiras daquelle Reino. O que na minha opinião dá maior importancia a esta attitude da Hespanha, é a conjectura de ser ella aconselhada pola Austria, a cuja influencia parece-me tambem que é devido a reconhecimento do *Senhor* Infante pola Corte de Roma. Este facto teve lugar no dia 21 de setembro ultimo, quando foi solemnemente recebido ali o Marquez de Lavradio na qualidade de Embaixador de *Sua Alteza Real* como Rei de Portugal. Consta-me que na vespera daquella recepção apparecera uma Bulla do Papa confirmando outras muito antigas, // em que fora declarado que o reconhecimento de um Rei pola Santa Sé não tira nem da direito a terceiro.

A 11 deste mez falleceo o ex-coronel Henrique Plasson.

A *cholera morbus* cada vez mais se aproxima desta Capital. Agora faz ella seus estragos em Hamburgo, e dali a Londres a distancia é tam pequena, que a podemos crer ja comnosco. Não deixa porem de ser consoladora a idea de que este flagello apresenta-se agora com symptomas menos destruidores.

Por esta occasião tenho a honra de transmittir a *Vossa Excellencia* varias correspondencias de outras Legações e Consulados Imperiaes, e as costumadas dozes de puz vaccinico para essa e outras Provincias do Imperio.

Deos Guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 19 de outubro de 1831.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Francisco Carneiro de Campos

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 9

Datas: Londres. 1831, novembro 2.

Notação: 216.1.12

Descrição: Officio ostensivo relatando a conjuntura geopolítica na Europa.

[fl. 1] *Numero* 120

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

O Parlamento Britannico foi encerrado a 20 de outubro ultimo, e inclusos achará

Vossa Excellencia dous exemplares do Discurso pronunciado por El Rei naquella solemne occasião. A seguinte sessão do mesmo Parlamento deverá começar a 22 do corrente ou mais provavelmente em principios do proximo mez de janeiro. Neste intervalo espera-se que sejam criados muitos novos Pares, por isso que o Governo apesar das consideraveis modificaçoens que pertende fazer no *Bill* da Reforma antes de apresental-o outra vez á discussão, ainda recea algum desastre, e quer a todo custo engrossar o seu partido na Camara alta, para não arriscar-se a segunda derrota. O espirito publico nesta Capital acha-se presentemente muito menos exaltado: outro tanto porem não acontece no interior do Payz, e em Bristol sobretudo fica reinando a mais terrivel anarquia, como *Vossa Excellencia* verá do *Times* e do *Courier* destes ultimos dias.

[fl. 1. v.] As bases propostas pela Conferencia de // Londres para a definitiva separação da Belgica e da Hollanda ainda não consta que fossem aceitas por nenhum daquelles Estados. No primeiro existe um partido a favor da união com a França, e outro do Principe de Orange, os quaes por motivos bem differentes oppoem-se á aceitação das ditas bases. Apesar disso porem suppoem-se que haverá no Congresso respectivo uma consideravel maioria pola decisão dos Alliados. O Rei da Hollanda parece tambem summamente indisposto contra semelhante arranjo. Mas nenhuma das Partes litigantes deixará por fim de ceder aos fortes argumentos que os mesmos Alliados declararam estar resolvidos a empregar em ultimo caso a fim de sustentarem este seu derradeiro Accordão. Assim pode-se dar por concluida a questão belga, que a tanto tempo ameaça o socego da Europa.

[fl. 2] As ultimas noticias de Paris induzem a crer-se que o povo ali conhece hoje muito melhor o que convem // aos seus verdadeiros interesses. Depois dos tormentosos debates da Camara dos Deputados por occasião da queda de Varsovia, o partido chamado do movimento parece haver completamente desaparecido, e tanto que a celebre moção do travesso General Lamarque, a fim de ajuntar-se mais 300 mil homens ao ja numerosissimo exercito francez foi regeitada, mesmo sem o ceremonial de uma votação.

O Duque de Bragança é aqui esperado todos os dias. Attenta a proximidade do Inverno, e a demora que hão de ainda experimentar os preparativos da expedição contra Portugal, parece que ella não terá já lugar este anno. Hontem chegaram 3

malas de Lisboa, que trazem a noticia de ficar aquella Capital, assim como o resto do Reino na mais completa tranquillidade.

[fl. 2. v.]

O Conde Capo d'Istrias, Presidente da Grecia, acabou ultimamente ás mãos de um // assassino. Dizem porem que esse desastroso acontecimento, é só devido a vindicta particular, e nada tem de commum com plano algum politico.

A cholera morbus appareceo de novo em Petersburgo. Em Hamburgo, Berlim e Vienna vai diminuindo a sua intensidade. Aqui tem-se tomado todas as medidas que parecem mais capases de minorar os terriveis effeitos de semelhante mal, uma vez que elle parece inevitavel: até dizem que ja o temos mesmo em Londres. Isso porem não ousa ainda asseverar a *Vossa Excellencia*.

Com o presente officio tenho a honra de passar as mãos de *Vossa Excellencia* a correspondencia de outras Legações e Consulados Imperiaes e as gasetas do estilo.

Deos guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 2 de novembro de 1831.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Francisco Carneiro de Campos

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 10

Datas: Londres. 1831, novembro 16.

Notação: 216.1.12

Descrição: Officio ostensivo relatando a conjuntura geopolítica na Europa.

[fl. 1]

Numero 126

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Havendo sido fixada para o dia 7 do corrente uma reunião das classes trabalhadoras desta Capital, a fim de tomarem certas deliberaçoens sobre objectos mais ou menos connexos com a questão da reforma parlamentar, e receando o Governo, com toda rasão, mui funestas consequencias de semelhante ajuntamento, declarou-o illegal, depois de haver adoptado as medidas convenientes em ordem a impedir que os mal intencionados se prevalecessem de tam favoravel oportunidade para repetirem aqui as recentes e terriveis scenas de Bristol. Felizmente passou-se o memoravel dia 7, e eis-nos chegados ao de hoje, sem que a tranquillidade publica haja sofrido o menor disturbio. Tudo porem annuncia que essa tranquillidade é sobremaneira precaria, e o Ministerio ver-se-ha talvez na necessidade de convocar o //

[fl. 1 v.] Parlamento⁵ muito mais cedo do que pertendia, para decidir-se quanto antes essa cançada questão da reforma, que traz os espiritos em constante agitação.

[fl. 2] O Congresso Belga, depois de um renhido debate, sobre o ultimo Protocolo da Conferencia de Londres, declarou que o aceitava por não poder resistir-lhe. Mas o Rei Leopoldo, que tanto havia recommendado essa mesma aceitação é agora quem recusa sancional-a em quanto não for reconhecido por aquellas das Potencias representadas na Conferencia, que ainda não deram esse passo, a saber, a Russia, Prussia e Austria. O Rei da Hollanda, polo seu lado, nem diz que aceita, nem que regeita o mencionado Protocolo, e pede só que o deixem reflectir por que o negocio é muito grave. Entretanto a Conferencia vai ameaçando // debalde, e a questão que me parecia decidida quando tive a honra de dirigir a *Vossa Excellencia* o meu officio numero 120, talvez que ainda dê origem a outro meio cento de Protocolos.

[fl. 2. v.] De Portugal não ha noticias modernas que mereçam ser communicadas a *Vossa Excellencia*. Continua-se a dizer que o Rei de Hespanha tem 12000 homens nas fronteiras, e em taes pontos, que sendo necessario, podem-se facilmente reunir e marchar em soccorro do *Senhor Infante Dom Miguel*. Os tres navios que se havia preparado aqui para a intentada expedição contra aquelle Principe a saber o Congresso, Asia, e outro seguiam já de viagem para a Ilha Terceira, a fim de se reunirem ao resto da expedição, e de receberem os soldados que ali se acham, quando foram embargados em Gravesende, por ordem deste Governo. Semelhante circumstancias // sobretudo comparada com a bôa disposição do actual Ministerio a favor da Senhora *Dona Maria 2ª* não podia deixar de surpreender ambos os partidos. O que parece porem é, que muitos marinheiros e mesmo soldados inglezes foram alistados polos agentes do Duque de Bragança para a dita expedição; e que sendo essa violação do *Foreign Enlistment Bill* communicada ao Ministerio do Interior, expediram-se logo as ordens necessarias para impedir a sahida dos navios em que se presumia que fossem os taes recrutas. Entretanto affirmam que a denuncia é falsa e assim espero que si o embargo não foi já levantado sel-o-ha brevemente.

[fl. 3] Com o presente officio tenho a honra de passar as mãos de *Vossa Excellencia* a correspondencia das outras Legações e Consulados Imperiaes, // as costumadas gasetas inglezas e francezas e algumas dozes de puz vaccinico para essa e outras

5 Repetido nos dois fôlios.

Provincias do Imperio.

Deos Guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 16 de novembro de 1831.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Francisco Carneiro de Campos

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 11

Datas: Londres. 1831, dezembro 7.

Notação: 216.1.12

Descrição: Offício ostensivo relatando a conjuntura geopolítica na Europa.

[fl. 1]

Numero 131

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

[fl. 1. v.]

Teve hontem lugar a abertura do Parlamento Britannico, e *Vossa Excellencia* achará incluso o Discurso então pronunciado por El Rei. Os topicos mais proeminentes do referido Discurso *Vossa Excellencia* ha de ver que, são Reforma Parlamentar, *cholera morbus*; e relaçoens deste Payz com os Reinos de Portugal, Belgica e Hollanda. Hontem mesmo discutio-se em ambas as Casas esta peça importante. Na dos Lords, fallou o Conde Aberdeen mui particularmente ácerca dos negocios da Hollanda e da Belgica, e tambem sobre os de Portugal. Respondeo-lhe Lord Grey com uma longa [enfiada] dos seus costumados epigramnes sem todavia destruir muitos dos argumentos de Lord Aberdeen. Na Camara baixa // o mesmo Lord *John Russel*, que na Sessão passada introduzio o malfadado *Bill* da Reforma, annunciou para 12 do corrente a apparição do dito *Bill*, ou cousa que o valha. Espera-se em fim que a presente Sessão seja muito mais tormentosa que a derradeira, e muita gente cré que ainda desta vez os Ministros não conseguirão a reforma que pertendem na Representação nacional, salvo se adherirem ás alteraçoens propostas pelos chamados reformadores moderados, que nada menos querem do que a continuação do actual estado das cousas. Cedo porem veremos quem triunfa.

[fl. 2]

A 16 de novembro ultimo, assinaram os Plenipotenciarios // das cinco Potencias Alliadas e os do Rei Leopoldo, um Tratado em que as ditas Potencias reconhecem este ultimo como Soberano legitimo da Belgica. Resta ver esse Tratado ratificado polas Cortes de Petersburgo, Berlin e Vienna, e então será ainda muito mais enigmatica a tenacidade com que o Rei da Hollanda continúa a resistir ás decisioens

da Conferencia de Londres.

Tem havido mui serias desordens em alguns lugares da França. Mas agora parece que as cousas apresentam ali um aspecto mais favoravel.

[fl. 2. v.]

Os navios pertencentes á expedição contra Portugal, que // se achavam aqui embargados por contravenção do *Foreign Enlistment Bill*, ha muitos dias que foram postos em liberdade, e seguiram todos para Brest onde se diz que hão de receber grande porção de armamento, e alguma gente, para então dirigirem-se á Ilha Terceira; e de lá para o Tejo com a tropa que hoje guarnece aquella Ilha.

A Duqueza de Bragança deo á luz uma Princesa no 1º do corrente. Dizem-me, mas não creio, que por essa ocasião se observaram as mesmas formalidades usadas anteriormente no Rio de Janeiro em casos semelhantes.

O Rei dos Francezes tem de ser o padrinho da Princesa recém-nascida, e quer que o baptizado se faça no Palacio das Tuilleries. Não se sabe porem ainda quando terá lugar a cerimonia.

A jovem Rainha de Portugal escapou de ser assassinada em Paris. Sua Magestade achava-se no seu quarto com Dona Leonor da Camara, quando com uma espingarda de vento alguem disparou do jardim contra a janella do quarto, um tiro, cuja bala atravessou as cortinas da cama da Rainha, e foi cravar-se na parede opposta. A Policia faz rigorosas indagaçoens sobre esse objecto, e não me consta ainda que dellas resultasse a descoberta do criminoso, si existe um. //

[fl. 3]

Faleceo a Duquesa de Saxe-Cobourg-Gotha, e esta Corte ha consequentemente tomado luto por 15 dias, a contar de 4 do corrente.

O addido desta Legação Manoel de Cerqueira Lima é o portador da correspondencia desta e das outras Legações e Consulados Imperiaes, que vão acompanhados das costumadas gasetas.

Deos guarde a Vossa Excellencia. Londres em 7 de dezembro de 1831.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Francisco Carneiro de Campos

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 12

Datas: Londres. 1832, janeiro 18.

Notação: 217.3.2

Descrição: Ofício reservado relatando a posição do governo inglês sobre restauração do ex-imperador.

[fl. 1]

Numero 2
Reservado

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Na ultima conferencia que tive com Lord Palmerston, disse-lhe que chegando ao meu conhecimento certos boatos sobre um plano projectado por alguns Gabinetes da Europa, a fim de restituirem ao throno do Brasil o ex-Imperador *Dom Pedro*, houvesse *Sua Excellencia* de esclarecer-me ácerca de semelhante objecto. Lord Palmerston respondeo que apenas sabia da existencia de um ou outro artigo publicado em gasetas, e sem duvida nesse sentido, mas que lhe não pareciam dignos do menor credito, e assegurou-me que a Inglaterra jamais entraria em ajuste algum tendente á mais leve interferencia nos nossos negocios internos.

A Hespanha não respondeo ainda ás proposições que lhe foram feitas relativamente ao *Senhor Infante Dom Miguel*; e a Prussia, Russia e Austria guardam igual silencio sobre as communicações que se lhe dirigio ao mesmo tempo e no mesmo sentido.

[fl. 1. v.]

A expedição do ex-Imperador ainda não // partio, e espera-se que isso tenha lugar dentro de poucos dias. Tenho alguns dados para crer que ella ha de dirigir-se primeiro contra a Ilha da Madeira. Era ali Consul deste Payz, na occasião da tomada da Ilha polo Governo Usurpador, um inglez que foi chamado e suspenso de suas funções por Lord Aberdeen, em rasão do interesse que tomava pela causa da Rainha. Mas Lord Palmerston acaba de reintegral-o no seu posto, para onde o fez ir com a maior pressa possivel, segundo todas as apparencias, a fim de elle continuar em seus bons officios a prol da dita causa, agora mais que nunca necessarios.

Ouçó que o Marquez de Palmella quer abandonar o serviço do ex-Imperador, em cujo valimento estão hoje Saldanha e os seus, e contra quem cresce cada dia a indisposição dos emigrados tanto aqui e na França, como na Ilha Terceira. //

[fl. 2]

Deos guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 18 de janeiro de 1832.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Francisco Carneiro de Campos

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 13

Datas: Londres. 1832, fevereiro 8.

Notação: 217.3.2

Descrição: Offício reservado relatando a posição de Espanha, Rússia, Prússia e Áustria na “questão portuguesa” e informando a recusa na emissão de passaporte de entrada no Império para João Carlos Pardal.

[fl. 1]

Numero 3
Reservado

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Depois que tive a honra de [vir] á presença de *Vossa Excellencia* por meio do meu officio reservado *numero 2* do 18 de janeiro ultimo, constou-me haver finalmente chegado a esta Corte a resposta da Hespanha ás proposições que mencionei em outro officio tambem reservado, de 21 de dezembro de 1831. Essa resposta foi negativa, segundo previam todas as pessoas bem informadas da especie de interesse que o Governo hespanhol toma pola questão portugueza, em que lhe vai tanto quanto é possível da sua propria segurança e tranquillidade. El Rei Fernando 7º não quer ouvir fallar da ida para Portugal, nem do Duque de Bragança, nem da Rainha A Senhora Dona Maria Segunda, debaixo de nenhuma condição, e persiste no proposito de soccorrer o Usurpador, caso elle seja atacado por qualquer força externa. O Governo da Austria, como ja escrevi a *Vossa Excellencia*, e agora far-lhe-hei constante polas inclusas copias de uma Nota do Principe de Metternich ao Ministro hespanhol na Corte de Vienna, e de um Memorandum e officio dirigidos polo mesmo Principe // ao Embaixador austriaco junto a *Sua Magestade* Britannica, sustenta as pertençoens da Hespanha. Outro tanto fazem a Russia e a Prussia. O Imperador Nicoláo chegou mesmo a exprimir-se sobre este negocio de maneira a deixar vér que ainda quando o Duque de Bragança consiga entrar em Portugal, elle não [reputará] a cousa concluida, nem deixará por isso de apoiar o Rei da Hespanha em quaesquer medidas que *Sua Magestade* Catholica julgue acertado tomar para a conservação da ordem nos seus dominios e em toda Europa. Como porem a França e a Inglaterra pareçam haver-se dado as mãos em favor do Duque de Bragança, ou antes da Senhora Dona Maria Segunda, o caso muda muito de figura, e torna-se ainda mais espinhoso. Assim vejo que de ambos os lados há [inumeras] difficuldades a superar, e pois que

[fl. 1. v.]

todas as Partes interessadas as tem tambem, ou ao menos o germe dellas mesmo dentro de casa, nada se pode aventurar sobre a conducta que cada uma ha de adoptar em tendo de sustentar seus principios ou caprichos, por ora meramente enunciados. Os factos dissiparão estas duvidas, e para elles appello. Entretanto permitta *Vossa Excellencia*, que eu de novo chame Sua attenção sobre a necessidade de estarmos sempre preparados para o peor, ou o Duque de Bragança triunfe, ou não.

Ouçõ que o Coronel Pardal, que tem estado em Paris como criado do Duque de Bragança, pertende agora regressar a essa Corte, por via de Londres. É porem minha tenção recusar-lhe o necessario Passaporte, por julgar hoje aquelle official em circumstancias semelhantes ás que fizeram com que *Vossa Excellencia* me autorisasse para proceder de igual maneira a respeito do fallecido ex-coronel Plasson.

Deos guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 8 de fevereiro de 1832

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Francisco Carneiro de Campos

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 14

Datas: Londres. 1832, fevereiro 8.

Notação: 216.1.13

Descrição: Officio ostensivo discutindo a questão da emissão de passaportes de entrada no Império.

[fl. 1]

Numero 12

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Em quanto o desprezo com que Sabino Ribeiro de Oliveira, desde a sua chegada a Londres, tem constantemente tratado esta Legação, parecia dirigir-se á minha pessoa em particular, nunca tive o menor desejo de leval-o ao conhecimento de *Vossa Excellencia*. Mas hoje que elle tem subido ao ponto de ser prejudicial ao serviço do Imperio, eu faltaria ao meu dever si o occultasse mais tempo.

Terei pois a honra de pôr na presença de *Vossa Excellencia* a inclusa e litteral copia de todos os officios que até esta data hei escrito áquelle empregado, e bem assim os proprios originaes dos que delle hei recebido. Esta correspondencia não precisa commento. Ignoro ainda quem sejam os Vice-consules do Imperio nos diversos // portos da Inglaterra, e vejo-me por isso impossibilitado de trasmitir-lhes instrucçoens que julgo bem necessarias para preencher cabalmente o importante

[fl. 1 v.]

objecto do Despacho circular que *Vossa Excellencia* me expedio em 17 de setembro ultimo. Por essa Secretaria de Estado ordenou-se ao Consulado de Londres que não desse passaportes a ninguém. Repeti a mesma coisa a Sabino Ribeiro de Oliveira em officio de 9 de janeiro deste anno (copia X), e por fim constou-me que elle dava Passaportes a quem lh'ós pedia. Quiz verificar isto, e roguei a alguém que se apresentasse no Consulado a requerer Passaporte para a Bahia. Foi lá esta pessoa, e [fl. 2] sem a menor duvida recebeo o Passaporte incluso, que suppoem tres // anteriores, e polo qual foram pagos cinco xelins. Os inconvenientes deste abusivo procedimento são mui obvios para que eu < me > dilate sobre elle. Deixal-o-hei pois, assim como tudo mais, entregue ao discernimento e à justiça que caracterisam *Vossa Excellencia*.

Deos guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 8 de fevereiro de 1832

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Francisco Carneiro de Campos

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 15

Datas: Londres. 1832, abril 4.

Notação: 216.1.13

Descrição: Officio ostensivo relatando a prisão do vice-cônsul do Brasil no Porto.

[fl. 1]

Numero 37

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Acabo de receber o officio incluso por copia, do vice Consul do Brasil em Lisboa, o qual noticia-me a prisão do nosso Vice Consul no Porto, e a apprehensão de todos os seus papeis, mesmo officiaes, e pede que eu me empenhe a favor do dito empregado, assim como dos brasileiros residentes em Portugal, e expostos a continuos vexames da parte do actual Governo daquelle Reino. Quanto a estes, ha muito tempo que Lord Palmerston, a instancias minhas, os recommendou ao Consul Britannico, determinando-lhe que apoiasse as respectivas representações do mesmo Vicente Ferreira da Silva.

[fl. 1. v.]

Agora vou pedir que se reitere a dita // recommendação da maneira a mais efficaz que for possivel, e farei particular menção do tal Marcellino Rodrigues da Silva, cujo character publico alias não parece haver sido jamais reconhecido pelo

[fl. 2] Governo Usurpador, a quem nunca se pediu o *exequatur*⁶ da sua Patente, segundo confessa Vicente Ferreira da Silva. Este é o unico passo que infelizmente me cabe dar a bem daquelles nossos compatriotas, visto que não temos relações estabelecida [sic] nem com o Governo Usurpador, nem sequer com a Hespanha, e levarei ao conhecimento de *Vossa Excellencia* o resultado de minhas diligencias. //

Deos guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 4 de abril de 1832.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Francisco Carneiro de Campos

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 16

Datas: Londres. 1832, abril 18.

Notação: 216.1.13

Descrição: Offício ostensivo relatando a prisão do vice-cônsul do Brasil no Porto.

[fl. 1] *Numero* 45

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

[fl. 1 v.] Em referencia ao meu officio *numero* 37, de 4 do corrente, terei a honra de participar a *Vossa Excellencia* que encontrando-me ultimamente com o Ministro de Hespanha no Palacio de *Saint James*, e fallando-lhe sobre a prisão do nosso Vice Consul na Cidade do Porto, disse-me elle que tinha recebido uma carta do seu collega em Lisboa, o qual dá como cousa provada, que o tal Vice Consul achava-se á testa de uma conspiração contra o actual Governo portuguez, a favor do Duque de Bragança, e que por isso forá preso, visto que o seu character official, embora tolerado, não havia sido ainda formalmente reconhecido pelo dito Governo. Prometteo-me porem o mesmo Ministro, que apesar de esperar // noticias mais circumstanciadas a semelhante respeito, ia pedil-as novamente, e instar a fim de que se nos desse as explicaçoens necessarias sobre o procedimento adoptado para com o referido agente.

Entretanto, havendo Lord Palmerston, a instancias minhas recommendado ao seu Consul em Lisboa que coadjuvasse Vicente Ferreira da Silva em todas as reclamaçoens que elle houvesse de fazer a bem dos subditos brasileiros, espero que isso concorra, quando menos, para accelerar os esclarecimentos deste facto.

[fl. 2]

6 Trata-se de um documento, expedido por um Estado, que reconhece o carácter official de membros do corpo diplomático ou consular de país estrangeiro no seu território.

Deos guarde a *Vossa Excellencia*. // Londres em 18 de abril de 1832.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Francisco Carneiro de Campos

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 17

Datas: Londres. 1832, junho 20.

Notação: 216.1.13

Descrição: Ofício ostensivo acusando o recebimento das notícias de revoltas contra a Regência ocorridas no Rio de Janeiro, bem como das ordens emitidas pelo ministro da Justiça para a restrição à emissão de passaportes de entrada no Império.

[fl. 1]

Numero 73

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Tive a honra de receber os Despachos circulares que *Vossa Excellencia* me expedio em 12 e 25 de abril ultimo⁷, noticiando-me as deploraveis occurrencias dos dias 3 e 16 do mesmo mez⁸, e sciente dos seus importantes conteúdos, cabe-me unicamente informar a *Vossa Excellencia*, que hei já tido mais de uma occasião de aproveitar-me delles, a fim de dissipar a desfavoravel impressão, que semelhantes occurrencias poderiam produzir em certos espiritos, mais dispostos a pensar mal do que bem, ácerca do estado desse Imperio, e da solida base, em que se firma a authoridade do Governo Imperial.

Chegou tambem a esta Legação outro Despacho circular de *Vossa Excellencia*

7 Os dois despachos circulares mencionados foram publicados em: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA. *Cadernos do CHDD*. Brasília, 2004. Número 3. pg. 49-51. No primeiro documento, Francisco Carneiro de Campos acusa o recebimento das informações, vindas anteriormente da Europa, sobre plano contrário à Regência e ao Império. Ver documentos 5, 6 e 12.

8 Tratam-se de fatos ocorridos nos dias 3 e 16 e 17 de abril de 1832. O primeiro deles, segundo Paulo Pereira de Castro e os documentos editados pelos *Cardenos do CHDD*, refere-se a uma sublevação de cerca de 140 militares, liberais radicais, contra a Regência, liderados pelo major Frias, ocasionando a morte de 10 rebeldes, 120 presos e a fuga para os Estados Unidos da referida liderança. No segundo acontecimento, promovido pelos “caramurús”, restauradores, em que se envolveram 300 pessoas, lideradas por David Fonseca Pinto e pelo desconhecido barão de Bulow, deixou cerca de 20 mortos e presos sem referência precisa. Ver: CASTRO, P. P. A “experiência republicana”, 1831-1840. In: HOLANDA, S. B. H. et alii. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. (Tomo 2; Volume 1). pg. 19-84.

[fl. 1. v.] com data de 27 do referido mez⁹, incluindo um Numero do *Diario Fluminense*, onde vem o Aviso, dirigido a *Vossa Excellencia* pelo *Excellentissimo* Ministro da Justiça sobre as medidas adoptadas para impedir a entrada de estrangeiros vadios, e viciosos nesse Imperio, às quaes não deixarei de dar publicidade // e execução, como *Vossa Excellencia* me determina.

Deos guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 20 de junho de 1832

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Francisco Carneiro de Campos

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 18

Datas: Londres. 1832, julho 4.

Notação: 216.1.13

Descrição: Officio ostensivo informando a publicidade dada às ordens expedidas pelo ministro da Justiça do Brasil para a restrição à emissão de passaportes de entrada no Império.

[fl. 1]

Numero 79¹⁰

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

[fl. 1. v.] Depois de apparecer em quasi todas as gasetas desta Capital, o conteúdo do Aviso dirigido a *Vossa Excellencia* pelo *Excellentissimo* Ministro da Justiça em 12 de Abril ultimo, e annexo ao Despacho circular dessa Repartição de 27 do mesmo mez, notifiquei-o ao Consul Geral Sabino Ribeiro de Oliveira, a fim de elle fazel-a publicar e cumprir pelos Vice-consules seus subordinados. Da copia inclusa verá *Vossa Excellencia* o que sobre esse objecto escrevi ao dito Consul Geral, o qual, segundo o seu costume, não me ha dado resposta alguma, nem talvez execute o que lhe recommendei. //

Deus Guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 4 de julho de 1832.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Francisco Carneiro de Campos

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos.

9 O despacho circular mencionado foi publicado em: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA. *Cadernos do CHDD*. Brasília, 2004. Número 3. pg. 52

10 Este documento foi anexado ao códice onde se encontram os officios em ocasião posterior. Nele, pode-se ler a passagem: “*Copia extrahida do Livro Número 6 de registro da correspondencia ostensiva da Legação Imperial em Londres com a Secretaria d’Estado dos Negocios Estrangeiros – Conforme o original. A. Loureiro*”.

Documento 19

Datas: Londres. 1832, julho 14.

Notação: 216.1.13

Descrição: Ofício ostensivo relatando a conjuntura geopolítica da Europa, a situação no México e informando a chegada de Francisco José Martins naquele país.

[fl. 1]

Numero 81

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Depois da sahida do ultimo paquete, os negocios da Europa tem tomado um aspecto cada dia mais interessante. A muito [*sic*] que os principios liberaes gradualmente se desenvolviam na Allemanha. Os derradeiros acontecimentos da França, e da Inglaterra deram-lhes tal impulso, que as grandes Potencias do Norte já os não podem olhar sem receio. Dahi resultou uma liga das ditas Potencias, que é promovida em Berlim, debaixo da direcção do Principe de Metternich, e com o pretexto de manter a Confederacção Germanica no pé em que a puzera o Congresso de Vienna. O plano dos liberaes era formar dos pequenos Estados allemaens certo numero de Potencias respeitaveis, que pudessem tornar-se menos dependentes da Prussia, e Austria. Nesse caso teriam a ganhar a Baviera, Wurtemberg, e a Saxonia,

[fl. 1. v.] que provavelmente serviriam de centros para a // formação dos novos Estados. Essas porem foram induzidas a oppor-se ao seu proprio engrandecimento, e de mãos dadas com os Gabinetes de Vienna, Berlim, e São Petersburgo, tem ja feito marchar para o Rhim tropas, que talvez venham a obrar bem diversamente do que por ora pensão os respectivos Governos. Conhecendo que semelhantes movimentos militares a nada menos tendem do que a preencher as vistas da Santa Alliança, a respeito do Sul da Europa, este governo, e o francez não podem vel-os com indiferença, e assim parece provavel, que dentro em pouco tempo, rôto o véo que por ora cobre todas estas manobras, tenhamos de ver a Europa em armas, sustentando uma guerra geral, que decidirá a grande questão pendente entre os Reis, e os Povos.

Mui perto estamos de ver o resultado da expedição de Dom Pedro contra Portugal. Lord William Russel apenas findou a sua quarentena, teve úma conferencia

[fl. 2] // com o Visconde de Santarem, e alcançou licença para irem dous officiaes inglezes para Elvas, a fim de observar a conducta do exercito hespanhol, postado nas

[fl. 2. v.] fronteiras. El Rey Fernando pune pelo seu direito de conserval-o ali, em quanto os inglezes tiverem uma esquadra no Tejo, e de intervir a favor de *Dom Miguel*, logo que conste que a Inglaterra ajuda ao Duque de Bragança, para observar o que, ha igualmente enviado a Lisbôa dous officiaes hespanhoes. Assim foi declarado por *Monseñor Zea-Bermudez* a Lord Palmerston. Alem disto os Ministros de Russia, Prussia, e Austria passaram no dia 15 de junho Notas ao mesmo Lord, nas quaes os dous primeiros simplesmente lhe mostram os perigos que ameaçam a Europa do lado de Portugal, e chamam a attenção deste Governo sobre aquelle Reino. O Austriaco porem acrescenta que = Não é tenção da Hespanha // interferir a favor de *Dom Miguel*, salvo o caso de outras Potencias protegerem abertamente a outra parte, e que neste caso, assim como em qualquer outro de imminente perigo para a Monarchia hespanhola, supposto mesmo que *Dom Pedro* se estabeleça em Lisbôa, O Imperador Francisco não poderia deixar de reconhecer no Rey Fernando o direito de obrar, como pedissem os interesses da Hespanha.=

Sobre a partida da expedição nada ha de certo. Correo primeiro que ella sahia a 5, depois a 11, e finalmente a 16 de junho; mas ha quem supponha, que ainda não largou dos Açores. A todos os instantes se espera uma barca de vapôr de Lisbôa, que trará noticias mais positivas.

[fl. 3] Acha-se a final revogado o Decreto que declarou Paris em estado de cerco, e as sentensas da Commissão Militar foram todas annulladas pelo Supremo Tribunal de Justiça. Este facto que mostra // naquelle Tribunal um espirito de independencia, talvez inesperado, tem enchido de animo os amigos das liberdades publicas em toda a parte. Não há ainda decisão sobre o novo Ministerio francez, mas é geralmente acreditado, que *Monsieur Dupin* será o Presidente do Conselho.

Acaba de chegar a este Paiz no navio inglez - Brazilian - o rebelde Martins, chefe do Partido, cujos excessos causaram ultimamente em Pernambuco a effusão de tanto sangue.

Do Mexico sabe-se apenas que Santanna não havia ainda sido debellado, posto que as forças que iam atacar Tampico, seu principal apoio suppunha-se, serem sufficientes para por termo á guerra civil.

[fl. 3 v.] Por esta occasião tenho a honra de remetter a *Vossa Excellencia* os officios das outras Legaçoens e Consulados Imperiaes, acompanhados dos // periodicos do

estillo.

Deos guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 4 de julho de 1832.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Francisco Carneiro de Campos

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 20

Datas: Londres. 1832, julho 18.

Notação: 216.1.13

Descrição: Ofício ostensivo relatando a conquista da cidade do Porto pelo "exército liberal" e a conjuntura geopolítica da Europa.

[fl. 1]

Numero 85

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

[fl. 1. v.]

[fl. 2]

A expedição do Duque de Bragança chegou á foz do Douro no dia 8 do corrente. No seguinte, uma parte da tropa, que ao todo se compoem de 7500 a 8000 mil [*sic*] homens, desembarcou em Matosinhos, e sem experimentar a menor resistencia apoderou-se da Cidade do Porto. As Autoridades Miguelistas, tanto civis como militares, e guarnição, retiravam-se á vista do inimigo, em muito bôa ordem e levando comsigo tudo quanto lhes convinha não deixar cair nas mãos dos liberaes. O plano de *Dom* Pedro parece ser marchar em direitura a Lisboa, e despachar a sua esquadra para o Tejo a fim // de apoderar-se da Capital. Mas ali tem o Usurpador sobejas forças para lhe resistir, uma vez que os seus partidarios o não abandonem, e o fado da expedição, é por ora sobremaneira incerto. Esperava-se que apenas *Dom* Pedro apparecesse em qualquer ponto de Portugal, muitos dos que por necessidade se acham nas fileiras de *Dom* Miguel, passassem para as suas, e que assim a questão fosse mui rapidamente decidida. Mas nada disso aconteceo, e pelo contrario um dos regimentos do Porto, que se diz ter manifestado algum desejo de desertar, foi quasi todo destruido pelo resto dos soldados // Miguelistas. As primeiras noticias que dali vierem, e que não podem tardar, devem ser interessantissimas. Entretanto vejo mui animados os adversarios da Rainha Fidelissima neste Payz e quase todos contam com a infallivel derrota de *Dom* Pedro. Mas Lord Palmerston, ainda hontem me disse que apostava quanto quisessem pelo lado dos liberaes. Tanto não ousarei avançar; mas

[fl. 2. v.]

espero o melhor. Concluirei este artigo noticiando a *Vossa Excellencia* que a poucos dias [*sic*] os Plenipotenciarios da Russia, Prussia e Austria passaram uma Nota ao Governo Britannico, exigindo collectivamente da parte do dito Governo // a observancia da mais stricta neutralidade na presente luta entre *Dom Pedro* e *Dom Miguel*; e que a Hespanha está resolvida a partilhar os destinos do segundo, no caso de ser de qualquer maneira violada essa neutralidade.

Os negocios da Belgica e da França cada dia se tornam mais embrulhados. A grande questão entre a primeira e a Hollanda nunca pareceo mais longe de um termo satisfactorio.

[fl. 3]

O plano da Santa Alliança relativamente á Alemanha, ou antes a todo o Continente Européo, vai marchando a passo largo. Agora mesmo acaba de ser // publicado um Protocolo da 22^a Sessão da Dieta Germanica, tendente a acabar com o mais leve indício de liberalismo em todos os Estados da Confederação, e custa a crer que o Rei do Hanover, Soberano ao mesmo tempo do Payz mais livre do Mundo, subscrevesse a semelhante Acto. *Vossa Excellencia* o achará por extenso no *Times numero* 14.906, de 17 do corrente. Este Protocollo tem feito grandissima impressão sobretudo na França, que se suppoem, e com razão, o objecto indirecto das sollicitudes da Dieta, ou dos Gabinetes que nella mais influem.

[fl. 3. v.]

Temos noticias do Mexico // até 25 de maio, e pessimias. As forças do Governo, commandadas pelo General Calderon haviam levantado o cerco de Vera Cruz e litteralmente fugido de Santanna. Este destacou alguma gente em seguimento de Calderon, e preparava-se a marchar com todo o seu exercito sobre a Capital da Republica, onde suppoem-se que chegaria até o meado de junho, e que seria mui bem recebido por ter lá grandissimo partido a seu favor. Nasceo esta revolução da mal pensada resistencia do Governo Mexicano a reiteradas petições de Provincias inteiras a fim de ser demittido um Ministerio // que a maioria da Nação reputava pouco popular e até arguia de ser addicto aos interesses da Hespanha, e acabará sem duvida na completa dissolução do dito Governo. O que lhe succeder, é quasi certo que será formado pelo ambicioso Santanna, o qual há muito tempo aspirava á Presidencia.

[fl. 4]

A *Cholera Morbus* manifestou-se de novo nesta Capital, onde vai fazendo estragos enormes, sem respeitar, como da primeira vez nenhuma classe de pessoas. O

[fl. 4 v.]

facto de se haver esta horrivel epidemia declarado ultimamente no Canadá com todos os seus peóres resultados, desmente a asserção dos // que pretendiam, que em tamanhas distancias não havia o menor fundamento para recear-se a importação de semelhante mal. Ali consta que foi elle levado em um Navio de emigrados deste Reino. Assim verá *Vossa Excellencia* com quanta rasão não hei cessado de recommendar em meus officios, a adopção de medidas capazes de arredar de nós a mesma desgraça.

[fl. 5]

Por esta occasião tenho a honra de enviar a *Vossa Excellencia* a correspondencia das outras Legações e Consulados Imperiaes, e as gazetas e puz vaccinico do // costume.

Deos guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 18 de julho de 1832.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Francisco Carneiro de Campos

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 21

Datas: Londres. 1832, agosto 8

Notação: 216.1.13

Descrição: Officio ostensivo acusando o recebimento do despacho circular contendo as notícias sobre a Abrilada em Pernambuco.

[fl. 1]

Numero 86

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Acabam de ser-me entregues os Despachos de *Vossa Excellencia* *numeros* 17 e 18, de 17 e 18 de maio do corrente anno, acusando a recepção dos meus officios de *numero* 22 a *numero* 33, e incluindo copia da resposta de *Mister Aston* á Nota que *Vossa Excellencia* lhe dirigira sobre a violencia praticada no barco de vapor *Correio do Brasil*, por um official da esquadra britannica, e bem assim uma carta de gabinete para *Sua Magestade A Rainha Fidelissima*. Li a primeira com a devida attenção, e esperando as ordens que *Vossa Excellencia* houver por bem expedir-me ácerca desse objecto, não deixarei de encaminhar a segunda ao seu alto destino.

[fl. 1. v.]

Com os Despachos mencionados, tive tambem a honra de // receber o circular

de 15 de maio relativo aos ultimos desastrosos acontecimentos de Pernambuco¹¹, e do seu conteúdo farei o uso por *Vossa Excellencia* recommendado.

Deos guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 8 de agosto de 1832.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Francisco Carneiro de Campos

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 22

Datas: Londres. 1832, setembro 19.

Notação: 216.1.13

Descrição: Ofício ostensivo relatando a conjuntura geopolítica da Europa, o conflito no México e informando a chegada de Francisco José Martins em Londres.

[fl. 1]

Numero 96

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

[fl. 1 v.]

O ex-Rei de França, e toda sua Familia acabam de deixar a Escossia, mudando a sua residencia para Stiria nos dominios da Austria. A constante perseguição de seus credores, a sancção dos principios de reforma Parlamentar, e finalmente os continuos soffrimentos da Duquesa de Angoulême são os motivos que á primeira vista parecem ter dictado esta pronta resolução. Certo é porem que o estado de perturbação da França, não podia deixar de reviver as esperanças de Carlos X, a quem convem mais fixar-se, onde possa obrar com prontidão, e liberdade, no caso de se lhe appresentar occasião opportuna. Elle escreveo a Guilherme 4º agradecendo-lhe a hospitalidade // que encontrára neste payz, e communicando-lhe a resolução de deixal-o, certo de tornar a ser tam bem recebido, si for outra vez obrigado a voltar á Inglaterra. *Sua Magestade* Britannica respondeo-lhe mui amigavelmente, offerecendo-lhe por fim 2 navios do Governo para o levarem ao continente. Disto mostrou-se resentido o Governo Francez, e fez com que se não realisasse a offerta. A Duquesa de Angoulême veio a Londres, e daqui partio para Rotterdam; Carlos X, e o resto dos seus foram em direitura a Hamburgo. O Ministro de Austria tinha-lhes concedido passaportes; mas em consequencia de instrucçoens especiaes da sua Corte, expedidas a instancias de

11 O despacho circular mencionado foi publicado em: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA. *Cadernos do CHDD*. Brasília, 2004. Número 3. pg. 52-53. O documento traz a noticia oficial sobre a revolta restauradora conhecida como Abrilada, ocorrida em Pernambuco em abril de 1832.

[fl. 2] Luis // Felipe, vio-se obrigado a cassal-os.

Os negocios da Belgica ficam *in statu quo*. As negociaçoens porem não cessam; e Lord Palmerston acaba de passar uma Nota ao Governo de Hollanda, declarando que a questão da navegação do Escalda nada tinha de commum com a da Belgica, que ou esta ficasse separada ou não, devia a dita navegação ser livre para todas as naçoens da Allemanha, e para a Gram Bretanha; e que em taes termos não podia este objecto servir de pretexto á resistencia da Hollanda aos Protocollos da Conferencia. Nenhuma resposta teve por ora esta communicação.

[fl. 2. v.] Ainda não posso participar // a *Vossa Excellencia* cousa alguma decisiva sobre as coisas de Portugal. As ultimas noticias do theatro da guerra descrevem a esquadra de Dom Miguel em Cascaes, e pronta a sahir ao encontro de Sartorius; este, crusando à vista de Lisboa, o Porto estrictamente sitiado, e bem fortificado. Partio já o Marquez de Palmella; e tanto daqui como de França tem ido para o Porto varios reforços de gente, cavallos e muniçoens de guerra de toda especie.

[fl. 3] As negociaçoens encetadas entre os Chefes de partido no Mexico, não produziram o fim desejado, as ultimas noticias representam aquelle paiz em um estado deploravel; as hostilidades tinham-se renovado // com vigor de ambas as partes, e dizem até que em certo districto da Republica havido sido acclamado Fernando 7º.

Chegou afinal a Londres o rebelde Martins. Não parece por ora resolvido a ir para o Porto, mas essa dizem ser sua tenção em tempo opportuno.

A *Cholera Morbus* posto que em declinação, continua a fazer ainda grandes estragos neste payz, principalmente no campo, onde as mortes passam diariamente de 200.

[fl. 3. v.] Com o presente officio tenho a honra de passar as mãos de *Vossa Excellencia* a correspondencia das outras Legaçoens e Consulados Imperiaes, e as // gazetas do costume.

Deos guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 19 de setembro de 1832.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Francisco Carneiro de Campos

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 23

Datas: Londres. 1832, outubro 3.

Notação: 216.1.13

Descrição: Ofício ostensivo informando a nomeação, pelo ex-imperador Pedro I, do vice-cônsul do Brasil na cidade do Porto.

[fl. 1]

Numero 100

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Tenho a honra de trasmitter a *Vossa Excellencia* a inclusa copia de uma carta em que Francisco Belens de Lima me communica achar-se nomeado pelo Duque de Bragança, para exercer como ficava exercendo as funcçoens de Vice-Consul brasileiro na cidade do Porto. Sobre este objecto peço a *Vossa Excellencia* as necessarias instrucçoens, quando mais não seja, porque para aquella cidade vai partir um Pedro Teixeira de Mello a quem o Consul Geral do Brazil em Portugal, Antonio da Silva Junior, acaba tambem de nomear para o mesmo lugar de Vice-Consul no Porto, como *Vossa Excellencia* verá da outra copia junta, de um officio do dito Consul Geral, que hontem me foi entregue.

Deos guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 3 de outubro de 1832.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Francisco Carneiro de Campos

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 24

Datas: Londres. 1832, outubro 3.

Notação: 216.1.13

Descrição: Ofício ostensivo informando a recusa à emissão de passaporte brasileiro para M. A. Guerra para a França.

[fl. 1]

Numero 101

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

M. A. Guerra, portuguez por nascimento, e chegado a pouco de Pernambuco, apresentou-se ultimamente nesta Legação, requerendo Passaporte para a França, como cidadão brasileiro que dizia ser. Em prova disso fiz exigir que elle produzisse algum documento, ao menos o Passaporte com que sahira de Pernambuco. E como elle declarasse não ter nem siquer esse Passaporte, de que não veio munido pela pressa com que deixou aquella Cidade, durante a revolução tramada por Martins,

entendi que devia recusar-lhe, como recusei o pretendido Passaporte. Consta-me porem que elle obteve um do Agente da Rainha Fidelissima, e que ora se acha em Paris. //

[fl. 1 v.]

Deos guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 3 de outubro de 1832.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Francisco Carneiro de Campos

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 25

Datas: Londres. 1832, dezembro 5.

Notação: 216.1.13

Descrição: Officio ostensivo relatando a conjuntura geopolítica da Europa e o conflito no México

[fl. 1]

Numero 116¹²

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

O Parlamento britannico, prorogado até 11 deste mez, foi dissolvido no dia 3. O reformado começará seus trabalhos a 29 de janeiro seguinte. Na Casa dos Communs hão de tomar assento 658 membros, a saber, 500 inglezes, 105 irlandezes e 53 escossezes. Polo caminho que levavam as eleições, calculava-se que naquelle numero de 658 entrariam 338 ministeriaes, 240 ultra *tories*, e 80 radicaes, vindo assim o Ministerio a contar apenas com a insignificante maioria de 18. A maneira decisiva por que a opinião publica deste Payz se ha declarado contra a guerra feita á Hollanda, dará fortissimas armas á opposição em ambas as Camaras, opposição que mesmo sem isso parecia já mui disposta a // repellir a presente administração, a qual segundo a opinião mais geral, não parece poder conservar-se muito mais tempo no poder.

[fl. 1. v.]

A 3 do corrente foram aqui publicados dous Decretos Reaes modificando as medidas adoptadas em 6 do passado contra o commercio entre este Reino e a Hollanda. Um dos mencionados Decretos declara, que o embargo então fulminado não deve entender-se a respeito de navios inglezes que se destinem a quaesquer portos hollandezes fora da Europa; e o outro manda relaxar os proprios navios hollandezes embargados ou capturados, uma vez que tenham a bordo mercadorias

[fl. 2]

12 Entre os documentos editados, este é o primeiro officio enviado ao novo ministro Bento da Silva Lisboa.

susceptíveis de avaria, e isenta de serem d'óra em diante // encommodados os que se acharem em iguaes circumstancias. A poucos dias [*sic*] recolheu-se a Portsmouth a esquadra ingleza empregada em hostilizar a Hollanda conjunctamente com a franceza, e á França ficou por então pertencendo a odiosa tarefa de continuar por si só as mencionadas hostilidades assim por mar como por terra.

[fl. 2 v.]

No dia 16 de novembro o Governo hollandez publicou tambem um Decreto, em virtude do qual os navios francezes e inglezes deveriam deixar os portos da Hollanda dentro do espaço de tres dias, passados os quaes, nem uns nem outros seriam lá recebidos, em quanto a bandeira neherlandeza não fosse outra vez admittida aqui e na França. Outro // Decreto do mesmo Governo ordenou o armamento de toda a população para resistir aos seus aggressores.

O exercito francez acha-se diante de Antuerpia. No dia 30 recebeu o Governador da Citadella uma intimação do Marechal Gerard, a fim de evacual-a nos termos da Convenção entre a França e a Gram Bretanha. A resposta foi como se esperava, isto é, negativa; e naquelle mesmo dia a guarnição hollandeza fez algum fogo sobre os francezes; mas por fim deixou-os livremente continuar os seus preparativos para o ataque da Citadella. A esta hora é provavel que tenha começado a luta, da qual não temos por ora noticia alguma.

[fl. 3]

A prisão da Duqueza de Berry // e o tiro disparado contra a pessoa de Luis Felipe, no seu transito das Tullerias para a Camara dos Deputados, a fim de abrir a presente Sessão, são as noticias mais importantes, no que respeita ao interior da França. A sorte da Princeza tem de ser decidida pelas Camaras, e quanto ao tiro, a opinião mais geral é que a Policia o encommendou para sundar o espirito publico. Não irei mais longe sobre este objecto, por que estou certo de que *Vossa Excellencia* o lerá na correspondencia do nosso Enviado em Paris, muito melhor desenvolvido do que me seria possível apresental-o.

[fl. 3. v.]

O Vice Presidente da Republica do Mexico, Bentamente, poz-se a testa do exercito, e tinha conseguido algumas // pequenas vantagens sobre os rebeldes. Mas as revoluçoens succedem-se rapidamente em muitos pontos da Republica, onde cada General ou official superior reputa-se com direito de impôr a lei ao Governo, o qual alias não parece ficar em circumstancias mais prosperas, do que na epoca a que se referem as ultimas respectivas noticias, que tive a honra de communicar a *Vossa*

Excellencia.

Tenho a honra de remetter a *Vossa Excellencia* juntos os officios das outras Legações e Consulados Imperiaes e os periodicos do costume.

Deos guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 5 de dezembro de 1832.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Bento da Silva Lisboa

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 26

Datas: Londres. 1833, janeiro 2.

Notação: 217.3.2

Descrição: Officio reservado relatando a publicação de artigo no jornal inglês *Courier* e informando sobre as despesas secretas da missão diplomática.

[fl. 1]

Numero 1
Reservado

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

[fl. 1. v.]

O incluso artigo do *Courier* de 18 do mez passado, mostrará a *Vossa Excellencia* que principiei a cumprir as ordens contidas no seu Despacho reservado de 16 de outubro ultimo. Depois do longo silencio que se havia guardado aqui ácerca dos negocios do Brasil, pareceo-me prudente começar a chamar sobre elles a attenção publica com alguma parcimonia, e sobretudo com a moderação que *Vossa Excellencia* notará no artigo em questão. Apesar de um tanto estropeado pelo editor que a titulo de corrigir-lhe a dicção ingleza, entrou tambem pelas idéas, posso affirmar que elle agradou geralmente, segundo tive occasião de verificar. Espéro agora a chegada de outro paquete a fim de promover a publicação do que mais convier, tanto no mesmo *Courier*, como em outros papeis, igualmente acreditados, para o que tomei ja as medidas necessarias. //

Quanto a recommendação de *Vossa Excellencia* para que eu observe nas despesas secretas a meu cargo a mesma rigorosa economia que se exige nas ostensivas, pode *Vossa Excellencia* ficar certo de que procurarei desempenhal-a o melhor que me for possivel. Entretanto julgo necessario prevenir a *Vossa Excellencia* de que os objectos das primeiras, principalmente no que respeita a escritores, e editores de gasetas, não tem aqui preço fixo, nem admittem concorrência, mediante a

[fl. 2]

qual se possa escolher sempre o mais barato. D'onde resulta que algumas vezes serei obrigado a pagar conforme as circumstancias. Não cedendo porem a esta escusada ou irreflectidamente, farei quanto de mim dependa. Abstenho-me de ultteriores protestaçoens a este respeito, por entender que durante o tempo que administrei a caixa de Londres, produzi sufficiente garantía do meu zelo pelos interesses // da Fasenda publica. Entrei nas precedentes consideraçoens por me serem communs os sentimentos que *Vossa Excellencia* manifesta no Despacho, a que tenho a honra de responder.

Reservo para a primeira occasião a remessa da conta das despesas desta Legação, durante o anno passado.

Deos guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 2 de janeiro de 1833.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor, Bento da Silva Lisbôa

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 27

Datas: Londres. 1833, janeiro 2.

Notação: 217.3.2

Súmula: Ofício reservado relatando a posição das potências européias na "questão portuguesa" e sua relação com o Império.

[fl. 1]

Numero 3
Reservado

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Melhor informado sobre o que tive a honra de escrever a *Vossa Excellencia* em meus officios reservados *numeros* 17, e 21 da ultima serie, a respeito da interferencia de certos Governos na questão portugueza, passarei agora a rectificar aquella noticia. Trata-se com effeito dessa interferencia, por vias diplomaticas, não devendo entrar por cousa alguma nas negociaçoens projectadas, nem o Duque de Bragança, nem *Dom* Miguel, os quaes a seu tempo serão obrigados a depôr as armas, e a sugeitar-se á decisão dos alliados. Estes [tais] por ora a França, e a Inglaterra, que procuram obter a concurrencia da Hespanha. Com esse objecto em vista, partio Sir Stratford Canning para Madrid, e ainda não consta ter chegado ao seu destino. Promette-se ao Governo hespanhol taes modificaçoens na Carta portugueza, como elle entender que // convem

[fl. 1. v.] á sua segurança, e estou que si lhe parecer necessario acabar de todo com a mesma Carta, assim acontecerá.

[fl. 2] Indagando sobre as intenções dos aliados quanto ao Duque de Bragança em relação ao Brasil, [julguei] de achar que elles não se occupam de semelhante objecto, e só da questão portugueza pura e simples. Mas posto o negocio em marcha, ninguem sabe o que poderá succeder. Por isso estou cada vez mais persuadido do muito que nos importa captar a bôa vontade de O Imperador d'Austria, em quanto se consolidam as nossas cousas. É sabida a influencia daquelle Soberano nos Gabinetes de Londres, e Paris; e sobretudo agora, que interesses de grande monta affectam as tres Cortes em commum, poder-nos-hia ella ser utilissima, si o Imperador // Francisco se decidisse a empregal-a em proveito do Brasil, convencido de assim favorecer a causa de Seu Augusto Neto. Para trazel-o a uma tal convicção, [fôra]-nos preciso começar por fazer desaparecer o ciúme que necessariamente deve causar-lhe a circumstancia de termos nós Ministros em Londres, e Paris, e não em Vienna, mostrando dessa maneira que damos mais valor a nossas relações com as primeiras do que com a segunda.

Queira *Vossa Excellencia* relevar estas observações que todavia espero sejam postas na Presença da Regencia.

Deos guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 2 de janeiro de 1833.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Bento da Silva Lisboa

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 28

Datas: Londres. 1833, janeiro 5.

Notação: 216.1.14

Súmula: Ofício ostensivo relatando a conjuntura geopolítica da Europa e da América.

[fl. 1]

Numero 16

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

As eleições para o Parlamento reformado acham-se concluidas em quasi todo o Reino Unido, e em muitos lugares tem sido accompanhadas de motins mais ou menos importantes, e da perda de algumas vidas. O seu resultado parece mais favoravel aos *Whigs* do que ao partido opposto. Apesar disso porem, nada se pode

dizer em semelhante materia, antes da abertura das Camaras, fixada para o dia 29 do corrente. D'então em diante começaremos a ter dados seguros para ajuisar sobre a duração do Ministerio actual.

[fl. 1 v.]

A Citadella d'Anvers, depois de um cerco de 21 dias, e da mais heroica resistencia da parte da sua guarnição rendeo-se por fim ao exercito francez // em 23 do mez passado. O General Chassé propoz como termos da sua capitulação, retirar-se, elle e os seus soldados, com todas as honras da guerra, levando comsigo para a Hollanda o material da Fortaleza. A isso porem recusou assentir o Commandante em Chefe do exercito francez, menos que os fortes de Lillo e Liefkenshoek capitulassem ao mesmo tempo. Chassé, não podendo aceitar esta condição, por lhe faltarem os poderes necessarios, passou a ser considerado prisioneiro de guerra, com toda sua gente, em numero de 7000. Ao mensageiro, que lhe levou esta noticia, e a proposição dos francezes respondeo El Rei de Hollanda, que si elles queriam os supracitados fortes, fossem a tomal-os por força, que de outro modo lh'os // não entreguaria. Sobre o resultado desta campanha, em respeito á questão belga e á paz da Europa, não sei o que diga. Em quanto a Hollanda possuir Lillo, Liefkenshoek, e tantos outros pontos importantes sobre o Escalda com uma soffrivel esquadra, pode regular a seu sabor a navegação daquelle Rio, e acabar com o commercio de Antwerpia. Assim tornar-se-ha necessaria uma nova crusada em favor da Belgica, e o resultado dessa, mal pode calcular-se polo da primeira.

[fl. 2]

Trata-se de contrahir nesta praça outro emprestimo a favor da Rainha Fidelissima. Os termos dessa operação constam do impresso incluso. Hontem disse-me um dos respectivos agentes, que a subscrição chegava já a £71000 // nominaes.

[fl. 2 v.]

As cousas da Hespanha parecem mui vacillantes. O Governo actual, ao mesmo tempo que tem praticado actos do mais pronunciado liberalismo, para hespanhoes, mostra-se receoso dos liberaes, e como que assim deixa ver aos apostolicos a possibilidade de se lhes tornar a lançar nos braços. Em fim as noticias de Madrid, não apresentam cousa digna de mencionar-se, e são todas incompletas e mysteriosas.

A Legislatura de South Carolina, um dos Estados da America do Norte, havendo-se reunido para deliberar sobre a tarifa daquelle Payz, decidio, por uã maioria de 120 votos contra 27, que a dita tarifa não só era injuriosa aos seus

[fl. 3] interesses // provinciaes, como unconstitutional; que por consequencia deixaria de ser ali observada, que no porto de Charlstown seriam admittidas todas e quaesquer mercadorias estrangeiras, pagando 12 % de direitos; e finalmente que si o Congresso dos Estados Unidos se oppuzesse a estas decisoens, South Carolina passaria a formar um Estado independente, caso este em que se lhe reuniram Virginia, Georgia, e alabama [sic]. Esta importante noticia chegou a Londres, por via particular, em 20 de dezembro ultimo, e o Governo britannico deo-lhe tanto peso, que logo no dia seguinte houve um Conselho de Estado a fim de tomal-a em consideração. No primeiro deste mez publicou o *Times* que o porto de Charlstown achava-se já bloqueado, por alguns barcos de guerra da União. // Mas aquelle papel mesmo receou dar como certa semelhante nova, que alias acha-se hoje completamente desmentida.

[fl. 3 v.] O General Santanna, na data das ultimas cartas do Mexico, achava-se a quatro leguas da Capital, depois de haver completamente destróçado o exercito do Governo. Polo primeiro Paquete receberemos noticias decisivas ácerca dos futuros destinos daquella Republica, que devem ter-se decedido, na primeira acção, ás portas daquella Cidade. Entretanto o Ministro Mexicano nesta Corte, acaba de fazer publico, que não tem dinheiro para cumprir as promessas do seu Governo, relativamente aos [fl. 4] imprestimos por elle contractados na Praça de Londres. Santander é hoje // Presidente de Columbia, d'onde não se sabe cousa, que prometta mui breve melhoramento nos negocios daquela Republica.

Com o presente officio tenho a honra de transmittir a *Vossa Excellencia* a correspondencia das outras Legações e Consulados Imperiaes, as gazetas do costume, e puz vaccinico.

Deos guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 5 de janeiro de 1833.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Bento da Silva Lisboa

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 29

Datas: Londres. 1833, fevereiro 6.

Notação: 216.1.14

Súmula: Offício ostensivo relatando a conjuntura geopolítica da Europa e da América.

[fl. 1]

Numero 25

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

[fl. 1. v.] Hontem foi aberta por El Rei em pessoa a primeira sessão do Parlamento reformado, e inclusa achará *Vossa Excellencia* um exemplar da competente Falla do Throno. Si a estababilidade da presente administração se devesse medir pelo numero de *whigs* que ha na Casa dos Communs, [mal] estaríamos. Porque de 658 membros que compoem a dita Casa, apenas 187 são conhecidamente oppostos ao Ministerio. Mas essa [maioria], por ora só de algarismos, não [decidio] ainda a questão. Na Camara alta [contam] todos com uma fortissima opposição e na outra resta ver si todos os chamados *whigs* irão sempre hombro a hombro com os ministros nos ponderosos objecto que tem de ser discutidos. Quando [partir] o seguinte Paquete poderei formar // o meu juiso sobre dados mais seguros, si já então não couber-me annunciar a *Vossa Excellencia* a organização de novo ministerio.

[fl. 2] Quando Sir Stratford Canning partio para Madrid, o Principe de Lieven pedio a Lord Palmerston que lhe communicasse as instrucçoens que levava aquelle diplomata sobre os negocios de Portugal. Lord Palmerston respondeo, que não o podia fazer sem consultar o Conselho de Estado, accrecentando que o Governo da Russia, pola maneira dobre por que recentemente havia tratado o de *Sua Magestade Britannica*, como que não tinha [direito] a exigir do ultimo nenhuma prova de confiança, que elle alias lhe não [merece]. A discussão que teve então lugar foi mui calorosa, e della resultou, declarar [o] Governo // Russiano, que não receberia como Embaixador da Inglaterra o mesmo Sir Stratford, que devia ir preencher aquelle posto em voltando da Hespanha. Este objecto portanto, a questão belga, e os negocios da Turquia, não parecem garantir a duração da bôa harmonia que ainda existe entre este Payz e a Russia.

[fl. 2 v.] Depois da queda da Citadella de Anvers, e em virtude de um Decreto de *Sua Magestade Neherlandeza*, foi prohibida a navegação do Escalda a todas e quaesquer bandeiras estranhas. Essa disposição, revogada mui depressa quanto ás Naçoens neutras, ficou todavia subsistindo e ainda subsiste em respeito á Inglaterra, França, e Belgica. As duas primeiras declararam que em quanto se observasse tal medida, não entrariam // em negociação alguma com a Hollanda sobre os negocios pendentes entre ella e a Belgica. Agora porem trata-se dessa negociação, e dahi resulta que tanto

o Gabinete da Haya, como os de Londres e Paris discordam do resto do mundo sobre o que se deve entender por consistencia de character.

[fl. 3]

Começa-se a recear que seja completamente mal succedida a missão de Sir Stratford Canning à Corte de Hespanha. Fernando 7º reassumio a direcção dos negocios, e o seu actual Ministerio parece tam hostile á causa da Rainha Fidelissima como o que o precedera. A titulo de não reconhecer a nova bandeira portugueza adoptada, bem fora de proposito, pela Regencia da Terceira mandou elle que o Capitão Sartorius sahisse de Vigo, e que // nenhum navio da sua esquadra voltasse a portos hespanhoes. Em Toledo e Madrid houve algumas pequenas commoçoens, e posto que depressa supprimidas, não deixam de causar ainda bastante inquietação. Deo-lhes origem um Decreto de *Sua Magestade Catholica*, revogando outro que durante a enfermidade daquelle Soberano o haviam feito assinar em favor do Infante *Dom Carlos*, a quem esse documento declarava herdeiro da Corôa.

[fl. 3 v.]

As noticias do Porto chegam até 22 do mez passado. O General Solignac, que tinha desembarcado ali no 1º do dito mez, achava-se ainda reorganizando o exercito que ora commanda subordinado só ao Duque de Bragança, e que promette levar bem cedo ás portas de Lisboa. // Entretanto não tinha havido movimento algum importante da parte do inimigo.

A collisão esperada nos Estados Unidos torna-se cada dia mais imminente. O Presidente Jackson publicou uma extensa Proclamação, e nada conciliatoria, contra a conducta da Legislatura de South Carolina, < a qual > no caso de não ser revogada a Tarifa, sustenta que tem o direito de separar-se da Confederação, e parece disposta a fazel-o á todo custo.

[fl. 4]

O que se sabe do Mexico é extremamente favoravel áquelle Payz, posto que não afiance ainda a continuação da sua tranquillidade. Entretanto não é já pequena cousa achar-se terminada a guerra civil, e terminada de uã maneira que faz a maior honra possivel aos tres principaes // characteres nella involvidos, Pedraza, Santanna e Bustamente. O primeiro, aceitando a presidencia por mais esses 4 mezes que faltavam para completar os quatros annos [*sic*] da actual, e assim excluindo-se das novas eleiçoens que de certo lhe seriam propicias, o segundo consentindo na terminação de uma guerra, que tudo lhe promettia, e que em nada lhe aproveitou até o ponto á que elle a levou; e Bustamente [*sic*] em fim, por actos repetidos de coragem e patriotismo

vencendo sempre o inimigo, e por fim assim mesmo, no abandono do supremo poder da Republica. Sobre este objecto tenho a honra de recommendar a *Vossa Excellencia* o *Courier* de 4 do corrente.

[fl. 4 v.]

Pela escuna ingleza Palladium que daqui sahio no dia 4 do corrente, tive // a honra de remetter a *Vossa Excellencia* 3 massos com gazetas.

Deos guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 6 de fevereiro de 1833.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Bento da Silva Lisboa

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 30

Datas: Londres. 1833, março 9.

Notação: 217.3.2

Súmula: Ofício reservado informando sobre a “questão portuguesa” e sua relação com o Império.

[fl. 1]

Numero 10

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Reservado

Os negocios da Rainha Fidelissima são considerados cada dia em peor estado. Falhou completamente a missão de Sir Stratford Canning a Madrid. O Duque de Bragança perdeu de todo aquelle prestigio, com que se apresentou na Europa, e hoje, quando menos, é olhado com indifferença polos mesmos Governos que outr'ora tanto o protegeram. Em prova disto citaria eu o que tenho aqui ouvido a varios membros do Corpo diplomatico, senão valesse muito mais do que semelhantes asserçoens o facto recente, de haver o Governo francez prohibido que partissem para as fileiras do Duque de Bragança uns 1500 homens recrutados na França. A instancias porem do Marquez de Palmella, ajudado da influencia do Duque de Broglie // acaba de ser levantado o interdicto, e os recrutados vão seguir para o Porto por via de Boulogne, do Havre, e de Nantes. E tenho de bôa autoridade, que a opinião do Marechal Soutt, [*sic*] era acabar quanto antes com as cousas de Portugal, deixando aquelle principe reduzido aos seus proprios recursos = já que lhe faltava tino para saber aproveitar-se dos muitos que se lhe havia facilitado =.

[fl. 1. v.]

Sobre as vistas do Duque de Bragança, a respeito do Brasil, não pode já existir a menor duvida. Mas seja qual for o lado para que se encline a balança, no desfecho

[fl. 2]

da presente lucta, parece claro que *Sua Magestade Imperial* em um caso não pode esperar socorro estrangeiro, para levar ao cabo seus planos; e no outro, // encontrará tamanha opposição entre os proprios portuguezes, e terá de superar tantas difficuldades, que por muito tempo ver-se-ha inhibido de tentar novas empresas. Esta ultima parte resulta do actual estado da opinião publica no Porto. Seja porem, como for, convem-nos ainda por muito tempo tomar nossas medidas, como si o perigo fosse imminente.

Deos guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 9 de março de 1833.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Bento da Silva Lisboa

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 31

Datas: Londres. 1833, março 9.

Notação: 216.1.14

Descrição: Ofício ostensivo informando sobre a emissão de passaporte brasileiro para Francisco José Martins para Paris.

[fl. 1]

Numero 35

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

No dia 3 do corrente procurou-me um fulano Mazza, outr'ora vice Consul da Suecia em Pernambuco, a ver si eu concedia passaporte para Paris ao Tenente Coronel Francisco Jose Martins. Respondi-lhe que apresentando-me o dito Martins o passaporte com que sahio do Brasil, ou produzindo rasão que o justifique de não haver trazido semelhante documento, ou outra qualquer especie de salvo conduto, eu prontamente lh'o daria para onde elle quizesse; e que no caso contrario era-me impossivel satisfazer ao seu desejo. Este meu procedimento funda-se em direito, e espero que mereça a approvação de *Vossa Excellencia*.

Deos guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 9 de março de 1833.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Bento da Silva Lisboa

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 32

Datas: Londres. 1833, março 9.

Notação: 216.1.14

Descrição: Ofício ostensivo tratando das ordens de restrição à emissão de passaporte de entrada no Império dadas pelo anterior Ministro da Justiça, Diogo A. Feijó.

[fl. 1]

Numero 36

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Podendo ser ainda objecto de alguma representação da parte deste Governo o aviso dirigido á essa Repartição pola da Justiça em 12 de abril de 1832, a fim de acautelar a ida de estrangeiros vadios, e ociosos para esse Imperio, peço licença para pôr na respeitavel presença de *Vossa Excellencia* as seguintes considerações.

Exige-se no dito aviso que as Legações e os Consulados Imperiaes não concedam passaportes para o Brasil a individuos mal movigerados, sem offício ou occupação, e ao mesmo tempo declara-se que do primeiro dia deste anno em diante, ninguem será lá admittido sem apresentar em seu abono uma certidão mui circumstanciada dos nossos Consules.

[fl. 1. v.]

Ora, uma vez que semelhante certidão não suspende a necessidade do // passaporte, e que este não pode ser concedido sinão depois de saber-se que no portador concorrem as qualidades marcadas pela Repartição da Justiça, parece evidente a superfluidade do primeiro documento, alias seguida dos inconvenientes que passo a indicar.

Em primeiro lugar os Vice-Consules do Imperio neste Payz prevalecem-se, ou podem prevalecer-se da nova disposição a bem de seus interesses pecuniarios, e em manifesto prejuizo das partes. Porque alem do que lhes carregarem por um passaporte, hão de querer nova propina a titulo da certidão. Alguns delles constou-me já que fertilisam estes dous objectos a ponto de tirarem // 25s daquillo que ao proprio ex-Consul Manoel Antonio de Paiva rendia apenas 9s, e que, pola nova tabella dos emolumentos consulares, não deve passar em rigor de 2s-3d. Fazem isto exigindo por um passaporte o mesmo que Paiva exigia, isto é, 9s. E como o passaporte deve ir munido do sêllo do consulado, sem o qual certamente não é válido, percebem mais 4s.6d pelo dito sello. A certidão custa [7]s, e apesar desse documento não ser igualmente legal, e completo sem o mesmo sêllo, fazem pagar por elle outros 4s.6d; de maneira que um passaporte custa propriamente 25s como fica dito.

[fl. 2]

Depois esse mesmo desejo de multiplicar emolumentos, como que pode levar

[fl. 2 v.] um ou outro vice-consul, sinão todos, a serem menos escrupulosos do que seriam // não esperando tam crescidas propinas de cada pessoa que passa no Brazil.

Ha mais ainda que os individuos que se apresentam em qualquer porto de Inglaterra, munidos de Passaportes desta Legação, que nada lhes custam, e por isso são mais procurados, nem assim ficam isentos da certidão consular, pola qual devem pagar 11s.6d. O que por mais de um modo iria de encontro a precedentes disposições do Governo Imperial, que ainda não foram revogadas.

[fl. 3] A tudo isto accresce que semelhante medida sem preencher os fins que se teve em vista, quando ella foi adoptada, parece menos liberal, e até mui pouco favoravel á opinião de que as nossas autoridades se fazem credoras, // por sua vigilancia e actividade.

Á vista do exposto, ousou esperar que *Vossa Excellencia* me communique o que entender que se deve praticar para o futuro. Entretanto hei provisoriamente recommendado ao Consul Geral neste Payz que expeça instrucções aos Vice Consules seus subordinados;

1º Para que não concedam passaportes a ninguem antes de haverem procedido as indagações recommendadas no supracitado aviso da Repartição da Justiça

[fl. 3 v.] 2º Para que não percebam por cada passaporte, debaixo de nenhum pretexto, mais do que a quantia de 9s que se acha fixada na tabella antiga, como preço de taes documentos, até que *Vossa Excellencia* decida, si o emolumento marcada na nova // tabella, para a legalisação dos Passaportes, isto é, 2s.3d., deve ser extensivo ou não aos passaportes originaes; e no ultimo caso, qual ha de ser a pratica do futuro.

3º para que nada carreguem polas certidoens que devem acompanhar os Passaportes, por não serem ellas mais do que o resumo das indagações que lhes cumpre fazer ex-officio, antes de assinarem os segundos, e cuja paga, alias, entende-se envolvida na dos proprios Passaportes.

[fl. 4] 4º e finalmente para que se abstenham de dar taes certidoens a individuos que se lhe apresentarem munidos de Passaporte desta Legação, a qual não os concede, sinão depois de // competentes exames, ou à vista de recommendações respeitaveis.

Deos guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 9 de março de 1833.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Bento da Silva Lisboa

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 33

Datas: Londres. 1833, abril 4.

Notação: 216.1.14

Descrição: Ofício ostensivo relatando a conjuntura geopolítica da Europa e o conflito entre o estado da Carolina do Sul e o governo geral dos Estados Unidos.

[fl. 1]

Numero 49

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Durante o mez passado os trabalhos do Parlamento versaram quasi exclusivamente sobre os negocios da Irlanda. O *Bill*, relativo ás desordens daquelle Payz foi discutido na Casa dos Communs, muito mais longa e porfiadamente do que na dos Lords, e afinal passou no dia 29 por uã maioria de 345 votos contra 86, com poucas alteraçoes, que apesar de insignificantes, fizeram necessaria a sua volta a Camara alta. Desde o tempo de Cromwell, não consta que legisladores britannicos conferissem a nenhuma administração tamanhos poderes coercivos, como por este *Bill* vem a ter a presente. Resta porem ver si tanto rigor, em vez de diminuir não augmenta o mal que se deseja evitar.

[fl. 1. v.]

Acaba de haver uã mudança parcial // neste Ministerio, em consequencia da retirada de Lord Durham. Tavez ella seja o preludio de outras mais importantes.

Os negocios da Belgica e Hollanda não tem feito nenhum progresso. Attribuindo isso á maneira de negociar do Ministro que El Rei Guilherme tinha nesta Corte, a França e a Inglaterra exigiram que elle fosse retirado. Assim succedeo, deo-se-lhe um substituto, e acontece que os ditos negocios ainda ficam *in statu quo*.

[fl. 2]

O Infante *Dom* Carlos e a Princesa da Beira sahiram de Madrid para Lisboa a 16 do mez passado, por ordem, segundo dizem de Fernando 7º. É isto considerado como um triumpho do partido liberal. Mas por outro lado um dos Chefes desse mesmo partido acaba tambem de ser desterrado // de maneira que ninguem sabe qual é o principio hoje dominante no Gabinete hespanhol.

As ultimas noticias de Portugal são muito mais favoraveis á Causa da Rainha Fidelissima do que as precedentes.

A questão entre South Caroline e o Governo geral dos Estados Unidos parece

que será arranjada sem derramamento de sangue. A Commissão do Congresso encarregada de dar o seu parecer ácerca de ser ou não conveniente empregar força contra o Estado refractario, opinou que semelhante arbitrio jamais poderia ser adoptado sem grande risco da Confederação. Entretanto ia se discutindo a nova tarife [fl. 2 v.] [sic] proposta pelo Governo, e que a ser approvada fará desapparecer o principal motivo das // desavença actual [sic].

Com o presente officio tenho a honra de trasmitter a *Vossa Excellencia* a correspondencia das Legações e Consulados Imperiaes, e as gazetas inglezas e francezas

Deos Guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 4 de abril de 1833.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Bento da Silva Lisboa

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 34

Datas: Londres. 1833, abril 4.

Notação: 217.3.2

Descrição: Officio reservado informando sobre a "questão portuguesa" e sua relação com o Império.

[fl. 1]

Numero 19
Reservado

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Temos noticias do Porto até 25 de março, e são menos más do que se receava. Duas vezes, no decurso daquelle mez, haviam sido atacados os sitiados, os quais defenderam-se bem, e guardaram suas posiçoens. Nesses dous conflictos que tiveram lugar no dia 4 e 24 foi mui consideravel a perda de ambos os lados entre mortos e feridos, posto que maior da parte dos Miguelistas, como era de esperar, visto que os seus opposcentes batiam-se mais a coberto, amparados por Suas fortificações.

O aspecto dos negocios da Rainha Fidelissima, continúa todavia mui pouco favoravel, e na desintelligencia, que actualmente subsiste entre o Capitão Sartorius, e o Duque de Bragança, encontram elles um acrescimo de difficuldades bastantemente serias. Parece que desde o principio deste anno o dito Capitão instava por dinheiro a fim de tranquillisar a tripulação da sua esquadra, e que, facil em prometter, o Governo

[fl. 1. v.]

do Porto, por não querer, ou por não poder, // jamais cumpria suas promessas. Entretanto foi crescendo o descontentamento da maruja, e chegou ao ponto de produzir uma revolta a bordo da fragata Rainha, a vista do porto de Vigo. Sartorius foi portanto obrigado a entrar naquella porto, e de la officiou ao Duque de Bragança sollicitando meios de aquietar a sua gente. Esta representação foi lançada em termos energicos, e conseguintemente mal recebida. Assim em vez de dinheiro, recebeu Sartorius ordem de apresentar-se no Porto. E como elle a não cumprisse, e continuasse a corresponder-se com o Duque em estilo cada vez mais aspero, expedio-se-lhe o Capitão Crosby, e o Brigadeiro Sir John Doyle, o primeiro para substituil-o no commando da esquadra, e o segundo para leval-o ao Porto, debaixo de prisão. O resultado deste passo imprudente, foi apoderar-se Sartorius dos dois // commissarios, e segundo dizem fazer-se immediatamente á véla com tenção de exigir por força o arranjo de suas contas, e cumprimento dos ajustes com elle feitos.

[fl. 2]

A 25 de março não era isto ainda sabido no Porto, onde certamente faria muito má impressão. Então é provavel que se lançasse mão de todos os meios para apasiguar Sartorius, cuja conducta não é menos censurada do que a do Duque de Bragança. Mas os actos irreflectidos de um jamais desculparão o estranho procedimento do outro.

[fl. 2. v.]

Todas estas cousas, juntas a tantos precedentes igualmente desfavoraveis ao Duque de Bragança tem indisposto contra elle os pouco admiradores, que ainda lhe restavão neste Payz, e na França; de maneira que suppondo o obrigado a abandonar a sua empresa actual, é fóra de toda // duvida que ninguem mais o ajudará em qualquer outra que elle possa querer tentar. Dando porem que vença e entre triumphante em Lisbôa, vai tambem encontrar da parte dos portuguezes milhares de difficuldades, que muito tempo lhe não permittirão lançar vistas para fóra de Portugal. Discôrro assim, fundado no que se passa no Porto. A principio era o Duque de Bragança considerado ali, como um anjo salvador. Mas depois entrou a rodear-se da escória da emigração, afastando de si todas as pessoas de verdadeiro merecimento, e ha chegado ao ponto de não contar um amigo entre os individuos, que por seus talentos, e outras qualidades, hão de necessariamente influir nos negocios daquella Nação, e que conformes em supôr indispensavel a presença do Duque no exercito libertador, concordam // igualmente em que uma vez conseguido o fim desta expedição,

[fl. 3]

ninguem é menos proprio do que *Sua Magestade Imperial* para dirigir, e completar a grande obra da regeneração portugueza. Dahi a opposição que há muito se preparava contra a escolha do Duque mesmo para Regente do Reino, durante minoridade da Sua Augusta Filha, minoridade que aliás parece acabar hoje, que *Sua Magestade Fidelissima* completa os seus 14 annos, a existir, como dizem, uma lei das Cortes de 1674 que habilita aquella Soberana para governar por si d'ora em diante.

[fl. 3. v.] Não tendo pois influencia suprema em Portugal, nem o apôio dos principaes Gabinetes da Europa, que olham para a sua sorte com manifesta indifferença, o Duque de Bragança pouco mal poderá fazer ao Brasil, ao menos // abertamente. Por baixo de mão estou bem persuadido que tudo se tentará, e assim trago os olhos abertos sobre a camarilha do Porto, os Gomes da Silva, e Rocha Pinto, e seus satellites, e importa que o Governo Imperial continue tambem a fazer observar de perto os restauradores que infelizmente existem dentro desse Imperio.

Deos guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 4 de abril de 1833.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Bento da Silva Lisboa

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 35

Datas: Londres. 1833, abril 4.

Notação: 217.3.2

Súmula: Ofício reservado informando sobre a nomeação de Antônio da Silva Júnior, cônsul geral do Brasil em Portugal, para o consulado no Porto e informando sobre a proposta feita a ele para que sirva de informante dos planos contra o Império.

[fl. 1]

Numero 20
Reservado

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Antonio da Silva Junior achava-se em Boulogne-sur-mer, quando recebeo o officio que fiz menção no meu reservado, *numero* 13, de 9 de março ultimo, e immediatamente partio para esta Corte, onde chegou no dia 13 do referido mez. Procurou-me logo, e tivemos uma longa conversação sobre a ordem que *Vossa Excellencia* lhe expedira a fim de elle ir tomar conta de seu posto, ordem que lhe parecia impossível de cumprir, por ser inutil a sua presença no Porto, e por arreçar

[fl. 1. v.]

elle que seu irmão fosse perseguido pelo Governo de Lisbôa, quando ali constasse a sua volta para Portugal, do que resultaria ficarem os subditos brasileiros privados desse mesmo fraco apoio, que ainda encontram no dito seu irmão. Não me foi difficil destruir ambas estas objecções, e consegui convencer-o de que a execução da ordem de *Vossa Excellencia* não só aproveitaria ao serviço nacional, como // a elle mesmo Silva em particular. Quanto a seu irmão, tranquillizei-o desenvolvendo as medidas que eu contemplava, a fim de pol-o a salvo de qualquer suspeita, que pudesse ameaçar a sua segurança individual.

[fl. 2.]

Voltou elle no dia seguinte; repisamos os mesmo objectos, e tratamos de outros mais immediatamente ligados á commissão que eu desejava propor-lhe. Chegados a este ponto, fallei-lhe com a necessaria franquesa, e achei-o disposto a encarregar-se da referida commissão. Desappareceram todas as suas duvidas, e receios; disse que estava pronto a partir quanto antes, o que só pedia 3 ou 4 dias para ir buscar a sua bagagem a Boulogne. Não me oppuz a isso, e daqui sahio o Silva no dia 18, promettendo voltar a tempo de seguir para o Porto no Paquete de 27 de março. // Entretanto, fiquei eu de aprontar as suas instrucções, a cifra para a nossa correspondencia, e o mais que fosse necessario.

[fl. 2. v.]

Agora julgue *Vossa Excellencia* qual seria o meu espanto, quando vi passar o dia 27, e mais outra semana, sem apparecer o Silva; e sem ao menos escrever-me uma linha sobre o motivo de tam inesperada demora. Mas afinal sahio-se com uma carta mui vasada em que dizia, que sendo rogado por um amigo para retardar um pouco a sua viagem, a fim de virem juntos a esta Capital, e demorando-se de dia em dia a partida do tal amigo, era essa a causa de elle escrever-me ainda de França. E sobre o nosso objecto, sobre a quebra da sua promessa, nem palavra, nem desculpa.

Faço o meu dever levando esta exposição ao conhecimento de *Vossa Excellencia*, e mesmo aventurando uma opinião ácerca de tam estranho // proceder. Parece-me que Antonio da Silva *Junior* a quem por ora não posso accusar de haver trahido a confiança que nelle púz, conversou com alguém sobre a sua ida para o Porto, e deixou-se vencer por conselhos que talvez lhe dessem, a fim de conservar-se onde está. Dentro em pouco tempo espero saber a verdade.

Deos guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 4 de abril de 1833.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Bento da Silva Lisbôa

Documento 36

Datas: Londres. 1833, maio 8.

Notação: 216.1.14

Súmula: Ofício ostensivo relatando a conjuntura geopolítica da Europa.

[fl. 1]

Numero 56

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

[fl. 1. v.]

No dia 26 do mez passado, [propoz] um dos membros da Casa dos Communs, que se reduzisse o imposto sobre a cevada (*Malt*) a metade do que era então. O Ministerio oppoz-se á reducção intentada, a qual todavia passou por uã maioria de 10 votos. Pensavam todos que esta derrota da Administração em ponto tam importante, fosse seguida da sua immediata demissão. Mas não succedeo assim, e o que depois occureo, longe de forticial-a na opinião publica, fel-a perder de todo o pouco credito de que ainda gosava. Tres dias depois da votação acima referida, outro deputado propoz tambem a abolição do imposto, chamado *House and Window taxes*, imposto que pesa principal e escandalosamente sobre as classes mais pobres da Nação. Esta moção foi regeitada // [nas] instancias dos Ministros, os quaes não contentes com isso, fizeram tambem com que se rescendisse o voto já passado para a diminuição do imposto sobre a cevada. E succedeo isto em um Parlamento reformado, composto de membros, que pola maior parte haviam-se compromettido, na epocha de suas eleiçoens, a trabalhar quanto pudessem para serem repellidos os impostos que mais pesam sobre a opprimida Nação. Assim é geral o grito contra a Casa dos Communs e os Ministros. Fazem-se ajuntamentos politicos em muitas partes do Reino, a fim de serem tomados em consideração os soffrimentos do povo, e não é muito improvavel, que venha a succeder na Inglaterra, sobretudo no que respeita ás // *Window taxes*, o mesmo que na Irlanda com os dizimos; isto é que ninguem as pague sem ser forçado a fazel-o. Tal é o precario estado dos negocios internos deste Payz.

[fl. 2]

Sobre a sua politica externa, tambem não ha materia para grandes elogios ao Governo Britannico.

A questão Belga não tem avançado um passo, embora sobre a citadella de Antuerpia se veja presentemente fluctuando a Bandeira do novo Estado. A influencia

[fl. 2 v.] da Inglaterra parece igualmente eclipsada na Allemanha. Mesmo na Hespanha de nada valem as representaçoens do Embaixador inglez. Em Portugal, que passou sempre por colonia deste Payz, é este hoje igualmente detestado não // só polos liberaes como polos absolutistas, e ninguem dirá que sem rasão. Por que seja qual for o resultado da presente luta, os portuguezes ficarão arruinados, e attribuirão seus males a este Governo, que simultaneamente sustentou e abandonou cada um dos partidos que hoje aspiram ao dominio daquella Nação. Na Turquia finalmente, cujos interesses acham-se identificados com os da Europa inteira, em opposição aos d'ambiciosa Russia, ninguem dirá que tem feito milagres a diplomacia franco-ingleza.

[fl. 3] O Imperador Nicoláo tem hoje uma esquadra fundiada no Bosphoro, e um exercito ás portas de Constantinopla. Por sua influencia concluiu-se a paz entre o // Sultão e o Pachá do Egypto. Resta agora ver si o poderoso protector do primeiro, lhe não dá por despedida um abraço de morte.

Com o presente officio tenho a honra de transmittir a *Vossa Excellencia* a correspondencia das outras Legações e Consulados Imperiaes, e puz vaccinico.

Deos Guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 8 de maio de 1833.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Bento da Silva Lisboa

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 37

Datas: Londres. 1833, maio 8.

Notação: 217.3.2

Descrição: Officio reservado relatando a partida de Antônio da Silva Júnior para a cidade do Porto.

[fl. 1]

Numero 24
Reservado

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Antonio da Silva Junior apresentou-se-me afinal no dia 15 do mez passado, e parte hoje para o Porto animado dos mais louvaveis desejos de bem servir o Brasil em quanto d'elle possa depender. Alem de mui circumstanciadas instrucçoens verbaes que não cessei de repetir-lhe, muni-o das que tenho a honra de fazer constantes a *Vossa Excellencia* na copia inclusa. Pareceo-me indispensavel ser bem minucioso em alguns objectos a fim de que o dito Silva, alias não costumado a negocios tam melindrosos,

possa ter sempre diante dos olhos a linha de conducta que lhe cumpre seguir. A fim de coitar qualquer desconfiança da parte do individuo, que eu havia mandado para o Porto em Novembro ultimo, tratei á muito tempo de significar-lhe que os seus serviços [...] ¹³

tanto vai Antonio da Silva sciente do nome, e circunstancias do dito individuo, para que se possa melhor conseguir aquelle objecto.

Deos guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 8 de maio de 1833.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Bento da Silva Lisboa

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 37 - ANEXO I

Datas: Londres. 1833, maio 8.

Notação: 217.3.2

Descrição: Carta de Eustáquio Adolfo de Melo Matos a Antonio da Silva Júnior com instruções para que trabalhe como informante do Império na cidade do Porto.

[fl. 1]

Secreto ¹⁴

Illustrissimo Senhor,

Nenhum empregado Brasileiro, dentro e fora do Imperio tem a seu cargo commissão mais importante, ou mais delicada do que a que *Vossa Senhoria* vai desempenhar em Portugal. Trata-se de conhecer as vistas e os projectos do Duque de Bragança em relação ao Brazil, e he esse o objecto em que espero, que *Vossa Senhoria* se empregue com o zêlo, actividade, patriotismo e descrição que o caracterisção. Para isso cumpre que *Vossa Senhoria* em chegando ao Porto procure evitar comprometer-se, ou ao Governo Imperial, com qualquer dos partidos que ali existem, o que *Vossa Senhoria* conseguirá, abstendo-se de tomar a menor parte nos negocios politicos do Payz, redusindo-se ostensivamente ao púro, e simples desempenho de suas funcçoens consulares; e tendo sempre muito em vista que de modo algum soffra nem o seu character official, nem a dignidade do Governo Imperial.

13 Uma linha inteira ilegível

14 Cópia assinada por Miguel Maria Lisboa.

Fará outrosim *Vossa Senhoria* por ganhar, debaixo destes¹⁵ principios, a confiança dos individuos que tiver bem fundada razão para crer mais intimos com o Duque de Bragança, ou com os seus principaes conselheiros, e adherentes, si com elles mesmos não lhe for possivel por-se em contacto immediato, o que aliás muito convem.

Em suas conversações com taes pessoas bom será que *Vossa Senhoria* fuja de ser extemporaneamente o primeiro a fallar dos nossos negocios; nem mostre ouvir com demasiado fervor o que sobre elles lhe dicerem.

Mas de tudo quanto ouvir dê miuda conta a esta Legação, usando da cifra, que acumpanha o presente officio.

[fl. 1 v.] É em havendo boa occasião para a nossa Côrte, e cousa que a *Vossa Senhoria* pareça dever constar-lhe quanto antes, convem que *Vossa Senhoria* escreva directamente á Secretaria de Estado, servindo-se // da mesma cifra. Alem das vistas, projectos, e esperanças do Duque de Bragança quanto ao Brazil, procurará *Vossa Senhoria* saber quem são as pessôas que do Rio de Janeiro, de qualquer ponto do Imperio, de Paris, ou desta Capital, se correspondem directamente com *Sua Magestade*; o objecto de taes correspondencias, e vice-versa.

Tratará *Vossa Senhoria* tâobem de verificar quem são no Brazil os correspondentes de João da Rocha Pinto, e Francisco Gomes da Silva; o canal por onde vem ou são expedidas taes correspondencias; os meios e principaes Agentes empregados para promover huma restauração no Brazil, se lhe constar que disso se trata; e a coadjuvação que para esse fim se esperar dos Gabinetes de Londres, e Paris. Faça todo o possivel a fim de obter copias de quaesquer documentos connexos com os pontos precedentes.

Observe a disposição da Tropa, e das pessoas mais influentes de qualquer classe, a respeito do Duque, a fim de se poder julgar do apoio que dahi lhe pode vir, em caso de se decidir a presente questão a favor da Rainha.

E afinal informe esta Legação, e o Governo Imperial directamente dos nomes de quaesquer officiaes Brasileiros que possão achar-se nas fileiras do Duque de Bragança. A lista junta apenas menciona alguns dos que sahirão do Brazil com licença. Mas presume-se que he maior o numero.

15 A palavra aparece dividida no original, com a segunda sílaba acrescida entrelineada.

Alem destas informações serão muito uteis quaesquer outras que *Vossa Senhoria* possa fornecer-me sobre objectos mais ou menos connexos com os interesses do Imperio.

Deos Guarde a *Vossa Senhoria*. Londres em 8 de maio de 1833.

Senhor Antonio da Silva Júnior

[fl. 2] Eustaquio Adolfo de Mello Mattos //

Lista dos officiães militares que se achão em licensa na Europa. - Coronel João Carlos Pardal. Major – Marquez de Cantagallo. - Capitão Roberto Joaquim [Ciubines]. - Capitão Jozé Ozorio de Magalhães. Tenente-Adjudante = Jozé Maria Gomes. = Dito – Dito Sebastião Carlos Navarro. - Tenete [Picavos] – Antonio Joaquim de Carvalho.

Documento 38

Datas: Londres. 1833, maio 8.

Notação: 217.3.2

Descrição: Officio reservado informando a “questão portuguesa” e sua relação com o Império.

[fl. 1]

Numero 25
Reservado

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Communicaram-me de Paris em carta de 16 do mez passado, que um fulano Miranda, o qual a esta hora deve ter partido para essa Corte, por via do Havre, indo despedir-se de Rocha Pinto, e dizendo-lhe que levava por companheiro de viagem um tal Major Andrade, que parece¹⁶ não merecer o conceito do dito Rocha Pinto, este se exprimira pouco mais ou menos da seguinte maneira = Que approvava a sua ida (delle Miranda) para o Brasil, onde as cousas se haviam de arranjar, fosse qual fosse o resultado dos negocios de Portugal, mas que não gostava de elle ir na companhia do Major Andrade, porquanto esse sугeito era do partido do Saldanha, partido que não deixava o Imperador obrar como convinha aos interesses de Portugal. Que não

[fl. 1 v.] haveria interferencia estrangeira na questão portugueza, // porque *Sua Magestade*

¹⁶ Repetido no original.

Imperial não a queria; visto que em ultimo caso uma capitulação honrosa lhe permitiria embarcar-se com a divisão para alguma das Ilhas, d'onde facilmente socorreria o partido que no Brasil suspirava pela sua volta, e finalmente que no caso peor os portuguezes ainda podiam contar com uma nova Patria.

O que deixo exposto foi ouvido ao Major Andrade, a quem provavelmente o contaria o dito Miranda, e refiro-o a *Vossa Excellencia* para que a terem ahi chegado aquelles dous individuos, possa o Governo Imperial adoptar as medidas que julgar melhores, a fim de colher mais esclarecimentos sobre esse importante objecto.

[fl. 2]
Não concluirei sem notar que Rocha Pinto e os que pensam como elle, enganam-se // em fazer depender da vontade do Duque de Bragança a não interferencia das grandes Potencias na questão portugueza, pois as bases da negociação encarregada a Sir Stratfor [sic] Canning como tive a honra de notificar a *Vossa Excellencia* em meus anteriores officios, a nada menos se reduzem do que a prescindir de semelhante vontade, conjunctamente com a do Infante. A poder ainda ser bem succedida aquella negociação, os dois Principes deverão retirar-se de Portugal. Por ora o Gabinete de Madrid repelle todas as proposições dos de Londres e Paris, mas ainda não estão completamente perdidas as esperanças de obter-se o que delle se exige, relativamente não só a Portugal, como no reconhecimento das Republicas do Sul da América, e da divida contrahida pelas // Cortes hespanholas em 1822. Qualquer destes 3 objectos é espinhosissimo, e vai de encontro aos mais inveterados prejuizos de Fernando 7º. Mas a estes é que se deve attribuir a conservação do Duque de Bragança á testa do seu exercito, e não á vontade de *Sua Magestade Imperial*, a qual espero que no outro caso, apontado por João da Rocha Pinto, seja ainda mais passiva do que no presente.

[fl. 2 v.]

Deus guarde a *Vossa Excellencia*. Londres 8 de maio de 1833

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Bento da Silva Lisboa

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 39

Datas: Londres. 1833, maio 8.

Notação: 217.3.2

Descrição: Officio reservado informando sobre a vigilância a Francisco José Martins.

[fl. 1]

Numero 26
Reservado

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Constou-me á tempos que o Tenente Coronel Martins projectava dirigir-se a essa Côrte, e hoje dizem-me que elle espera cartas da sua familia, segundo as quaes decidirá si deve voltar [ao] Brasil ou ir-se para Portugal. Este individuo, principalmente agora, merece-me particular attenção, porque ouço que se corresponde por todos os paquetes com o Duque de Bragança. Julguei, portanto, necessario fazel-o vigiar de perto, e para isso empreguei um inglez bem versado em commissoens dessa natureza, a quem dei instrucçoens verbaes sobre os objectos que lhe cumpria ter em vista, e dictei o resumo dessas instrucçoens constante da copia inclusa. Si eu conseguir por esse meio qualquer informação proveitosa, não perderei tempo em leval-a ao conhecimento de *Vossa Excellencia*.

Deos guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 8 de maio 1833

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Bento da Silva Lisboa

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 40

Datas: Londres. 1833, junho 5.

Notação: 216.1.14

Descrição: Ofício ostensivo relatando a conjuntura geopolítica da Europa e discutindo o fim da escravatura nas colônias britânicas e no Brasil.

[fl. 1]

Numero 58

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

A 13 do mez passado foi desenvolvido na Casa dos Communs o plano ministerial para a extincção da escravatura nas colonias britannicas. As resoluçoens propostas sobre esse importantissimo objecto reduzem-se pouco mais ou menos ás constantes do impresso junto, e foram quasi unanimemente adoptadas, ficando porem entendido que essa adopção nada tinha de commum com os particulares da medida em questão, a qual parece que ficará para ser didicida na proxima Sessão do Parlamento. Guardo para então o que se offerecer a ponderar sobre esta materia, e por

[fl. 1 v.]

agora direi tam somente que o Governo Imperial deve fazer empregar a maior vigilancia // a fim de que se não intreduzam no Brasil as mesmas doutrinas que hoje tornam talvez indispensavel a ruina da maior parte dos proprietarios das colonias inglezas. Uma consequencia infallivel da emancipação dos escravos nas ditas coloniais, será adminuição dos seus productos; e como estes sejam analogos ao do solo brasileiro, é de esperar que os nossos generos, principalmente o assucar venham a ter maior extracção e a render muito mais. Assim alem das maquinaçoens dos chamados promotores da liberdade dos negros, teremos contra nós as dos proprios colonos inglezes, os quaes é de esperar que trabalhem para privar nos das // vantagens que podemos colher da sua desgraça.

[fl. 2]

Nas folhas desta Capital do dia 15 de maio, e seguintes achará Vossa Excellencia a narração dos acontecimentos que tiveram lugar em consequencia de certa reunião popular a fim de derribar o Governo, e estabelecer uma Convenção Nacional. A loucura de semelhante projecto, e o character dos seus sustentadores promittiam o resultado que elle teve.

[fl. 2 v.]

A Irlanda parece mais tranquillã depois que se começou a observar a lei ultimamente sanccionada para a repressão das desordens daquelle Payz. Entretanto os conhecedores do espirito e dos soffrimentos dos irlandezes // agoiram muito mal dessa mesma apparente tranquillidade.

[fl. 3]

Acaba de ser ratificado um Tratado entre a Hollanda, França e a Gram-Bretanha, no qual se estipulou a cessação do embargo que pesava sobre a propriedade hollandeza, a livre navegação do Escalda, ficando para decidir-se depois a questão dos direitos impostos sobre essa navegação; a liberdade da guarnição da citadella de Anvers, que ainda se achava presioneira de guerra na França; e finalmente um armisticio entre a Hollanda e a Belgica, até o definitivo arranjo de suas desavenças. A principal questão fica portanto *in statu quo*, a Hollanda ganha evidentemente com // esta Convenção; e sabe Deos quando chegará o dia do tal arranjo definitivo.

As tropas russianas achavam-se ainda em Constantinopla na data das ultimas noticias. Mas ouvi a pessoa bem informada, que tinha partido de Petersburgo a ordem para a sua retirada, assim como da esquadra que o Imperador Nicoláo conservava nos Dardanellos. Veremos si assim acontece.

A Hespanha apresenta a singular anomalia de um Payz dividido em dous

[fl. 3 v.]

partidos distinctos e hostis, com um governo que não é apoiado por algum desses partidos, e cuja existencia depende do resultado // da questão que é causa daquella divisão. Esses partidos são o do Infante *Dom* Carlos, e o da Rainha. Um procura destruir, e o outro sustentar a lei salica, que existe a mais de 120 annos, que é uma das condiçoens debaixo das quaes a Familia dos Borbons [*sic*], subio ao Throno hespanhol, e que acha-se até encorporada nos Tratados celebrados com Felipe V. As Cortes que tem de decidir o ponto contraverso foram convocadas para o meado deste mez, e perto estão de reunir-se. Entretanto é digno de attenção o protesto de *Dom* Carlos, que *Vossa Excellencia* encontrará nas folhas inglezas, e cujo original vai incluso no presente officio, juntamente com a resposta // de Fernando VII, que ainda não foi publicada. Resta agora ver si as Cortes, depois de se occuparem do objecto para que foram convocadas, vão um pouco mais longe, e fallam tambem do reconhecimento das ex-colonias hespanholas, e do Brasil, o que alias não é improvavel.

[fl. 4]

O *Excellentissimo* Senador Visconde da Pedra Branca é o portador do presente officio, da correspondencia das mais Legações [*sic*] e Consulados imperiaes, e gazetas inglezas e francezas.

Deos Guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 5 de junho de 1833.

Illustrissimo e *Excellentissimo Senhor* Bento da Silva Lisboa

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Post Scriptum: Quazi ao fechar a expedição do paquete, chegou o Conde de Fries que me entregou um maço de Despachos, que apenas tive tempo de abrir.

Documento 41

Datas: Londres. 1833, junho 5.

Notação: 217.3.2

Descrição: Officio reservado acusando o recebimento das instruções para que a embaixada do Brasil auxilie a embaixada de Buenos Aires nas reclamações sobre as Ilhas Malvinas e informando sobre a vigilância a Francisco José Martins e a chegada de Antonio da Silva Júnior na cidade do Porto.

[fl. 1]

Numero 27
Reservado

Illustrissimo e *Excellentissimo Senhor*,

Foi-me entregue o Despacho reservado de *Vossa Excellencia* de 26 de março ultimo em resposta aos meus officios tambem reservados de *numero* 1 a *numero* 5.

Tive ja occasião de communicar ao Barão de Neumann o que se contem no dito Despacho a respeito do Barão Deiser, e assim o fiz. Fico sciente da maneira porque devo entender a ordem que *Vossa Excellencia* me expedio a fim de eu coadjuvar o Ministro de Buenos Ayres no negocio das Ilhas Malvinas, e em tempo opportuno levarei ao conhecimento de *Vossa Excellencia* o que sobre isso ocorrer.

No meu officio reservado *numero* 26 tive a honra de fazer constante a *Vossa Excellencia* o plano que a conducta do Tenente Coronel Martins havia-me obrigado a seguir a seu respeito. A pessoa que incumbi de vigial-o conseguiu metter-se com elle, e sem duvida preencheria minhas vistas a não ser a repentina partida de Martins para [fl. 1. v.] Liverpool. // Disto porem [tive] eu a tempo de escrever ao nosso Vice-Consul naquelle porto, nos termos da copia *numero* 1º e pola resposta daquelle empregado (copia *numero* 2) verá *Vossa Excellencia* que Martins embarcou effectivamente para a Bahia, e que disso foram prevenidas as autoridades daquella Provincia, a fim de tomarem as medidas necessarias.

Antonio da Silva Junior deve a esta hora achar-se no Porto, e pelo primeiro Paquete espero dali carta sua. A da copia inclusa, sob *numero* 3 foi-me escrita por elle defronte de Lisbôa, onde achava-se a embarcação que o conduzia.

Juntos achará *Vossa Excellencia* o *Courier* de 25, o *Morning Post* de 27, e o *Times* de 29 do mez passado, que contem artigos interessantes sobre os negocios do Brasil.

Deos guarde a *Vossa Excellencia*. Londres 5 de junho de 1833.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Bento da Silva Lisbôa

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 41 - ANEXO I

Datas: Londres. 1833, maio 16.

Notação: 217.3.2

Descrição: Carta de Eustáquio Adolfo de Melo Matos contendo instrução ao vicê-cônsul do Brasil em Liverpool sobre a presença de Francisco José Martins naquele porto e solicitando que envie informações sobre ele.

[fl. 1]

Secreto¹⁷

Constando que o Tenente Coronel Francisco Jozé Martins tenciona regressar ao Brasil, e sendo provavel que embarque nesse porto, convem que *Vossa Senhoria* cuidadosamente indague o navio por que elle sahir, informando de tudo o que poder colligir ao *Excellentissimo* Ministro dos Negocios Estrangeiros, si o dito Martins for ao Rio, ou ao respectivo Presidente, si elle dirigir-se a alguma das Provincias. É provavel que Martins mude de nome, e procure por todos os modos possiveis illudir a diligencia dos empregados do Imperio no exterior, o que *Vossa Senhoria* deverá ter sempre em vista nas indagaçoens que fizer, e nas informaçoens que enviar ás autoridades competentes. E de todos os passos que der deverá sem perda de tempo informar esta Legação.

Deos guarde a *Vossa Senhoria*. Londres em 16 de maio de 1833.

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos.

Senhor H. E. Roberts Junior.

Documento 41 - ANEXO II

Datas: Liverpool. 1833, maio 25.

Notação: 217.3.2

Descrição: Carta do vice-cônsul do Brasil em Liverpool ao embaixador do Brasil em Londres informando sobre Francisco José Martins.

[fl. 1]

Illustrissimo Senhor,¹⁸

O officio de *Vossa Senhoria* de 16 do corrente mez recebi-o em devido tempo, e passei immediatamente a tomar medidas para o cumprimento do seu contheudo. No 20 do corrente intimei por officio pelo navio Sara e Maria ao *Excellentissimo* Ministro dos Negocios Estrangeiros que o Tenente Coronel Francisco Jozé Martins estava nesta cidade, e que em cumprimento as instrucçoens de *Vossa Senhoria* participava a *Sua Excellencia* (o Ministro dos Negocios Estrangeiros) que não obstante eu não ter colhido intelligencia de elle (Martins) ir a bordo do dito Sarah e

17 Cópia assinada por Miguel Maria Lisboa.

18 Cópia assinada por Miguel Maria Lisboa.

[fl. 1 v.] Maria, ou dentro de quatro outros navios prontos a sahirem para diversas partes do Imperio, comtudo persuadido que elle // embarcaria em qualquer dos 5 navios, participava a *Sua Excellencia* a probabilidade de elle ir a bordo do dito Sarah e Maria. Este navio saio despachado para o Rio de Janeiro no dia 21 do corrente. No 21 do corrente tambem intimei por officio, pelo navio Thomas [Batterby], ao Presidente da Provincia de Pernambuco, igual participacão que ao Ministro dos Negocios Estrangeiros; o mesmo fiz por officio do 21 do corrente, pelo navio Europa, ao Presidente da Provincia da Bahia; igualmente intimei por officio de 21 do corrente, pelo navio Nymph, ao Presidente da Provincia do Pará. Tendo sido informado que elle (Martins) tomára passagem no navio Hereford, intimei por officio de 22 do corrente conseguintemente, ao Presidente da Provincia da Bahia; e para mais acertado successo intimei no Guarda-Mor da Saude da Bahia, por officio dentro do qual juntei a carta de saúde, a necessidade de uma effectiva vigia para que do dito navio Hereford não houvesse correspondencia com a terra até que do Presidente daquella Provincia recebesse quaesquer ordens. *Vossa Senhoria* verá da cópia que junto remetto o que intimei ao Presidente da Provincia da Bahia. Desde que o Hereford sahio, tenho informaçoes que combinam em que o ditto Martins fora no ditto navio Hereford para a Bahia.

Deos guarde a *Vossa Senhoria*. Vice Consulado do Imperio do Brasil em Liverpool em 25 de maio de 1833.

Illustrissimo Senhor Eustaquio Adolfo de Mello Mattos, Ministro Plenipotenciario de *Sua Magestade* O Imperador do Brasil em Londres.

H. E. Roberts *Junior* Vice-consul.

Documento 42

Datas: Londres. 1833, julho 4.

Notação: 217.3.2

Descrição: Officio reservado informando sobre a "questão portuguesa" e sua relação com o Império.

[fl. 1]

Numero 29
Reservado

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Logo depois da partida do último pacote, e quando a minha presença parecia

menos necessaria nesta Corte, fiz uma curtissima viagem a Paris, onde me demorei apenas tres dias. O meu objecto foi avistar-me com o nosso Ministro ali, a fim de miudamente nos communicar-mos o que soubessemos, e houvessemos feito ácerca dos negocios do Brasil, em relação ao Duque de Bragança, e outro sim accordamos a conducta que nos parecesse mais conveniente seguir d'ora em diante, para irmos conformes em materia de tanta importancia. A ninguem sinão a Lord Palmerston communiquei aqui a minha ida a Paris, e la fiz quanto pude para esconder-me a estranhos. Souberam-no porem o Marquez de Rezende, Gomes da Silva, e Rocha Pinto, já depois de eu achar-me de volta em Londres, e mais que depressa com vistas bem faceis de explicar fizeram // esses individuos apparecer em varios papeis francezes uma serie de cousas semelhantes ás que *Vossa Excellencia* lerá no incluso artigo do Messenger, onde se diz, pouco mais ou menos, que eu fui maquinar contra as liberdades brasileiras. A insinuação é completamente absurda; mas eu assim mesmo a aprecio como prova solemne da má vontade que me tem aquelles homens, os quaes de certo não aborrecem quem partilha suas opinioens.

[fl. 1. v.]

Antonio da Silva Junior chegou ao Porto no dia 24 de maio precedente, e escreveo-me a 27 dizendo apenas que havia entrado no exercicio de suas funcçoens, e que na primeira occasião me fallaria de negocios. Até hoje porem não recebi alguma outra communicação daquelle empregado. E ha noticias do Porto até 21 do mez passado.

[fl. 2]

Existe em Paris uma loja maçonica // filial de outra que trabalha nessa Corte, e se intitula Grande Oriente Caramurú. Com esta acham-se em correspondencia seguida não só a primeira, como as que tem sido estabelecidas no Porto. Os principios politicos de todas passam por ser os mesmos. A de Paris é indistinctamente composta de emigrados portuguezes e brasileiros. Os mais conspicuos d'entre os ultimos são Rocha Pinto, Gomes da Silva, *Inhomerim*, *Rio da Prata*, *Cantagalo*, *Barão da Saude*¹⁹, e outros. Ninguem é la admittido sem provar a sua adhesão á pessoa, e aos interesses do Duque de Bragança. Comunicam-me que *Inhomerim* está correspondendo-se mui francamente com um amigo que tem aqui, e pessoa que leo a ultima carta delle a esse amigo com data de 12 do mez passado, copiou as seguintes expressoens = Do Rio tenho boas noticias; as cousas vão bem: o partido Caramurú

19 Os nomes transcritos em itálico encontram-se criptografados no original.

engrossa todos os dias; e posso assegurar-te que acabará por triunphar. = Esse mesmo *Inhomerim* é representado como o mais activo, e intelligente de todos os membros da supracitada Loja, sobre os quaes tem grande influencia.

[fl. 2. v.]

Gomes da Silva veio ultimamente a esta Capital. A sua viagem teve por fim alem de negocios pecuniarios, o estabelecimento de meios seguros e não suspeitos de correspondencia com o Rio de Janeiro. Depois de recolhido a Paris, despachou ele para cá um seu agente *Pedro Antonio de Carvalho*, munido de instrucçoens para cuidar do mesmo objecto, que parece não deixou ultimado. Trabalho por obter uma copia dessas instrucçoens, e creio que o conseguirei por pessoa de quem depende o dito *Carvalho*, e com quem // se abre. Julga-se que este agente irá mesmo até o Rio, logo que se receba noticias favoraveis de não se que missão a cargo do *Coronel Pardal*. O canal dessa correspondencia é presentemente *a Casa de Samuel e Philips*. Há porem outro mui secreto que até hoje não hei podido saber qual seja, mas espero descobril-o assim como os nomes de todas as pessoas que ahi trabalham inspiradas por Gomes da Silva.

[fl. 3.]

Agora passarei a communicar a *Vossa Excellencia* noticias do Porto. O mez passado foi ali bastante fertil em acontecimentos. Os officiaes da guarnição sempre se resolveram a dirigir ao Duque de Bragança a representação por elles á tanto tempo meditada contra o actual Ministerio. Nesse documento que por mais de um motivo julgo digno da attenção // de *Vossa Excellencia*, e do qual por isso inclúo uma copia tal como veio do Porto, queixam-se os signatarios dos erros e malversaçoens dos Ministros, e pedem que elles sejam demittidos. Foi elle entregue a Solignac, o qual o levou á presença do Regente. *Sua Magestade* deu-o aos proprios Ministros para que lhe respondessem. Estes no dia immediato foram ter com o Regente, e disseram-lhe que estavam prontos a receber suas demissoens mas que tomavam a liberdade de ponderar a *Sua Magestade* que por lhe serem fieis, e só por isso, é que a facção Saldanhista (assim apellidam elles os portuguezes que se mostram adherentes á Carta, e á Rainha) os queira afastar do Gabinete. O Regente assegurou-lhes então que os não demittiria, pois os conhecia seus affeiçãoados, e que socegassem, que // elle sabia tudo.

[fl. 3. v.]

Nesse mesmo dia respondeo o Regente a Solignac para que este fizesse constar á guarnição, que não despedia os seus conselheiros por ter confiança nelles, e que estava resolvido a usar livremente das suas garantias como Regente, ou alias a

abandonar o Porto.

No dia 2 de junho chegou o Marquez de Palmella áquela Cidade, e confederou-se com o General Saldanha contra o Ministerio. O mesmo Marquez teve uma longa audiencia do Regente, e passou de então em diante a assistir aos Conselhos de Estado, não obstante os esforços do Ministerio para afastal-o.

[fl. 4] No meu ultimo officio reservado mencionei a ida de Palmella para o Porto com 5 barcos de vapor, gente, e dinheiro, e tem assim o golpe de mão que se projectava // a qual foi aceita no dia 13, como *Vossa Excellencia* verá da inclusa *Chronica* de 15. Demittido Solignac adoptou-se o plano da expedição, pouco mais ou menos como havia sido concebido no principio. Ao Conde de Villa-Flor deo-se o commando della, e em sua companhia vai o Marquez de Palmella. Faltava escolher quem substituísse a Solignac. A opinião publica designava para isso o General Saldanha. Mas oppunha-se-lhe o Ministerio, e dizem que tambem o Regente, receosos todos do perigo que correriam pondo a força armada nas mãos de quem passa por ser-lhes tam opposto; e foi só quando a tropa começou a impacientar-se por não ser Saldanha nomeado seu commandante em chefe, que essa nomeação teve

[fl. 4. v.] logar. Na noite de 14 começou a embarcar a tropa // (segundo me consta 3000 homens de todas as armas) que devia formar a expedição, a qual dêo á véla no dia 20, commandada na parte naval pelo Capitão Napier, successor de Sartorius, como da *Chronica* junta do dia 14. Napier passa no Porto debaixo do nome de Carlos de Ponza. O destino da expedição é muito vago. Devia ela navegar Costa a Costa para o Sul, apresentando-se em diversos pontos para apalpar o espirito publico, e ver se conseguia sublevar algumas povoaçoens, até chegar ás visinhanças de Lisboa, onde contava achar grande partido a seu favor. Falhando porem esta esperança, e não vendo a expedição o signal convencionado para o desembarque, deveria entao dirigir-se ao Algarve, e presumia-se que entraria em Lagos, onde ha bom porto, e seguro //

[fl. 5] anchoradouro para os vasos de guerra, com pouca gente que se lhes possa oppôr. Palmella que dirige a parte politica da expedição, tinha dito que uma vez declarado qualquer outro ponto de Portugal a favor da Rainha, seriam logo formalmente recebidos os agentes daquella Soberana pelos Governos francez e inglez.

Entretanto sabe-se de Lisbôa, que a esquadra do Infante Dom Miguel estava pronta para sahir do Tejo. Havia chegado ali um official da marinha ingleza chamado

[fl. 5. v] Eliot, o qual pensava-se que se poria á testa da dita esquadra. O cerco do Porto em fim continuava com a mesma actividade, e dizem cartas de 21, as mais modernas que temos, que ali se esperava todos os dias um ataque geral. //

O primeiro Paquete que vier de Portugal não pode deixar de trazer noticias de [...] consequencia.

Deos guarde a *Vossa Excellencia*. Londres 4 de julho de 1833

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Bento da Silva Lisboa

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 43

Datas: Londres. 1833, julho 4.

Notação: 217.3.2

Descrição: Officio reservado encaminhando cópia de carta de Antonio da Silva Júnior.

[fl. 1]

Numero 30
Reservado

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Chegou hoje um Paquete de Portugal, que me trouxe cartas de Antonio da Silva Junior. Como porem ellas sejam longas, e quasi todas em cifra não me foi ainda possivel inteirar-me do seu conteúdo, porque neste instante as recebo. Acompanhou-as uma lista mui circumstanciada dos brasileiros que se acham no Porto ao serviço do Duque de Bragança, e essa tenho a honra de leval-a já ao conhecimento de *Vossa Excellencia* na copia junta. No Foreign Office disseram-me hoje que constavam ter desembarcado em Lagos a expedição sahida do Porto. E mais não se sabia.

É quanto posso ajuntar ao que mencionei no meu officio reservado *numero 29* sobre os negocios de Portugal.

Deos guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 4 de julho de 1833.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Bento da Silva Lisboa

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 43 - ANEXO I

Datas: Porto. 1833, junho 25.

Notação: 217.3.2

Descrição: Lista de brasileiros a serviço da rainha Maria II no Porto, enviada à embaixada do Brasil em

[fl. 1]

MAPPA²⁰

Provincias	Nomes	Occupaçoens no Imperio	Observaçöens
Pernambuco	João Pedro de Araujo Aguiar	Capitam de Artilharia	Ao serviço de <i>Dona Maria 2ª</i> , e em correspondencia com Martins ahi.
Dito	Fulano Pinto (adoptivo)	Militar	Veio com 1 anno de licença; já se lhe acabou; e está ao serviço de <i>Dona Maria 2ª</i> .
Dito	Bernardino Joze da Cunha	Escrivam da Mesa Grande da Alfandega	Veio com licença (<i>Brasileiro</i> adoptivo) muito amigo de <i>Dom Pedro</i> com muita influencia aqui no Paço, e agente principal dos Pedristas. Corresponde-se activamente com Martins e Rocha Pinto.
Dito	Jozé Lopes	Guarda da Alfandega	Veio sem licença.
Rio de Janeiro	Bastos	Capitam de Artilharia	Ajudante do <i>Duque</i> de Bragança, trazendo o laço portuguez.
Dito	Jozé Maria	Ajudante do Batalham da Côrte	Hoje ao serviço de <i>Dona Maria 2ª</i> , e ajudante do Batalham 5º de cassadores.
Dito	O ajudante Navarro	Militar	Hoje no serviço de <i>Dona Maria 2ª</i>
Dito	O [Capitão] [Cuiboln]	Militar	[Dito Dito Dito]
Dito	[Antonio] Marianno de Azevedo	Empregado no Thesouro de [Pernambuco]	Igual informação a de [Bernardino] Jozé da Cunha – supra.
Dito	João Fernandez Tavarez	Medico	Do Duque de Bragança, e amigo do systema.
Dito	João Carlota Ferreira	Militar	Hoje ao serviço de <i>Dona Maria 2ª</i> , igual informação á de Bernardino Jozé da Cunha, e em correspondencia activa para o Rio.
Dito	Paulo Martinz de Almeida	Capitam	Guarda [...] do Duque; com o laço portuguez no chapéo. Agente de Rocha Pinto aqui, e em correspondencia com o Martins ahi; espião de seu protetor Chalaça para informal-o das acçoens do Duque, e canal da correspondencia dos 2 para o Duque.
Dito	Joze Maria	Militar	Aquartelado no Paço, e ao serviço do Duque

Porto 25 de Junho de 1833. Antonio da Silva Junior.

²⁰ Cópia assinada por Miguel Maria Lisboa.

Documento 44

Datas: Londres. 1833, agosto 7.

Notação: 217.3.2

Descrição: Offício reservado relatando a conquista de Lisboa pelo "exército liberal" e suas relações com o Império.

[fl. 1]

Numero 31
Reservado

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de *Vossa Excellencia* que Lisbôa achasse em poder das forças constitucionaes.

A expedição que sahio do Porto em 20 de junho ultimo, dirigio-se effectivamente ao Algarve, onde encontrou quasi nenhuma resistencia, e poucos dias depois grande parte daquelle reino reconhecia já a autoridade da Rainha Fidelissima.

[fl. 1. v.]

Desembarcada a expedição, partio Napier com a sua esquadra em busca da de Dom Miguel, que encontrou defronte do cabo de São Vicente. Sahia elle por informaçoes de um Capitão de Mar e Guerra Gutierres, desertor da esquadra inimiga, que esta vinha no peor estado possivel, e quasi toda tripolada com gente agarrada nas ruas de Lisboa // até a vespera da sua sahida. Constou-lhe mais que a generalidade dos officiaes eram como o tal Gutierres. Munidos pois destes e outros dados semelhantes dispoz-se Napier para o combate que teve lugar a 5 de julho. Com a sua fragata, Rainha de Portugal, e Dona Maria atacou elle a Nau Rainha. Mandou a Fragata Dom Pedro contra a Diana, e a corveta, e o brigue Villa Flor contra o Martim de Freitas. A equipagem da Nau recosou bater-se, e portanto foi esta capturada. Sucedeo o mesmo á fragata Diana. O Martim de Freitas resistio alguã cousa, mas por fim arreou bandeira. Assim fez a Nau Dom João 6º sem dar um só tiro. A corveta Liberal fugio para bem longe, e depois de decidida a acção veio entregar-se ao vencedor. Assim cahiram nas // mãos de Napier, duas Naus, duas Fragatas, e uma Corveta, escapando tres corvetas, e um brigue. Este e uma das corvetas vieram tambem entregar-se dous dias depois. Colhida esta victoria que me limitarei a chamar extraordinaria, entrou Napier no Algarve, d'onde sahio muito mais forte no dia 13 a bloquear Lisbôa, ameaçada agora de um ataque simultaneo por mar e terra, visto que a divisão do Conde de Villa Flor para ali se ia encaminhando.

[fl. 2]

[fl. 2. v.] Entretanto haviam apparecido quatro guerrilhas a favor da Rainha. Uma dellas, armada em Punhete por certo hespanhol Martinez, foi a Thomaz, Barquinha e Almeirim, soltou presos, apoderou-se dos cofres publicos, e pouco a pouco se fez tam forte, que passou o Tejo, e sem ser encommodada // foi caminho de Evora reunir-se a divisão do Algarve. As outras causavam tambem grande incommodo aos Miguelistas, e uma dellas era commandada pelo celebre Padre Góes, bem conhecido nessa Capital. O povo de Alentejo manifestava já sentimentos analogos aos do Algarve, e as forças constitucionaes recebiam com isso grande augmento.

[fl. 3] No mesmo dia em que Napier se apoderava da esquadra de *Dom* Miguel, tentavam as forças deste Princepe um novo ataque contra o Porto. Em Lordello foram ellas repellidas pelo Coronel Duvergies, e em Carvalhidos, Paranhos, e Corello pelo General Saldanha, o qual foi promovido a Tenente General no campo da batalha. Duvergies foi feito Brigadeiro, e tendo perdido um braço no combate, morreo pouco depois da amputação. Da parte da // Rainha consta que morreram então 4 officiaes, e 47 soldados, ficando feridos 13 dos primeiros, e 124 dos ultimos.

[fl. 3 v.] No dia 12 de julho constou no Porto que o Marechal Bourmont era chegado a Braga, com vinte officiaes de estado maior francezes. No campo miguelista começou a haver grandissima actividade, e consequentemente os sitiados prepararam-se para rebater o ataque esperado em toda a sua linha de defesa. Esse ataque não se verificou tam cedo como se esperava. Mas na madrugada do dia 25 teve elle lugar. O projecto de Bourmout era apossar-se da Foz, interceptar as communicacoens do exercito de *Dom* Pedro com o mar, e por conseguinte os meios de subsistencia, e os // reforços que só por aquelle lado recebia o dito exercito. Dizem que o ataque durára até o meio dia, e que Bourmont e os seus foram obrigados a retirar-se. A mortandade de parte a parte foi excessiva. Em cartas do Porto vi que os Constitucionaes perderam para cima de 800 homens. A perda dos outros não consta ao certo. Um dos filhos de Bourmont morreo na acção; outro ficou gravemente ferido. Entre os mortos do lado do Duque de Bragança conta-se o Coronel Coiter.

[fl. 4] Pelo mesmo paquete que trouxe estas noticias, e que tinha tocado em Lisboa a 23, soube se que a divisão de Algarve continuára sua marcha pelo interior do Alentejo, em duas Columns. Uma destas, commandada pelo Conde de Villa Flor entrou // em Setubal; a outra em Aguas de Moura no dia 22. O commandante

miguelista em Setubal tratou de oppôr-se a Villa Flor, o sendo batido, retirou-se para Almada. O Governo de Lisbôa mandou para a outra banda do Tejo as poucas forças de que podia dispôr, pouco mais ou menos 1200 homens, e conservou na Capital a Policia e alguns realistas. Napier estava defronte da barra com 15 embarcações de guerra. Palmella achava-se em companhia de Napier. Este havia desembarcado 600 homens em Cesimbra para reforçar o corpo ás ordens de Villa Flor. O espirito publico em Lisbôa achava-se muito agitado.

[fl. 4. v.]

No dia 23 sahio Villa Flor de Setubal, com 1500 homens, de tropa regular, e 1000 de guerrilhas, e encontrando Telles Jordão // junto a Piedade á testa de uma divisão de miguelistas, carregou sobre elles, e pode desbaratal-os ajudado do regimento de Cavallaria *numero 7* que do lado do inimigo passou para o seu. Os miguelistas recuaram até Almada, onde Telles Jordão foi morto por um official de Villa Flor. O cadaver daquelle chefe foi arrastrado pela populaça, e enterrado na arêa, depois de lhe deceparem a cabeça. Na tarde desse mesmo dia constou ao Duque de Cadaval a derrota dos seus, e reunindo então a policia, os voluntarios realistas, e alguns restos de milicias, sahio á noite de Lisbôa, com perto de quatro mil homens, e fez alto no Campo-pequeno. Sabendo disto os habitantes da Capital amotinaram-se logo, arrombaram as cadeias, puzeram em liberdade perto de 3000 presos que ali se achavam, grande // numero por opinioens politicas, foram aos arsenais, armaram-se, mataram quantos lhes pareceo que eram affeiçãoados a *Dom Miguel*, e trataram logo de mandar barcos a Villa Flor, a fim de que elle atravessasse o Tejo. No dia 24 entrou o dito Villa Flor em Lisbôa, e organisou um corpo de voluntarios, formou uma guarda nacional, e cuidou em fortificar-se. A Rainha foi logo acclamada, e sua bandeira içada nas fortalezas, e salvada pelas esquadras franceza, e ingleza. A 25 entrou no Tejo a esquadra de Napier. Palmella tratou de proclamar, e de recommendar ao povo muita prudencia. Assim mesmo a anarquia foi por diante algumas 48 horas. Na vespera tinha sido despachado o barco de vapor *Britannia*, a fim de conduzir para Lisbôa o Duque de Bragança, o qual // embarcou no dia 25 á noite, com o seu Ministerio, e 40 pessoas de comitiva. Saldanha foi nomeado Generalissimo, e incumbido do Governo civil, e militar do Porto. O Duque de Cadaval parece que se dirigia a Coimbra. Para ali dizem tambem que se retirava o exercito miguelista.

[fl. 5]

[fl. 5. v]

Eis os importantes acontecimentos de Portugal até o dia 25 de julho. O

primeiro Paquete que dali chegar não pode deixar de ser interessantissimo, e as noticias que trouxer provavelmente deciderão este Governo, e o francez a reconhecer a Rainha.

[fl. 6] A situação do Duque de Bragança é agora extremamente melindrosa. Sobre as intençoens de *Sua Magestade* de apoderar-se da Regencia, e talvez do throno de Portugal, parece que não ha a menor duvida. // Porem a maioria dos Portuguezes e até os Gabinetes de Paris e Londres oppoem-se a isso. Para a Rainha foi sem duvida mui prospera a circumstancia de não ser Seu Pae o primeiro que entrasse em Lisbôa depois da debandada dos Miguelistas. Agora vê-se aquelle Princepe em posição mui secundaria entre Palmella, e Saldanha, decididamente oppostos ás suas vistas. Entretanto, muito se trabalha por outro lado em favor dellas. Hontem chegou um proprio de Paris, carregado de grandes massos de manifestos, ou proclamaçoens, que devem ir para Lisbôa pelo paquete de hoje. O objecto destas peças dizem²¹ ser a immediata convocação das Cortes, para decidirem si a Regencia compete ao Duque de Bragança. Fiz altas diligencias para obter um exemplar, // porem, até esta hora, debalde.

[fl. 6. v.]

A crise a que é chegado Portugal torna-se tambem de summa importancia para nós. Por isso trato de tomar as medidas necessarias, a fim de seguir, tam de perto como seja possivel, os planos do Duque de Bragança, e dos seus conselheiros que divido em duas classes; uns representando o partido contrario áquelle Princepe, e consequentemente buscando meios de se livrarem delle; e outros que esperam recobrar o que perderam no Brasil, ou # fazer ali # fortunas [*sic*]. Para tudo isso serve ás mil maravilhas uma tentativa contra nós. Já, não me parece que ella possa ter lugar, mas ha de tratar-se de dispor o terreno com tempo.

[fl. 7] Temos ja em Portugal o Consul Antonio da Silva Junior, a quem sobeja patriotismo // e zêlo pelo bem do nosso Payz, mas falece o tacto necessario para bem desempenhar empresa tam delicada. Contando pois sobre os bons desejos do dito Silva, tenho todavia arranjado para informar-me do que em Lisbôa se passar á nosso respeito, *um emigrado portuguez*²², activo, habil, e que não pode deixar de ter grande parte na *direção* das cousas publicas do *seu paiz*. Esse individuo á muito [*sic*] que

21 No original, está escrito *dizem-se* com o *-se* riscado.

22 As passagens em itálico encontram-se criptografadas no original.

[fl. 7. v.] está nos nossos interesses, e mostra-se muito *grato dos beneficios* que lhe *prestei*, durante a sua desgraça, com vistas no que ora se verifica. Por falta de meios tencionava elle demorar-se ainda aqui. Mas eu tirei-o do embaraço, fornecendo-lhe o dinheiro necessario para immediatamente dirigir-se a Lisbôa. Comtudo não pude conseguir // que partisse no Paquete de hoje. Mas ha de ir no seguinte. O caso é um desses em que o serviço do Brasil não pode ir de accordo com a economia de que tanto carecemos. É preciso gastar, e muito. Conto porem fazel-o com proveito.

[fl. 8.] No mesmo dia em que chegou aqui a noticia da tomada de Lisbôa, fallei a Lord Palmerston, e repeti-lhe o que ja em outra occasião lhe tinha dito a respeito dos projectos do Duque de Bragança sobre o Brasil, fazendo-lhe sentir que a continuação de manobras, como até hoje se tinha empregado, para perturbar a nossa tranquillidade, podia ser-nos tam fatal, a Realesa, e á familia do Duque de Bragança, como á propria Inglaterra. Em apoio desta ultima asserção chamei a atenção de Lord Palmerston // sobre a importancia das transações commerciaes entre o Brasil, e a Gram-Bretanha, e disse-lhe que a necessaria consequencia de uma guerra civil no Brasil seria a deminuição ou completa cessação dessas transacções. Como Lord Palmerston me tivesse dito á mais tempo que era indifferente para o Governo inglez que no Brasil houvesse um Governo monarchico, ou republicano, fiz-lhe sentir que a transição do primeiro para o segundo, transição que me parecia dever seguir-se, mais tarde ou mais cedo, a qualquer tentativa para derribar do throno o Senhor *Dom Pedro 2º*, não seria tam facil, como talvez se presumisse, e que ainda quando a nossa sorte houvesse de ser melhor do que a dos Estados nossos visinhos, era forçoso passar por // crises, cujos resultados affectariam infalivelmente os interesses deste Payz, a quem devemos grandes sommas, e com quem fazemos um trafico immenso. De tudo isso conclui, que o Governo inglez mesmo por seus interesses devia oppôr-se aos projectos do Duque de Bragança. Lord Palmerston repetio-me que não se podia persuadir de que o Duque meditasse taes projectos, e ajuntou que em todo o caso nós podiamos contar com a perfeita neutralidade da Inglaterra, a qual nunca se intrometteria nos nosso negocios internos. Ahi acabou a nossa conversação á qual pertendo voltar mais vezes. Não me pareceo, pela maneira por que Lord Palmerston se exprimio a respeito do Duque de Bragança ser mal fundado o que dizem sobre a maneira desfavoravel, // por que o Duque é hoje olhado por este Governo, e

[fl. 9]

consequentemente pelo francez, em commum com a Russia, e Austria, que o detestam.

[fl. 9. v.] É digno de reparo o facto de haverem desertado o *Club* Caramurú de Paris quasi todos portuguezes que nelle entravam, e isto depois que mudou a face dos negocios em Portugal. Dahi conclue-se, que os portuguezes receam passar por Pedristas, e que a este partido oppoem-se consequentemente a maioria da nação. Esta circumstancia diz ainda mais comparada com a profunda trestesa que se observa em Gomes da Silva, e Rocha Pinto, desde que o commando do exercito do Porto passou ás mãos de Saldanha, e que a direcção politica da expedição do Algarve foi confiada ao *Marquez* de Palmella: Rocha Pinto, em conversa com um portuguez reconhecido Pedrista, exprimio-se desta maneira // = Que o Imperador era muito infeliz, vendo-se agora entregue a pessoa que lhe eram desafeiçoadas, e que delle se serviam ainda por lhes ser necessario para seus fins.

Navarro continua muito esperançado nas cousas do Rio. Chama optimas as eleições para a nova Legislatura, e em carta ao seu amigo aqui mostra-se muito satisfeito das noticias que recebera, concluindo que tivera um feliz sonho que não tardará a realizar-se... A carta remata com esta reticencia.

[fl. 10] Á poucos dias tratou a Legação da Rainha Fidelissima nesta Corte, de enviar para essa, a João Baptista Moreira um grande masso de papeis vindo de Paris, e constou-me que o confiára com muitas cautelas, a um inglez que devia partir de Liverpool, no navio Fort. Tratei portanto de indagar o nome desse inglez. Escrevi para // isso ao nosso vice consul em Liverpool, o qual nada pôde saber. Mas por fim disseram-me²³ que o inglez chama-se T. Hardy, mas que por circumstancias deixou de partir no [dito] navio. Porem o masso foi sempre expedido.

Recebi o Despacho reservado que *Vossa Excellencia* me expedio sob *numero* 9 com data de 4 de maio, a fim de eu fazer observar a conduta dos individuos nele mencionados, e pode *Vossa Excellencia* ficar certo do zêlo com que tratarei de desempenhar essa importante commissão. Os taes individuos ainda não chegaram a este payz. Fico inteirado do conteúdo do Despacho reservado *numero* 8, sobre o qual peço licença para observar que não sendo conhecido o autor dos artigos que de tempos a tempos apparecem nos jornais inglezes, relativamente a esse Imperio, não

[fl. 10 v.]

23 Repetido no original

julgo importar muito que taes artigos sejam um pouco // exagerados. Igual exageração tambem se ha observado d'outras vezes em sentido contrario; e assim fica tudo contrabalançado. Todavia no que esta Legação houver de fazer publicar será attendida a recommendação de *Vossa Excellencia*, tanto quanto for possivel, pois nem sempre a verdade pura e simples offerece materia capaz de dissipar a impressão que fazem no espirito desta gente as calumnias ou verdades assoalhadas contra nós pelos nossos inimigos.

[fl. 11] A 11 do mez passado chegou a Brighton Francisco Ferreira de Sampaio, com um sacco de Despachos da Legação brasileira em Paris, e munido de um passaporte de correio. Os officiaes da alfandega daquella cidade, polo desuso de verem por ali passar semelhantes correios, e mesmo pelo volume do sacco, um pouco avantajado, exigiram que o portador o abrisse, para verem si continha // só Despachos. Sampaio recusou-se a isso, e os Alfandegueiros tomaram-lhe o sacco, e o mandaram sellado para a Alfandega de Londres. O Secretario desta dirigio-me logo a carta constante da copia *numero 1*, á qual respondi como da copia *numero 2*. Insistindo porem a Alfandega em abrir o sacco, e não querendo eu consentir nisso, foi elle enviado ao Thesouro, d'onde m'o mandaram por um empregado que trazia ordens para vel-o abrir. Oppuz-me como d'antes a semelhante condição, e o sacco foi reconduzido para o Thesouro. A esse tempo havia eu fallado a Lord Palmerston, o qual disse-me que lhe escrevesse sobre o objecto. Assim o fiz como da copia *numero 3*; e o resultado foi enviar-se-me o sacco em questão. Para evitar a repetição de scenas tam desagradaveis, e mesmo certa nota de // contrabandista que da Embaixada de Portugal não sei por que passou a esta Legação, escrevi ás duas legações de Paris e Hamburgo, que costumavam dar de vez em quando passaportes de correios a individuos que se dirigiam a esta Capital, rogando-lhes que se abstivessem de fazel-o d'ora em diante sem préviamente m'o communicarem. Na minha Nota sobre esse objecto verá *Vossa Excellencia* que me queixei da conducta das Alfandegueiros de Brighton. Preferi isto a pedir uma satisfação formal polo facto de me retardarem um sacco que vinha como de Despachos, para não arriscar-me a que m'a negassem. Lord Palmerston não respondeo á dita Nota, por pensar talvez que ella ficava assaz respondida, mandando-se-me entregar o sacco em questão, e eu pensando bem no negocio, e vendo que //

[fl. 11. v.]

[fl. 12]

semelhantes casos acontecem frequentes vezes a outros membros do corpo

diplomatico, julguei dever mostrar que presumo haver se estranhado a quem de direito o acto de que me queixei.

Rematarei o presente officio incluindo um extracto literal de algumas cartas que me ha dirigido *Antonio da Silva Junior*²⁴. Ellas são muito extensas, porem nem sempre igualmente interessantes. Si é certa a nomeação do tal Consul para o Maranhão, não pode isso deixar de merecer a mais seria consideração do Governo Imperial. Bem cedo terei occasião de certificar-me da exactidão de semelhante noticia.

Deos guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 7 de agosto de 1833.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Bento da Silva Lisboa

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 45

Datas: Londres. 1833, agosto 7.

Notação: 216.1.14

Descrição: Officio ostensivo relatando a conjuntura geopolítica na Europa e os conflitos na América.

[fl. 1]

Numero 63

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

A parte mais importante dos trabalhos do Parlamento Britannico, no decurso do mez passado, consistio nos debates que tiveram lugar sobre uma Lei proposta pelo Governo, relativamente a certas reformas ecclesiasticas na Irlanda. Essa Lei passou na Casa dos Communs como a queria o Ministerio. Mas na Camara alta soffreo alteraçoes, que apesar de insignificantes, quasi que produzem uã mudança de administração. A actual accomodou-se com a derrota que ali soffreo, e conserva-se no poder.

[fl. 1. v.]

Ha muito tempo que os judeos deste payz trabalham a fim de ser admittidos ao goso de todos // os privilegios pertencentes aos christãos. Diversas tentativas tem sido feitas para obter-se a sua emancipação, porem debalde. Na Casa dos Comuns [*sic*] foi ultimamente introduzido um *Bill*, concedendo esses privilegios aos irraelitas e passou. Mas os Lords, depois de um renhido debate, decidiram que o dito *Bill* fosse lido pola segunda vez, dahi a seis mezes, que é um dos modos por que cada uma das Casas do

24 Criptografado no original.

Parlamento regeita as leis que lhe parecem inadmissiveis, e que todavia passam pela primeira leitura.

[fl. 2]

Esperam ainda a final decisão do Parlamento muitas medidas de transcendente importancia, principalmente as que respeitam o Banco da // Inglaterra, a Companhia das Indias Orientaes, e a escravatura das Colonias inglezas. Mas a presente Sessão tem sido já tam longa, que provavelmente muitas dessas medidas passarão para a seguinte.

O estado da Irlanda, posto que ainda muito longe de se poder chamar perfeitamente tranquillo, continua todavia a melhorar.

[fl. 2 v.]

Sobre a politica da Europa em geral, pouco ha a dizer, exceptuando a crise extraordinaria a que são chegadas as cousas de Portugal, depois da captura de Lisboa polas forças da Rainha Fidelissima. Em outra parte exponho miudamente a *Vossa Excellencia* as ultimas occurrencias daquelle Reino. // Que ellas hão-de grandemente influir sobre a Hespanha, parece fora de toda duvida, e o tempo o mostrará.

[fl. 3]

O arranjo das desavenças entre belgas e hollandezes é outra vez, e a bastantes dias, objecto das sollicitude [*sic*] dessa mesma Conferencia, que durante mais de dous annos fez centenas de Protocolos, varios Tratados, e tudo em vão. Agora porem suppoem-se que ella será mais bem succedida, graças ao apuro a que tem sido levados os recursos de partes mais interessadas, as quaes suppoem-se que desta vez se prestarão a algum concerto definitivo, si bem que por ora parecem, polo menos aos olhos do publico, // tam longe disso como sempre.

[fl. 3 v.]

A Russia continua a oprimir a Polonia de uã maneira revoltante. Darei a *Vossa Excellencia* uma idea dessa oppressão mencionando apenas, que por se attreverem alguns estudantes polacos, a fazer uma especie de reunião, com o fim unico de praticarem a sua propria lingua, á qual o Imperador Nicolau [*sic*] fez substituir a russiana, foram todos mandados para diversos corpos do exercito, e os professores [*sic*] que sabendo-a, não denunciaram esse nefando crime, foram uns riscados do serviço com infamia, e outros asperamente reprehendidos.

Os negocios da Turquia tem // agora melhor aspecto. Ibrahim retirou-se com o seu exercito. As tropas russianas iam deixar, ou tinham já deixado Constantinopla, e as esquadras franceza e ingleza estacionadas no Bosphoro, deviam tambem seguir differentes rumos.

No Mexico parece que ia ganhando força o partido antirepublicano, e dizem, posto que não vejo a noticia confirmada, que Santanna tinha sido deposto da Presidencia.

[fl. 4]

As cousas de Columbia, segundo as ultimas noticias iam muito melhor.

É meu penoso dever communicar a *Vossa Excellencia*; que nestes ultimos // dias tem occorrido nesta Capital muitos casos de *Cholera*, e todos fataes. Esse flagello rebentou a pouco na Hollanda onde tem feito estragos horriveis.

Com o presente officio tenho a honra de passar as maos de *Vossa Excellencia* a correspondencia das Legaçoens e Consulados Imperiaes, e as gazetas inglezas, e francezas que serão entregues a *Vossa Excellencia* pelo negociante inglez Mister Freese.

Deos guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 7 de agosto de 1833.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Bento da Silva Lisboa

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 46

Datas: Londres. 1833, setembro 4.

Notação: 216.1.14

Súmula: Officio ostensivo relatando a conjuntura geopolítica da Europa.

[fl. 1]

Numero 65

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Tenho a honra de passar ás maos de *Vossa Excellencia* os inclusos exemplares da falla com que *Sua Magestade* Britannica encerrou o Parlamento no dia 29 do mez *proximo passado*. A parte mais interessante desta peça é a que se refere ao reconhecimento de *Sua Magestade* a Rainha Fidelissima por este Governo. Lord *William Russell* é o Ministro acreditado junto ao Duque de Bragança como actual Regente em Nome de Sua Augusta Filha. O que se collige da dita falla, quanto ao estado politico tanto interno como externo da Gram Bretanha é favoravel. O Parlamento retirou-se depois de uma longa na qual foram decididas poucas mas importantes questoens, como a da emancipação do escravos, a das Cartas do Banco, e da Companhia das Indias Orientaes, e a das reformas acclesiasticas na Irlanda.

[fl. 1. v.]

Polo ultimo paquete cabe-me informar // a *Vossa Excellencia* da occupação de

[fl. 2] Lisbôa pelas tropas da Rainha Fidelissima, e agora terei a honra de mencionar, que no Porto iguaes successos hão correspondido aos esforços dos Constitucionaes. O General Bourmont levantou o cerco daquella cidade no dia 9 de agosto, e marchou (deixando alguma gente em Villa Nova, e um corpo de observação á vista do Porto) á reunir-se ás divisoens do Duque de Cadaval, e do Visconde de Molellos; o que dizem effectuára em Coimbra, onde tambem estava o Infante Dom Miguel. O seu projecto era marchar sobre Lisbôa com 12000 homens. O corpo de observação que ficara á vista do Porto a 18, e completamente batido pelo General Saldanha. Então a divisão de Villa Nova depois de destruir 12000 pipas de vinho, pela maior parte pertinente a individuos partidistas da Rainha // abandonou o seu posto. O mesmo fizeram as guarniçoens dos fortes á entrada do Douro, dirigindo-se todas ao centro do exercito. O boáto da marcha de Bourmont sobre Lisbôa tinha infundido ali grande susto; por não haver fortificaçoens pelo lado de terra, nem tropa sufficiente para guarnecer as extensas linhas de Torres Vedras. Dizem que o Regente se dirigira em consequencia a Lord Russel, pedindo-lhe que fizesse desembarcar a guarnição da esquadra; e que este respodêra que a neutralidade da Gram-Bretanha não permittia semelhante intervenção, salvo si Portugal fosse atacado por força estrangeira. Por um Decreto do Regente proceder-se-ha ás elleiçoens para as Cortes no 1º de outubro proximo, “a fim de occuparem” diz uma clausula do mesmo Decreto “das importantes questuens da //

[fl. 2 v.] Regencia, e do casamento da Rainha”. Entretanto a população do interior continua a adherir ao Infante.

A questão hollando-belga acha-se *in statu quo*. A Conferencia de Londres parou os seus trabalhos, e crê-se que recahirá sobre a Dieta Germanica a decisão da parte mais espinhosa deste negocio, que é a que diz respeito ao Luxemburgo.

É meu penoso dever levar ao conhecimento de *Vossa Excellencia* que a *Cholera Morbus* continúa a fazer estragos nesta Capital posto que vá em diminuição.

Pelo navio Scotia tive a honra de remetter a *Vossa Excellencia* tres massos contendo gasetas francezas, e inglezas, e uma carta para *Vossa Excellencia* relativa ao Chefe de Divisão Taylor.

[fl. 3] Deos²⁵ // guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 4 de setembro de 1833.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Bento da Silva Lisbôa

25 Repetido no original

Documento 47

Datas: Londres. 1833, outubro 2.

Notação: 216.1.14

Descrição: Ofício ostensivo relatando a conjuntura geopolítica da Europa.

[fl. 1]

Numero 68

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

[fl. 1. v.]

Durante as férias do Parlamento, os negocios internos deste Paiz apresentam mui pouca variedade, e a publica attenção é quasi monopolizada pelo que se passa no Continente. Ali vê-se em constante alarma as grandes Potencias do Nôrte, á quem assustam os rapidos progressos dos principios liberaes por quasi toda a Europa. Essas Potencias uniformes em pensar, não parecem todavia igualmente de accordo sobre os meios de resistir as idéas do tempo, ou, para ser mais claro, de fazerem retrogradar a Revolução franceza. Nem e de esperar que semelhante tentativa tenha lugar, em quanto a França e a Inglaterra estiverem unidas. Apesar de seus immensos recursos militares, a Russia, Prussia e Austria não ousarão lançar-lhes abertamente a lava. O exercito da França, a marinha da Inglaterra, e a possibilidade de insurreiçoens nos dominios das outras, tornam isso impraticavel. A Austria sobretudo tem dentro de si os elementos da sua propria dissolução, que a Lombardia, O Tyrol, a Hungria e a Gallicia espreitam o momento de recobrem sua perdida independencia. E como a Russia e a Prussia nada possam fazer sem a sua // concurrencia e participação, a politica por ella seguida é bem justamente olhada como o thermometro da *pax* Européa, cuja duração não é alias afiançada pelo actual estado dos negocios em outros Paizes.

Os da Belgica e Hollanda, por exemplo, acham-se tam precario como d'antes. A Conferencia de Londres suspendeo os seus trabalhos, e então se disse, que bem cedo os reassumiria. Entretanto não succede assim, e os Ministros extraordinarios que aqui se achavam acreditados junto á dita Conferencia, quasi todos tem partido para as suas respectivas Côrtes.

O descontentamente [*sic*] na Suissa ainda hé grande, apesar de haverem

cessado as hostilidades entre os Cantoens rivaes. Mas isto é antes devido ao receio de huma occupação austriaca, de que ao desaparecimento dos motivos da discordia.

[fl. 2] A Turquia, posto que sem esse nóme, é agora realmente uma Colonia da Russia. A Inglaterra tem tentado pôr no seu antigo pé as relações de amizade que cultivava com a Sublime Porta. Mas foi tarde, e a occupação de Constantinopla por tropas do Czar, embóra temporaria, ha de produzir bem cedo o effeito que // o Gabinete de Pertersburgo sempre teve em vista, isto é, fazer-se senhor do commercio do Levante e da Asia Menor, se não tambem do Imperio Ottomano.

Em Portugal finalmente ainda as cousas não vão bem. Bourmont depois de ter concentrado as suas forças nos arredores de Lisboa, tentou um ataque, outros lhe chamam apenas um reconhecimento sobre as linhas guarnecidas pelos defensores daquella Cidade. Succedeo isto á 5 do mez passado; á 9 houve outra igual escaramuça =, e mesmo dizem que uma terceira á 15; O resultado de todas foi uma grande mortandade de parte á parte. Cada hum dos contendores chamou-se victorioso, posto que nenhum ganhasse decidida vantagem sobre o outro. *Dom* Thomas Mascarenhas foi morto em um desses ataques. Calcula-se em 10.000 homens a força do Duque de Bragança, e pouco mais ou menos no dobro a do Infante. D'então para cá não se tem recebido mais noticias do theatro da guerra, nem tão pouco se sabe de la ter chegado a Rainha.

[fl. 2 v.] As que ultimamente vierão do Mexico, são pessimas. A guerra civil tinha ali começado de novo, e não se sabe ainda o // resultado do conflicto esperado entre os diversos partidos que hoje dividem aquella Republica, conflicto que ficava imminente quando o ultimo Paquete sahio de Vera Cruz.

Em Columbia houve outra revolução. Bem pouco luzem com effeito as esperanças que todos haviam posto no General Santander. Em Cuba houve uma revolta de negros, que áfinal foi abafada, depois de grande mortandade da parte dos sediciosos, e dos brancos. Eis o que me cumpre levar ao conhecimento de *Vossa Excellencia* em quanto não posso desempenhar este dever da maneira que *Vossa Excellencia* houve por bem prescrever-me em um dos seus ultimos Despachos circulares.

Deos Guarde á *Vossa Excellencia*. Londres em 2 de outubro de 1833.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Bento da Silva Lisboa

Documento 48

Datas: Londres. 1833, outubro 3.

Notação: 217.3.2

Descrição: Ofício reservado encaminhando cópia de carta de Antonio da Silva Júnior.

[fl. 1]

Numero 34
Reservado

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Tenho a honra de passar ás mãos de *Vossa Excellencia* a inclusa copia de huma carta que ainda agóra acabo de receber, do nosso Agente Confidencial em Lisboa. Esta carta, veio marcada com o *numero 4*, e como à minhas mãos não haja chegado senão a de *numero 1*, faltam consequentemente as duas intermediarias, que reputo perdidas, o que assáz me inquieta.

Deos Guarde á *Vossa Excellencia*. Londres em 3 de Outubro de 1833.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Bento da Silva Lisboa

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 49

Datas: Londres. 1833, novembro 6.

Notação: 216.1.14

Descrição: Ofício ostensivo relatando a conjuntura geopolítica da Europa.

[fl. 1]

Numero 70

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

A reunião do Parlamento, que devia ter lugar este mez, foi adiada até 12 do seguinte, e provavelmente ficará ainda para mais tarde.

Logo depois da prorrogação quasi todos os membros do Gabinete sahiram de Londres, consequentemente a politica interna deste Payz quasi nada apresentou de notavel no decurso do meu passado, exceptuando a resistencia feita nesta Capital por um grande numero de Senhorios de Casas, contra o pagamento do imposto sobre portas e janellas. Esta questão vive se tornando mui seria e talvez a revogação de tal

imposto seja uma das primeiras medidas da proxima Sessão.

Em 21 do ultimo mez abrio-se a Sessão ordinaria dos Estados Geraes da Hollanda, e no discurso então pronunciado por El Rey Guilherme, não apparece que dê esperanças de acabar tam depressa a eterna pendencia entre aquelle Estado e a Belgica.

[fl. 1. v.] O Rei dos Francezes continua á fazer a guerra á Imprensa. O Editor da = Tribune = acaba de ser novamente condemnado a mais [5] annos de prisão, e 20,000 francos de multa, por um libelo contra o Governo. Esta é a 8ª condemnação, e a 81º processo [sic] // que há soffrido aquelle papel. Fallava-se em redução do exercito francez. Mas parece que o estado precario dos negocios da Hespanha, faz com que não possa ter lugar a dita redução, e antes pelo contrario sejam chamados mais 35000 homens á serviço activo.

[fl. 2] Falleceo El Rei de Hespanha á 29 de Setembro, deixando aquelle Reino na mais delicada situação politica, que se possa imaginar. Alem da collisão em que se acham quasi todos os Membros da Familia Real vê-se ali uma parte da população armada já contra a outra é o Governo da Rainha, que se declarou Regente em nome de sua filha, obrigado consequentemente á adoptar medidas extremas. Individuos que ainda á pouco eram desterrados em Payzes estrangeiros; outros que mesmo na Hespanha estavam em guerra aberta com as autoridades constituídas; todos tem sido indistinctamente chamados á cooperar com essas mesmas autoridades na repressão do partido que desde 1823 havia sido considerado como a alavanca do Estado, e que hoje mui naturalmente appoia o Infante *Dom* Carlos. É difficil prever o resultado de tres medidas e combinaçoens. Uma cousa porem tenho // quasi por infallivel, e é que si a Rainha, no fim das contas, ficar victoriosa, como aliás pareceo provavel, o Governo e as Instituiçoens da Hespanha soffrerão necessariamente alteraçoens analogas ao espirito de partido que a sustenta. Para mostrar a sinceridade da sua conversão aos principios liberaes, e mesmo para continuar nas boas graças da França e da Inglaterra, não causará tambem admiração, si aquella Princeza ver-se obrigada a reconhecer a Rainha de Portugal, depois o Brasil, e áfinal as novas Republicas da America.

As noticias que temos de Portugal reduzem-se ao seguinte. Os defensores de Lisbóa vendo que o Infante se dispunha á retirar o seu exercito das visinhanças

daquella Cidade, resolveram ataca-lo, e assim fizeram pela primeira vez. A mortandade foi grande de parte á parte, e o inimigo ápesar de tudo conseguiu effectuar a pretendida retirada sobre Santarem, na melhor ordem possivel. E d'então para cá nada mais se sabe.

[fl. 2 v.] O Governo Austriaco tem reforçado muito o exercito da Italia, com o fim de consolidar o seu poder, ali ameaçado cada vez mais pelo progresso das opinioens liberaes. // O Tratado de 8 de julho deste anno celebrado entre a Russia e a Turquia, estipula que a primeira das altas partes contractantes fornecerá á outra quando forem requisitados, todos os soccorros que possa vir á exigir á defesa dos seus Estados, por isso que = *Sua Magestade Imperial* nada tem tanto á peito, como a independencia do Imperio Ottomano =. Porem o mais importante daquelle Acto, é um artigo addicional, em que a Turquia obriga-se á fechar, em caso de necessidade, o estreito dos Dardanellos, já se vê á quem não convier á Russia, que por ali passe. Semelhante arranjo não podia agradar nem á França nem á Inglaterra. Em 27 de Agosto pois, dirigiram os Embaixadores destas Potencias, uma nota mui energica ao Governo Turco, protestando principalmente contra o tal artigo addicional, e em 20 de Setembro respondeo-lhes o Reis-Effendi, ou o Ministro da Russia por elle pouco mais ou menos o seguinte, = que a Porta era e queria ser independente, e tinha direito de concluir os Tratados que bem lhe parecesse com qualquer Potencia que ella tivesse razão para julgar sua amiga. = A resposta é um pouco crespa, e veremos no que vem tudo isto á parar. //

[fl. 3]

As ultimas noticias do Mexico são mui más. A *Cholera* e a guerra civil ficavam ainda assolando aquelle Payz. Em Columbia parece que as cousas iam apresentando aspecto mais favoravel.

Do resto das Republicas do Sul, nada sei que valha a pena de ser communicado á *Vossa Excellencia*.

Deos Guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 6 de novembro de 1833.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Bento da Silva Lisboa

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 50

Datas: Londres. 1833, dezembro 4.

Notação: 217.3.2

Descrição: Ofício reservado relatando projeto de envio de esquadra militar portuguesa em direção ao território brasileiro.

[fl. 1]

Numero 36

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Reservado

Passo ás mãos de *Vossa Excellencia* a inclusa copia da correspondencia que hei recebido do Consul Geral do Brasil, e do nosso agente secréto em Lisboa, desde a partida do ultimo Paquete.

Na carta *numero* 10, do segundo, vem uma passagem, que me parece de summa importância. É a que attribue ao Duque de Bragança certo projecto de mandar navios de guerra para diversos pontos do Brasil, à titulo de ali protegerem a propriedade portugueza, logo que as circumstancias lh'o permittam. Não ousarei dar isto por certo. Mas o facto é que aos nossos inimigos nunca poderia lembrar um meio melhor de promoverem os seus interesses. Confio porém muito na sabedoria do Governo Imperial, para ter o menor receio de que em nenhum caso elle admitta entre nós mais essa esquadra estrangeira permanente, em menoscabo das nossas leis, e da nossa dignidade nacional, quando mais não fôra.

[fl. 1. v.]

O que resulta em fim, tanto dessa Carta, e das outras do mesmo agente, como do que sei por pessoas menos parciaes do que elle na questão portugueza, é bem desfavoravel tanto ao Duque de Bragança, como a Sua Augusta Filha. Com // effeito, vê-se por um lado o Infante sustentando o seu terreno contra a geral expectação, senhor ainda dos recursos do Reino, e evidentemente apoiado pela grande maioria da Nação, apesar das derrótas que tem soffrido; e do outro, uma indisposição quasi geral contra a pessoa do Regente, uma serie de erros imperdoaveis na conducta do seu Governo, um scisma politico bem pronunciado entre os proprios chamados liberaes, estes perseguindo-se já reciprocamente apesar de terem ainda diante de si o inimigo commum, e uma ambição desmarcada de todas as partes. D'onde concluo que quando o Infante desaparecer da scena politica, o que apesar de todas as apparencias em seu favor, pôde succeder de um dia para o outro, começará então outra luta em Portugal, mais embarada, mais terrivel que a presente, de maneira que o Duque de Bragança, á não ser uma das primeiras victimas dessa luta, ver-se-há talvez por muito tempo

impossibilitado de realizar quaesquer planos que haja concebido relativamente ao Brasil. Entretanto, não cessarei de repetir que nos convem estar preparados para o peor.

[fl. 2]

Não // se tem verificado a noticia espalhada á muito tempo, de haver a Regente da Hespanha reconhecido a Rainha Fidelissima. É certo que foi mandado retirar o Ministro hespanhol residente junto a *Dom* Miguel. Mas tambem, o é que o Gabinete de Madrid ainda considera aquelle Principe como Rei de Portugal, e que o motivo da retirada de Cordoba, é o apoio dado por *Dom* Miguel á causa do Infante *Dom* Carlos, que elle justamente considera tambem sua.

[fl. 2. v.]

O Conde de Fries acaba de chegar á Londres como primeiro Secretario da Embaixada Austriaca. Veio logo ver-me, e contou-me que o seu Soberano, em uma audiencia que lhe concedera, informou-se mui particularmente de tudo que dizia respeito ao Senhor *Dom* Pedro Segundo, á suas Augustas Irmans, e ao estado politico do Brasil em geral; e mostrou-se mui satisfeito das noticias que lhe dera o dito Conde, as quaes disse *Sua Magestade*, concordavam com o que lhe constava por outra parte. Essa outra parte não duvido que seja a Legação Austriaca no Rio de Janeiro, pois o Barão de Neumann já me havia deixado perceber que o Barão Daiser, transmittia á sua Côrte // relatorios extremamente favoraveis sobre os referidos objectos. Não concluirei este Officio, sem tomar a liberdade de suggerir que talvez nos conviesse fazer publicar nas gazetas brasileiras as passagens das cartas do nosso agente em Lisboa, que tratam de objectos relativos á esse Imperio, accompanhadas de observaçoens analogas. Acontecendo assim, rogarei á *Vossa Excellencia*, que se sirva transmittir-me os papeis onde apparecerem taes extractos para eu mandal-os copiar em algumas folhas inglezas, que gozam de grande credito, e que só desse modo entendem poder advogar a nossa causa, sem correrem o risco de parecer inconsistentes.

Deos Guarde á *Vossa Excellencia*. Londres em 4 de Dezembro de 1833.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Bento da Silva Lisboa

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 50 ANEXO I

Datas: Lisboa. 1833, novembro 2.

Notação: 217.3.2

Descrição: Carta de Antônio da Silva Júnior informando ao embaixador em Londres sobre a "questão portuguesa" e sua relação com o Império.

[fl. 1]

*Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,*²⁶

Tenho a honra de accusar a recepção das Cartas que hei recebido de *Vossa Excellencia* de 23 de julho, 21 e 27 de agosto, 18 de setembro e por ultimo o officio de 26 do mez findo; e certo do seu conteúdo, não se póde pôr em pratica as ordens de *Vossa Excellencia* relativamente a Antonio Carlos por ter elle partido antes da minha chegada.

Consta-me que elle fôra encarregado, de accordo com a Camarilha aqui e o Duque de Bragança de tratar com o Governo Inglez do Cazamento de *Sua Magestade* A Rainha com o Duque de Leuchtemberg, empregando igualmente toda a intriga na sua chegada á França para se effectuar esta pertença; *Vossa Excellencia* bem pode imaginar que esta união nos seria muito precaria, e em favor da qual são todos os emigrados portuguezes, quer de distincção quer ordinarios, por ser filho do Principe Eugène Beauharnais.

Ouçõ dizer que o *Doutor* Tavares, conhecido na nossa Côrte pelo alcunha de *Doutor* Canudo, e medico particular do Duque de Bragança, se naturalisou portuguez para conservar o emprego que lhe deo o Duque de Bragança, Regente em Nôme da Rainha, de Fisico Mór do Reino.

[fl. 1 v.] Pela *Chronica* que inclusa tenho a honra de passar ás mãos de *Vossa Excellencia*, se servirá observar as noticias que por aqui correm sobre o reconhecimento de *Sua Magestade Fidelissima* por *Sua Magestade Catholica*; o segundo dizem, este Governo // pertende quanto antes mandar hum representante para a Hespanha, mas a opinião de pessoas cordatas, hé de que o Governo Hespanhol pouca ou nenhuma confiança terá no Governo portuguez em quanto nelle existirem: Agostinho Jozé Freire, e Jozé da Silva Carvalho, e não sei como, e quando se poderão conciliar os negocios politicos deste com aquelle Paiz, attendendo á que o Duque de

26 Cópia, escrita por Miguel Maria Lisboa.

Bragança sustenta o dito Carvalho contra a opinião geral.

Só tratão os portuguezes (nação rançosa) de requererem officios rendosos ao Governo; e pela desordem de sua administração actual muito estimarei que se conserve por muito tempo á prol dos nossos interesses: pois já principião as lojas á trabalhar, são ellas duas; huma composta de Membros que representam as liberaes vontades de Jozé da Silva Carvalho, pelo lado da Camarilha, e a outra dos que representam as anglo-portuguezas do Duque de Palmella, ainda que estes são affeiçãoados ao Conde de Saldanha; de sorte que, quando mesmo se acabasse em breve com o partido de *Dom Miguel*, principiarião os partidos internos á desenvolverem-se, de cujos procedimentos estou convencido nenhum proveito tirarião por bem conhecer o genio portuguez.

As correspondencias dos Agentes do Duque para o Imperio continuão, porém creio que os daqui estão agóra algum tanto melancolicos com as noticias dali recebido [*sic*] ultimamente.

Por molesto não me tem sido possivel ir ao Paço ultimamente, o que farei 4^a feira, dia marcado para recepção, e posso assegurar á *Vossa Excellencia*, e posso assegurar á *Vossa Excellencia* que não sou agóra tão bem quisto como o fui em 1828.

Dice-me hontem *Monsieur* de Lurde, Encarregado interino dos negocios da França, que havia recebido a noticia da vinda para aqui do Barão Mortier, como Ministro Plenipotenciario da França.

[fl. 2]

Aqui chegou em 29 do findo mez, e da nossa Côrte Duarte da Ponte Ribeiro (Brasileiro // adoptivo) Encarregado de Negocios do Brasil para o Mexico, e incluso remetto á *Vossa Excellencia* hum Officio d'elle para *Vossa Excellencia*.

Entrarão antes de hontem mais dous Barcos movidos por Vapor, de Glasgow [*sic*] com perto de 500 praças para o serviço da Rainha de Portugal.

Deos Guarde á *Vossa Excellencia*. Lisbôa em 2 de Novembro de 1833.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Eustaquio Adolfo de Mello Mattos.

Antonio da Silva Junior.

Documento 50 - ANEXO II

Datas: Lisboa. 1833, novembro 16.

Notação: 217.3.2

Descrição: Carta de Antônio da Silva Júnior informando ao embaixador em Londres sobre a "questão

[fl. 1] *Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,*²⁷

[fl. 1 v.] Tive a honra de dirigir o meu ultimo Officio particular // para *Vossa Excellencia* em 2 do presente mez em seguimento das noticias politicas deste Paiz que nos são relativas, nada mais tenho que accrescentar só sim confirmar o que hei dito.

No Navio Fluminense que deverá partir em breve para a nossa Côrte, vai de passagem Joaquim José de Mello, Portuguez, Brasileiro adoptivo, e Inspector das Obras Publicas no Rio de Janeiro no tempo do ex-Imperador Senhor *Dom Pedro 1º*; o dito Mello se nos torna muito suspeito, por ser homem filho das circumstancias e elle isto abona, por eu saber que [sendo] o Duque de Bragança seu protector contra elle se torna; tudo isto e a falta de regularidade de seu passaporte me obrigou a não referendar o que elle me apresentou desta Intendencia, a qual nenhuma confiança dou por só competir-me o fornecimento de taes documentos quando estes recahem em Subditos Brasileiros; e não obstante ter daqui em direitura navios para a nossa Côrte por estes dois dias, com tudo peço á *Vossa Excellencia* que antecipe este aviso a nossa Côrte. Consta-me que o Navio Fluminense vai buscar toda a familia e mobilia de caza de Francisco Gomes da Silva, mas o nosso Governo não deve perder de vista as medidas de cautela que se deve ter com hum vaso tal, que consta andar debaixo do nóme de Jozé Maria Velho, constando geralmente ser elle propriedade do Duque de Bragança.

Houve hontem Conselho de Estado pela primeira vez, e apezar de correrem differentes boátos á este respeito, sei com alguma certeza que foi occasionado para a prestação do juramento de seus membros ja nomeados.

Deos Guarde á *Vossa Excellencia*. Lisboa em 16 de Novembro de 1833.

Illustríssimo e Excellentissimo Senhor Eustaquio Adolfo de Mello Mattos.

Antonio da Silva Junior.

27 Cópia assinada por Miguel Maria Lisboa.

Documento 50 - ANEXO III

Datas: Lisboa. 1833, outubro 26.

Notação: 217.3.2

Descrição: Carta do agente secreto em Lisboa relatando ao embaixador do Brasil em Londres a conjuntura política e militar em Portugal e plano de restauração do ex-imperador.

[fl. 1]

Numero 8²⁸

Lisboa 26 de Outubro de 1833.

Já anteriormente havia dito á *Vossa Excellencia* que o descontentamento de Antonio Carlos era apparente, e hoje sei houvera discrepancia apenas nos meios á empregar, porquanto elle Antonio Carlos queria que *Dom Pedro* fosse acabada a contenda em Portugal logo ao Brasil em propria pessoa, e *Dom Pedro* não, porque prefere fomentar a guerra e a anarchia e depois ir lá como pacificador. Antes da partida para Inglaterra teve o tal Antonio Carlos uma conferencia de 5 horas com *Dom Pedro* e nos pontos capitaes foram concordes, não sendo verdade que *Dom Pedro* o mandasse sahir. Em Londres há de Antonio Carlos combinar com o partido Caramurú e continuar á fomentar no Rio o partido de *Dom Pedro*. Interessa portanto muito fazer seguir os passos de Antonio Carlos, que segundo longes que tenho, espera intrigar com o Governo francez, e tornal-o favoravel á seu plano, representando o Brasil como propinquo á ser preda da Revolução, que por lá lhe accedem os republicanos, pelo que não há outro meio senão levar *Dom Pedro* ao Brasil: neste sentido verá *Vossa Excellencia*, breve trabalhar a compra da Imprensa franceza, e então será necessario accudir-lhe á tempo e desmascarar o projecto, que hé esse o meio de o fazer abortar.

Aracaty continúa á ter frequentes conferencias com *Dom Pedro*, o qual hoje se rodeia exclusivamente da gente que trouxe do Brasil: no Paço vivem Rocha Pinto, Gomes da Silva, Resende, Tavares, Bastos e Mariano de Azevedo Ajudantes de Campos; Carlota, Jeronimo Monteiro, thesoureiro do bolcinho e varios criados de menor fama. Aracaty e Resende convivem muito: Carlota está na opposição e segue o partido da Rainha, o qual engrossou com as creaturas do fallecido Candido.

[fl. 1 v.]

Dona // Leonor da Camara foi tirada do lado da Rainha! *Dom Pedro* agradeceu-a no dia 23 com uma pensão de um conto de Reis, e no dia 24 recusou ella aceitar-a

28 Cópia assinada por Miguel Maria Lisboa. Lê-se no título da cópia: “*Extractos da correspondência de Lisboa*”.

nobre e dignamente, dando-se por sobejamente paga com a honra de haver servido a Rainha. Parreiras seu mestre foi igualmente despedido, e ella de toda entregue á madrasta. Ninguém lhe falla senão na presença desta, e nem o seu Mordomo-Mór, que hé o Conde de Sampaio o faz á sós; neste ponto há grande vigilancia a fim que a Rainha não beba outra doutrina senão á que convem a *Dom* Pedro e seu partido.

O descredito deste Governo continúa, e a opinião publica marcha rapidamente e engrossa o descontentamento, sobretudo com os despachos dados aos brasileiros que se vão naturalizando portuguezes! A Gomes, pae de Gomes da Silva, acaba de ser despachado thesoureiro da Caza Real e feitor d'Alfandega!! Este bruto hé um miguelista furibundo, e seu outro filho lá está com o Miguel em Capitão de Voluntarios Realistas. Gomes da Silva escreveo-lhe mandando-o chamar, e por ahi o teremos qualquer dia em emprego pingue, que deveria servir para remunerar a fidelidade, em vez de pagar a traição! Semilhante actos já *Vossa Excellencia* vê indispoem todos e eu estou antevendo grandes desordens logo que a Imprensa trabalhe. *Dom* Pedro quer que a Rainha case com o Cunhado Leuchtenberg para melhor dominar tudo: este projecto foi a causa da desintelligencia com *Dona* Leonor, que á isso se oppunha com boas rasoens, querendo a Rainha o fizesse com pessoa de sua escolha e em alguma familia de nome. *Dom* Pedro por esse motivo a separou do lado da Rainha bem como vai despedir o resto dos criados para por partidistas seus. Já disse á *Vossa Excellencia* a sensação que fez a intimação do Governo brasileiro ao Consul portuguez Moreira, e de novo repito, que // isto muito os descorçoou. O novo nomeado attendendo á influencia que o elevou ao cargo há de seguir o mesmo trilho do Moreira.

[fl. 2]

O Exercito Miguelista conserva-se em Santarem, e o nosso Quartel General no Cartaxo; pelo em quanto vamos reunindo forças, e estreitando-os para lhes augmentar as privações que ouço são bastantes, e mais serão á medida que a Extração fôr sendo mais rigorosa: logo que os Miguelistas não puderem sustentar-se em Santarem, passarão ao Alemtejo, como anteriormente disse á *Vossa Excellencia* e esperarão em Elvas o resultado das tentativas de *Dom* Carlos, as quaes provando infructiferas os levarão á capitularem; e se pelo contrario vingarem lhes permittirão prolongar a contenda com esperança de proveito. *Dom* Carlos consta ter passado para Mourão no Alemtejo, depois de haver apalpado toda a raia seca da fronteira hespanhola pela

parte do Nôrte: diz-se ter alevantado algum partido na Andaluzia e com especialidade em Sevilha, e pensa-se que logo que este partido engrosse, elle entrará para se pôr á frente delle. No entanto o Governo de Madrid obra com energia: fuzilou trez Officiaes Generaes Carlistas, entre estes o bem conhecido Santos Ladirou, e toma medidas para se oppôr á projectada invasão. Girão dois papeis impressos esta semana, ambos ouzados ápezar da falta de liberdade d'imprensa: um hé um Requerimento contra Jozé Bernardo da Silva Cabral, corregidor do Rocio, creatura de Silva Carvalho pelo roubo que fez ao Conego João Jozé de Oliveira e Silva; e outro hé do Conde de Taipa, que na qualidade de Par do Reino, e á exemplo do que se praticam nos paizes onde há systêma representativo, leva ao conhecimento do Governante o escandaloso peculato, com que os Conselheiros da Corôa (Carvalho e Companhia) derão o contracto do Tabaco ao Quintella por mil // e duzentos contos annuaes, havendo quem offerece 1400 por esse contracto! A representação hé sobremaneira ouzada e livre, e honra muito seu Author. Por estes papeis serem volumosos não vão juntos, e irão por um navio que saihe estes trez dias para essa, e por essa occasião escreverei à *Vossa Excellencia*.

[fl. 2 v.]

Dom Pedro partio para o Quartel General, hé provavel volte esta madrugada ou amanhã; em campo raso não hé tão brava [*sic*] como nas trincheiras.

Post Scriptum: Hoje liquidou-se a reclamação de Napier e seus officiaes pelas prezas feitas: a parte que lhes pertence hé de quinhentos contos, e Napier deo ao Governo vinte dias para o pagamento. Donde sahirá esse dinheiro hé problema que nem o proprio Euclides seria capaz de saber se vivo fosse.

Documento 50 - ANEXO IV

Datas: Lisboa. 1833, novembro 2.

Notação: 217.3.2

Descrição: Carta do agente secreto em Lisboa relatando ao embaixador do Brasil em Londres plano de restauração do ex-imperador e proposta de federação com Portugal.

[fl. 1]

*Numero 9*²⁹

Lisboa em 2 de Novembro de 1833.

29 Cópia assinada por Miguel Maria Lisboa. Lê-se no título da cópia: “*Extractos da correspondência de Lisboa*”.

Vão os *Columnas* principiar os seus trabalhos no Paço das Necessidades: nesta semana reuniram-se trez vezes no quarto do Carlota. Principia a orgia por camaroens, ostras e vinho, e presidem indistinctamente Gomes da Silva e o Tavares, que em expressoens arrieiraes me dizem ser tão desbocado como aquelle. Silva Carvalho e o Padre Marcos não tem faltado, ao passo que os seus agentes recrutão por toda a parte adeptos mas fraco recrutamento fazem por o muito odio que há contra a Camarilha: no entanto os nossos *Clubs* aproveitando esta circumstancia empregão todos os meios de os desmascarar, patenteando o plano de *Dom* Pedro, e do seu partido: nesta materia muito se tem trabalhado e com o mais feliz resultado, segundo meu fraco entender. Os trabalhos limitão-se por ora á formar relaçoens dos individuos que querem para Deputados, a fim de assegurarem *Dom* Pedro na Regencia, e em //

[fl. 1 v.] seguimento approvarem todos os seus projectos com relação ao Brasil e a Portugal. Por nossa parte tambem trabalhamos em vulgarisar listas dos individuos que nos merecem confiança, e o temos feito com proveito de modo que difficilmente vingarão os trabalhos tanto *Columnas* como *Caramurús*, dos quaes faço distincção, porquanto os primeiros querem o absolutismo puro no Brasil e em Portugal presidido por *Dom* Pedro; e os segundos querem a união do Brasil com Portugal sob um *systema* federativo e com certa representação nacional de seu sabor, indo *Dom* Pedro para o Brasil á testa de forças, e ficando a Rainha em Portugal casada com um felintra, qualquer que elle seja, comtanto que se submeta ás condiçoens que lhe deverão ser impostas! Não julgo necessario repetir aqui o que há muito e desde ahi disse á *Vossa Excellencia* (sem até hoje me haver enganado nesta materia) que no *Club* *Columna* trabalham os mais degenerados e renegados brasileiros e portuguezes como Rocha Pinto, Gomes da Silva, Tavares e toda a canalha do Paço; e no *Club* *Caramurú* contão-se alguns talentos Antonio Carlos, Navarro, Aracati e outros. Neste estado de couzas confio que nos salvaremos da crize com o digno Saldanha, ao qual *Dom* Pedro e a sua gente lisongeia hoje como necessario, em quanto não houve outróra pouca vergonha que não lhe fizessem experimentar: mas se por algum daquelles acontecimentos humanos, Saldanha se esquecesse que deve á si proprio e ao seu partido (o que nem espero nem suspeito) nem por isso deixarão de vingar os principios que hoje podem mais de que os homens.

Reunem-se no Cartaxo forças para continuar o assedio e apuro dos

[fl. 2]

Miguelistas, por maneira que seja possível ataca-los com vantagem. *Vossa Excellencia* ahi saberá noticias de Hespanha mais exactas do que as que eu poderei // narrar, porquanto aqui hé grande habilidade pescar couza que em politica, já não digo seja verdade mas verosimil! E a razão he [...] se a guerra acabar onde a necessidade de *Dom Pedro* e da sua dictadura? No entanto tenho de boa fonte que *Dom Carlos* depois de tentar a raia do Alemtejo, onde como disse, esperava a seu partido em maior força, passou á Castello Branco á ver se acaso conseguia penetrar em Hespanha, e ir até Bilbáo onde se acha em armas uma força militar que o proclama. Por o em quanto não tem *Dom Carlos* achado aquella cooperação com que contava, e se os negocios seus continuão assim, perdido irremediavelmente está seu cunhado Miguel, e sem a menor duvida o outro digno cunhado (*Dom Pedro*) mal poderá realizar seus planos futuros. Santarem hé uma posição forte aonde o exercito Miguelista se pode conservar por algum tempo na defensiva, tendo somente á temer a falta de muniçoens de guerra ou de boca, que em curto espaço lhe hão de necessariamente escacear, muito mais que de Hespanha nada poderão receber, porque na Estremadura hespanhola se acha um Exercito de observação, que impede taes soccorros, e desarmará qualquer força Miguelista que ali tente penetrar. Até hontem á noite as participaçõens que tinha Lord Russel são, que *Dom Carlos* chegára á Castello Branco acompanhado por cem homens de Cavallo, e um numeroso Estado Maior, que parecia mui descorçoado com a face dos seus negocios, e por o em quanto não tentava entrar em Hespanha. Sobre Bilbáo marchava o General Sarsfield com uma divisão de oito mil homens para suffocar a rebelião, a qual em Pamplona e na Navarra tinha de todo acabado com grande mortandade por parte de seus Chéfes.

[fl. 2 v.]

Antes de concluir esta devo levar ao conhecimento de *Vossa Excellencia* que a imbecil // Camarilha quiz que *Dom Pedro* reunisse as Cortes de Lisboa, Porto e Faro! Discutio-se no Governo si se farião eleiçoens, chamando os membros das diversas terras que se achão emigrados á votar por suas respectivas Provincias, ou si seria melhor convocar a Camara dissolvida de 1826! Parece incivil que hajão cabeças capazes de conceber semelhante plano, mas tal hé a vontade de confirmar no poder o seu idolo, que não há meio, por mais illegal, de que se não lance mão. Como o projecto transpirou, o nosso partido o participou logo á Saldanha, e fez constar no exercito e ao povo de modo que o Governo sobreteve no projecto digno do Governo

de Miguel, e hé provavel não se atreva á tanta.

Hoje chegou a confirmação do reconhecimento da Hespanha, e esta noticia muito tem inflamado o bom partido da Rainha, que vê nesse passo a perda do partido Miguelista, [e bem] assim a falta de pretextos com que este Governo desejaria prolongar a contenda: no entanto o Governo tem querido arrogar-se o merito deste passo, que todos sabem hé devido á necessidade e á influencia da França e da Inglaterra.

Documento 50 - ANEXO V

Datas: Lisboa. 1833, novembro 9.

Notação: 217.3.2

Descrição: Carta do agente secreto em Lisboa relatando ao embaixador do Brasil em Londres plano de restauração do ex-imperador, com o envio de esquadra para o Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará e sobre o emprego de outro informante.

[fl. 1]

Numero 10³⁰

Lisboa em 9 de Novembro de 1833.

Hé exacta a participação que fiz, ácerca dos desejos de Antonio Carlos que *Dom* Pedro fosse quanto antes ao Brasil, porque acabo de o verificar, e soube mais, que *Dom* Pedro deveria ir na qualidade de Regente durante a minoridade do Imperador Pedro 2º!

[fl. 1 v.]

Tenho agora á participar á *Vossa Excellencia* a importante noticia, que como preludio deste plano, o Governo projecta: apenas se veja mais desafrontado de Miguelistas, mandará navios de guerra á todos os portos do Brasil sob o pretexto de protegerem ali a propriedade portugueza. Dous destinão-se ao Rio; um á Bahia; outro á Pernambuco; outro ao Maranhão, e outro ao Pará. // O fim ostensivo desta força hé o que levo dito, e já de antemão espalha o partido = que hé indispensavel dar protecção aos portuguezes, porque se achão suas vidas, e propriedades expostas aos repetidos insultos dos brasileiros como acaba de acontecer no Pará = Daqui bem se collige que o verdadeiro motivo por que taes navios são mandados ao Brasil hé para = alentar o partido de *Dom* Pedro, dando-lhe pontos de apoio, e promover a revolução!

30 Cópia assinada por Miguel Maria Lisboa. Lê-se no título da cópia: “*Extractos da correspondência de Lisboa*”.

= Creio que uma vez descoberto o projecto, o Governo do Brasil facilmente poderá oppôr medidas que o inutilisem, ou estar pelo menos preparado para obrar como melhor convier. Alem do *Club* do Paço, que precedentemente participei á *Vossa Excellencia*, existe outro em caza de Gama Lobo, Commandante da Força Armada da Capital: hé presidido por Magalhaens, Ministro que foi da Justiça no Porto. Neste *Club* estão todos os maçoens degenerados que o Governo tem empregado: seus trabalhos são identicos com os do Paço, e sobretudo no que diz respeito á Deputados, de cujos se fazem listas para assegurar sua eleição, e assim formar uma Camara Ministerial que possa sustentar o desacreditado Governo: parece-me não será difficil metter pessoas de nossa confiança neste *Club*, para estarmos ao facto do que projectão; nessa diligencia estamos, tendo bem fundadas esperanças que um Bacharel do Corpo Academico, que lhes não hé suspeito, nos preste este serviço importante.

[fl. 2]

O Casamento da Rainha continúa com grande calor. Ella não recebe visitas, nem falla á ninguem sem ser na presença da Madrasta: Seus criados são agóra exclusivamente do numero dos vindos do Brasil, como gente mais propria para a constranger á obedecer ao Pae em tudo e por tudo. Corre como certo, que um dos negociadores do Casamento hé Antonio Carlos, o qual foi encarregado de dispôr // as couzas: apoz elle, diz-se, irá Rezende munido com plenos poderes devendo interessar a Austria nesta transacção, bem como a Inglaterra que não gosta que a Rainha caze com o Duque de Nemours, pela influencia que a França viria nesse caso á ter em Portugal.

Continua o nosso exercito nas suas posiçoens, tendo o Conde de Saldanha o seu Quartel General em Cartaxo, e Bernardo de Sá com a divisão que sahio do Porto, em Rio Maior. Os Miguelistas estão em Santarem onde se fortificaram aproveitando as boas posiçoens de defesa que aquella Villa offerece. As forças deste calculão-se em 8000 homens de Infantaria de linha, 1200 Cavallos que lhe dão grande vantagem attenta a mui pouca cavalleria que temos, e 10000 realistas milicias e guerrilhas. O nosso Exercito conta 9000 homens de Tropa de linha, 5000 de batalhoens moveis compostos de boa gente, 400 artilheiros e artifices, e 400 cavallos. Nesta semana tem se conduzido pelo Tejo, grande quantidade de Artilharia de bater, bombas e obuzes o que indica que se projecta atacar os Miguelistas, em quanto a divisão de Stubbs os torneia pela direita, cortando-lhes a communicacção com o importante ponto de

[fl. 2 v.]

Abrantes. Confia-se que esta operação seja favoravel ás nossas armas, como o tem sido as anteriores, com excepção da surpresa que soffremos no dia 4 em Alcacer do Sal, onde as nossas forças que eram de 900 homens, a maior parte voluntarios debandaram na presença do inimigo. Commandava neste ponto o Tenente Coronel Florencio, o qual ouvindo que os Miguelistas apoiados por alguma Cavalleria vinhão sobre Alcacer, sahio da Villa, e imprudentemente dividio as suas forças, expondo as á uma carga da Cavalleria inimiga parte dos voluntarios desavezados ao fogo debandaram deixando [expostas] duas companhias de Francezes e Inglezes á uma carga de 160 // homens de cavalleria miguelista, e a perto de 1000 Realistas: estas duas companhias formaram trez vezes quadrado e defenderam-se com a maior bravura, retirando-se até Palmella onde chegaram com a metade de sua força: ao todo perdemos 300 homens, tendo que lamentar a perda de grande parte da mocidade voluntaria do Alemtejo a qual formava um batalhão, que semelhantemente debandou, e cahio parte nas mãos dos inimigos, outros se enterraram no lado dos paües de Alcacer, e outros ainda andão a monte. Este acontecimento deixa exposta a Villa de Setubal á algum insulto por parte dos Miguelistas, e apesar que para ali se mandaram as poucas forças disponiveis que tinhamos na Capital, e a Fragata D. Pedro com gente de marinha, não a reputo mui segura. Tal desastre hé imputavel ao Ministro da Guerra pelas más disposiçoens que tomou, não tendo querido mandar para aquelle lado do Tejo muitos dos bravos officiaes que aqui tem no deposito, o qual conta mais de 500 sem effectividade, ao passo que naquelles batalhoens voluntarios conserva homens leigos! Mas como não seria assim, se o Ministro escolhe sómente os officiaes que chama affectos á *Dom* Pedro para que não lhe viciem ou corrompão os soldados. Como estas e outras coizas se occupa o Governo, espaçando quanto pode a contenda, a fim de afastar o dia da responsabilidade no entanto o que acaba de occorrer produzio grave sensação, e fez subir o desgosto geral, que mui claramente se vai manifestando entre todas as classes da nação. Sobre esta materia que tanto bulha tem feito na Cidade, guarda a *Chronica* um silencio escandaloso, dizendo apenas que o negocio de Alcacer foi de pequena monta, e occultando que os Miguelistas marchão em força de 3000 homens sobre Sines onde temos poucas forças e podemos ser facilmente cortados. Alguns reforços de estrangeiros, Inglezes e Belgas, tem //

[fl. 3]

chegado estes dias são ao todo 600 homens: cada soldado custa ao Estado £16

Sterlinas! por a metade deste valor poderia ter 6000 voluntarios em Lisboa e seus arrebalde, gente optima e decidida, porém nesse caso, nem o Governo podia dispôr á sua vontade dos fundos publicos, nem teria gente de sua feição para levar á effeito suas vistas futuras! Bourmont que por combinação com *Dom Miguel* e *Dom Carlos* foi á Hespanha, depois de ter de novo convencionado tomar o commando em chefe dos exercitos alliados, vai ser escoltado até Cadiz para ali embarcar em navio de guerra hespanhol. Quando anteriormente disse á *Vossa Excellencia* que elle viera á Santarem conferenciar e congrassar-se com *Dom Miguel*, *Vossa Excellencia* não acreditou a noticia, que eu ouvi ao Coronel Hare, tão exacta era, que se por ventura não fosse detido em Hespanha sob pretextos de quarentena, tel-o-iamos sem a menor duvida de volta em Portugal: a sua prizão foi que desconcertou o plano, que falhou por falta de Chêfe habil. Sei agóra mesmo que se conseguiu trazer de Sines á Setubal a gente que por lá tinhamos. Stubbs que sahio do Porto para limpar a Provincia, retrocedeo por terem os Rebeldes em numero de 3 para 4000 reunido-se e avançado até Matozinhos: foram estes rechaçados pelos nossos e ao Porto não se atreveram á vir temendo as medidas energicas que aquelle bravo veterano tomou.

Documento 50 - ANEXO VI

Datas: Lisboa. 1833, novembro 16.

Notação: 217.3.2

Descrição: Carta do agente secreto em Lisboa relatando ao embaixador do Brasil em Londres plano de restauração do ex-imperador. Menciona-se plano de federação entre Brasil, Portugal e Espanha.

[fl. 1]

*Numero 11*³¹

Lisboa em 16 de Novembro de 1833..

[fl. 1 v.]

Devo accrescentar á communicação importante que fiz á *Vossa Excellencia* com a minha anterior *numero 10* relativamente ao projecto de mandar ao Brasil navios de guerra, que *Dom Pedro* tenciona mandar um negociador de sua escolha munido de plenos poderes, para igualmente reclamar, além da antiga indemnisação // que o Brasil, aqui se diz dever á Portugal, e que se faz subir á um milhão e seiscentos mil Libras, os pertendidos prejuizos causados, pelas diversas revoluções occorridas em

31 Cópia assinada por Miguel Maria Lisboa. Lê-se no título da cópia: “*Extractos da correspondência de Lisboa*”.

varios pontos do Brasil, aos portuguezes, que nellas foram involvidas: nesta reclamação ha de *Dom Pedro* incluir-se, porque na phrase de Rocha Pinto e Gomes da Silva, elle sacrificou toda a sua fortuna quando abdicou! Sondando á quanto fazião orçar o calculo de taes reclamaçoens, ouvi, que o calculo não estava feito, mas que se estimava *im globo* [sic] chegar á pouco menos de Cem Milhoens de Cruzados!! Este ponto ha de ser o contencioso, e sob o qual *Dom Pedro* procurará pretexto para desintelligencias com o Brasil, que hé esse todo o seu empenho e o da sua gente inimiga figadal da prosperidade e tranquillidade do Brasil. A esta mesma materia alludi a minha carta *numero 7*, e ora tenho podido orientar-me melhor, pelo que convem que *Vossa Excellencia* esteja á esse respeito prevenido, para dispôr as cousas por modo tal que quando taes reclamaçoens apparecerem se mostre á face do mundo civilizado, que se os portuguezes soffreram a perda de suas fortunas, á si proprio devem imputar o damno, por haverem como partidistas de *Dom Pedro* perturbado a tranquillidade geral. Estas e outras reflexoens melhor occorrerão á penetração e experiencia de *Vossa Excellencia*, e occioso fora portanto apontal-as, contentendo-me com lembrar a necessidade de fazer apparecer o pretexto revestido de todas as côres odiosas com que se atavia; para que o julgado do publico seja justo e imparcial. Hé tambem sabido que a pertendida divida liquidado [sic] do Brasil, que como digo fazem aqui subir á um milhão e seiscentas mil Libras Esterlinas, se quer hypothecar á um novo Emprestimo, que Mendizabal negocia em Londres; e o qual será dilapidado como os anteriores por esta gente sem pudor! *Vossa Excellencia* que // ahi se acha no foco das noticias, e bebendo em fonte pura, melhor saberá o que ha sobre tal materia e por isso resumo ao que levo dito esta minha communicação, dizendo somente, que os politicos daqui julgão que o Brasil não terá duvida em pagar agora as prestaçoens, que suspendeo por causa da usurpação, porquanto o Throno da Rainha se acha restaurado.

[fl. 2]

A Galera Fluminense, propriedade de *Dom Pedro*, vai por estes dias sahir para o Rio: por essa occasião não deixarão de ir boas remessas de papeis do *Club*: seu dono ostensivo J. M. Velho hé hoje um dos canaes da correspondencia de *Dom Pedro*, e do seu partido: não me consta ainda quem vai de passagem, mas espero antes de fechar esta sabel-o, e informar o que convier.

Hé corrente nesta semana ter Lord Russell representado novamente a *Dom*

Pedro, o estado de discredito de seus Ministros, e instado pela necessidade de uma mudança: *Dom* Pedro parece responder a com [*sic*] azedume, e desde então se mostrára muito zangado. Para isso deve tambem ter concorrido a imprevisão do seu Ministro da guerra, que no dia 11 deixou, por falta de oportunas providencias, surprehender mil cabeças de gado no lugar da Barroca d'Alva ao pé d'Aldeia Galega, bem como uma companhia de 9 d'Infantaria e 60 voluntarios. Espantoza imprevidencia quando quatro dias antes viera á Lisboa o Juiz de Fora dar parte ao governo, que os Miguelistas reunião naquelles contornos força que avaliava em 4000 homens! O Ministro tomou notta da participação, prometteo providencias, porém nenhuma as deo, e no dia referido vieram os Miguelistas, levaram perto de mil cabeças de gado, surprehenderam o destacamento que ficou todo morto ou prisioneiro, roubaram tudo, incendiaram o que não poderam levar, e seguiram na direcção da Palhota, e Alcacer do Sal, ameaçando Setubal. O nosso Exercito continúa nas antigas posiçoens tudo feito // apenas um movimento sobre Pernes, onde conseguiu destruir os moinhos e um açude, que fornecia os Miguelistas de farinhas: deste genero alguma falta experimentão, mas tem carne e vinho em abundancia, e consta não lhes falta dinheiro. O Almirante Napier ainda não voltou de Setubal e Sines; como em sua companhia levava dois ajudantes Militares José Jorge Loureiro e o Conde de Ficalho, presume-se iria fazer algum reconhecimento até Beja e desafrontar talvez o Algarve do estreito cerco e apuro em que os Miguelistas guerrilhas a conservação.

[fl. 2 v.]

Dom Pedro partio hoje para Mafra onde se foi divertir em caçar: levou a Rainha e a Imperatriz, e por lá ficará até 3^a feira. Napier, segundo sou informado neste momento que são 8 da noite, volta esta madrugada sem ter feito cousa alguma em Setubal nem Sines por não o ter permittido o tempo vigoroso que tem havido.

Hontem deo-se o juramento ao Conselho de Estado, o que parece indicar que intentão convocal-o para alguma materia de interesse: a reunião deste corpo deo lugar ao boáto, que circula por toda a Cidade, de mudança de Ministerio: hoje continua com muito calor o mesmo boáto, porém sem outro fundamento do que o que levo dito, devendo accrescentar que *Dom* Pedro não mudará de Ministros sem que á isso seja constrangido, ou por meio de uma Revolução, ou pela reunião das Camaras: tanto uma como outra destas duas hypothezes me parecem por ora distantes ápezar do

bom esperito geral para fomentar a primeira, e dos desejos do Povo e Trópa para que se reunão as segundas, das quaes esperão remedio á seus males.

[fl. 3]

Na Praça de Commercio correo esta tarde, que algumas forças Hespanholas tinhão entrado a Fronteira, e chegado até Castello Branco, onde *Dom* Carlos reunia seus partidarios: parece-me // improvavel a noticia, porque sei que a Hespanha tem feito todos os avanços á este Governo para obrar com elle de accordo, e debellarem os dois Infantes; porém o Governo em vez de adoptar medidas á esse effeito e entrar em negociaçoens francas e abertas, metteo-se [a] ouvir os planos de Mendizabal, que são fazer a Revolução na Hespanha, entregando-a á *Dom* Pedro, como Imperador da Peninsula, e Protector do Brasil, que com Portugal ha de entrar em federação, sob uma Regencia por *Dom* Pedro nomeada! *Notte Vossa Excellencia* que este plano por gigantesco agradou a *Dom* Pedro, que gosta do maravilhoso, e que posto na practica se tem mostrado incapaz de reger uma ordem de couzas regular, ou em andamento commum, abraça qualquer projecto por mais colossal ou fantastico, comtanto que haja quem lhe persuada, que elle hé o unico homem capaz de executar tal quixotada!

Nunca foi tão necessaria a Imprensa, como no momento actual, e como a esse ramo tenciono dedicar-me fóra deste Paiz, rogo á *Vossa Excellencia* se sirva dizer-me se este meu plano merece a sua approvação.

Documento 50 - ANEXO VII

Datas: Lisboa. 1833, novembro 20.

Notação: 217.3.2

Súmula: Carta do agente secreto em Lisboa mencionando o emprego de informante.

[fl. 1]

Numero 12³²

Lisboa em 20 de Novembro de 1833..

Sahie amanhã extraordinariamente o Vapor African, e por elle não quiz deixar de communicar á *Vossa Excellencia* o pouco que há, desde a minha ultima Carta de 16 do corrente *numero* 11, enviada pela Malla regular. Principiarei pelo acontecimento que maior ruido tem feito.

Hontem circulou pela Cidade uma segunda Carta do Conde de Taipa atacando o Ministerio e provando com factos suas prevaricaçoens, e arbitrariedades, e apenas o

32 Cópia assinada por Miguel Maria Lisboa. Lê-se no título da cópia: “*Extractos da correspondência de Lisboa*”.

[fl. 1 v.]

Governo o soube mandou prender o impressor João Baptista Morando e apprehender os impressos, seguindo neste arbitrio o proceder de Polignac. Corria que os Ministros trataram em consulta de prender o Conde Author // da Carta, mas não se atravessaram, e este andou pela Cidade correndo hontem e hoje as ruas da Cidade, fallando com conhecidos e desabafando em injurias e insultos contra o Governo, que actualmente hé mimoso de tal fazenda. No decurso da semana espera-se outra publicação de individuo partidista da Rainha, e esse terá a mesma sorte, mais serve para manter o desgosto e desacreditar os sequazes de *Dom* Pedro, que em verdade não andão contentes.

Do Exercito temos noticias, e sabemos não ter havido movimento algum, nem o haverá sem que seja reforçado com bom numero de cavallos; estes se esperão da Barbaria e de Inglaterra, onde se mandarão comprar. Nossas forças no Cartaxo são pequenas em demazia, como anteriormente disse á *Vossa Excellencia*, para desalojar o inimigo, o qual tem recrutado na maioria das Provincias do Alemtejo, Estremadura, Beira, Minho e Traz os Montes, achando-se hoje ainda mais forte em 400 cavallos do que estava nas linhas de Lisboa. Pelos ultimos prisioneiros feitos em Pernes, consta que *Dom* Miguel tem formado dois Esquadrões de Couraceiros, e dois de Lanceiros, os quaes tem sido adestrados pelos officiaes Inglezes e Carlistas que estão no Exercito Miguelista.

[fl. 2]

Na 2ª feira 18 do corrente chegou vindo do Porto um negociante Inglez (Brim por nome) que especulaçoens mercantiz levára á Coimbra, diz, que ali se achava *Dom* Miguel na passada semana divertindo-se em corridas de touros! Grande numero de caceteiros assolavão Coimbra, e espancavão tudo quanto não era de seu partido decidida e pronunciadamente. Confirma este Inglez, a minha anterior asserção, que os Miguelistas não estão desanimados, nem lhes falta dinheiro, carne, e vinho, soffrendo privação de calçado, vestuario, e pão. Acrescento que *Dom* Carlos continua recrutando em Castello Branco o seu exercito Carlista, e ali hé tratado como Carlos V, com Côrte Militar. Seu partido parece, pelas ultimas noticias, engrossar em Hespanha, e se Zea continuar // no Ministerio temo que a Guerra Civil, pela pouca confiança que merece este mercador diplomata e reconhecido absolutista, tome um caracter e força, que alias elle não conseguiria, com politica franca e leal.

Conseguí instalar no *Club* o tal Academico, e por elle já soube o objecto da

ultima sessão de 2ª feira a noite na sessão não se tratou senão do estado do espirito publico, e dos modos de sustentar o Governo, como unico capaz de salvar Portugal. As materias de alta transcendencia discutem-se em commissão especial, e pouco á pouco se reúnem as materias para o ponto d'interesse, ser em seguimento discutir em publico, em a minha seguinte direi a marcha, em que se achão os trabalhos, rogando á *Vossa Excellencia* se sirva desculpar a pressa, que se justifica pela imprevista sahida do Vapor.

Post Scriptum: Corre ao momento de fechar esta, que Dom Pedro annue á mudar os ministros, e na interferencia Ingleza: pode dar-se, mas não o creio.

Documento 51

Datas: Londres. 1833, dezembro 5.

Notação: 217.3.2

Descrição: Offício reservado encaminhando carta de Antonio da Silva Júnior.

[fl. 1]

Numero 37
Reservado

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Na copia inclusa tenho a honra de transmittir á *Vossa Excellencia* um importante Officio do nosso Consul Geral em Lisboa, que neste instante acaba de ser-me entregue.

Deos Guarde á *Vossa Excellencia*. Londres em 5 de Dezembro de 1833.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Bento da Silva Lisboa

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 51 - ANEXO I

Datas: Lisboa. 1833, [novembro 30 ou dezembro 1]

Notação: 217.3.2

Súmula: Carta informando sobre a "questão portuguesa" e sua relação com o Império.

[fl. 1]

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,³³

33 Cópia assinada por Augusto de Paiva. Lê-se em cima da carta: "*N. B. Esta carta não trouxe data, mais suppoém-se dever ter sido escrita em 30 de novembro ou 1 de Dezembro corrente*".

Cumpre-me informar á *Vossa Excellencia* que em o Navio, Fluminense, que á 3 dias [*sic*] sahio para a nossa Côrte, desconfio ter hido de passagem, Manoel Francisco Alvares, Brasileiro nato, e comprometido n'Abrilada de Pernambuco; este homem confessou-me o seu erro, e queria que lhe pagasse a sua passagem para ali, o que duvidei fazer, salvo recommendando-o ao *Excellentissimo* Ministro dos Negocios Estrangeiros, como me cumpria, para *Sua Excellencia* julgar de sua culpa: e por isso, peço á *Vossa Excellencia* de fazer para a nossa Côrte os necessarios e mais promptos avisos, por quanto taes avisos só faço por intervenção de *Vossa Excellencia*, attendendo ás minhas circumstancias politicas nestes Reinos.

Devo igualmente levar ao conhecimento de *Vossa Excellencia* que, por huma injustiça do Governo Portuguez, fui obrigado á lançar mão do ultimo recurso, qual o de ter huma audiencia do Duque de Bragança, e sendo ella perante Conselheiros e mais pessoas do Paço, á duas noites, (pelo Governo Portuguez quem sustentar contra todo o Direito o Visconcul [*sic*] brasileiro em Belem, sendo esta e outras nomeações iguaes da minha competencia) levei a minha avante, produzindo ella, o saber eu da propria boca do Duque de Bragança, que elle havia mandado hum Agente para o nosso Governo pagar forçosamente £430,000 que elle dizia “dever-nos” e que “se não pagasse havia de embargar todos os navios brasileiros que daqui sahissem e não levassem duas terças partes da maruja brasileira, e ainda mais, que mandaria duas Fragatas portuguezas para obrigar o nosso Governo á pagar a dita somma”. = São estas as formaes expressões do Duque Regente, e taes ameaças pouco cuidado me dão, por quanto a mudança das actuaes circumstancias tudo aclarará, mostrando sempre a justiça e a boa fé de entre os dois Governos.

[fl. 1 v.]

Hontem aqui chegou hum Correio para o Ministro Inglez, com // recommendações do governo actual d'Hespanha para elle sustentar as suas propostas perante os dois Principes Portuguezes, as quaes as presentes circumstancias lhes não permitirão aceitar e ignora se igualmente de que maneira se resolverá a sahida de Dom Carlos de Castello branco (dominio portuguez) principal objecto da enviatura do dito Correio, por quanto convém ao actual Ministerio e Duque de Bragança, segundo se diz, o presente systema de governança, para a conservação tanto deste como daquelle, contra os quaes estão declarados o forte partido da Rainha, apoiado pelo

Governo desse paiz, e confirmo nesta parte tudo quanto participei á *Vossa Excellencia* no meu ultimo officio do Porto, assim como na minha ultima particular de 20 do corrente, relativamente ao estado de descontentamento desta Capital.

Hoje chegou o Barco de Vapor Leeds com mais 280 praças Inglezes de Greenock para o serviço da *Senhora Dona Maria 2ª*.

O Duque de Bragança parte amanhã para o Cartaxo, onde se acha estacionado o exercito da Rainha.

Illustríssimo e Excellentissimo Senhor Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Antonio da Silva Junior

Documento 52

Datas: Londres. 1834, janeiro 8.

Notação:

Descrição: Officio reservado informando sobre a "questão portuguesa" e sua relação com o Império.

[fl. 1]

Numero 1

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Reservado

Inteirado de quanto *Vossa Excellencia* houve por bem significar-me nos seus Despachos secrétos de *numeros 21 e 22*, ao primeiro dos quaes penso ter em grande parte satisfeito na minha precedente correspondencia, passarei á dizer o que há por óra sobre o importante objecto do de *numero 22*. Logo que o recebi, communiquei as ordens de *Vossa Excellencia* ao Consul Geral do Brasil, como mostram as copias juntas sob *numeros 1 e 2*. Ao mesmo Consul enviei os competentes extractos das proprias instrucçoens da Repartição da Marinha. Hontem dirigio-me elle o Officio da Copia *numero 3*, acompanhado da opinião do Doutor Lushington (Copia *numero 4*). Esta opinião é nos desfavoravel, e não versa sobre todos os pontos que em virtude das minhas instrucçoens o Consul devera ter sometido á consideração daquelle jurisconsulto. Nem tampouco veio acompanhada de reflexão alguma da parte do primeiro. Assim é me necessario consideral-a, e procurar mais esclarecimentos legaes, que juntos ás ideas de Jozé Joaquim Timotheo de Araujo sobre os meios practicos de se fazer o alistamento em questão, possam guiar-me a escolha do melhor.

[fl. 1. v.]

Inclusas³⁴ // achará *Vossa Excellencia* diversas copias de Cartas que hei recebido de Lisbôa desde a partida do ultimo Paquete, á saber, de Duarte da Ponte Ribeiro, sob *numero* 5; de Antonio da Silva Junior, de *numero* 6 a *numero* 10; e do nosso Agente confidencial, de *numero* 11 á *numero* 15. Todas ellas são mais ou menos interessantes, ou digam respeito aos negocios de Portugal, ou aos do Brasil. Nas derradeiras falta a de *numero* 16, que supponho extraviada. A de *numero* 17 contem uma noticia de grande [...] ³⁵ e que á ser verdadeira, admira-me não entrar tambem nas communicaçoes de Antonio da Silva Junior. Fallo da circumstancia de haver *Dom* Pedro recebido em audiencia publica uma deputação do Maranhão. Os nomes das pessoas que formavam essa deputação, e o fim della, pareceram ao autor da noticia cousas de pouca monta. Mas escrevi-lhe logo pedindo essas explicações, que por outro lado, exigi tambem do Consul Silva, e logo que me cheguem respostas, leval-as-hei ao conhecimento de *Vossa Excellencia*.

[fl. 2]

Querendo evitar que em tempo algum possam accusar-me de eu tomar parte nos negocios puramente de Portugal, e receoso de que certas expressoes mui frequentes na // correspondencia do nosso Agente portuguez venham por qualquer fatalidade á cahir em mãos estranhas, e á ser interpretadas daquella maneira, escrevi-lhe a carta constante da copia *numero* 16.

Esse Coronel Arouca, de quem fiz menção na precedente Carta, e na que ao mesmo tempo escrevi ao Consul Silva, é um official portuguez, ex-Governador de Quilimane, em Moçambique, chegado do Rio de Janeiro á Falmouth em 5 de Dezembro ultimo, no Paquete Briseis. Pelo que me disseram á seu respeito, suspeitei que elle viesse encarregado de alguma commissão dos Caramurús para *Dom* Pedro, e fazendo-o observar, durante os poucos dias que se demorou em Londres, e antes de partir, como partio logo para Lisbôa, constou-me que em verdade havia fundamento para a minha suspeita. Por isso julguei necessario pôr-me ao facto da sua conducta em Portugal.

[fl. 2 v.]

Dali chegou á pouco tempo um francez, *Monsieur* Heurtault, o mesmo de quem falla o nosso agente na sua carta *numero* 15 (copia *numero* 13) e que furioso contra *Dom* Pedro e o seu Ministerio, por terem recusado ajustar com elle o ultimo //

34 Repetido no original.

35 Palavra apagada no original.

emprestimo feito por conta da Rainha, julgava pouco todo o mal que dizia de ambos. Esse homem que aliás tem alguma razão para conhecer as intenções do Duque de Bragança, pelas suas estreitas relações com o Marquez de Palmella, sendo muito perguntado a respeito do Brasil, por um seu amigo, e meu, respondeo em termos vagos que por óra Dom Pedro não tratava senão de segurar-se na Regencia; mas que depois era possível que lançasse vistas mais ao longe; e o que parece curioso, é ter elle dito, que a Duquesa de Bragança era quem mais instava com o Duque a fim de elle não abandonar essas vistas. O projecto de mandar embarcações de guerra ao Brasil, com o pretexto de ahi protegerem a propriedade portugueza, ou á titulo de reforçarem a reclamação do que devem á Portugal, foi tambem uma das cousas ouvidas á *Monsieur* Heurtault. Porém nada disso é novo, e quando verdadeiro tudo, assim mesmo resta ver si depois de decidida a questão portugueza, não apparece algum formidavel erro no calculo dos nossos inimigos. A opinião que varias vezes hei communicado á *Vossa Excellencia* sobre esse ponto, continúa // inalteravel.

A interferencia das tres Potencias nos negocios de Portugal não produziu até hoje nenhum resultado. Dom Miguel recusou-a *in limine*, e Dom Pedro não me consta que desse ainda nenhuma resposta decisiva. A opinião mais geral é, que semelhante interferencia, sem ser apoiada pela força, nada fará. Porém as difficuldades desta conducta são bem apreciadas pela França e Inglaterra, que já lutam com muitas outras, para evitarem uma guerra geral.

Peço licença á *Vossa Excellencia* para tornar á lembrar-lhe a necessidade de termos um Ministro em Vienna, de captarmos a benevolencia do Imperador d'Austria. Este Soberano tem hoje, por assim dizer, nas suas mãos os destinos da Europa. A França e a Inglaterra fazem-lhe a Côrte, e si elle mostrar-se interessado á favor de Seu Augusto Neto, aquellas duas Potencias não deixarão de comprazer lhe em tudo que possa ser-nos util. Os acontecimentos precipitam-se, e quem sabe o que vamos perder, por não haver um Ministro brasileiro em Vienna, quando ali // reunir-se o proximo Congresso. Outra occasião assim tarde apparecerá.

Nas minhas ultimas conversações com o Ministro hespanhol, tenho procurado convencer-o do muito que importa ao seu Governo reconhecer quanto antes o de sua Magestade O Imperador. Como vejo que os projectos attribuidos á Dom Pedro contra a Hespanha ainda causam alguma inquietação no Gabinete de

[fl. 4] Madrid, o qual por outro lado, instigado pela Inglaterra, e com os olhos um pouco mais abertos sobre seus verdadeiros interesses parece em fim quasi disposto á negociar com as novas Republicas americanas; digo sempre ao dito Ministro que o nosso reconhecimento dá á *Sua Magestade Catholica* o direito de exigir, quando tratar-se do arranjo definitivo dos negocios de Portugal, que *Dom Pedro* se recolha á algum Payz, d'onde lhe seja mais difficil corresponder-se com os descontentes que sempre haverá na Hespanha, e estimulal-os á projectos revolucionarios; e sustento que na Côrte do Rio de Janeiro, é onde a Hespanha pode encetar // qualquer negociação tendente ao reconhecimento das suas ex-colonias, com a certeza de obter maiores vantagens. Sobre estes dous objectos havemos discorrido largamente, e creio que concordamos, apesar de que a situação do Cavalheiro Vial não lhe permite ir muito longe na mateira. Mas vou eu quanto posso, e estou certo que Zea Bermudez será informado de tudo. E si consigo que se receba um agente brasileiro em Madrid, cousa que aliás não nos podem negar, sem correr o risco de ser o seu despedido do Brasil, esse agente, seja qual fôr o seu caracter publico, poderá sem duvida prestar-nos grandes serviços.

Deos Guarde á *Vossa Excellencia*. Londres em 8 de Janeiro de 1834.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Bento da Silva Lisboa

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 52 - ANEXO I

Datas: Lisboa. 1833, dezembro 7.

Notação:

Súmula: Carta de Antônio da Silva Júnior informando sobre a "questão portuguesa" e sua relação com o Império.

[fl. 1] *Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,*

Em 23 do mez findo tive a honra de levar á presença de *Vossa Excellencia* o meu ultimo Officio particular, e em seguimento ás noticias nelle referidas, cumpre-me informar á *Vossa Excellencia* que Verissimo Maximo d'Almeida, Secretario que foi da nossa Legação em Paris, obteve o emprego de Escrivão do Thesouro da Caza Real, como melhor observará da inclusa *Chronica*; consta-me que Paulo Martins

[fl. 1 v.]

d'Almeida, obteve o de Guarda Joias, João Carlota o de Intendente de Cavalherices, e Francisco Gomes da Silva, além de já ser Secretario da Caza de Bragança, como avisei á // *Vossa Excellencia*, igualmente me consta estar com o emprego de Escrivão dos Filiamentos: para taes individuos serem empregados na Caza Real (além das actuaes circumstancias) hé forçoso que elles se naturalisassem portuguezes; como consta que o fizeram.

O Capitão Antonio da Silva Bastos foi ultimamente condecorado com a ordem da Torre e Espada, assim como Antonio Marianno de Azevedo, ambos já ao serviço da Rainha, e trazendo aquella condecoração.

Nada se sabe ao certo relativamente á commissão do Barão de Rameforte, por parte do Governo Hespanhol perante *Dom Miguel*; todavia constou-me esta manhã pelo Secretario particular [...] ³⁶ que *Dom Miguel* havia annuido huma suspensão de hostilidades, em consequencia do que o Barão de Rameforte expedira hum correio ao seu Governo, conservando-se todavia no Cartaxo (onde se achão as forças da Rainha) o Coronel Hare, Agente Militar aqui desse Governo.

Estando este Governo ao facto das participações que Loureiro, Agente de *Dom Miguel* na nossa Côrte, fizera por officios que trouxe Estevão José Alves, Capitão da Galera Portuguesa São Gualter ao Visconde de Santarem, e que o dito Capitão entregou ao actual Ministro dos Negocios Estrangeiros (pela politica haver mudado) nas quaes, sem duvida, seria compromettido o nosso Governo; esta mesma confirmação me déo o Duque de Palmella em Caza do Conde de Rio Maior, onde fui passar a noite de 30 do mez findo; ao que respondi que os sentimentos do nosso Governo eram inalteraveis á pról de *Sua Magestade Fidelissima*, cuja prova *Sua Excellencia* já tinha, assim como o Governo Portuguez com as terminantes ordens que eu havia recebido para a minha immediata vinda para o Porto deste acontecimento já hei dado conta ao nosso Governo.

[fl. 2]

Incluso envio á *Vossa Excellencia* e por Cópia legal, huma portaria de 15 de Outubro do // Ministro então do Reino em favor de Alexandre Antonio Vandeli, creatura sua, e que me consta ser mandado para a nossa Côrte para trabalhar de accordo com *João Baptista* Moreira e outros Agentes á prol do Duque de Bragança: o dito Vandeli deverá sahir para o Rio até 20 do corrente á bordo do Navio Brasileiro

36 Passagem totalmente criptografada no original.

Lizia.

Os portuguezes moderados e sensatos, chefes do partido Rainhista, já principião à conhecer a justiça dos brasileiros, lamentando comtudo a falta de satisfação do nosso Governo ao pagamento do Empréstimo portuguez, cuja sabia medida eu muito approvo para determinar os que daqui queirão seguir huma politica hostile contra nós: appelemos para a decisão da presente contenda, a qual deverá guiar nossa futura politica.

Na noite do dia 5 do corrente assisti á hum grande baile em Caza do Duque da Terceira, no qual fui informado por pessoa desafeiçoada ao nosso Governo que havia huma representação de Officiaes de todas as graduaçoens do nosso exercito feita á Regencia do Imperio, pedindo a sua ingerencia nas decizoens das nossas Camaras; boátos taes, e maquinaçoens no Imperio de Agentes que ali trabalham em opposição ao nosso Governo, hé para o que dirigem suas vistas e assiduos trabalhos, tanto a Camarilha aqui, como brasileiros degenerados, e aventureiros que se correspondem como aquelles; devendo observar que Buschental hé nesta capital o Agente de Antonio Carlos e Drummond, e sobre o qual dirijo as minhas vistas da maneira a mais delicada, tanto para não comprometter-me, como para não gastar dinheiro inutilmente.

[fl. 2 v.]

Segundo a opinião geral, são as ideias do Duque de Bragança de ver se pode segurar-se na Regencia até a maioria da Rainha e cooperar o mais possivel para que ella case com o Duque de Leuchtemberg, preparando para esse fim e por meios sediciosos os // Deputados seus affeioados das Cortes portuguezas quando as houver. Estimarei em breve receber algum Officio de *Vossa Excellencia*.

Deos Guarde á *Vossa Excellencia*. Lisboa em 7 de Dezembro de 1833.

Post Scriptum: Queira *Vossa Excellencia* reflectir sobre a informação que lhe dou relativamente á este Governo estar ao facto das participaçoes de Loureiro, as quaes igualmente recahem em Duarte da Ponte Ribeiro; e tanto este Governo como pessoas de influencia e partidistas acerrimos da Rainha estão muito contra, estranhando a continuação da estada aqui do dito Ribeiro, o que me cumpre informar á *Vossa Excellencia*, para ter toda a cautela na sua correspondencia com este: e muito flogaria que elle tomasse a decisão de se auzentar desta Capital, attendendo á que não

pode ter effeito o motivo da sua vinda aqui, e poder causar, como já penso ter causado, contrariedade ás minhas pertençaens com este Governo. - Isto mesmo tenho avisado para a nossa Côrte, e se Duarte não o fez, hé por conveniencia propria.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Eustaquio Adolfo de Mello Mattos.

Antonio da Silva Junior

Copia da Portaria mencionada neste officio.

Copia.

Ministerio do Reino.

O Duque de Bragança, Regente em nóme da Rainha, há por bem conceder licença á Alexandre Antonio Vandelli, Ajudante do Intendente Geral das Minas e Metaes destes Reinos, e Guarda Mór da Academia das Sciencias para hir á Côrte do Rio de Janeiro; e para sua salva guarda, se lhe passou a presente Portaria.

Palacio das Necessidades em 15 de Outubro 1833.

Jozé da Silva Carvalho.

Está conforme Antonio da Silva Junior.

Documento 52 - ANEXO II

Datas: Lisboa. 1833, dezembro 7.

Notação:

Descrição: Carta do agente secreto em Lisboa informando ao embaixador do Brasil em Londres sobre plano de restauração do ex-imperador.

[fl. 1]

Numero 15

Lisboa em 7 de Dezembro de 1833..

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Quando faltassem próvas de incapacidade e imbecilidade deste Governo, bastaria o que acaba de acontecer esta semana para convencer os mais incredulos, e patentear o gráo de confiança que elle deve merecer. Na *Chronica* de 4 do Corrente mandou elle inserir uma parte official, que disse recebêra telegraficamente, na qual assevera, ter havido grande desordem entre os Miguelistas em Santarem battendo-se

[fl. 1 v.]

uns contra os outros, e que Affonso Furtado, irmão do Conde de Barbacena fora apanhado no acto de querer desertar para nós com o regimento 7 de Cavalleria que commanda, pelo que Dom Miguel o mandára fusilar. Ora em todo este [...] não há uma só palavra que verdade seja, sendo notavel que o Coronel referido, que o papel official dá em Santarem, está há tempos em Elvas. Nem hé esta a unica // vez em que o Governo mostra ignorancia total de quanto se passa, pois ainda há pouco não soube elle da chegada do Barão Hespanhol, que era Brigadeiro e que veio por ordem do seu Governo intimar Dom Carlos, senão quando este agente mandou por intervenção de Lord Russel pedir passaporte para atravessar os nossos postos militares. Estes e outros factos, que hé ocioso repetir mostram a incapacidade governativa desta gente, que sem nexos, systema, methodo ou criterio entregão tudo ao acaso.

Nenhum movimento tem havido nos dois Exercitos, durante esta semana, excepto uma surpresa que os nossos fizeram na Golegã, onde se aprisionaram 40 homens com 31 Cavallos, e algum dinheiro que os Miguelistas ali tinham para a remonta. A deserção por o lado destes começa á ser mais do que anteriormente, e nestes ultimos quatro dias contão-se 210 homens entre Soldados e paizanos. Parece que continuão á soffrer falta de farinha, mas não de trigo, o qual não podem moer porque as atafonas e moinhos foram pelos nossos destruidos junto á Pernes: de calçado e fardamento estão necessitados, mas ainda tem dinheiro, e abundancia de carne e vinho. Não há ideia que o Conde de Saldanha pertenda por óra atacar Santarem, e sim presume-se continuará estreitando o cerco augmentando assim as privações que os Miguelistas soffrem, mas que *de per si* não se levarão á capitular salvo se em Hespanha apparecer o triunfo do partido liberal.

[fl. 2]

As ultimas noticias que temos da Hespanha chegam á 24 do passado, e por ellas consta ter Sarsfield entrado em Victoria, ponto importante que os Carlistas possuem. Merino, o Marquez de Valdespinas, o Bispo de Leão e outros Chéfes Carlistas continuão reunindo forças, mas fazem lentos progressos, ápezar da actividade que empregão // e dinheiro que espalhão com mão larga tendo os Agentes chegado até Setubal para viciar a tropa e aliciar gente: parece que Morillo apartava as partidas Carlistas em Leão, e que os Carlistas receavam a entrada de Forças francezas.

Grande receio e inquietação houve no Paço com a chegada desta ultima Malla de Inglaterra, a qual, pelo que se tem podido colligir, trouxe á Camarilha noticias do

Rio. *Dom* Pedro participou muito deste receio, e alguém espalhou que no Rio passava o projecto de o pôr fóra da Lei, e bem assim todas as outras medidas que lhe são contrarias, rejeitando a Camara até a proposta de conceder á Imperatriz a detração. Dizem que a razão disto procedêra da certeza cabal que há no Brasil relativamente aos projectos futuros de *Dom* Pedro e suas actuaes machinaçoens. Os mais bem informados julgão inexacta a noticia e affirmão que não há probabilidade em se terem discutido taes propostas e indicaçoens nesta legislatura, a qual pelo menos parecia propensa á approvar a dotação, tendo *Dom* Pedro apoio nos Senadores. A noticia portanto cauzou espanto, e não menor receio, e segundo oiço *Dom* Pedro e os seus temem a futura reunião da nova Camara em Maio, porque sabem lhes hé toda opposta, e estão mui ao facto de seus altos feitos na Europa.

Tenho cartas de Paris em que me dizem que Navarro vai ao Rio: *Vossa Excellencia* mais bem estará ahi informado, do que eu nesta distancia posso estar á semelhante respeito, e por isso nenhuma novidade lhe communico sobre tal viagem. Pelas ligaçoens de Navarro bem se deixa ver que esta viagem hé combinada com o partido de *Dom* Pedro, e de accordo com os partidistas do Rio: o filho do referido, como *Vossa Excellencia* sabe, veio dahi unir-se ao Exercito portuguez depois de entrada em Lisboa, e logo que chegou preterio capitães benemeritos do exercito! A promoção deste Individúo cauzou grande escandalo // hum como acaba de causar ainda maior a nomeação de Almeida á Guarda Joias e Escrivão dos filiamentos, e a do Cauper a Porteiro Mor da Camara; de modo que hoje a casa Real hé partilha exclusiva dos renegados brasileiros que seguiram as partes de *Dom* Pedro, e com quem se rodeia; sendo tal gente sua valida, bem como o hé da Imperatriz, a qual tem odio figadal á tudo quanto hé portuguez! Estes dois ultimos despachos não se publicaram na *Chronica* para não dar mais que fallar, e agóra creou-se a Mordomia Môr, para ter *Dom* Pedro mais outro Tribunal, como o da Caza de Bragança totalmente independente do Estado e da responsabilidade ministerial: taes anomalias acabão logo que houver Cortes, e Cortes haverá, porque sem ellas já não se remedeião nosso males.

[fl. 3]

Communico á *Vossa Excellencia*, confidencialmente, que as propostas da Inglaterra ácerca da sahida de Miguel desagradão á Saldanha. A Inglaterra olha só para a sua politica e não lhe importa sacrificar Portugal, comtanto que ganhe a

perdida preponderancia! Este egoismo aliena todas as vontades, e como poderia o patriota general prestar força moral á taes negociaçoens? Hé grande mal que a Inglaterra não conheça melhor o espirito publico de Portugal! Se procurasse boas informações, não admittiria negociaçoens que tem por base a conservação de Miguel, e quando as admittisse para lisongear a Hespanha, não as proporia em um paiz onde o *sine qua non*³⁷ hé Miguel fóra de Portugal. Tudo quanto disserem os interesseiros fóra disto torna-se manifesta falsidade.

Creio que breve nos Jornaes inglezes e francezes apparecerá muita coisa d'interesse, porque já ahi deve estar Mister [...] ³⁸ agente do proposto emprestimo francez que este Governo rejeitou, porque o quiz por mão da sua commissão: este agente teve comigo varias conferencias e foi para ahi munido de documentos importantes, sem que fosse o menor um que mostrava ter Dom Pedro // recebido cem mil Libras em Bondes como commissão do ultimo emprestimo!

[fl. 3 v.]

Existe alguma desintelligencia entre Napier e o Governo, em consequencia de terem os Jornaes inglezes ahi publicado os seus officios relativamente á derrota de Alcacer, de que dei á Vossa Excellencia os pormenores na minha carta numero 10: não gastou o Governo da sinceridade com que o Almirante marinheiro fallou do dezaguisado, nem á este tão pouco agradou que nas Secretarias houvesse quem commettesse a violação de fé de mandar aos Jornalistas inglezes copias de Officios confidenciaes! Este acontecimento corrobóra o conceito que o Governo merece.

Hontem á noite houve no quartel dos Escocезes um motim mui grande pela falta de pagamento á estes: foi necessario empregar a força armada para os aquietar, e isso não se conseguiu senão depois de ferir muitos e matar quatro dos cabeças.

O Coronel Hare acha-se em Lisboa depois de ter feito duas jornadas á Santarem: as propostas de que elle era portador não foram admittidas, mas á segunda vez trouxe elle outras que Dom Miguel offerece e nas quaes offerece cazar com a Rainha, sob as mesmas condiçoens que Dom Pedro queria, quando mandou á Europa em missão o Marquez de Santo Amaro! Hé excellente coartada esta do bom mano Miguel.

Concluo repetindo-me tc.

37 Sublinhado do original

38 Espaço em branco no original

Documento 52 - ANEXO III

Datas: Lisboa. 1833, dezembro 18.

Notação:

Descrição: Carta do agente secreto em Lisboa relatando ao embaixador do Brasil em Londres plano de restauração do ex-imperador, e informando sobre uma deputação do Maranhão recebida em Portugal, sobre secessão do Pará e do Maranhão e sobre federação das províncias com a antiga metrópole.

[fl. 1]

Numero 17

Lisboa em 18 de Dezembro de 1833.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

[fl. 1 v.] O negocio do Conde da Taipa, que fez o assumpto da minha Carta anterior *numero* 16, parece estar concluido com o Protesto dos Pares, e aceito por *Dom* Pedro, e ao qual na *Chronica* de hontem responde o Ministro do Reino. No entanto o Conde depois de ter desembarcado da Nao Asia foi para Caza do Duque da Terceira aonde se conserva ainda hoje. Hé pena que a aristocracia esteja tão desacreditada, alias a sua cauza melhor // effeito produziria no Publico, o qual nenhum calor tomou na questão: se tiver portador irá a Gazeta onde appareceo o protesto, a fim que *Vossa Excellencia* delle tenha conhecimento, bem como mandarei outros impressos.

Já *Vossa Excellencia* saberá que *Dom* Pedro recebeo uma deputação do Maranhão, a qual teve o descaramento de se apresentar em audiencia publica: hoje há vistas de promover a revolução no Pará e Maranhão e fazer com que estas Provincias se separem do Brasil e fação uma federação com Portugal. Trabalha-se fortemente neste projecto, que todavia não se levará á effeito, sem primeiro mandar para ali os Navios de Guerra, sob o pretexto que disse na minha Carta *numero* 10: estes navios porém não podem sahir por óra porque falta dinheiro, e o exercito e a marinha são dous sorvedouros que absorvem quanto metal pode Portugal reunir. Há pois tempo de avisar o Governo brasileiro por modo que tome as suas medidas, e previna a projectada separação, que seria de mui funesto exemplo.

No nosso exercito não tem havido movimento e as tropas continuam conservando-se nos seus acantonamentos em frente do Cartaxo, Setiera e Ponte de Asseca. Se as chuvas começarem hé provavel alguma couza se tente contra Santarem, porque então se acharão pelas aguas dos montes cortados os Miguelistas de

communicarem com o Alemtejo, e as nossas barcas poderão subir o Tejo e encurallal-os. Hoje corre que duas columnas Hespanholas entraram em Portugal, uma pelo Sul outra pelo Nôrte. A do Sul veio á Marvão, e Portalegre onde o povo soltou os prezos politicos, e consta pouco se demorára a tropa hespanhola levando comsigo alguns Carlistas, que em Marvão se estavam armando: na retirada foram accompanhados [fl. 2] pelos prezos politicos com muitos vivas á Carta e á Rainha. A Columna do Nôrte veio por Bragança, e pertence á divisão do General Morillo: consta conservar-se // ainda em Portugal, e que entrára em consequencia da aproximação de Dom Carlos á Fronteira Hespanhola: não julgo que os hespanhóes tencionem obrar activamente, e creio se contentarão com estas correrias: no entanto pode dar-se que a presença delles anime deserção Miguelista, a qual continua á ser consideravel.

A Inglaterra continua exigindo a mudança de Ministerio, e pondo á cara Palmella: sei que até tem empregado ameaças, e essas tem tornado Dom Pedro mais contumaz. Saldanha hé o unico que podia operar tal mudança pela sua influencia, porem elle tem dito que em quanto houver Miguelistas não hé prudente fazê-lo.

No navio brasileiro Lisia que vai ao Rio de Janeiro, parte um Agente de Dom Pedro: o Consul Silva sei communica á *Vossa Excellencia* e ao Governo brasileiro esta circumstancia, e por isso toco sómente a especie para governo, a certeza de que estou ao facto do que se passa.

Recebi hontem a Carta de *Vossa Excellencia* numero 4, que muito estimei. Não há duvida que Antonio Carlos tem aqui uma sobrinha cazada com Vandelli; mas como esse só foi demittido pelo Governo de Dom Pedro e não perseguido, segue-se que a Carta ahi publicada não alludia á esta. A Carta como *Vossa Excellencia* diz hé sem tom nem som e talvez fosse encommenda de Portugal.

A lista que *Vossa Excellencia* me pede dos brasileiros, hei de fazer toda a diligencia para a apromptar, mas receio não possa ser mui exacta pela difficuldade que envolve: lembrava-me que o melhor meio seria no Consulado do Porto e Lisboa chamar, sob o pretexto de haver conhecimento dos subditos brasileiros para se lhe manterem seus privilegios, á todos e então relational-os com esta ou outra igual medida se conseguiria mais breve o fim, e ainda dado o caso de não comparecerem alguns, mais facil se tornaria o exame dos que faltassem.

[fl. 2 v.] Brevemente espero poder dizer á *Vossa Excellencia* alguma couza sobre as

reclamaçoens de Portugal para com o Brasil // porquanto ando pelo thesouro sondando terreno.

Ferreira Borges está nomeado presidente do Tribunal de Commercio, e em excellent intelligencia com o Governo.

Nada mais occorre por o em quanto, pelo que concludo esta repetindo-me tc tc.

Documento 53

Datas: Londres. 1834, fevereiro 5.

Notação:

Súmula: Ofício reservado informando sobre a "questão portuguesa" e sua relação com o Império.

[fl. 1]

Numero 2

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Reservado

Tive a honra de receber os Despachos secretos de *Vossa Excellencia*, *numeros 24 e 25*, da serie de 1833.

No de *numero 24* responde *Vossa Excellencia* á minha Carta de 9 de Setembro ultimo, marcada = Particular =, seja-me permittido dizel-o, com uma aspereza tam pouco merecida, como prematura. Pela simples communicação das primeiras idéas que me assaltaram com a inesperada noticia do desembarque da Rainha Fidelissima em Portsmouth, trata-me *Vossa Excellencia* como si eu já então tivesse adoptado um máu plano de conducta á esse respeito, quando na mesma Carta de 9 de Setembro, acham-se as seguintes palavras = Preciso ainda pensar no negocio =, e mais abaixo = Reservo para a primeira occasião, o mais que possa occorrer =. Dado mesmo que existissem aqui instrucçoens, que não existiam, para o caso em questão, parece que sem constar á *Vossa Excellencia* si o meu procedimento final havia sido contrario á taes instrucçoens, ou ás vistas do Governo Imperial, eu não podia ser arguido de nenhuma falta. Só si a cometi em dizer que era chegada a Rainha, que por ora eu não sabia o que faria quando aquella Augusta Senhora viesse á Londres, e que lembrava-me de repetir o // que aliás tinha já praticado em 1831, com plena approvação da Regencia. O que então não comprometteo o Governo Imperial, julguei que tambem o não comprometteria depois, e foi por isso que assim me exprimi. Si o Rio de Janeiro

[fl. 1. v.]

estivesse tam perto de Londres como París ou Bruxellas, eu até rogaria á *Vossa Excellencia* que não perdesse um instante em reprovar os meus proprios pensamentos, porque suas ordens poderiam chegar aqui a tempo de prevenirem algum passo desacertado da minha parte. Mas na distancia em que nos achamos, *Excellentissimo Senhor*, e na auzencia de instrucçoens para aquelle caso especial, *Vossa Excellencia* me pouparia uma bem gratuita mortificação, esperando as ultimas noticias, para pronunciar-se com pleno conhecimento de causa.

[fl. 2]

Dóe-me porem mais que tudo o que *Vossa Excellencia* houve por bem escrever-me no §.2. do Despacho a que tenho a honra de responder, e confesso que nunca pensei ver-me chamado a provar que não sou capaz de arrepender-me de ter cumprido os meus deveres, ou de ceder, no desempenho delles, á nenhuma especie de terceiras consideraçoens. Mas forçoso é resignar-me á minha má sorte, e com o devido acatamento, peço licença para trazer á recordação // de *Vossa Excellencia*, que já muito antes do memoravel dia 7 de Abril de 1831, e neste mesmo posto que ainda tenho a honra de occupar, havia eu mostrado bastante independencia, e patriotismo, em decidir-me pelo que me parecia justo e conforme aos interesses e á dignidade do Brasil, todas as vezes que me achei no caso de optar entre aquillo, e o proprio desagrado do Principe que então era nosso Soberano. Em fim, quando se trata de objectos tam sagrados, não sei o que é responsabilidade, ou compromettimento pessoal, e outra mais recente prova do que avanço, achará *Vossa Excellencia* nos arquivos do Thesouro Nacional, e na permanencia do nosso credito nesta Praça.

[fl. 2 v.]

Em virtude das ordens contidas no Despacho *numero* [26], tenho a honra de participar á *Vossa Excellencia* que fiz sobr'estar nas diligencias relativas á escolha dos marinheiros exigidos pelo *Excellentissimo Senhor* Ministro da Marinha. E como seja essa a parte mais difficil da transacção, entendi que era melhor esperar a chegada do Official annuciado por *Vossa Excellencia*, antes de mandar tratar dos outros arranjos, que muito dependem de saber-se o porto em que deverão embarcar os marinheiros. Confio em que *Vossa Excellencia* // approve este meu arbitrio, attenta a economia que d'elle resulta, sem o menor detrimento do serviço nacional.

Na conferencia que tive com o Principe de Lieven, depois de esgotado o principal objecto della, passamos á fallar do Duque de Bragança e do Brasil, e eu aproveitei a primeira occasião opportuna para perguntar-lhe, si na negociação

encetada entre aquelle Principe, a França e a Inglaterra, relativamente aos negocios de Portugal, se lhe promettia alguma cousa que devesse interessar-nos. A resposta foi a mesma que já communiquei á *Vossa Excellencia* terem-me dado sobre igual questão o Principe Esterhazy e o Barão de Wessemberg, isto é, pouco mais ou menos, negativa. Mas, ajuntou o Principe de Lieven, não é bom fiar no presente estado de cousas. De um dia para outro mudam as circumstancias, e assim convem estar preparado para o peor, sem todavia fazer bulha escusada. De resto, assegurou-me elle, que a Russia olhava para o Brasil, bem entendido, o Brasil Monarquia, com o mesmo interesse que lhe merecia, por exemplo a Allemanha.

[fl. 3] Falei tambem á Lord Palmerston sobre o mesmo objecto, e esse insiste em negar que o Duque de Bragança tenha nenhum // desejo de voltar ao Brasil, menos que de lá o convidem. Entretanto os negocios de Portugal vão de mal á peor, e sobre elles, o Regente e o Brasil pouco me cumpre acrescentar desta feita ao que levei dito em minha precedente correspondencia, e ao que *Vossa Excellencia* achara na inclusa (de *numero* 1 a *numero* 6) dos nosso Agentes em Lisbôa.

Este Governo quiz mandar tropas em apoio da Rainha Fidelissima. Mas o Rei oppoz-se á semelhante interferencia, e o Gabinete actual esteve á ponto de dissolver-se por esse motivo.

Os amigos do Infante *Dom* Miguel tratam com effeito de preparar uma tal ou qual esquadra para o seu serviço, e os navios de guerra portuguezes, que annunciei á *Vossa Excellencia* acharem-se observando a primeira, ainda se conservam nas visinhanças de Chatham, d'onde sahem de vez em quando a cruzar no [Canal]. O Agente que para ali mandei, nada de [*sic*] communicou que valesse a pena, e fil-o ja retirar-se.

[fl. 3 v.] Nem o Consul Silva, nem o nosso Agente confidencial em Lisbôa, cumpriram ainda o pedido que lhes fiz, de ultteriores esclarecimentos ácerca da Deputação recebida por *Dom* Pedro, // em nóme do Maranhão. O que porem se vê na *Chronica* Constitucional de Lisboa, *numero* 2, de 2 do mez passado, é que um emigrado daquella Provincia, Antonio de Almeida de Vasconcellos Castelbranco, Bacharel formado em Medicina e Mathematica, teve a honra de dirigir ao Regente a felicitação constante da Cópia *numero* 7, que se diz assinada por 143 individuos, cujos nomes o redactor da mesma *Chronica* julgou bom omittir.

[fl. 4] Também aqui vim á saber que o tal Consul nomeado por *Dom* Pedro, para o Maranhão, é um Carlos Luciano Mendes, com casa de commercio naquella Provincia, sob a firma de = Mendes e Season =. É portuguez, e dos que nunca se naturalisaram no Brasil. Teve essa nomeação pelo credito de um seu amigo, Antonio Machado Braga, hospede do Ministro Silva Carvalho, mui privado com toda a Camarilha, e uma das principaes columnas da usurpação em Portugal. Mendes achava-se em Londres, quando o fizeram Consul, e consta-me que procura alcançar licença, para estar ausente do seu posto por seis mezes. De Lisbôa escreveo-lhe o seu protector, pelo ultimo Paquete, que não haveria duvida em se lhe conceder essa, ou ainda mais larga licença, uma // vez que elle lá apparecesse. Este convite feito á Mendes, bem pode ser connexo com o objecto occulto da missão do Medico Vasconcellos. Eis o que busco saber, e levarei ao conhecimento de *Vossa Excellencia* o que [fundirem] minhas indagaçoens.

Deos Guarde á *Vossa Excellencia*. Londres em 5 de Fevereiro de 1834.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Bento da Silva Lisboa.

Eustaquio Adolfo de Mello Mattos

Documento 53 - ANEXO I

Datas: Lisboa. 1834, janeiro 7.

Notação:

Descrição: Carta do agente secreto relatando ao embaixador do Brasil em Londres plano de federação das Províncias do Norte com Portugal.

[fl. 1]

Numero 20

Lisboa em 7 de Janeiro de 1833.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Os boátos á que alludi sobre mudança de Governo, tornaram-se da natureza de tantos outros: desejos de uns de empolgar o poder, vontade de outros de melhorar com a mudança, esperança dos poucos de ver por fim o leme do Estado nas mãos probas dos amigos do seu payz, que cortem por entre as difficuldades e privados interesses e queirão o bem da communidade. Novamente tem corrido essa mudança desde que *Dom* Pedro foi ao Exercito, mais sem mais solidos fundamentos do que os

[fl. 1 v.]

primeiros que mencionei com o *numero* 19, e posto Saldanha na ultima entrevista com *Dom Pedro* no dia 3, quando este foi ao exercito, algum tanto lhe falasse claro sobre a materia, nem por isso dahi espero grande resultado. Todavia amanhã ao meio dia há no Paço, Conselho de Estado e isso inculca alguma cousa: note bem *Vossa Excellencia* que tal Conselho se reune pela segunda vez em Lisboa, e deve ser sobre assumpto grande: queira tambem tomar nota, que no momento que isto escrevo // só o Governo e os chamados para tal reunião sabem della, e isso importa, como noticia que serve para indicar que não bebo em fonte impura. Houve no Porto desaguizado com a Camara Municipal; Camara da nomeação e escolha de *Dom Pedro*! Quizeram levantar o sequestro a dous rebeldes; amotinou-se o povo; quiz lançar fogo á Caza da Camara; armou-se; espancou alguns do Municipio; ferio diversos, e por fim o Prefeito aplacou a ira popular, demittindo a Camara commissionada do Governo, e deixando escolher < outra > provisoria d'entre os Juizes de Paz. O exemplo hé funesto e mostra o que tenho dito mais de uma vez, e impresso duas = “O povo da Luzitania, hé na linguagem de Byron, o escravo dos escravos, sob o cutello da tyrania, ou o latego de despotismo; porem nenhum outro hé mais ouzado e insoffrido sob um Governo fraco! Hé essa sempre a condição dos povos mal educados” =. Não sei se me engano na theoria, sei porém que acerto na pratica.

Algumas pequenas intrigas e ciumes há no exercito, a sortida do Coronel João Nepomuceno nada foi e Saldanha demittio-o do Commando: *Dom Pedro* recebeu-o porem mui bem, e isso desgostou o Chéfe, mas não passa dahi. Em Santarem tem os Miguelistas um tyfo epidemico que leva 50 por dia: os seus hospitais estão cheios, e para Abrantes passam diariamente entre 14 a 16 carros de doentes. Fallão agóra em atacar as nossas posiçoens e vir á Lisboa, visto que os não temos atacado, e com isso alentão os soldados: mas a causa de Miguel está perdida sem remedio, suicidou-se ás suas proprias mãos, que se o não tivera feito, sobejo campo lhe deram seus contrarios para triunfar!

[fl. 2]

Prometti dizer á *Vossa Excellencia* qual era a reclamação de Portugal contra o Brasil, e hoje lhe posso dizer que a somma liquidada de reclamaçoens monta á trez mil e quinhentos contos: toma-se por baze da // reclamação o que liquidou a commissão mista, e alem disso há a reclamação especial de *Dom Pedro*; dota da Imperatriz, de suas propriedades tc. Isto muito convem saber-se para se fazer a

contramina.

Ja anteriormente fallei do projecto de federação com as provincias do Norte do Brasil, e agora annuncio á *Vossa Excellencia* que o Medico Vasconcellos vem do Maranhão para trabalhar nesse sentido: quem elle seja, melhor o saberá *Vossa Excellencia*, e se convier mais alguma ulterior informação ser-me-há possivel obtel-a.

Ouçõ neste momento que os Miguelistas marchão sobre Marvão, e Mourão onde estão os nossos. A *Chronica* não diz a este respeito uma só palavra, nem era de esperar o dicesse: receio, que se por Hespanhola não forem soccoridos aquelles bravos, tenham pela sua diminuta força que succumbir e então ali perderemos o melhor official de Cavalleria, e o melhor de Artilheria que temos, e que achando-se no Castello daquela praça como prezos politicos foram postos em liberdade quando entraram os Hespanhoes, e destruíram a guerrilha Carlista.

Nada mais de Hespanha, continua Zea com o seu *juste milieu*: recuando quando os Carlistas são batidos, avançando contra os Liberaes quando aquelles engrossão! Com estas armas quer o sigano Diplomata vencer no presente seculo. Pobre miope que pode dar-se seja arrebatado pelo vortice que está alimentando, e que já teria feito estragos se os elementos não estivessem tão dispersos.

Devo acabar esta para me reservar para o proximo Paquete, que sahirá Domingo 12 do corrente, repetindo-me tc.

Documento 53 - ANEXO II

Datas: Lisboa. 1834, janeiro 11.

Notação:

Descrição: Carta do agente secreto em Lisboa informando ao embaixador do Brasil em Londres sobre a nomeação para cônsul de Portugal no Maranhão de C. N. Mendes.

[fl. 1]

Numero 21

Lisboa em 11 de Janeiro de 1833.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

[fl. 1 v.]

Teve lugar o Conselho de Estado, e quando os credulos julgarão que a politica exterior obrigava a mudança de Governo acharam-se com a lei das Camaras // como remedio ao occorrido no Porto! O Conselho foi por mim annuciado á *Vossa*

Excellencia antes que tivesse lugar, e no resultado delle não me enganei. Todavia dessa previsão nenhum merito me arrego; narro factos, e exprimo sobre elles conjecturas: estimo acertar, assim como me penaliza errar. Digo que formo conjecturas, porque nesta materia não há dados certos; não hé mathematica onde dois e dois fazem quatro, que o diga o grande Newton, que o diga um çapateiro. Assim mais de uma vez terei dito, ou melhor, repetido erros, mas creio que sempre o tenho feito com criterio, estremando a alluvião de improbabilidades, e muitas vezes de sandices com que os reproduzem.

Alguna idéa há que sobre Santarem se fará um movimento, porque consta, que os Miguelistas retiraram a sua artilheria grossa para Abrantes, e as copiosas chuvas lhe impedem o passo para o Alemtejo. O Duque da Terceira partio para o exercito, e suppoem-se que os Miguelistas não podendo conservar-se em Santarem, dividirão o seu exercito em duas columnas, uma que tomará á direcção do Norte para engrossar com as forças que commanda o Brigadeiro Cardozo, e outra para o Sul, a fim de se reunir ás de Mollelos que conserva o Alemtejo. Nota-se ultimamente, que os Miguelistas tem relaxada as suas [*sic*] medidas de rigor, e apparecendo esta semana sobre Alcobaça, contra o seu costume, não perpetraram actos de inutil crueldade, retirando-se sem destruir as propriedades dos indefesos habitantes.

Diz-se hoje que nosso exercito se dividirá em duas columnas, a do Norte será commandada pelo Conde de Saldanha, a do Sul pelo Duque da Terceira, e como as chuvas hé o que se desejava, creio pelos preparativos, haverá por fim algum movimento aggressor contra os Miguelistas.

[fl. 2] A nomeação de C. N. Mendes para o Consul portuguez no Maranhão, indica // que não esquecem os negocios do Brasil: essa materia está muito a peito de *Dom* Pedro.

Não tenho que acrescentar á esta Carta, a seguinte dirá alguma cousa sobre Palmella, que hoje hé o homem do Times e desse Governo: aqui quer formar um partido, mas não encontra partidarios, já pelos seus principios, já pela nenhuma confiança que merece.

Sou com estima tc.

OFÍCIOS EXPEDIDOS POR
JOSÉ DE ARAÚJO RIBEIRO
E DOCUMENTOS ANEXOS

Documento 54**Datas:** Falmouth. 1834, fevereiro 18.**Notação:** 216.1.15**Súmula:** Carta de José de Araújo Ribeiro informando sua chegada no Reino Unido.

[fl. 1]

Numero 5

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Tenho a honra de informar a *Vossa Excellencia* que hontem desembarquei neste porto depois de 60 dias de viagem, e que amanhã hei de partir para Londres a encarregar-me da Legação que a Regencia em Nome do Imperador Houve por bem confiar-me.

[fl. 1. v]

Nada de extraordinario tem occorrido ultimamente na Europa: a questão Portugueza com a sua horrivel guerra civil continúa pelo mesmo modo em Portugal sem que pelos successos até agora occorridos si possa ainda presagiar qualquer decisão final. O Parlamento se abriu em Londres no dia 4 do corrente, e a Falla do Trono que já deve de ter chegado ás mãos de *Vossa Excellencia* nada contem de singular; a // parte della que diz respeito á Politica estrangeira não deixa ver medida alguma nem projecto do Governo Inglez sobre esse assumpto. O todo hé por aqui geralmente censurado como esteril e pouco interessante.

Deus Guarde a *Vossa Excellencia*.

Falmouth 18 de Fevereiro de 1834.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Bento da Silva Lisboa

Jozé de Araujo Ribeiro

Documento 55**Datas:** Londres. 1834, março 5.**Notação:** 217.3.2**Súmula:** Ofício reservado encaminhando cartas do agente secreto em Lisboa e de Antonio da Silva Junior e condenando a omissão do embaixador precedente do nome de informantes em Londres.

[fl. 1]

Numero 3

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Reservado

Tenho a honra de remetter á *Vossa Excellencia* nas copias juntas, cinco cartas do nosso correspondente particular em Lisboa, e huma do nosso Consul naquella mesma Cidade, sobre que nada por agora tenho a observar senão que me parece necessario o emprego de algum criterio na leitura de humas e outras. O meu antecessor já me passou a Cifra e o nome por que devo escrever á esse correspondente em Lisboa, mas recusou declarar quaes as outras pessoas que nesta Capital lhe fornecião tambem algumas informaçoes, allegando receios de as comprometter.

Do dinheiro que para algumas despesas deste genero se consignou á esta Legação, ainda não recebi conta nem quantia alguma, e por isso não estou ainda habilitado á informar á *Vossa Excellencia* do que existe nem do que falta ou do que sobra.

Deos Guarde á *Vossa Excellencia*. Londres em 5 de Março de 1834.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Bento da Silva Lisboa

Jozé de Araujo Ribeiro

Documento 55 - ANEXO I

Datas: Lisboa. 1834, janeiro 31.

Notação:

Descrição: Carta do agente secreto em Lisboa relatando ao embaixador do Brasil em Londre plano de restauração do ex-imperador.

[fl. 1]

Numero 22

Lisboa em 31 de Janeiro de 1833.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Desde o dia 11 do corrente que não temos Paquete nem tão pouco se tem fechado Malla para Inglaterra. Dizem-se arribados trez Paquetes em Vigo, e perto de 30 Navios por effeito dos temporaes, que aqui tem reinado. Ainda que hoje não há Paquete regular, nem probabilidade o haver por estes dois dias, quiz aproveitar a partida de um navio que parte para essa para remetter os dois Impressos juntos sobre os quaes direi o que houver pelo meio regular do paquete, já que este meio não reputo seguro.

Pelos impressos *Vossa Excellencia* verá, que alguma differença de pensar há nos conselhos de *Dom Pedro* e que quanto ao Brasil conhecem a impracticabilidade de

quaesquer tentativas: para esse resultado muito tem contribuido as medidas energicas do Governo brasileiro, as quaes fizeram recuar o Governo portuguez, e creio até relaxar sobre as tentativas que premeditava. Já se falla em tratados commerciaes, já se vindica o character de *Dom* Pedro, e já se diz que não tem vistas ambiciosas: optima será para o Brasil e para Portugal se por ventura essa acertada politica fôr seguida de boa fê: por ella pugnamos os bons desde há muito, e á *Vossa Excellencia* á conseguir-se esse triunfo cabe a melhor parte della, pelo seu incansavel zelo em promover taes resultados.

Da acção de Leiria recebeo *Vossa Excellencia* por França os detalhes: foi glorioso e completa [*sic*] a derrota dos Miguelistas que ali estavam. Em Torres Novas se conseguiram vantagens, e hontem fomos atacados na Ponte d'Asseca para os Miguelistas mascararem a sua retirada para o Alemtejo onde de há muito disse seria o ultimo refugio delles: naquella Provincia se conservarão o mais que puderem até que o capitulo das circumstancias os favoreça ou obrigue a capitular. Diz-se neste momento que o Duque da Terceira entrára em Santarem, e que o Conde de Saldanha passára para a Chamusca. // Alguns feridos nossos chegaram esta madrugada, e os Miguelistas são apertados na marcha pelos flancos.

[fl. 1 v.]

A mudança de Zea hé importante; Martinez de la Roza veio substituil-o: Nicoláo Maria Gareli foi nomeado para a Justiça: *Dom* Jozé Vasques Figueiron para a Marinha: *Dom* Jozé Arnalde para a Fazenda: Na Guerra ficou o actual, que excellentes mostras deo de adhesão aos principios liberaes. Veremos a influencia que traz este acontecimento, que muito disconcerta os planos Apostolicos e Carlistas.

Dom Carlos está em Chaves: parece receoso de fazer novas tentativas em Hespanha, onde sua cauza não prospera. Hé por ora quanto há: Desculpe *Vossa Excellencia* a pressa, e creia-me tc.

Documento 55 - ANEXO II

Datas: Lisboa. 1834, fevereiro 8.

Notação:

Descrição: Carta do agente secreto em Lisboa relatando ao embaixador do Brasil em Londres plano de restauração do ex-imperador.

[fl. 1]

Numero 24

Lisboa em 8 de Fevereiro de 1833.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Mui demorada me chegou á mão a Carta de *Vossa Excellencia* sem *numero* com data de 18 de Dezembro *passado*, em razão da auzencia da pessoa em cujo nome ella vem dirigida: felizmente foi remediado esse inconveniente, e a tempo á recebi para neste Paquete poder responder ao seu conteúdo.

Não me passou nunca pela mente reclamar de *Vossa Excellencia* a sua effectiva cooperação nos negocios de Portugal, que á *Vossa Excellencia* só podem interessar quando intimamente ligados com os do Brasil; no entanto tal connexão tem havido entre ambos, que difficilmente se poderão separar nas materias vitæ. Por exemplo, o triumpho de *Dom Pedro*, por o modo que elle tentara no começo da expedição, deveria trazer ao Brasil grande inquietação, se acaso a opposição forte e sensata que se lhe fez, o não obrigasse á retroceder. Ainda hoje existiria grande perigo para o socego do Brasil, se se não escrutinasse miudamente os projectos da Camarilha, e se lhe não fizesse a contramina. Neste sentido pois hé que encaro sempre a questão, e quando proponho alguma medida, sempre a offereço ao melhor julgado de *Vossa Excellencia*, e a torno dependente da sua aprovação.

Respondendo á 2ª parte da citada carta de *Vossa Excellencia* direi, que o Coronel Arouca (Domingos Correa) ex-governador de Inhambane chegou neste ultimo Vapor, Confiance, e está morando na hospedaria da Carolina, aonde esteve Antonio Carlos: este individuo veio pelo Rio, e logo no dia 5 do corrente, foi apresentado á *Dom Pedro*, e ao seu partido: suspeito-o encarregado de Missão, e procurando pessoa para o sondar só soube q'elle não está contente por o estado em q'achou aqui os negocios politicos (são expressoens d'elle).

Em tão curto intervallo nada com certeza posso, pelo em quanto dizer, no emtanto fica á meu cuidado mandal-o observar, não como desejava, mas segundo eu puder. Este Coronel hé filho do Algarve, foi // em 1820 para Moçambique, ali ajuntou uma fortuna de 200 á 300 mil cruzados (pelos mesmos meios ignobis, que naquella desgraçada colonia trazem riqueza), e agora quer nobreza, segundo o costume de tal gente, e por isso trata por serviços nefarios de a adquirir. Conhece o Brasil pelo trafico de escravatura com q'esteve associado, e agora voltou-se á escravidão de seus

[fl. 1 v.]

semelhantes, cançado de negociar na carne humana dos de diversa côr! Foi companheiro de viagem do referido brasileiro Costa que estava em caza do Buru em Londres, por elle tambem adiantarei alguma cousa, ápezar que não hé moço que fura paredes. O tal Arouca foi tambem visitado pelos figuroens do Paço, e recebeo a visita de Aracaty, que hoje hé o Chefe do *Club* Pedrista puro, isto hé, Columna!

Do exercito não temos novas algumas interessantes, a derróta que soffreram os Miguelistas em Vale de Lobos, os tem descorçoado *muíto*: estão fortificados em Santarem donde não sahirão, salvo se à isso forem constrangidos por ataques dos nossos. Stubbs succedeo no commando o Duque da Terceira, o qual veio para Lisboa, alguma divergencia de opinião com o Conde de Saldanha, produzio este resultado. O Duque julgou, que de seus privados interesses devia fazer cauza publica, e o publico reprovou a filancia, bem como o Exercito não a quiz apoiar; foi força chamal-o e dar-lhe successor, q'o *Governo* não queria por certo fosse Stubbs, mas que por necessidade, na falta de outrem, nomeou. Nestes dois dias chegaram 800 prisioneiros feitos nas duas ultimas acçoens ganhas por Saldanha; e o estado em que chegaram mostra *sobejamente* qual seja o estado de penuria em que se acha o Exercito Miguelista. Saldanha, q'ao principio não merecêra a approvação de *Dom* Pedro, por ter feito um movimento seu retrogrado sobre Torres Novas, em vez de Coimbra, que se lhe ordenára, incorreo momentaneamente no desagrado // de *Dom* Pedro, mas a victoria grangeada abandonando o plano do General, acaba de o fazer condecorar com uma Grão Cruz, e na 2ª feira deve o papel official publicar o despacho!

[fl. 2]

Fallei na minha anterior na satisfação que Lord Russel tencionava pedir, porem não teve esta lugar, nem bem se sahiria da reclamação, como então previ. Parece que se contentou com o espalhafato, e nisso ficou. Tenho observado há dias á esta parte, que há desejos de menoscar á *Vossa Excellencia*, e fazer crêr ao publico, que no tempo de *Dom* Miguel, *Vossa Excellencia* trabalhára para o seu reconhecimento: algumas Cartas interceptadas do Saraiva tem servido de aresto á accusação, que ainda que sem fundamento, são o cavallo de batalha desta gente. Tenho seguido o negocio com olho attento, e parece-me que um dia ou outro, farão valer as suspeitas para seu proveito, levando o vulgo á acreditar q'a politica do Brasil era reconhecer *Dom* Miguel. A accusação, já se vê, tem por feito indispor os animos, e nesse ponto, *quando* se falla de parciaes de *Dom* Miguel, nem os mais sisudos se

dão ao trabalho de profundar a questão. Faça *Vossa Excellencia* desta comunicação (do maior segredo) o uso q'entender conveniente. Neste momento (8 da noite) chega noticia q'os Miguelistas vieram á Alcochete e Aldea Galea, perpetrar novos crimes inuteis matando o Juiz de Fóra, e outras pessoas inermes: esta guerra de sangue não tem fim, salvo se alguma circumstancia fortuita o permittir. No emtanto *Dom Miguel* e o seu partido não tem esperanças, nem se poderia esperar vingasse a sua causa: - quem com tantos meios ao seu alcance nada poudo conseguir, e antes tudo estragou, por incuria e sede de sangue, não hé provavel, que falho dos recursos (que não soube aproveitar) melhore de condição. tc.

Documento 55 - ANEXO III

Datas: Lisboa. 1834, fevereiro 19.

Notação:

Súmula: Carta do agente secreto em Lisboa relatando ao embaixador do Brasil em Londres plano de restauração do ex-imperador e secessão. Menciona-se também plano de federação das províncias do Norte do Império com Portugal.

[fl. 1]

Numero 26

Lisboa em 19 de Fevereiro de 1833.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Este Paquete saihe extraordinariamente porque há 5 no Tejo, e não por materia transcendente ou de interesse q'a isso dê lugar. Havendo apenas decorrido 4 dias desde q'a *Vossa Excellencia* dirigi a *minha ultima*, pouca materia tenho á communicar, mas nem por isso quiz deixar de escrever, e mui principalmente tendo eu accusado recepção á Carta *numero 6*, que *Vossa Excellencia* me dirigio em 30 de Janeiro passado, a qual versava sobre a Federação com as Provincias do Nôrte = Este projecto hé antigo e está *in pectore* de há muito; allegão os Clubistas q'o Pará e Maranhão não desejão outra couza, porque a sua navegação hé menos custosa a Lisboa do que ao Rio; mais breve e mais productiva, porquanto em Lisboa tem facil extracção aos productos, em q'abundam as Provincias em questão, e aqui podem supprir-se com facilidade dos vinhos que consomem, das ferragens da terra, que são ali mui procurados, dos chapeos, pannos de linho, azeites, carnes ensacadas tc. Acrescentam q'uma Federação com Portugal os emanciparia da tutella governativa da

[fl. 1 v.]

mae Patria, e poderião ser protegidos pelas Esquadras de Portugal, logo q'acabasse a contenda civil! Com estas ideias tem sido fascinados os Europêos do Pará e Maranhão, e quantos por aqui se achão estabelecidos, com pequenas excepções lêem todos pelo mesmo breviario. Hé para levar á effeito esse plano, q'o medico Vasconcellos veio á Lisboa, e foi denunciado até pelos papeis publicos do Maranhão, como o agitador da Provincia, encarregado de a revolucionar! Como anteriormente disse, foi elle o Chéfe da Deputação, e continua em suas visitas amiudadas ao Paço, já ao partido Columna, e já vendo à miudo Aracaty, chefe e molla real desses projectos; hé originario de Portugal, exerceo por muito tempo a profissão de Medico no Maranhão; [representou] // n'o como homem de alguma habilidade, porem inquietado, ambicioso, e de moral estragada: os pormenores que fôr sabendo, os darei com toda a individuação á *Vossa Excellencia*, segundo me recommenda.

O Coronel Arouca continua habitando a mesma casa de pasto, e visitando as mesmas pessoas: não larga o Paço, e agóra que *Dom Pedro* tem estado doente, ali tem ido amiudadas vezes, já visitando Gomes da Silva, já Rocha Pinto, indo ás orgias do Carlota e Tavares, e frequentando os partidarios de *Dom Pedro*!

Lord Howard, Ministro Britannico, e o Barão Mortier, Ministro da França, em consequencia da molestia de *Dom Pedro*, que veio do Cartaxo com uma inflamação de intestinos, não tem ainda sido recebidos publicamente, nem apresentado suas Credenciaes. Creio o serão na proxima semana, logo que *Dom Pedro* se ache restabelecido.

O Conde de Saldanha espera-se amanhã na Capital: Stubbs veio abaixo, e trata-se de fazer Conselho Militar, para se decidir o plano de operaçoens que convem adoptar nesta primavera. Terceira vai ao Alemtejo com uma Columna volante, e Bernardo de Sá parte hoje para o Algarve. Algumas intrigas tem havido contra Saldanha, porque este tem ultimamente insistido na mudança do Governo, e sobretudo de *Silva Carvalho* e Freire: *Dom Pedro* com receio do Exercito e do Povo, que lhe são affeiçãoados, esteve abalado á ponto de querer demittir Freire; mas Saldanha insistindo pela de Carvalho, não conseguiu o fito, e espaçou o projecto...³⁹ Quando escrevia o q'acima levo dito, chega noticia, que pela madrugada de hontem, Saldanha conseguiu assignalada victoria sobre os Miguelistas na ponte da Rainha,

39 Reticências do original.

[fl. 2]

Azambujeira, e Almoester. Parece q'o Brigadeiro Lemos, reunindo as forças Miguelistas, que tinha disponiveis no Norte do Alemtejo, tentára reunir-se ao grosso do exercito de Santarem, e que dali sahira uma força consideravel para favorecer // a junção das forças. Saldanha destacou 3000 homens para os atacar, e os Miguelistas puzeram em movimento todas as suas forças, para na extensão da linha impedir q'os nossos dirigissem o grosso de suas forças sobre o ponto do ataque, todavia a intrepidez dos nossos affectuou a victoria, ficando em nosso poder 3 bandeiras, 156 prisioneiros, e fóra de combate entre 600 a 700 mortos e feridos: nos tivemos grave perda, que se reputa entre 200 a 300 mortos e feridos: havendo no numero destes ultimos, a maior parte dos officiaes do Estado Maior do Conde de Saldanha, o Tenente Coronel Miranda, Commandante do Batalhão Francez, o Major Guillet e muitos officiaes distinctos. Hoje por noite deve sahir o supplemento à *Chronica* com o officio de Saldanha, e agóra consta por expresso, q'os nossos atacaram Santarem, aproveitando a Victoria ganha na madrugada de hontem. Se á tempo apparecer alguma couza digna de communicar-se, *Vossa Excellencia* receberá em separado quanto houver de interesse.

Na falta de ulteriores informações concluo repetindo-me tc.

Documento 55 - ANEXO IV

Datas: Lisboa. 1834, fevereiro 22.

Notação:

Súmula: Carta do agente secreto relatando ao embaixador do Brasil em Londres plano de restauração do ex-imperador e federação das províncias do Norte do Império com Portugal.

[fl. 1]

Numero 27

Lisboa em 22 de Fevereiro de 1833.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Outra malla vejo hoje annunciada para Inglaterra, e ápezar do pouco tempo que decorreo desde a minha ultima *numero 26* (data de 19 do *corrente*) escrevo de novo para *Vossa Excellencia* passar estar no facto sobre os acontecimentos desta terra, que se maior interesse tivessem, não por omissão ou negligencia minha o perderião.

Em additamento ao que disse do medico Vasconcellos na *minha* anterior,

[fl. 1 v.]

refiro *Vossa Excellencia* ao Numero 441 do Pharol Maranhense publicado no Maranhão com data de 15 de *outubro* de 1833. *Vossa Excellencia* terá provavelmente esta folha brasileira e então na que levo citada achará hum Artigo sob a rubrica Maranhão, onde fallando-se da tomada de Lisboa // pelo exercito Libertador, o Redactor faz seus juizos sobre Portugal, o Brasil e *Dom Miguel*, e atira com justiça á *Dom Pedro*, mas não emprega bom criterio e indamenos sã doutrina politica, que a não hé o desejo do triunfo de *Dom Miguel* – sentimento baixo e vil, porq'a causa de um tiranno sanguinario, qual este monstro - não dá honra nem renome á quem o advoga. O artigo a q'alludo falla por fim nos Emigrados portuguezes, censura-os pelo regosijo que manifestaram pela victoria que diz *Dom Pedro* ganhára, e conclue [elle] “Que em serviço dos planos de *Dom Pedro* só partira dali (do Maranhão) o Emigrado Medico Vasconcellos. Dizem que foi agarrar a deputação ou outro emprego mais. Quem sabe se não foi com mais alguns fins.” Assim acaba o periodo, que bem deixa ver, quem hé o tal sujeito, e por todas estas coincidencias se mostra sobejamente, q'elle veio encarregado do louco projecto da Federação q'as cabeças oucas e loucas dos emigrados Europêos ali estabalecidos tem concebido, fomentando o projecto por os viz ambiciosos e interesses que cercão *Dom Pedro*, e que constantemente empregão agentes como este para perturbar a tranquillidade do Brasil, e fazer a desgraça de Portugal! Mui de perto tem sido observado este heroe, bem como Arouca, que por o em quanto continua residindo na mesma hospedaria, parecendo mui zangada com a molestia de *Dom Pedro*, que tem sido grave, e tanto que levou causticas. De há muito disse á *Vossa Excellencia* q'o pae de Gomes da Silva estava despachado para a Alfandega, e eis nesta semana confirmado o despacho, que hé verificador da Alfandega grande com o ordenado de um Conto de reis! A reforma foi publicada esta semana, e eis A. Gomes da Silva despachado com lugar pingue na mesma terra aonde há um anno pagava elle aos caceteiros Miguelistas para dar cabo dos malhados // que trouxeram seu patrono á Patria q'o acoitou forragido, e quiz esquecer sua apostazia e seus crimes! A nomeação deste heroe, deo geral escandalo, e todas á uma vociferão sabendo que hé < de > *Dom Pedro*, o qual o nomeou tambem thesoureiro da Caza Real!

[fl. 2]

Os acontecimentos da Azambujeira foram sanguinolentos para ambos os partidos, e a victoria mui cara nos custou, o que bem inculca o silencio q'a *Chronica*

tem guardado, sem até hoje dar os pormenores da acção. A nossa perda não hé menor de 600 homens, e apesar de ser consideravel a dos Miguelistas, cujos prisioneiros em numero de 200 chegaram hontem, alem de muitissimos feridos, não se conseguiu vantagem alguma, nem da victoria, se victoria hé o inutil derramamento de sangue portuguez, nos podemos afanar. O que hé facto hé terem os nossos sido tomados de surpresa, e não esperarem que Lemos se atrevesse à vir á Almoester, onde foi mui renhida a acção, e onde sem o valor sem igual de nosso soldados teria aquella divisão ficado cortada, pois Almoester hé na rectaguarda de nossas posiçoens. Desde esse dia as deserçoens Miguelistas tem sido consideraveis, e os desertores concordão em asseverar que em Santarem soffrem grandes privaçoens, como bem se deixa ver do estado miseravel em que vem os prisioneiros.

Como acaba de chegar o Paquete Pike com a malla, foi este *Paquete* demorado até amanhã á noite: deixa esta portanto aberta, para escrever o mais q'ocorrer.

Estamos á 23 de Fevereiro de 1834. Nada se offerece notavel, que deva communicar á *Vossa Excellencia*, e apenas occorre mencionar-se que nesta madrugada ardeo a Caza onde habitava o famigerado Padre Marcos em frente do Palacio das Necessidades. Diz-se perdera bastante em dinheiro e joias q'havia
[fl. 2 v.] accumulado: // o acontecimento não causou compaixão, antes promoveu rizo, tal hé a estima publica em que hé tido!

De Hespanha consta irem prosperando os negocios da Rainha, a qual vai dar uma Representação Nacional: consolidando-se naquelle Reino a liberdade; temos a certeza de triunfar em Portugal e acabar com *Dom* Miguel, á quem principião á faltar os recursos estrangeiros, unicos q'o tem sustentado. Consta que Saldanha vem abaixo um deste dias, e no emtanto o Duque da Terceira assume o commando do Exercito: este projecto hé antigo, e dá lugar á milhares de conjecturas, todas destituidas de fundamento, e mais que todas a que hoje graça, que o objecto da sua vinda hé a mudança de Ministerio. O motivo que o traz aqui hé *meramente* o arranjo de cousas necessarias, e por elle baldadamente requisitadas ao Ministerio da Guerra, sem as quaes não se atreve á atacar Santarem. Por essa occasião da sua vinda, hé provavel haja Conselho Militar.

Repito-me com toda a consideração tc.

Documento 55 - ANEXO V

Datas: Lisboa. 1834, fevereiro 15.

Notação:

Descrição: Carta de Antônio da Silva Júnior informando ao Embaixador em Londres sobre a "questão portuguesa" e sua relação com o Império.

[fl. 1]

*Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,*⁴⁰

[fl. 1 v.]

Tenho a honra d'accusar a recepção do Officio de *Vossa Excellencia* de 31 de Dezembro do anno findo em 8 do corrente mez, e sobre o objecto nelle recommendado, cuidarei em obter subsequentes informações ácerca do que *Vossa Excellencia* deseja; este objecto foi comprehendido na generalidade do Officio [extenso] que dirige á *Vossa Excellencia* para o remetter ao nosso Governo, e não há que sufferir hum nom ou outro [*sic*]; toda a massa dos individuos que aqui se conhecêrão com o titulo d'emigrados brasileiros, toda propende ou abraça a idéa da volta do Duque de Bragança ao Brasil como triunfo do seu partido. No Maranhão, Pará e ainda Pernambuco esse partido vigorou com as associações secrétas formadas por 1828 para a declaração do governo absoluto, e como hoje aqui vigoram taobem associações // secrétas, dellas sahem estimulos para taes felicitações que reputão meio conducente á adquerir popularidade á este Governo, principalmente nas classes de Commercio e logistas que geralmente todos sympathisão com as idéas da volta do Duque de Bragança ao Brasil: no que toca ao Norte do Imperio eu cuido em obter alguns documentos, mas *quando* elles faltem absolutamente, sobministrarei idéas que por si só comprovão a justiça de humas semelhantes apreensões. Para *Vossa Excellencia* conhecer a observação que merece este Governo em suas intenções bastará que refira, que nesta Capital em face das relações que deseja abrir com o Governo de Madrid, se tem procedido á hum alistamento alias recrutamento de Gallegos e outros Hespanhoes para huma legião que devia ir apoiar a insurreição constitucional em Badajoz ou suas visinhanças, tendo antes já sahido para a Estremadura, e Andaluzia, varios individuos agentes desta manobra. Em Badajoz existe mesmo hum *Club* em immediata relação com Lisboa, isto hé com as idéas do

40 Cópia assinada por Augusto de Paiva.

[fl. 2]

Duque de Bragança. Como quer que seja, o novo Ministerio d'Hespanha parece á primeira vista que embarassará o desenvolvimento que dahi podia haver, pois se me affirma q'as disposiçoens contra a residencia em Portugal de *Dom* Carlos, a concepção de huma Constituição em Hespanha, e o reconhecimento da Independencia das suas Americas, foram os pontos por q'os novos Ministros convierão na sua entreda no governo, mas posso comtudo certeficar á *Vossa Excellencia* q'as desconfianças do Antigo partido constitucional Luzo-Hespano são as que mais contribuíram para a inesperada determinação das disposiçoens constitucionaes do actual Ministerio Hespanhol, e ainda que talvez abortou por agora o projecto d'aclamar *Dom* Pedro, Imperador Constitucional // da Peninsula, já depois tem continuado á chegar á esta Capital communicações dos Agentes dos *Clubs* de Badajoz, Cadis tc; daqui conhecerá *Vossa Excellencia* a necessidade que tem a nossa Côrte de fazer observar mui de perto todas as occorrencias em Madrid, mandando para ali pessoa que bem as saiba observar e prevenir nos seus effeitos.

A facilidade com q'o Duque de Bragança tem manobrado na Europa, e principalmente em Portugal, hé q'lhe tem servido de maior estimulo á sua imaginação para conceber projectos de que talvez não hé o menor o voltar ao Brasil; por onde as difficuldades q'encontra aqui na sua marcha são necessarios preservativos á inquietação de que se ameaça ao Brasil.

O principal objecto para a continuação do seu governo assim audacioso, serão nas proporçoens pecuniarias. Hé na realisação do ajuste de contas com o Brasil q'elle saldando por mais de a metade os creditos obtidos em Londres, que se habilitará á obter outros subsequentes emprestimos. Se a politica recommenda pois ao Imperio diffcultar este passo, a justiça e conveniencia nelle vão de igual accordo. A justiça, por que, hé controverso se os creditos do Brasil devem contemplar o Governo ou os Herdeiros do *Senhor Dom* João 6º, e se ignora a massa de reclamaçoens de Subditos brasileiros perante este Governo, e que devem ser tomadas em justa contemplação pelo do Brasil. Hé de conveniencia, não só pela *ultima* das rasoens produzidas, mas por todas as mais economico-financeiras q'apresenta a época. Parte daquelles creditos serão empregados em recursos navaes, cujo ulterior emprego fará sempre aqui lembrar o Brasil, enquanto se nutrirem os projectos iniciados: as reclamaçoens de Jacintho Dias Damazio que fazem objecto de differente officio, servem de exemplo

[fl. 2 v.]

do que deixo apontado. O Saraiva ahi recebeo // instrucçoens do Visconde de Santarem relativas a reclamaçoens dos creditos do Brasil, *quando* Palmella e Marquez de Barbacena os pretendião usar para o serviço do Duque de Bragança: por elle pode *Vossa Excellencia* obter informações para occorer a isto. A chegada hontem aqui de Lord Howard de Walden talvez traga alguma modificação á politica desta Côrte, do que comtudo duvido. O exercito de *Dom* Miguel tomou a offensiva, extendendo a sua esquerda pelo sul do Tejo até a Monta e Coina defronte de Lisboa; julgo porém q'este movimento hé simulado para encobrir os do lado direito na reunião que pertende fazer dos depositos das Provincias do Nôrte, que marchão sobre as estradas direitas do Tejo, onde o novo General de *Dom* Miguel parece querer reunir todas as suas forças.

Deos Guarde á *Vossa Excellencia*. Lisboa em 15 de Fevereiro de 1834.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Eustaquio Adolfo de Mello Mattos.

Antonio da Silva Junior.

Post Scriptum: Chegou á esta Capital o Coronel Arouca, sobre o qual tenho as vistas necessarias. = Hoje de tarde desembarcou de bordo de huma Corveta franceza, Le Baron Mortier; assim como chegou hum transporte, segundo dizem, com 400 Cavallos ahi comprados por este Governo. Veio hontem de tarde o Duque de Bragança do exercito (o qual retrogradou para suas antigas posiçoens do Cartaxo, o que me asseverou hum official dali vindo hoje) *bastantemente* incomodado. Consta-me que devem hoje ir para Madrid, os empregados da Legação portugueza *para* ali destinada; isto hé feito debaixo de segilio e ignora-se quaes elles sejam.

Antonio da Silva Junior.

Documento 56

Datas: Londres. 1834, abril 2.

Notação: 217.3.2

Descrição: Ofício reservado informando sobre a "questão portuguesa" e sua relação com o Império.

[fl. 1]

Numero 5
Reservado

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

[fl. 1. v.] O Agente do *Senhor Dom* Miguel nesta Capital Antonio Ribeiro Saraiva veio-me visitar o outro dia, e assegurar-me dos muitos desejos que tinha de cultivar a minha amizade. Contou-me todos os actos da sua agencia, que são hoje publicos, como *Vossa Excellencia* sabe, por haver sido publicada toda a sua correspondencia na *Chronica* de Lisboa e no *Times* desta Cidade: lamentou muito a guerra civil do seu payz, de que não esperava fim a não ser por effeito de huã conciliação entre os dois Principes da Caza de Bragança: certificou-me que se o *Senhor Dom* Miguel se tivesse mantido, ou se vier ainda a triumphar, o Brasil teria podido, ou poderá ainda estabelecer relações muito vantajosas com Portugal; e finalmente certificou-me mais que as pessoas que rodeavão ao *Senhor Dom* Pedro ainda se lembravão das cebollas do Egypto pensando no Brasil, e que discorrião pela maneira seguinte = Ora temos tantos estrangeiros ao nosso serviço que nos hão de ser muito encommodos finalizada a guerra, nós não temos dinheiro para os remunerar e mandal-os para seus paizes: o que devemos fazer então? Empregal-os em huma expedição contra o Brasil será o melhor meio de nos vermos livres delles. = De tudo isto concluiu o Agente que elle e // eu deveríamos fazer causa commum para que os projectos ambiciosos do *Senhor Dom* Pedro não eram menos perniciosos aos seus do que ao Brasil.

[fl. 2] O Moço de quem tenho a honra de referir o exposto á *Vossa Excellencia* foi Secretario de huma Legação que para aqui enviou *Senhor Dom* Miguel, e aqui sempre desde então tem permanecido. Ao principio recebia muitas communicações do seu Governo e era por elle encarregado de varias commissões; mas actualmente quasi de todo esquecido pelo mesmo seu partido, não sei se hé por puro amor da causa ou se por inculcar importancia que ella ainda continúa á occupar-se de Diplomacia. A sua correspondencia publicada ultimamente em Lisboa comprometteo aqui a muitas pessoas, e entre ellas ao meu Antecessor pelo que delle referiu o dito Agente em hum Officio ao Visconde de Santarem, que já transmitti para essa Côrte em hum *Numero* da *Chronica* de Lisboa. O actual Ministro de Portugal fallou-me há dias nesse Officio com ar de riso, e no mesmo tom que lho respondi que o seu Autor me parecia pessoa mui amiga de relatar novidades agradaveis, e mostrei-me no mais pouco propenso a crêr na veracidade do referido; sobre o que elle observou, já em tom muito mais serio, // que era comtudo bem verdade haver muitas pessoas que acintemente procurávão indispôr o Brasil contra Portugal e a sua actual ordem de coisas, o que era muito

contrario aos verdadeiros interesses de ambas as nações.

[fl. 2. v.] Este Ministro e muitas pessoas que estão no seu caso ou seu partido crêm, ou ao menos dão á entender, que o movimento que se tem dado ao Brasil contra a restauração hé influencia de pessoas que procurão indispor os Brasileiros contra os Portuguezes e o systema constitucional de Portugal, e não atinão, dizem elles, com o objecto de planos tão contrarios aos interesses das duas nações. Eu não asseverarei se são ou não sinceros nesse ponto, e quando se mostram incredulos de que o *Senhor Dom Pedro* mantenha tenções de voltar ao Brasil; sendo mesmo muito natural que nada haja por agora de positivamente resolvido sobre esse assumpto, e que essas tenções á existirem se tenham remettido ao futuro e ao que as circumstancias então decidirem. O que hé certo hé a necessidade em que estão os Portuguezes Constitucionaes da pessoa do *Senhor Dom Pedro* que a ausentar-se de Portugal, apesar de seus erros e defeitos, faria huma falta irreparavel. Aquelle Reino todo em armas com // Generaes cheios de ambição e coragem não pode ser governado por huma Regencia; e me persuado que os Portuguezes Constitucionaes tem muita razão em quererem, como se refere, que se anulle o acto da abdicação, e que o *Senhor Dom Pedro* reassuma a Corôa de Portugal. O outro dia fallava eu aqui ao Ministro Portuguez sobre a *Senhora Dona Maria 2ª*, á quem tinha sido apresentado em [Laleham] há quatro annos, e sobre o muito que a tinha achado interessante e espirituosa. Não faz ideia, respondeo-me elle, de quanto ter mudado! tem [*sic*] sim crescido e engordado muito, mas tem perdido toda a sua vivacidade; até já nem falla quasi nunca, senão com as pessoas que lhe são muito familiares.

Junto remetto por copia huma Carta do Correspondente particular em Lisboa, e hum officio ultimamente recebido do nosso Consul Geral naquella Cidade.

Deos Guarde á *Vossa Excellencia*. Londres em 2 de Abril de 1834.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Bento da Silva Lisboa

Jozé de Araujo Ribeiro

Documento 56 - ANEXO I

Datas: Lisboa. 1834, março 15.

Notação: 217.3.2

Súmula: Carta de Antônio da Silva Júnior informando ao embaixador em Londres sobre a "questão portuguesa" e sua relação com o Império.

[fl. 1]

Reservado⁴¹

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Com a chegada do Paquete antes de hontem não tive noticias directas de *Vossa Excellencia*, mas julgo comtudo opportuno continuar as minhas participações sobre a face que aqui vão tomando os negocios: o exercito de *Dom Miguel* tem concentrado o maximo de suas forças em Santarem, e segundo os dados que á este Governo forneço hum Inglez dali vindo, monta a regular á 18,000 homens, havendo ainda alguns depositos de recrutas. O General Saldanha, na idéa de ser atacado, tem concentrado as suas no Cartaxo, mas daqui sahio huma força quazi toda composta de tropas estrangeiras, para o Algarve, que reunidas com as tiradas do Porto, devendo perpetrar hum ataque sobre o Alemtejo vão decidir das operações do General Saldanha.

Consta ter chegado á Santarem o filho de Bourmont com despachos das Côrtes do Nôrte.

Segundo observou o mesmo Inglez, a tropa de *Dom Miguel*, longe de ter abatido o espirito com os revezes experimentados, acha-se bem animada e não se duvida, que sendo competentemente dirigida tenha melhor fortuna. Agora consta igualmente que para o seu commando tem chegado varios Officiaes Inglezes; resultando daqui que a questão portugueza se acha nos precizos termos em que estava o anno passado, só com a differença da importante aquisição, que para seu partido obteve o Duque de Bragança, de Lisboa com os seus grandes recursos: destas rasoens conhece *Vossa Excellencia* bem o que há de não sahir dos termos até agóra observados nas relações do Brasil para com este Payz, que hé a que adoptou o Ministro dos Estados Unidos d'America, sem duvida por ordens do seu Governo, por isso que já [...] dos successos desta Capital, recebeo officios por huma Embarcação de guerra que aqui tocou de proposito fazendo viagem para o Mediterraneo: demoro-me neste objecto porque na *Chronica* de 4, referindo-se // no Jornal do Commercio da nossa Côrte, se diz nomeado Ministro para aqui ao *Excellentissimo* Jozé de Araujo Ribeiro, sobre o que peço á *Vossa Excellencia* todas as informações que me possa

[fl. 1 v.]

41 Cópia assinada por Augusto de Paiva.

facilitar. No estado de quazi equilibrio em que se achão os dois partidos, a nomeação do nosso Ministro perante este Governo dar-lhe-hia maior força e importancia, isto quando contra elle o Brasil nutre tão vivos como justos receios.

Tem-se notado tempos á esta parte muita opposição do governo para com os Inglezes, dos quaes recebe a accusação de não ter a competente força, o que na verdade assim se pode julgar vendo a dissidencia da Cidade do Porto para com a obediencia ás ordens daqui emanadas, e á falla d'execução da arbitraria prizão do General Polaco “Beem”, e de ordens, como a succedida 4^a feira á noite, em que foram mortos 3 Officiaes Inglezes (Hum dos quaes ao serviço da Rainha, e 2 desligados) pela trópa da guarnição.

Em quanto aos negocios que nos dizem respeito, nada mais posso adiantar nesta occasião.

O Duque de Bragança, segundo affirmão, está capitulado pelo medico Soares Franco em Tysico de segunda classe; que attribue á immoderada applicação d'azougue que lhe fez Doutor Tavares (vulgo Canúdo) origem da intriga que hoje se lhe move.

Dizem-me com alguma certeza que este Governo fornecera ao correspondente do *Times* nesta Côrte, copia de huma carta (da correspondencia apanhada) que o Agente de Dom Miguel nessa escrevera, em Maio do anno findo, ao Visconde de Santarem, communicando-lhe huma intrevista que tivera com *Vossa Excellencia* sobre a minha volta para este Payz, e de ordens com que eu fui mandado regressar, para publical-a no dito Jornal; *Vossa Excellencia* conhecerá quaes serão as vistas deste Governo em tal procedimento.

[fl. 2]

Foi nomeado para Encarregado de Negocios de *Sua Magestade Fidelissima* na Belgica // João Baptista Leitão d'Almeida Garrett; e o que deo lugar à semelhante despacho, hé o temor em que está, segundo asseverão, este Ministerio da penna daquelle escriptor, por lhe não ser affeiçoado: dito Garrett deve immediatamente partir para o seu lugar.

Deos Guarde á *Vossa Excellencia*. Lisboa em 15 de Março de 1834.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Eustaquio Adolfo de Mello Mattos.

Antonio da Silva Junior.

Documento 56 - ANEXO II

Datas: Lisboa. 1834, março 15.

Notação:

Descrição: Carta do agente secreto em Lisboa informando ao embaixador do Brasil em Londres sobre o emprego de informante.

[fl. 1]

Numero 30

Lisboa em 15 de Março de 1833.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

[fl. 1 v.] Tivemos nesta semana a malla de 28 do passado, mas com ella não tive Cartas de *Vossa Excellencia*, o que espero não proceda de mingoa de Saúde, e somente de falta de materia de interesse. Sobeja tem esta sido nas minhas percedentes, e com vivos desejos estou eu, ácerca da opinião de *Vossa Excellencia* sobre os ultimos acontecimentos do Brasil, e communicações que á esse respeito fiz. Hontem me procurou o Creado do Paço, que sempre tem sido mui exacto em suas participações, e me disse que havia materia de grande interesse com relação ao Brasil, mas que não podia por o em quanto dizer ainda dizer nada, porque continuava sondando terreno. Não o instei muito, porque não me achava com forças de retribuir, nem sobre a materia fui authorisado por *Vossa Excellencia*, que creio o não está ainda pelo Governo brasileiro. Disse ao Agente do Paço, que sondasse bem o terreno, e que sobre isso me informasse com tempo, para eu o communicar á quem convem: este creado presta-se com vontade, porque julga que tudo quanto diz hé para ser presente ao *Club* do Saldanha, e da protecção deste espera adiantamento, ao passo que contente está com algumas recompensas pecuniarias, que lhe tenho dado á titulo de emprestimo. Levo ao conhecimento de *Vossa Excellencia* todas estas particularidades para ajuizar, que dos meios empregados necessariamente se ha de colher bom resultado.

Dom Pedro está restabelecido: já na 5^afeira á noite houve reunião dos do seu partido no Paço. Ali esteve Aracaty, mas nem Arouca nem Vasconcellos appareceram: por o em quanto não parecem occupados de negocios brasileiros, mas sim olhando com muita anxiedade para noticias do Rio, pelas quaes anhellão.

A noticia mais importante desta semana hé a eleição da Camara do Porto, que

[fl. 2]

sahio toda anti-ministerial, bastando dizer que um dos eleitos e para Presidente hé o Bacharel Passos, e outro o *Doutor* Leonel Tavares, ambos // de minha intimidade, e amigos de Saldanha: tanto *Dom* Pedro como a Camarilha tem feito altas diligencias por annular as eleições, mas não se atrevem. A eleição da Camara Municipal de Lisboa hé amanhã, e essa saihe da mesma natureza que a do Porto, porque nosso *Club* muito tem trabalhado para que saia boa. Com estes dois Municipios o Governo ha de ter muito que fazer, porque o Povo dá mostras de vida, e quer emendas em diversos ramos de administração. Pelo menos deste ensaio se mostra o que o governo deve esperar quando se tratar das eleições de deputados.

Nesta semana houve uma rixa entre alguns officiaes Inglezes demittidos por incorrigiveis, e as patrulhas do Commercio: um daquelles Inglezes foi morto com um tiro junto á minha Caza, e dois foram gravemente feridos, bem como trez voluntarios do Commercio o foram semelhantemente pelos Inglezes. Esta occurrencia desagradavel deo motivo á uma nota de Lord Howard, para se proceder a uma Investigação Judicial, q'o Governo ordenou: no emtanto não terá ella resultado, porque o morto desarmou um voluntario, e ameaçava a vida do que lhe atirou, o qual em defeza propria o matou.

Sei neste momento que em Conselho se decidio annular a eleição da Camara do Porto, e que *Dom* Pedro foi o Author da Portaria, inserta na *Chronica* de hoje que mandou prender os Soldados, que á despeito do Prefeito, vieram votar. O acto em si hé illegal, nem por os fins se justificação os meios, mas a moralidade do acto hé, que nem Governo nem Prefeito tem força para obstar contra o sentir popular. A medida hé louca e trará com nova eleição, o effeito contrario, isto se se poder annular a anterior sem grande desordem, o que duvido.

[fl. 2 v.]

Acabo hontem por [noite] de ter introducção para com o grande Medico Tavares: por elle soube que não quiz mais ser Brasileiro desde Agosto de 1833, // e que então se naturalisára portuguez! Seja-nos isso gloria á nossa Patria!! Tambem fui por este canal informado que Rocha Pinto está á ferro e fogo com Silva Carvalho, e que principia á haver grande divergencia nos comparsas desta comedia. Hé sempre na partilha que se observa a desunião, isto foi sempre a marcha constante de quantas associaçoens tem havido: unidos em quanto marchão ao mesmo fim, mas na divisão do espolio não falta nunca descontentamento, porque todos se julgão com direito ao

melhor bocado!

Do exercito nada há que offereça interesse: os Miguelistas julga-se passarão para o Alemtejo, e que antes disso teremos no dia 18 um ataque. Ainda quando aproveitem nesta tentativa, poucas esperanças de melhorar tem elles no estado actual, salvo cazo fortuito ou circumstancia inesperada.

Nada mais se offerece por hoje, que repetir-me. De *Vossa Excellencia* tc.

Documento 57

Datas: Londres. 1834, abril 15.

Notação: 216.1.15

Súmula: Offício ostensivo relatando a conjuntura geopolítica da Europa.

[fl. 1]

Numero 9

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

§1. O presente governo de Inglaterra persevera com afínco na sua união com a França, [alienando-se] das Potencias do Norte e mesmo indispondo-se com a Russia, o que tudo muito censura o partido *Tory* ridiculizando essa alliança da França, desse Governo instavel, com que para nada se póde contar. Foi defendendo-se de huã coartada deste genero que *Mister Stanley* dice o outro dia na Camara dos Communs que era motivo para parabens que os dois paises mais poderosos mais illustrados mais civilizados e mais liberáes se achassem empenhados em hum systema de união e intimidade que promette não só paz e segurança a elles e a Europa como sustentar e dilatar os principios liberaes por todo o mundo. Este *Mister Stanley* hé o Secretario de Estado dos Negocios das Colonias e passa pelo primeiro homem do Ministerio e por hum dos mais habéis de Inglaterra. Os seus principios vão de acordo com o pensar geral do pais; tem-se posto muito de parte as antipathias nacionaes contra a França, porque o engrandecimento e ambição que o Governo Russo tem desenvolvido ultimamente muito recommenda a união destes dois paises. *Mister O'Connell* apresentou há dias á Camara huã representação dos habitantes de Newcastle sobre o Tyne e dos districtos visinhos queixando-se dos arteiros passos da Russia, e pedindo que a Camara tomasse medidas para evitar // a conquista ou a divisão de qualquer parte dos dominios Turcos por aquelle Governo.

[fl. 1. v.]

§2. O Congresso da Federação Germanica continúa ainda em Vienna. Os Jornaes Franceses o tem accusado de concertar medidas contra a liberdade dos povos, mas quaes ellas sejam ainda se não sabe positivamente. Dis-se que em breve terão fim os seus trabalhos, e que então se hão de publicar todos os seus actos.

§3. O Governo da Hollanda procura espaçar o termo das suas questões com a Belgica. A Inglaterra lhe pediu ha pouco explicações de certos movimentos de tropas que elle fazia, e que elle desculpou allegando o exemplo de iguaes medidas da parte da Belgica. Em Bruxellas commetirão-se ultimamente varios excessos contra as casas e pessoas de alguns Orangistas; e foi o caso que tratando-se da venda de huns cavallos pertencentes ao Principe de Orange, fizérão os affeiçãoados a essa familia huma subscrição para os comprar e offerecer outra vez ao Principe. A subscrição fez publica, os nomes dos subscriptores apparecerão nas Gasetas, e dahi seguiu-se [sic] amotinar-se a populaça que invadiu casas, destruiu [trastes], e commetteu outros excessos contra as propriedades e pessoas dos Orangistas alguns bem distinctos naquella cidade. Agora pende a questão agitada pelos Jornaes de hum e outro partido se foi ou não o Rei // Leopoldo quem promoveu o motim; o caso hé que se tomárão com muito vagar as medidas que o reprimirão.

[fl. 2]

§4. Pelo ultimo Tratado entre a França e os Estados Unidos o Governo Francez, como *Vossa Excellencia* sabe, se obrigou a dar aos Americanos 25 milhões de Francos. A proposta para a concessão desta somma foi ultimamente apresentada a Camara dos Deputados em Paris, e foi rejeitada, do que resultou darem as suas dimissões os Ministros Duque de Broglie, Sebastiani e Barthe. O Almirante Rigny passa a tomar a Pasta dos Negocios Estrangeiros em vez do Duque de Broglie e hé substituido na da Marinha pelo Almirante Roussin: *Monsieur* Persil substitue a *Monsieur* Barthe na Justiça. Dizem que esta mudança do Ministerio Francez decépa a influencia de Talleyrand, que outros já acrescentão estar dimittido do seu posto de Embaixador nesta Corte; mas não parece existir fundamento para esses boatos, mormente sendo certo que os Franceses estão persuadidos de que Talleyrand governa aqui o Ministerio Ingles. Tivérão lugar em Leão novas scenas sanguinarias entre a tropa e os obreiros daquella cidade por occasião do julgamento das pessoas que pelas anteriores occorrencias do mesmo genero se achavão presas.

§5. Muito se tem fallado de que a Hespanha vai mandar tropas a Portugal para

[fl. 2. v.] expellir *Dom* Carlos daquelle reino e sustentar a causa da Rainha Fidelissima, e a esses boatos seguiu-se logo o de hum Protesto da Austria // e Prussia contra a intervenção Hespanhola, porem até o presente nem huã nem outra coisa se tem verificado. As ultimas noticias de Madrid referem a interceptação de huma correspondencia entre o Infante *Dom* Sebastião e *Dom* Carlos por motivo da qual tem aquelle Infante de sair da Hespanha para ir viajar pela Italia. O Conde de Florida Blanca, novo Ministro Hespanhol já aqui chegou, mas ainda não foi apresentado a Corte.

§6. As noticias vindas de Lisbôa são todas favoraveis a causa de *Sua Magestade* a Rainha Fidelissima. Napier havia partido para o Norte, tinha tomado Caminha e Vienna, e preparava huma expedição em barcas para subir o Minho. Refere-se como plano de campanha definitivamente acordado que as tropas constitucionaes do Norte e Sul passarão a operar de modo que venhão a effectuar huma [reunião] em Santarem para atacar aquella praça. Braga e Beja tinham sido tomadas pelas tropas da Rainha, e á saida do ultimo Paquete de Lisbôa corrião ali boatos de hum ataque em Santarem de que escapou o *Senhor Dom* Miguel salvando a vida á nado. Nos *numeros* juntos da *Chronica* de Lisbôa verá *Vossa Excellencia* hum Decreto do Governo Portugues redusindo os bens da casa do Infantado a proprios nacionaes, outro declarando Lisboa e Porto portos-francos, e outrostituindo o *Senhor Dom* Miguel das honras, regalias e dignidade de Infante. Deste Decreto dizem huns que hé prematuro e outros que // já há muito tempo devia ter apparecido.

§7. Está a partir daqui para Buenos-Aires *Mister* Hamilton nomeado Ministro para aquella Republica. O meu Antecessor já seguiu de Paris para diante: quando daqui se foi levou comsigo humas minutas de officios não registados que me prometteu restituir daquelle cidade mas não o fez.

Deus Guarde a *Vossa Excellencia*.

Londres 15 de Abril de 1834.

Illustrissimo e *Excellentissimo* *Senhor* Bento da Silva Lisboa

Post Scriptum: 16 de Abril. Vão juntos os *numeros* do *Times* de hontem e hoje, e nelles verá *Vossa Excellencia* as ultimas noticias de Portugal, a continuação dos successos de Leão, e os que ultimamente tivrão lugar em Paris.

Documento 58

Datas: Londres. 1834, maio 7.

Notação: 216.1.15

Descrição: Ofício ostensivo relatando a conjuntura geopolítica da Europa.

[fl. 1]

Numero 12

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

[fl. 1. v.]

§.1. As noticias da Europa não tem offerecido interesse algum neste ultimos dias, á excepção das que chegam da Peninsula. O Governo Hespanhol apresentou em fim hum Decreto que se diz para a convocação das Cortes naquelle Reino (que se não convocarão ainda) e com elle a Constituição por que ellas se devem reger, e que estabelece duas Camaras huã dos Proceres composta dos Prelados e nobreza, e outra dos procuradores formada dos Deputados da Nação; o Poder Real, fica com o veto absoluto, com a iniciativa em todos os negocios que se houverem de discutir, e com o arbitrio de convocar e dissolver as Cortes quando julgar á proposito, não tendo estas sessões ordinarias. // No *Times* de 23 do mez passado achará *Vossa Excellencia* todos os detalhes desta Constituição. De tres a seis mil homens se refere variadamente o numero dos Hespanhões que entrarão em Portugal commandadas pelo General Rodil e em virtude do ultimo tratado da Hespanha com o Governo Portugez. Esse tratado se diz de alliança offensiva e defensiva e mesmo quadruple alliança, como por hum e outro lado se deseja fazer crer; mas póde muito bem ser que não passe de hum ajuste de reciproca permissão entre o Governo de Hespanha e Portugal para a entrada de tropas de hum no territorio do outro no proseguimento de rebeldes. Os Carlistas andão ainda levantados pelo norte da Hespanha, e as ultimas noticias // referem alguãs vantagens obtidas por elles.

[fl. 2]

§.2. Noticias favoraveis ao Governo da Rainha Fidelissima tem successivamente chegado de Portugal, e apresentam hum decidido aspecto de successo pelo seu lado, como *Vossa Excellencia* verá pelos Documentos annexos ao meu officio reservado da data de hoje. O Ministro Inglez em Portugal tem tentado entabolar huã accommodação entre os dois Principes irmãos, mas por parte de *Dom Miguel* lhe foi respondido que nenhuã proposição seria recebida que não tivesse por

[fl. 2. v.] base o seu reconhecimento como Rei de Portugal, e permanencia como tal naquele Reino. Elle tem reunido quasi todas as suas forças em Santarem para onde se diz que hia // tambem *Dom* Carlos ultimamente expulso de Almeida. No meio porem de tantos successos cada dia perde o Duque Regente mais e mais a sua popularidade entre os Constitucionaes; vistas de se fazer Rei absoluto de Portugal lhe são geralmente attribuidas, e hum forte partido contra elle se engrossa todos os dias dos liberaes daquelle Reino que querem ver em pratica a liberdade de imprensa e a Constituição em vigor. As Camaras municipaes de Lisboa e Porto estão em manifesta hostilidade contra o seu Ministerio, contra o qual se declara tambem o Governo Inglez como *Vossa Excellencia* verá por alguns artigos que a esse respeito tem apparecido no Globe. O ultimo // Decreto publicado em Lisboa para nivellar os direitos de importação a 15 por cento foi aqui, como *Vossa Excellencia* pode imaginar, muito mal recebido. Todavia o *Times* o defende, e discorre sobre esse ponto pelo que respeita a Inglaterra como eu discorreria á nosso respeito; mas o Governo não encára a materia com o mesmo desinteresse, e Lord Palmerston dice antehontem na Camera respondendo a varias perguntas que sobre este assumpto lhe foram feitas, que o Governo Portuguez tinha nivellado todos os direitos de importação a 15 por cento não obstante as suas estipulações com a Inglaterra. O que he singular he a inesperada collisão que em Portugal apresenta agora esta⁴² // circumstancia entre os interesses da Inglaterra e França, até o presente de perfeito acordo sobretudo o que dizia respeito a aquelle Reino.

[fl. 3.]

[fl. 3. v.]

Deos guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 7 de maio de 1834.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Bento da Silva Lisboa

Post Scriptum: Ainda não chegou a Inglaterra o Paquete que deveria ter sahido dessa corte nos fins do mes de Fevereiro.

Jozé de Araujo Ribeiro

Documento 59

Datas: Londres. 1834, maio 7.

Notação: 217.3.2

Descrição: Ofício reservado informando sobre a "questão portuguesa" e sua relação com o Império.

⁴² Repetido no original.

[fl. 1]

Numero 6
Reservado

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

[fl. 1. v.]

Pelas cartas do nosso Consul em Lisboa e do nosso corresponde da mesma Cidade, verá *Vossa Excellencia* que ambos sollicitão meios pecuniarios, aquelle para mais vantajosamente obter informações, e este para realizar o intento que tem de vir a Inglaterra deixando hum substituto em seu lugar. Ao Consul respondi que não tendo agora meios alguns de que podesse dispor esperasse elle até que eu recebesse de *Vossa Excellencia* resposta das communicações que a este respeito lhe tinha dirigido; e ao Agente particular, que de nenhum modo devia concorrer para que elle deixasse Lisboa em tempo em que sua presença e serviços eram tão necessarios naquella Cidade. Pela correspondencia do Consul que *Vossa Excellencia* verá, como por // hua carta que recebi do nosso Ministro em Paris estou informado de que nem a este nem a aquelle forneceu o meu antecessor dinheiro algum para despesas reservadas como talvez suppuzesse *Vossa Excellencia* à vista dos seus officios.

[fl. 2]

Ao correspondente particular só me consta de huãs cem libras [*sic*] das quaes ainda 70 parão em meu poder, como já participei a *Vossa Excellencia*. Se me eu convencesse da necessidade de avançar a qualquer dos dois alguã quantia, pode *Vossa Excellencia* ficar certo de que o faria não obstante não ter somma alguã do Governo para esse fim, porem não me posso persuadir de que ainda mesmo com meios pecuniarios podesse o nosso Consul de Lisboa obter informações importantes; elle tem sem contradição alguã // bastante patriotismo e sentimento verdadeiramente brasileiros, mas não lhe descubro o necessario tacto para a bôa execução de taes empresas.

Na copia *numero* 3 vai o teor de hum officio que me pareceu conveniente escrever-lhe para indirectamente o dissuadir de manifestar o azedume que elle não perde occasião de exprimir contra o Governo Portuguez, e que me persuado haver-lhe já feito ali perder a vantajosa posição em que sua passada conducta o punha a respeito dos Portuguezes Constitucionaes, e de que elle podia derivar muitas vantagens para o serviço e facilidades para informações.

Quanto ao correspondente particular as suas cartas que são em geral de pouco

[fl. 2. v.]

ou nenhum // interesse manifestão visivelmente, tanto intento arteiro de se fazer necessario com vistas de interesse, que me põe na precisão de empregar tambem alguma arte para ir pairando com elle em quanto não receber instrucções de *Vossa Excellencia* sobre a continuação ou cessação desta correspondencia.

[fl. 3]

Os actuaes Governos de Hespanha e Portugal celebrarão ultimamente hum Tratado de Alliança offensiva e defensiva contra os partidos que lhes fazem guerra, segundo se diz. Este Tratado ainda anda envolvido em misterios, e debalde tenho procurado obter informações sobre os seus detalhes. Huns dizem que a Inglaterra e França o garantirão obrigando-se a prestar auxilios em caso de necessidade, // outros affirmão que estes dois Governos somente assentirão a que se celebrasse o Tratado sem por elle contrahirem encargo algum. O Ministro de Hespanha deu-me a entender que era huã união entre as quatro Potencias para a fim de manter os actuaes Governos da Peninsula; não sei se assim dice por sincero, ou se por lhe convir assim dizer; o certo he que o Tratado foi a Paris e veio a Londres de onde partiu para Lisboa. O meu principal desejo hé descobrir se alguma coisa se estipula sobre a Regencia de Portugal, porque o Governo Inglez esta-se mostrando sobremaneira indisposto contra a actual administração daquelle Reino e recearia que dali a⁴³ // quisesse remover juntamente com o Regente; porem hum artigo que appareceu no Globe de 23 do mez passado bastante me tranquillizou sobre este ponto, fazendo-me lugar de crer que a inimidade do Governo de Inglaterra não passa dos actuaes ministros Portuguezes deixando o Regente immune de suas censuras e mesmo considerando o necessario para permanecer á testa do Governo de Portugal.

[fl. 3. v.]

[fl. 4]

Cumpre-me referir a *Vossa Excellencia* que varias pessoas me tem aqui dito que muito provavelmente teremos de ser inquietados pelo furor philantropico da gente deste paiz declarada contra todo o genero de escravidão, e que me // informarão que já alguns se tinham derigido ao Governo para que os subditos Inglezes que possuissem escravos no Brazil fossem obrigados a libertal-os como as das ilhas de *West*, mas que mui justamente lhes fora respondido que em paizes sугeitos a outros Governos não podia a Inglaterra ter ingerencia alguma sobre esse objecto.

Deos guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 7 de Maio de 1834.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Bento da Silva Lisboa

43 Repetido no original.

Documento 59 - ANEXO I

Datas: Lisboa. 1834, março 22.

Notação: 217.3.2

Descrição: Carta do agente secreto em Lisboa relatando plano de restauração de Pedro I.

[fl. 1]

Numero 31

Lisboa em 22 de março de 1834.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Por esta ultima malla recebi a lisongeira Carta de *Vossa Excellencia*⁴⁴, e com ella outra de meu digno amigo o Senhor Mattos, que com sentimento ouvi partia para a Austria: no mesmo pé, e com o mesmo desinteresse, que com elle entabolei esta correspondencia, sem outra mira mais, que o bem commum, continuarei segundo os desejos de *Vossa Excellencia* e daquelle amigo, a communicar quanto interessar possa mutuamente.

A nossa correspondencia, como *Vossa Excellencia* terá sabido por minhas anteriores participações, prende agora na interessante communicação, á que alludio a minha *numero 30*, feita por pessoa do Paço, e á quem devemos informações exactas; em breve, me diz elle, poder communicar-me de Officio os projectos de Portugal com relação ao Brasil, e sendo como hé, esta materia da maior importancia, e assumpto pelo qual há seis meses trabalho, me resolvo, logo que seja authorisado por *Vossa Excellencia*, á dar uma chegada até Inglaterra, para o que tenho optimos pretextos, sobretudo o de uma liquidação, que ahi fui obrigado á deixar o anno passado, quando repentinamente voltei a Patria. Não desejarei porem tentar a ida, sem primeiro saber se *Vossa Excellencia* está authorisado pelo seu Governo para as despesas desta viagem, que posto não possam ser grandes, não se compadece com o meu pensar ficarem á cargo de *Vossa Excellencia*, sobretudo em materia, que hé de vital interesse para o futuro bem estar do Brasil. Peço pois, na volta do correio, uma resposta de *Vossa Excellencia*, porquanto a demora se tornaria nociva, devendo neste lugar accrescentar, que durante a minha curta ausencia, a correspondencia de Lisboa

44 Esta é a primeira carta anexa, entre as editadas, enviada para José de Araújo Ribeiro e não mais para Eustáquio Adolfo de Melo Matos.

[fl. 1 v.]

continuará por o mesmo modo por esta pessoa, a que alludo, com a differença de ser a mim dirigida nas poucas semanas, que ahi estivesse e neste caso *Vossa Excellencia* de minhas mãos a receberia por assim convir.

Desde a minha anterior de 15 tem escaceado as noticias, nem cousa de // grande monta se offerece apesar de quatro Conselhos de Estado nesta semana. O assumpto, que maior cuidado tem dado ao Governo foi a eleição da Camara do Porto, por sêr ella composta de individuos contrarios a camarilha, que já energicamente representaram a favor da imprensa, contra a prefeitura, e pedido a inviolabilidade dos artigos constitucionaes. O Governo queria dissolver a Camara, trabalha por isso, mas presumo não o fará. A eleição da de Lisboa, que funda amanhã sahira d'igual tempera, e á meu ver augmentará as difficuldades sob as quaes labora o Governo de *Dom Pedro* no meio de grave discredito.

Chamo novamente attenção de *Vossa Excellencia* sobre os negocios do Pará e Maranhão, porquanto no projecto de federação com Portugal, trabalhão com a maior actividade os partidarios de *Dom Pedro*! Um Tenente Coronel de Artilheria por nome Mequiles, chegado do Pará há pouco, donde fugio por ter sido dos que entearam Vivas e Saudes á *Dom Pedro Imperador do Brasil*, tem-se mostrado mui certo de resultado desse plano, e jacta-se de para elle haver concorrido. Delle se soube, que o *Club* aqui mais influente hé no largo do Theatro Italiano, em Caza de [Damin], negociante rico e genro do Rozo, pessoa abastada e influente. Dos passos e projectos destes vou tendo participações, e dellas fará *Vossa Excellencia* o uso conveniente, para com tempo fazer avortar [*sic*] o plano, que á vingar seria do mais funesto exemplo para a tranquillidade do Brasil, que não menos para a de Portugal, que nada tem, nem deve ter com essas loucas e criminozas tentativas de homens despeitados e cheios de ambição.

[fl. 2]

Sabemos, que morosos caminhão os negocios de Hespanha: os Carlistas continuão com suas correrias infestando o payz, e a Regente parece decidida a adoptar huma // politica franca e vigorosa para os debellar. Amnistiados deputados, mas não o faz aos generaes como Mina e outros, que obraram por mandado desses mesmos amnistiados: essa notavel contradicção mal pode fazer prosperar a sua cauza. O nosso Enviado á Madrid Sarmiento não foi ainda recebido, e em verdade isso não deixa de admirar, quando se considera que os dous Pretendentes intimamente ligados

contra a Rainha de Hespanha, lhe fazem crua guerra.

Hoje por noticias telegraficas se diz entrára o Almirante Napier na Figueira com alguns dos nossos vasos de guerra, e ali fizéra proclamar a Rainha. O porto hé aberto, e como ponto militar nada vale, no emtanto seus habitantes tem bom espirito, e podem incommodar os de Coimbra. O nosso amigo *Senhor Mattos*, me participa ter deixado em mãos de *Vossa Excellencia*, com cem Libras Esterlinas de minha conta: trinta destas havia eu mandado entregar a *Mister John P. Knight* com quem tenho contas morador em *numero 4 Tooley Street, Southwarth*; se por acaso elle as não recebeo ainda, pela breve partida do *Senhor Mattos*, peço á *Vossa Excellencia* o favor de lh'as entregar contra ordem minha passada á vista na data de hoje. Do restante disporei no proximo Paquete, pedindo á *Vossa Excellencia* desculpa pelo encomodo.

Queira *Vossa Excellencia* aceitar as expressoens de minha consideração e respeito, e acreditar que me prezo ser tc.

Documento 59 - ANEXO II

Datas: Lisboa. 1834, março 29.

Notação: 217.3.2

Súmula: Carta do agente secreto relatando plano de restauração de Pedro I.

[fl. 1]

Numero 32

Lisboa em 29 de março de 1834.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

A presente semana não offereceo interesse, e devido ao numero de dias festivos apresenta huma esterilidade de noticias, que desde a minha chegada aqui não teve igual.

[fl. 1 v.]

Não mencionei na minha anterior a desintelligencia havida entre *Dom Pedro*, e o Marquez de Rezende, porque suppuz isso não teria ido mais alem de que zanga de momento, // todavia que Rezende começou a enfastiar-se da volubilidade de se amo, e que fallando-lhe verdade achou de encontro, por isso que á esta não se acostuma *Dom Pedro* facilmente, o desagrado daquelle mesmo a quem tantas vezes mentio!

O *Club* do Paço não se reunio em toda esta semana: seu Chéfe constantemente occupado com as ceremonias publicas, não tem tido tempo para curar deste assumpto;

veremos na semana que entra o que occorre.

Apenas soou a remoção do *Senhor Mattos* para *Austria*, que a *Camarilha* principiou á espalhar que elle estava em desagrado, porquanto apezar de se suppôr a *Embaixada de Vienna* de primeira cathegoria, por ser de familia, hé hoje a *Inglaterra* o ponto central da politica Europea. Grande indisposição, como *Vossa Excellencia* terá visto das minhas anteriores, conservão aqui contra elle, e sei que sobre todos *Dom Pedro*, *Gomes da Silva*, e *Rocha Pinto* lhe tem odio figadal: isto basta para dar honra e gloria ao meu digno e bom amigo o *Senhor Mattos*, que sempre zeloso advogou os interesses da sua *Patria*.

Do nosso exercito nada tenho á communicar á *Vossa Excellencia*, e somente que dá cuidado o *Barão de Sá*, que pelo *Alemtejo* se entranhou até *Beja*, não podendo reunir-se-lhe a *guerilha [sic]* do *Batalha* pela grande enfermidade deste. Os *Miguelistas* destacaram 3000 homens de *Santarem* para se reunirem ao filho de *Bourmont*, que pelo *Alemtejo* marchava a cortar a pequena força, que commanda o *Barão de Sá*. Os nossos fizeram sahir de *Setubal* 1200 homens para cortarem o passo aos *Miguelistas*, e fazerem diversão ás forças deste na sua marcha.

[fl. 2] Espero com a maior anxiedade a resposta de *Vossa Excellencia* á minha anterior, relativamente ao que o *Agente do Paço* me deve communicar com relação á futura conspiração contra a *Independencia brasileira*: com a decisão // de *Vossa Excellencia* poderei obrar, e decidir-me, e sem ella estou ligado de pés e mãos sem saber o que deva fazer. Por tal motivo sollicito novamente a resposta de *Vossa Excellencia* á esse respeito, sendo com a maior estima tc.

Documento 59 - ANEXO III

Datas: Lisboa. 1834, abril 12.

Notação: 217.3.2

Descrição: Carta do agente secreto em Lisboa relatando plano de restauração de Pedro I.

[fl. 1]

Numero 33

Lisboa em 12 de abril de 1834.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

A falta de saúde obstou a q'escrevesse á *Vossa Excellencia* na passada semana, e

desde então tivemos dois Paquetes, sem que por elles recebesse carta de *Vossa Excellencia*; com anxiedade aguardo pela resposta de *Vossa Excellencia* aos *numeros* 30 e 31, porque a pessoa a quem alludi nellas sollicita decisão, q'eu mal posso dar-lhe sem estar devidamente authorisado.

No periodo decorrido desde que escrevi a Carta *numero* 32 pouco tem havido que mereça particular menção, achando-se os negocios publicos em apathia. Os dois assumptos de maior monta são as negociaçoens que Lord Howard tem querido entabolar com *Dom Miguel*, e a suppressão da *Chronica* do dia 8, que traduzira um artigo publicado em Londres no *Morning Herald* contra Palmella. Quanto ás negociaçoens, os Representantes de Inglaterra e de França sahiram em companhia do Almirante Parker com tenção de ir á Santarem, e dirigiram-se primeiro ao Quartel General do Conde de Saldanha no Cartaxo, para os acompanhar até aos nossos postos avançados. Chegaram os negociadores á Ponte d'Asseca, e pedindo para entrarem em Santarem, *Dom Miguel* lhes denegou licença, bem como recusou que fallassem aos Condes de Barbacena e *São Lourenço*, mandando o General Lemos enquirir o que pretendião os Representantes da Inglaterra e da França; estes declararam offerecião a sua mediação para se pôr termo á guerra civil, e Lemos disse, [fl. 1 v.] que toda a negociação que não tivesse por base o cazamento de *Dom Miguel* com a Rainha era inadmissivel! Lemos fallou largamente // com o Conde de Saldanha, e os negociadores retiraram-se descorçoados, e mui zangados contra *Dom Miguel*. O Governo de *Dom Pedro* tinha concordado previamente com Lord Howard, que estava prompto a conceder alimentos ao Infante, e amnystia ampla aos seus sequazes, uma vez que elle sahisse do territorio portuguez: hontem aquelle Lord fez segunda tentativa infructifera pelo Secretario da sua Embaixada e hoje voltou sem nada haver concluido, nem haver probabilidade de concluir, porquanto o Infante *Dom Carlos* acaba de entrar em Santarem com 600 dos seus, e ha de obstar á qualquer compromisso, pois na quéda de *Dom Miguel* ou sahida do Reino perde elle o ponto de apoio que tinha. O Governo de *Dom Pedro* creio vai entrar em reclamaçoens diplomaticas pela estada de *Dom Carlos* em Portugal, e pede á Inglaterra e á França, que segundo o direito das Gentes o faça sahir de Portugal, aonde este Infante veio crear um Estado dentro de outro Estado: nestas reclamaçoens farão entrar a Hespanha que tem interesse immediato no acabamento da contenda e sahida de *Dom Carlos*.

Relativamente ao Duque de Palmella a *Chronica* de 8 publicou o artigo a que illudi [*sic*], e logo que Dom Pedro o viu, mandou supprimir os exemplares que tinha sahido, e publicar outra dando publica satisfação ao Duque, e taxando o artigo de falso e calumnioso. O redactor foi demittido, e a Camarilha tratou logo de offerecer a David, que foi Editor do *Caramurú*, e a quem alludi nas minhas anteriores, para desempenhar o encargo. Dom Pedro mandou logo que o aceitassem e hé hoje o David redactor da *Chronica*! Brevemente teremos da penna delle artigos como os que publicava no Brasil, e de accordo com os Clubistas do Paço, irá preparando os espiritos para as tentativas futuras.

[fl. 2] No anniversario da Rainha manifestou-se á favor della grande entusiasmo: Rocha // Pinto e Gomes da Silva andaram nesse dia acintemente fóra do cortejo, e para a desfeitiarem ambos se vestiram de preto, apparecendo a pé em todos os lugares publicos. No Theatro de São Carlos onde [esteve] Dom Pedro com toda a familia, os vivas foram exclusivamente á Carta e á Rainha, e individuos havia preparados para quando os Agentes da Policia os entoassem á Dom Pedro, gritarem – basta! Isto que transpirou em alguns circulos produzio talvez effeito de se não realizar a tentativa.

Acaba de chegar o Navarro, Barão de Inhomerim chamado por Dom Pedro para o seu lado: naturalmente vem substituir o Marquez de Rezende, (que continua longe da Côrte) nas boas graças de Dom Pedro! Este Chéfe do *Club* de França, á quem vi em Paris, tem ainda voltado os olhos para o Brasil, onde ainda espera medrar á sombra da protecção de Dom Pedro, e do partido Caramuru, com o qual está em activa correspondencia desde muito.

Ao concluir esta corre o boáto, não vejo com que fundamento, que Dom Miguel quer admittir a mediação da Inglaterra e da França, e até accrescentão os forjadores de noticias, que os seus fazem propostas, desejosos como o estão de acabar com o estado de guerra civil, que os tem reduzido ao ultimo apuro. A este boáto deo fundamento a chegada de um Correio á Lord Howard, que elle havia mandado ao Quartel General Miguelista.

Disponha Vossa Excellencia de minha inutilidade e accredite-me ser tc

Documento 59 - ANEXO IV

Datas: Lisboa. 1834, abril 20.

Notação: 217.3.2

Súmula: Carta do agente secreto em Lisboa relatando plano de restauração de Pedro I.

[fl. 1]

Numero 34

Lisboa em 20 de abril de 1834.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

[fl. 1 v.]

Annunciei á *Vossa Excellencia* no meu anterior *Numero* 33, a nomeação do David, vulgarmente chamado o Caramurú para redigir a *Chronica* a manhã saihe a sua primeira produção, sob a censura de Magalhes, administrador da Imprensa. // A este David ouvi o Agente do Paço dizer nesta semana que a parte mais interessante da politica de Portugal era o recuperar o Brasil, e que agora que se achão a concluir os negocios politicos internos, era necessario voltar os olhos para o Brasil, e proteger os bons (os da láva delle!) que trabalham no Brasil, e ministrar-lhes soccorros para triunfar a boa cauza!

A nomeação deste individuo foi obra de *Dom* Pedro exclusivamente, que o protege, assim como protege quantos renegados tem vindo de todas as partes, e aos quaes vai naturalizar portuguezes como *Vossa Excellencia* terá visto do Officio dos Negocios Estrangeiros ao Consul Brasileira! [*sic*] Tal gente será seu melhor sustentaculo para seus planos ultteriores, dos quaes *Vossa Excellencia* ha de ter conhecimento, logo que receba a desejada resposta anteriormente sollicitada.

Inhomerim e Rezende tem tido conferencias: este ultimo não vai ainda ao Paço, mas vê frequentes vezes toda a gente do *Club*: *Dom* Pedro e Aracaty tem se reunido no *Club* á miudo, sobretudo com Inhomerim, que parece ser agóra a alma das tramas caramurus.

Corre nos altos circulos, mas muito em segredo, que se descobrirá uma correspondencia secréta, entre a Baroneza de Sturmfelder, Camareira da Duqueza de Bragança, e a Côrte de Austria: tal correspondencia não pode ter outra natureza, que não seja apostolica, e então claro hé, que se *Dom* Pedro não demittir a Baroneza, que hé sabedor da materia e a aprova! Sobre este ponto de interesse maximo, e quando a mostrar as harlequinadas do Scapin da realeza, mais de um observador espreita o seguimento do negocio, que eu digo desde já, ficará entregue ao processo ordinario, e

se por ventura tiver resultado hé filho da publicidade, que não da vontade.

[fl. 2]

Nesta semana tem havido deserçoens de muita consideração no Exercito Miguelista, que nesse gráo está a do Visconde de Santa Martha, // João da Silveira, Deputados e Caixa da Companhia do Douru, Dezembargador Coutinho de Alçada e outros, que não posso ennumerar por ignorar seus nomes. Todos estes characteres miguelistas se apersentaram ao Duque da Terceira na sua marcha sobre Murça, aonde chegou e partiram para o Porto, aonde por interesse proprio hão de cooperar para o mais prompto desfecho da questão.

Temos, de fonte limpa, a noticia de se acharem em Territorio portuguez, forças Hespanholas, commandadas pelo General Rodil, que dizem entra em Portugal para obrigar Dom Carlos á sahir deste Territorio: o Pretendente cotinua em Santarem com os seus, e creio pouco terá de temer do Gabinete de Martinez de la Roza, que pelo em quanto trata de estabelecer em Hespanha um *juste milieu*⁴⁵ á sua moda, como se houvessem extremos. Pelo em quanto ali não há senão absolutistas ou sejão Carlistas ou Christinos, e portanto não pode haver termo medio, entre gentes da mesma fé politica, e só com denominaçoens diferentes. No entanto a entrada dos Hespanhoes deve desalentar muito o partido miguelista, á quem resta sómente appelar para a Russia.

Hontem sahio um Decreto, pelo Ministerio da Fazenda, nivelando os direitos de 15 por cento, para todas as naçoens á exemplo da Inglaterra, que tinha esse privilegio pelo Tratado de 1810: esse Decréto tem cauzado grave desgosto entre o Corpo Mercantil Inglez, mas no povo fez a melhor impressão, porquanto a politica dubia da Inglaterra na nossa contenda civil, tem gravemente indisposto a Nação. O Decreto sahio por contraposto ao despacho, que teve o Almirante Parker, Tory furibundo que acaba de ser creado membro do Almirantado e Commendador da Ordem do Banho, pelo muito que auxiliou os partidarios de Dom Miguel, dentre os quaes teve o ex-Intendente cinco mezes á bordo da sua náó!

[fl. 2 v.]

Na 3ª feira tencionava Dom Pedro ir ao // Cartaxo com a Rainha e passar revista ao Exercito: hé esta a primeira vez que a Rainha, depois que o Exercito ali acampou, vai áquelle ponto: julga-se será recebida com o maior enthusiasmo; mas esse pouco significa entre Tropa mercenaria, que applaudem quem melhor lhe paga;

45 Sublinhado no original.

todavia diga-se com justiça que o nosso Exercito ainda que participa do commum de taes massas, tem feito relevantes serviços á sua Patria, e á ella se deve nossa alforria.

Nada mais occorre por o em quanto senão repetir-me tc.

Documento 59 - ANEXO V

Datas: Lisboa. 1834, abril 17.

Notação: 217.3.2

Descrição: Carta do agente secreto relatando plano de restauração de Pedro I.

[fl. 1]

Numero 35

Lisboa em 17 de abril de 1834.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

O *Paquete* do dia 9 do corrente trouxe-me Carta de *Vossa Excellencia* com essa data, em resposta á *minha numero 31*: ella hé sobremaneira lisongeira pelo conceito com que *Vossa Excellencia* me honra para deixar de tributar á *Vossa Excellencia* meus agradecimentos tanto mais sinceros, *quanto* conheço o sentimento q'os dicta. Concordando plenamente com *Vossa Excellencia*, *quanto* á conveniencia da *minha* estada em Lisboa, cazo pode ocorrer de tal transcendencia, que me obrigue momentaneamente a interromper essa estada, sobretudo se a natureza das communicações confidenciaes fôr tal, que della dependa o futuro bem estar do Brasil, que pode neutralizar os futuros projectos da despeitada Camarilha, e pela publicidade e medidas tomadas á tempo de accordo com os seus alliados obstar aos projectos de vingança e ambição que *Dom Pedro* e os seus partidarios lhe preparão. Brevemente informarei á *Vossa Excellencia* do accordo em q'estou sobre a ida á Inglaterra por mui pouco tempo, porque essa depende da transcendencia da materia de que se me promete communicação, e que se me não faria se o Agente do Paço suspeitasse que *Vossa Excellencia* ou alguém por parte do Brasil entrava no segredo. O Agente pensa que quantas communicações me fez, são para informação do *Club* do Saldanha, e então á esperanza // de premio e a certeza q'elle venha breve à figurar e o remunerar com emprego (o que lhe affiancei autorizado pelo Conde) tem feito com que nos sirva com fidelidade, prestando valiosos serviços á causa tanto do Brasil como de Portugal, que mal se podem separar pela identidade de interesses. Daqui

[fl. 1 v.]

verá *Vossa Excellencia* que ainda dada a minha temporaria auzencia, o terceiro de que se trata em nada entraria, e continuaria na mesma crença como até aqui, porquanto elle mui bem sabe que tanto em Inglaterra como em França temos Agentes.

Satisfeita nesta parte a resposta á honrosa Carta de *Vossa Excellencia*, cumpre-me dar o resumo da semana, e não será faltar á classificação das materias começando pelos trabalhos do David, novo redactor da *Chronica*. Não me enganei, quando annunciei nas *minhas* precedentes, q'elle cedo entrava com o Brasil: já nesta semana em um dos *numeros* publicados lançou o odioso asseverando q'o actual governo do Brasil deseja o triunfo de *Dom Miguel*! Isto que parece puerilidade, hé todavia filho de plano á que já alludi anteriormente: e tem por fito indispor a opinião do povo portuguez contra o Brasil e contra o povo brasileiro, por maneira que *quando* se intente qualquer injusta aggressão futura, o sentir popular seja favoravel aos sacrificios, que será necessario fazer para sustentar uma tão ruim cauza. Para novos e virulentos ataques deve *Vossa Excellencia* estar preparado, porquanto sei pelo referido Agente, que para esse fim hé, q'o famigerado David foi escolhido.

[fl. 2] Em uma das *minhas* cartas anteriores falei em um celebre corretor por nome Buschental, cazado com uma senhora mui formosa, q'aqui dava partidas com fins politicos. Vi este homem, que me pareceo ladino aventureiro em caza do Saldanha, e muito desconfiei delle, o que fazendo notar ao Conde, disse-me, q'o tinha em má conta, mas que conhecendo-o do Rio o admittia em Caza, sem todavia em sua presença // fallar em politica. Diz-se que este aventureiro quiz ao mesmo tempo prestar serviços á *Dom Pedro* e aos seus contrarios, e q'o *Club* do Paço descobrindo isso intrigou para o fazer sahir de Lisboa, tomando nisso grande parte Aracaty, hoje influente no *Club* Caramurú.

Silva Carvalho largou a pasta da Justiça por ordem de *Dom Pedro*: uma accusação formal de prevaricação feita á *Dom Pedro* pelo Bacharel Reis em audiencia publica foi a *primeira* causal: a *segunda* consistio em rejeitar-lhe o Conselho de Ministros o seu plano de crear uma nova relação. Para a Justiça passou o Ministro do Reino *Joaquim Antonio* de Aguiar, e para o Reino foi o Prefeito *Bento Pereira* do Carmo. Esta mudança dá desgosto á Camarilha e parece precursora de outras de maior monta, mostrando que nos Conselhos de *Dom Pedro* já não existe a mesma união que havia. Palmella aproveita a occasião e trabalha por empolgar o poder,

intrigando, adulando e fazendo-se partido, *Dom* Pedro porém não gosta delle, e por isso com difficuldade poderá vencer.

A entrada dos 6000 hespanhoes sob o commando do Rodil, no nosso Territorio por Almeida; as marchas rapidas do Duque da Terceira; a defecção das milicias na Figueira unico ponto que resta aos Miguelistas, e *para* onde partio há dois dias Napier; e as deserçoens numerosas do exercito de *Dom* Miguel mostram q'a ruim cauza deste tiranno toca na sua hora derradeira. Acabada porem a guerra civil, *muito* temos que arranjar internamente, e então hé que o Governo brasileiro deve estar atento, *para* que *Dom* Pedro os não possa inquietar. Á perspicacia de *Vossa Excellencia* mal escapará o emprego dos meios necessarios para se obterem os fins, parecendo-me, q'o Brasil deve ter de antimão preparado um representante de maior cathegoria, e mais vastos conhecimentos do q'o actual Agente Consular, para vir aqui residir logo que se acabe a contenda civil em Portugal.

[fl. 2 v.]

O Ministro Inglez // não está em boa intelligencia com este Governo, sobretudo depois do Decreto, que nivelou os direitos a todas as Potencias em damno do Commercio inglez: a medida foi aqui popular e de justa reprezalia pela alteração que no anno 33 soffreram nossos vinhos, sem attenção alguma ao estado em q'então nos achavamos; todavia foi intempestiva, porque não estamos tão seguros, que possamos arrostar com a Inglaterra. A França, que desde *muito* pedia a alteração dos direitos em seu beneficio, mostra-se mui satisfeita com a medida que deixo referida, e seu representante tem expressado contentamento por ela se haver adoptado.

Consta-se achar-se em Abrantes o Infante *Dom* Carlos com os seus sequazes, provavelmente vem a Santarem, apenas os Hespanhoes do Commando do Rodil, avancem de Castello Branco. Corre hoje o boato, q'o Duque da Terceira combina os seus movimentos com a divisão Hespanhola, o que duvido porq'esta proclamou na sua entrada em Portugal, que se dirigia simplesmente a hostilizar *Dom* Carlos e os seus, e que não tomava parte na contenda civil. Isso está em concordancia com a versatil politica do Gabinete de Madrid, q'ainda < até > hoje, por contemplação com os Governos absolutos, não tem reconhecido o Representante da Rainha.

Concluo offerecendo á *Vossa Excellencia* os meus respeitos, e participando que no *Paquete seguinte* ou no subsequente disporei dos fundos de *minha* conta, q'em mãos de *Vossa Excellencia* deixou o digno amigo o *Excellentissimo* Senhor Mattos,

que desejo saber se já foi para Vienna, porquanto quero para ali escrever-lhe tc.

Documento 60

Datas: Londres. 1834, junho 4.

Notação: 216.1.15

Súmula: Ofício ostensivo relatando a conjuntura geopolítica da Europa.

[fl. 1]

Numero 15

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Teve lugar a semana passada huma parcial mudança de Ministerio neste Governo. Tratava-se na Camara dos Communs dos Dizimos da Igreja Protestante na Irlanda, e reconhecendo-se geralmente que eram superiores ás necessidades do seu clero naquella ilha dividiu-se o Ministerio em parecer sendo huns de opinião que tudo continuasse a ser applicado ao Clero como sua propriedade, e outros que sómente se lhe desse o que fosse necessario para a sua decente subsistencia applicando-se o resto ás outras necessidades do Estado. Esta opinião sendo a da maioria veio a prevalecer, e os dois Ministros Stanley e Graham que a impugnávão dêrão a sua demissão, que foi no dia seguinte seguida da de Lord Ripon e da do Duque de Richmond. As vagas que assim deixárão os Ministros demittidos foram preenchidas pela maneira seguinte: Mister Stanley na Repartição das Colonias foi substituido por Mister Spring Rice que era Secretario do Thesouro, e que teve nesse lugar por substituto a Mister Francis Baring. Lord Mulgrave foi nomeado para o lugar do Duque de Richmond na Administração geral dos Correios mas não aceitou, e Lord Auchlam para o de Sir James Graham no Almirantado. // Lord Grey continúa a dirigir a Administração como anteriormente; elle logo depois da demissão dos Ministros recebeu huma protestaão assignada por hum grande numero de Membros da Camara que lhe asseveravão a permanencia da confiança que nelle punhão, e a continuação do apoio que lhe prestavão. No entretanto a julgar-se pelo que dizem algumas gazetas os novos Membros do Ministerio não parecem capazes de contribuir muito para a confiança e bôa opinião de que tem gozado o seu chefe.

[fl. 1. v.]

As relaçoens de Inglaterra com a Russia e as Potencias do Nôrte cada vez mais se esfrião, como parece que o provão algumas circumstancias que tem occorrido. Sir Stratford Canning sendo nomeado Embaixador para a Russia não foi aceito por

[fl. 2]

aquelle Governo de baixo do fundamento de alguns actos por elle praticados em quanto Embaixador em Constantinopla; e persistindo o Governo Inglez em não nomear outro e em deixar hum Encarregado de Negocios em Petersburgo, succede agora que o Governo Russo chama tambem o seu Embaixador nesta Côrte nomeando hum Encarregado de Negocios para o succeder. Esta hé a razão mais obvia e rasoavel do proceder daquelle // Governo em chamar o seu Embaixador, se bem que huns o attribuem ao Tratado da quadrupla alliança que se diz formado pelas Potencias do meio dia da Europa para contrabalançar a influencia do Nôrte, e outros á ambição da Princeza de Lieven, mulher do Embaixador, de intrometter-se na politica e de querer dirigir os Gabinetes da Europa. A chamada do Embaixador da Russia foi precedida da do da Austria Principe Esterhazy que daqui já partiu deixando hum Encarregado de Negocios em seu lugar. Este se diz que vai tratar dos bens de sua caza que lá reclamão a sua presença depois da morte de seu pae.

[fl. 2. v.]

As Cortes estão convocadas em Hespanha para se reunirem no dia 24 de Julho. O Governo da Rainha ali vai triumphando de seus inimigos, e dirigindo os seus negocios melhor do que havia razão de se esperar. Elle tentou contrahir hum emprestimo, e sabendo que os possuidores em Inglaterra das Apolices do antigo emprestimo das Cortes diligenciavão que o reconhecimento desse fosse huma condição preliminar para o novo, deliberou abrir as negociaçoens no paiz e ouvir primeiro as propostas dos capitalistas nacionaes; mas não achando que // estas lhe convinhão resolveu ultimamente sustar este negocio até a convocação das Cortes a cuja deliberação o pertende submeter. As ultimas noticias dão saidos de Madrid os Ministros da Russia e Prussia por não quererem seus Governos reconhecer a Rainha Isabel.

O Governo da *Senhora Dona* Maria 2^a em Portugal tem continuado a ganhar terreno e a dilatar o seu dominio por quasi todo aquella Reino. *Dom* Miguel já abandonou Santarem, e diz-se que se refugiára em Elvas com *Dom* Carlos. O Tratado da quadruple Alliança já aqui chegou com a ratificação do Governo Portuguez e já daqui partiu há 3 dias para Lisboa a ratificação do Governo Inglez. Refere-se que o Duque Regente poséra algumas difficuldades na sua ratificação, não querendo que se desse o titulo de Infante a seu Irmão, e exigindo ao menos por 3 annos mais a continuação da sua Regencia tal qual se acha sem a convocação das Cortes, ao que

[fl. 3]

não annuiu o Governo Inglez insistindo em que se convoquem as Cortes e que estas decidão da Regencia do Reino. Lord Palmerston que havia dito na Camara dos Communs que o Governo Portuguez havia nivellado todos os direitos de importação não obstante // (*notwithstanding*) os seus Tratados com a Inglaterra, declarou ao depois em outra sessão que nisso nada havia de contrario ás estipulações existentes entre os dois paizes.

Mister Hamilton nomeado Ministro para Buenos-Ayres não partirá daqui antes dos fins do proximo mez de Julho; elle leva Instrucçoens para fazer hum Tratado de Commercio com Montevideo, e para negociar tambem com aquelle Governo sobre a prevenção do trafico de escravatura nos seus portos.

Depois de haver escrito até aqui o presente Officio chegarão noticias de Portugal referindo que o *Senhor Dom Miguel* se tinha em fim rendido ao General Saldanha e que escolhia o porto de Sines no Algarve para se embarcar em hum Navio Inglez. O Officio do General Lemos que assim o participa ao General Saldanha hé datado de Evora aos 26 de Maio, onde parece que foi o lugar em que aquelle Principe tomou a resolução de se entregar, não podendo ganhar Elvas como tenciona por lhe haver o Duque da Terceira cortado o caminho, e por haverem seus soldados recusado bater-se.

[fl. 3. v.]

Fica assim terminada por agora a questão portugueza // com cujo Governo tem o Governo Imperial de tratar sobre objectos de não pequena consideração, succedendo infelizmente que á testa daquelle se acha huma pessoa de todo fôra das nossas sympathias, e que por suas circumstancias se constitue hum obstaculo para as negociaçoens e boas relações que devemos manter com Portugal. Todavia se procurarmos diligentemente distinguir o Duque de Bragança e seus projectos ambiciosos do Governo Portuguez, e se mostrarmos sempre que nos fôr possivel que em muito prezamos a Nação ainda que não sympatizemos com o seu actual Regente, não duvido que muitas das difficuldades se hão de aplanar mesmo quando as Cortes portuguezas não ponhão em outras mãos a Regencia daquelle Reino.

Deos Guarde á *Vossa Excellencia*. Londres em 4 de Junho de 1834.

Illustríssimo e Excellentissimo Senhor Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho

Jozé de Araujo Ribeiro

Documento 61**Datas:** Londres. 1834, junho 4.**Notação:** 217.3.2**Súmula:** Ofício reservado informando sobre a "questão portuguesa" e sua relação com o Império.

[fl. 1]

Numero 7

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Reservado

Encontrando-me há dias com Lord Palmerston na Côrte lhe pedi que me desse hum palavra, e retirando-me para hum lado lhe dice estar informado que em certo tempo se fallou na Europa que a Inglaterra e França tinham vistas de reenviar o *Senhor Dom Pedro* para o Brasil, que agóra se acabava de celebrar hum Tratado entre essas duas Potencias e as da Peninsula, que apesar de ainda andar secréto era comtudo geralmente dito como certo que os negocios de Portugal e do seu Governo formavão hum dos principaes objectos delle; que eu andava inquieto não sabendo se entre as suas estipulaçoens alguma havia sobre essa reenviatura do Duque de Bragança, e que se elle não tivesse difficuldade alguma houvesse de esclarecer-me e tranquillisar-me sobre esse ponto. Lord Palmerston respondeu-me que eu podia ficar bem tranquillo e certo de que nada havia em tal Tratado que tivesse a menor relação com semelhante ponto que tudo quanto anteriormente se havia dito á tal respeito era pura calúnia que a Inglaterra jamais se intrometteria em semelhante coiza e que não

[fl. 1. v.]

era della que havia de ir nova causa de discordia para o Brasil quando era manifesto // que ella muito se interessava na sua paz visto que quando lá havia discordia não só soffrião os Brasileiros mas tambem o Commercio Inglez. Que elle sabia que *Dom Pedro* havia intrigado a fim de predispor as coisas no Brasil para hum volta, mas que a remoção do Tutor de Sua Magestade o Imperador lhe desconcertára os planos. Observando eu que ouvil-o discorrer por este modo me causava hum prazer inexplicavel lhe dice mais que o que tinha muito concorrido para o meu desasocego fôra saber que *Dom Pedro* já não era muito estimado em Portugal, receando que talvez, attendendo a essa circumstancia, tratassem as Potencias contractantes de lhe dar novo destino no Tratado em questão. Elle tornou que *Dom Pedro* era menos desestimado do que geralmente se dizia que era verdade que elle tinha más

[fl. 2]

qualidades, mas que tambem tinha boas; ao que eu ajuntei que sem duvida tambem tinha boas qualidades, e que os serviços que elle tinha feito a Portugal eram mui relevantes e seria injusto que os Portuguezes o desconhecessem, e repetindo outra vez que muito prazer me causava ouvir as asseveraçoens que elle me fazia das boas intençoens de Inglaterra a nosso respeito, lhe dice mais // que isso só sobremaneira me tranquillizava por estar convencido de que do *Senhor Dom* Pedro só por si e sem apóio das Potencias da Europa pouco deviamos recear. Lord Palmerston observou aqui que pelas ultimas noticias que recebêra do Brasil via que tudo hia ali bem e tranquillo, e que elle estimava muito.

[fl. 2. v.]

Vão juntos os Officios que tenho ultimamente recebido do nosso Consul Geral em Lisboa e outrosim por copia as cartas do nosso Agente particular da mesma Cidade e por elles se informará *Vossa Excellencia* de algumas noticias particulares daquelle lugar. A ultima parte do primeiro Officio do Consul hé a resposta ao que lhe escrevi sobre as intençoens do Governo Imperial de entrar em negociação com o de Sua Magestade Fidelissima. *Vossa Excellencia* dará ás suas reflexões á esse respeito a consideração que merecerem. Vai tambem junto hum *numero* da *Chronica* de Lisboa que contem algumas coaxadas lamentaçõens do seu novo redactos sobre as nossas coizas; o nosso Consul e Agente as atribuem a planos de hostilidade, e eu as considero em muito modo como hum mal alinhavado acto de represalia de alguns artigos que sobre o Duque Regente e seu governo tem apparecido nas gazetas // do Brasil. Desejaria eu muito que cessassem estas desconchavadas publicaçõens, que se distinguissem as coizas, e que Portugal soubesse que o Brasil lhe não quer mal para nos retribuir iguaes sentimentos; mas em quanto não houver Governo Representativo naquelle Reino, e em quanto a imprensa [*sic*] ali estiver escrava da Regencia não concebo esperanças <de ver> em effeito o que desejo. A consolação que me acompanha hé que a gente que ali nos hé mais infensa e que governa as gazetas, sendo a mais mal olhada pela massa dos Portuguezes liberaes e bem intencionados, tem de necessariamente desaparecer da scena logo que se installe o Governo Constitucional.

Deos Guarde á *Vossa Excellencia*. Londres em 4 de Junho de 1834.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho

Documento 61 - ANEXO I

Datas: Lisboa. 1834, maio 3.

Notação: 217.3.2

Súmula: Carta do agente secreto em Lisboa ao embaixador em Londres relatando plano de restauração do ex-imperador. A cópia é assinada pelo então adido Augusto de Paiva.

[fl. 1]

Numero 36

Lisboa em 3 de Maio de 1834

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Desde a minha ultima com a data de 25 do passado, não se tem offerecido coiza de maior interesse, e á excepção de algumas pequenas intrigas do Paço, entre os corifeos de *Dom Pedro*, pouco há a dizer.

[fl. 1 v.]

Dom Pedro com a Rainha achão-se no // Ramalhão junto à Cintra, tomando as aguas, e os ares daquelle delicioso lugar. Ali continua influente Gomes da Silva, e à miudo hé visitado por Inhambi e Aracaty que são os favoritos de *Dom Pedro*: Rocha Pinto conserva-se com pequena influencia, e o Tavares mui decahido da graça. Entre o Estado Maior, chamado Imperial lavra a sizania e a intriga, e cada hum trata de supplantar o seu rival. Almeida maneja com Gomes da Silva os negocios de peculato, e Portugal está hoje o que era outróra a corrupta Côrte do Brasil: por isso procura a Camarilha prolongar o mais possivel este estado de coizas, para que as Cortes se reunão o mais remotamente que couber na possibilidade.

O ultimo navio que veio do Rio trouxe folhas, nas quaes vierão transcriptas as viagens e feitos e Antonio Carlos! No Paço fizeram grande impressão esses impressos, e com factos singulares, ficaram aturdidos de verem descobertos alguns dos seus projectos. Breve teremos a *Chronica* tratando de calumniosas as imputações, e defendendo seus campeões. Breve deve aqui chegar *João Baptista* Moreira, que tão relevantes serviços prestou a *Dom Pedro*: temos noticia do seu embarque para Lisboa, com um magote de

Columnas e Caramurús, que vem engordar á sombra de *Dom* Pedro, no cadaver exangue do malfadado Portugal! Já se ouve pelos *Clubs* engrandecer os valiosos serviços prestados por estes sicarios, e na opinião daquelles, tudo será pouco para os premiar!

[fl. 2]

O famigerado Buschental, que na minha anterior annunciei partia, por ter sido mandado sahir, pretextou falta de saude, e por o em quanto ficou: no emtanto o Governo toma medidas para que elle saia, e se acaso o não fizer por este Paquete, pelo seguinte o fará forçosamente. Na correspondencia interceptada para *Dom* Miguel diz-se, se lhe achárão Cartas que este Buschental // lhe dirigia, e o que hé galante, espalhão os partidarios de *Dom* Pedro, que aquelle Agente era pago pelo Brazil para auxiliar a cauza de *Dom* Miguel!

Continua a desintelligencia do Governo Inglez com Portugal: os direitos nivelados dão-lhe que entender, e agora pretendem que Portugal não tinha direito de alterar as suas pautas, sem que se nomeasse a Commissão mixta, de que tratão as estipulaçoens do Tratado de 1810: como se por ventura alterando a Inglaterra de seu *motu proprio* este Tratado, sem Portugal ser ouvido, não assistisse a este Reino o mesmo direito que aquella Potencia se arrogou, invalidando o contracto que era mútuo? No emtanto apesar da justiça da medida, tenho-a por intempestiva, em quanto estamos a braços com o Miguel, muito mais sendo, como somos, Nação pequena, retalhada e dividida por facçoens, que facilmente se tornão instrumentos de intrigas estranhas.

Corre hoje que o Duque da Terceira entrára em Coimbra, e que de Leiria sahiram algumas forças nossas para impedir a reunião de trez mil Miguelistas que sahiram de Santarem para soccorrer Coimbra. O Almirante Napier sahio hontem por noite em um Vapor com alguma tropa de desembarque, para tentar com a esquadilha, que se acha defronte da Figueira, o ataque daquella praça, que os Miguelistas fortificaram. As

operaçoens navaes de Napier hão de ser combinadas com as do Duque da Terceira sobre Coimbra, e há toda a probabilidade, que a Figueira caia em nosso poder sem maior sacrificio de vidas.

O Algarve tem soffrido alguns revezes nas mal combinadas sortidas do Barão de Sá da Bandeira: não se receia todavia que os Miguelistas entrem no litoral, porquanto os pontos importantes estão bem fortificados e guarnecidos.

[fl. 2 v.] Tem feito aqui bastante sensação o Decreto da Convocação das Cortes // de Hespanha, e muito tem alentado o verdadeiro e puro partido liberal, que da consolidação das Instituiçoens liberaes no Reino limitrofe, espera a sua salvação. O estado de Portugal, por o em quanto anomalo, só pode encontrar a tão desejada tranquillidade, na estabilidade de um Governo Representativo na Hespanha. Sem dar-se essa hypotheze, a nossa situação, por melhor que pareça, será sempre precaria.

Nada mais occorre por o em quanto, que repetir-me com a maior consideração e estima De *Vossa Excellencia* tc

Documento 62

Datas: Londres. 1834, junho 13.

Notação: 216.1.15

Descrição: Offício ostensivo relatando boato de revolução em Portugal.

[fl. 1]

Numero 18

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Hontem de tarde espalhou-se nesta Capital o boáto de que havia arrebentado em Lisboa huma revolução contra o *Senhor Dom Pedro*, e que *Dom Carlos* e *Dom Miguel* tinham deixado de embarcar-se e escapado para o interior do Reino. Este boáto fez logo baixar os fundos portuguezes 4 %, mas não se verificou, e parece que a verdadeira noticia chegada de Lisboa hé a de huma assuada que teve lugar no Theatro de *São Carlos* contra o Duque Regente.

Deos Guarde á *Vossa Excellencia*. Londres em 13 de Junho de 1834.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho

Documento 63

Datas: Londres. 1834, julho 2.

Notação: 217.3.2

Súmula: Ofício reservado informando sobre a "questão portuguesa" e sua relação com o Império.

[fl. 1]

Numero 8
Reservado

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Annexa ao presente Officio tenho a honra de remetter á *Vossa Excellencia* a correspondencia recebida de Lisboa do nosso Consul Geral e Agente particular. Este em hum saque que ultimamente me fez excedendo a quantia que á sua disposição se achava posta em meu poder pelo meu antecessor incluiu de mais £ *sterlina* 22,, e, que me pareceu conveniente pagar, e que *Vossa Excellencia* me fará indemnisar pela maneira que julgar á proposito. Na sua carta *numero* 40 verá *Vossa Excellencia* os seus projectos de dirigir as eleições dos Deputados em Portugal assim como as urgentes requisições que me faz das sommas necessarias para esse fim, ao que eu sempre respondo que espero instrução dessa Côrte; e effectivamente desejaria que *Vossa Excellencia* m'as mandasse sobre a continuação ou cessação desta correspondencia na certeza de que será necessario continuar a pagal-a, á querer que ella continúe. Na ultima das suas Cartas denuncia elle o projecto que tem o Governo portuguez de mandar huma Esquadra ao Brasil, e dá por prova dessa intentada medida a vinda á Inglaterra de Napier que tem de tomar posse dos vasos de guerra portuguezes tomados pelos Francezes a *Dom Miguel*, e que se achão em Brest. // Hé bem verdade que Napier veio a Inglaterra, dizem aqui as gazetas, para se apresentar como candidato ao Parlamento por huma vaga que se espera no seu condado; e hé tambem verdade que há tempos se negocia com o Governo Francez a restituição daquelles vasos que vão com effeito ser entregues; porem nem huma nem outra coisa me induz por óra á acreditar na denuncia do correspondente, se bem que a não considere impossivel de verificar-se. O meu deve nestas circumstancias hé exercitar toda a possivel vigilancia, communicar á tempo [*sic*] qualquer circumstancia que possa persuadir-me ou dissuadir-me do projecto, e dar naquelle caso todos os passos

[fl. 1. v.]

que se encaminhem por via deste Governo, á fazer abortar essa tão louca medida.

Deos Guarde á *Vossa Excellencia*. Londres em 2 de Julho de 1834.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Aureliano de Souza e Oliveira
Coutinho

Jozé de Araujo Ribeiro

Documento 63 - ANEXO I

Datas: Lisboa. 1834, maio 17.

Notação: 217.3.2

Descrição: Carta do agente secreto em Lisboa relatando ao embaixador do Brasil em Londres plano de restauração do ex-imperador e de federação entre Portugal e as províncias do Norte. A cópia é assinada pelo então adido Augusto de Paiva.

[fl. 1]

Numero 38

Lisboa em 17 de maio de 1834.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Tivemos há dois dias chegada do Rio uma Galera Austriaca com muitos passageiros Emigrados portuguezes e em 48 dias. Entre os Portuguezes não emigrados, que trez há que o não são, vem o ex-Consul *João Baptista* Moreira que ápenas chegou foi logo ao Paço, e teve larga entrevista com *Dom* Pedro, sendo portador de Cartas para Elle. Como neste navio vinha pessoa minha conhecida, tratei de ser introduzido ao Moreira, e hoje o consegui, tendo com elle conversado largamente sobre os negocios do Brasil. Tinha ideia anticipada, que o homem, já por seo proceder, e já pelo que escrevia para Inglaterra, em quanto durou a emigração, era mui pouca couza, mas com effeito por diminuto em conhecimentos, e limitado em pensar, que o considerava, achei-o ainda inferior ao que anticipava. Moreira depois de vociferar contra o Brasil, disse que o motivo por que o Governo Brasileiro o fizera sahir, era porque elle queria com energia sustentar as reclamaçoens das indemnizaçoens por parte de Portugal, e então quizerão por isso afastal-o, tomando por pretexto, a accusação de elle sustentar o partido de *Dom* Pedro, o que era falso. Accrescentou que o Brasil estava sobre um volcão, e que qualquer força que lá

[fl. 1 v.]

mandassem (o que aconselhava a *Dom Pedro*) faria instantemente a Revolução! Disse mais que *Dom Pedro* tinha grande partido mesmo entre os Brasileiros, e que no Governo Brasileiro havia muita desunião, e que ou o Brasil voltava ao dominio de *Dom Pedro* ou faria uma federação. Depois de mil improperios e [sandicos] contra o Brasil, concluiu asseverando, que *Dom Pedro* ia vingar o insulto que se lhe fizera, com o que elle chama manifesta infracção dos direitos das gentes, e que brevemente o Consul Brasileiro aqui ia ser intimado em represalia para sahir de Portugal!! Isto tudo // foi repetido no meio de muitos disparates, que não repito limitando-me meramente ao essencial para governo de *Vossa Excellencia*, sendo bom que a tal respeito esteja prevenido. Uma das couzas em que me pareceo Moreira mais industriado, foi em querer fazer acreditar que o Governo Brasileiro hé favoravel á cauza de *Dom Miguel*: esta hé a tactica velha seguida por *Columns* e *Caramurús* para preparar os espiritos, e entreter os desejos de vingança.

Dom Pedro recebeo hontem todos os Emigrados portuguezes, fez-lhes muitas perguntas, e a um por nome *Santiago* perguntou se os Europêos eram mal tratados no Rio? Este disse-lhe, que em geral eram mal olhados e que a rivalidade continuava. A isto retorquiu *Dom Pedro*, pois ainda hão de ser estimados! Estas palavras encerrão a chave do segredo, que hé facil descobrir, e á que alludi nas minhas Cartas de Dezembro, alludindo ás tençoens que havia, e aos planos que se premeditão contra o Brasil, e dos quaes brevemente terei cabal certeza.

Dom Pedro parte hoje para o Quartel General do Cartaxo, leva comsigo todo o seu Estado Maior, e mesmo Secretaria. Vai assumir o Commando em Chefe do Exercito, a fim de evitar collizoens entre os Generaes, que commandão as differentes divisoens. Diz-se tambem, que ali se conservará alguns dias, para no cazo que *Dom Miguel* faça algumas propostas, possa aceital-as ou denegal-as com maior brevidade. Corre como certo, que o Infante

[fl. 2]

Dom Carlos acaba de escrever á Lord Howard e ao Almirante Parker, pedindo azilo á bordo de uma das embarcaçoens Inglezas para se retirar para Inglaterra. Lord Howard annuo e breve virá este Infante á Lisboa, visto ser inutil a continuação da sua resistencia, agora sobretudo que outra columna hespanhola de 4000 homens entrou pelo Alemtejo // e se acha em Mertola.

Como creio que *Vossa Excellencia* recebe a *Chronica* de Lisboa, não a remetto, e a ella me refiro, para que *Vossa Excellencia* veja os elogios dados ao fallido Moreira! Louvado e Louvador são cunhas do mesmo páo, e então mal devem admirar os encomios que mutuamente se dão. Pela *Chronica*, os serviços deste heróe, assemelham-se aos prestados pelo Marquez de Pombal, se hé que não são maiores! Breve o teremos empregado, e a fornada de renegados, que nada menos de 63 vierão neste navio, nos cargos que deverião ser a recompensa do merito e dos serviços.

Sei que o Governo Inglez acaba de dirigir uma Nota mui energica á este Governo, relativamente á má vontade com que tem sido tratado, e suas reclamaçoens attendidas. Hontem esteve para sahir um Paquete extraordinario, em consequencia de uma Nota do Ministro Inglez, que pertende a vigorização dos tratados, sem todavia o menor vislumbre de justiça, (seja dito em verdade) só para suscitar embaraços e tropeços, que aproveitem ao partido vencido, e por conseguinte á Inglaterra, a quem falta de repente objecto de quem se sirva para fazer negaça e ir aos seus fins! Esta tactica, por antiquada, só illude nescios ou timoratos, mas ainda assim, cohonesta para os menos reflectivos, ou mal informados, procedimentos que aliás receberião ás mãos de todos a desapprovação que merecem. No emtanto o Paquete extraordinario não sahio, e o ordinario leva a resposta deste Governo, que deseja desvanecer as más impressoens, sem comtudo prometter couza alguma á Inglaterra.

[fl. 2 v.]

Eis quanto se me offerece levar ao conhecimento de *Vossa Excellencia*, e agora antes de acabar, peço licença para participar á *Vossa Excellencia* que dei uma ordem por £12,,0,0 á Mister George Hughes sobre *Vossa Excellencia* contra a quantia em poder de *Vossa Excellencia*: rogo desculpa, e para evitar

encomodo, do saldo disporei no proximo // Paquete, desejando no entretanto occasioens de me empregar no seu serviço, repito-me tc.

Documento 63 - ANEXO II

Datas: Lisboa. 1834, maio 24.

Notação: 217.3.2

Descrição: Carta do agente secreto em Lisboa relatando planos de restauração de Pedro I e de federação entre Portugal, Espanha e as províncias do Norte do Brasil. Assina a cópia o adido Augusto de Paiva.

[fl. 1]

Numero 39

Lisboa em 24 de maio de 1834.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

O desfecho da guerra civil aproxima-se, e acabada essa teremos a guerra interna, que será longa e porfiada, e na qual muito interessa ao socego do Brasil, que elle trabalhe para que os que vierem ao poder sejam seus partidarios, e obstem á Revolução que os partidarios de *Dom* Pedro lhe preparão. Neste ponto apenas me achar senhor do segredo, serei delle portador, ou o communicarei com as precauçoens necessarias, se por ventura houver via segura.

Como a guerra se aproxima ao desfecho, principia a politica a trabalhar, e nessa tem grande quinhão o Brasil, como hé de suppôr. Trata-se já de tornar a installar a Commissão Mixta, e de mandal-a ao Rio com instrucçoens, que se dizem terminantes! *João Baptista* Moreira tem tido conferencias á esse respeito, tem dado planos, e diz elle, que tudo ha de surtir o devido effeito!! Este idiota faz-se homem de importancia, e cauza rizo ver tal corvo com as pennas do pavão, no entanto o Governo presta-lhe attenção, e creio elle irá ser o presidente da Commissão, só para desfeitar o Governo brasileiro, que o mandára sahir.

No Paço principia a grande salsada das intrigas e nesta semana Gomes

da Silva e Carlota declararão-se inimigos, cada um dizendo mal do outro sem conta nem medida. Do mesmo modo em opposição está Rocha Pinto com os Ministros, por não servirem seus afilhados conforme elle quzeria. Todos estes palacianos estão esperando o desfecho dos nossos negocios para se lançarem sobre os empregos e mercês e partilharem entre si o exangue Portugal.

[fl. 1 v.]

Acaba de entrar um Vapor de Guerra // hespanhol trazendo à seu bordo, segundo se diz, *Dom* Evaristo Peres de Castro, Ministro de Hespanha junto a esta Côrte.

Parece que a Hespanha tem alguma intenção de formar uma federação ou pacto de familia com Portugal, e isso será de interesse, e de mutua segurança para os dois Reynos. Se nisso entrão tambem vistas futuras relativamente á Independencia das Americas não o sei ainda, mas indago com grande actividade, porquanto sei que os dois Governo ainda não perderam a louca esperança de recobrem o predomínio no outro hemispherio! Esta materia hé de vital interesse e tenho para mim se deve seguir com destreza. Neste momento sou informado que *Dom* Miguel toma com effeito o caminho de Elvas, onde provavelmente tratará de capitular em razão da defecção de suas tropas. *Dom* Carlos segue o mesmo destino, mas hoje mui em segredo corre nas repartiçoens do Governo, que se suspeita vai a Sines, porto do mar no Alemtejo, que ainda reconhece a authoridade de *Dom* Miguel, e ali embarcará em uma Corveta de Guerra Ingleza, que hontem sahio deste porto com carta de prego, para abrir fóra da barra. Isto tem muita probabilidade, e de futuro os dois Pretendentes *Dom* Miguel e *Dom* Carlos, ficarão nas mãos da Inglaterra, como outróra esteve Napoleão, para com estes fazerem negaças aos dois Reynos, e trazel-os com taes espantelhos á obediencia cega ou pelo menos passiva de sua machiavelica politica.

Embarcou com effeito Buschental hontem, com toda a familia para Cadiz: hoje era o ultimo dia do prazo, que lhe concedêra a Prefeitura por ordem do Governo. Aquelle individuo requereo a interferencia do Ministro

Francez, que não quiz metter-se no negocio, e então receoso de ultteriores procedimentos, resolveo-se sahir por fim.

[fl. 2] Existe uma convenção, por o em quanto secreta, entre a Inglaterra e Portugal para vir ao Tejo uma forte esquadra Ingleza. O fim deste Tratado hé ter a Inglaterra neste // ponto central da Europa uma força naval, que contenha a Russia nos seus limites e a amedronte nestas desavenças e desintelligencias em que está com a Inglaterra. As ratificaçoens foram remettidas, mas cruzarão-se com as notas energicas da Inglaterra contra Portugal, em razão das ultimas medidas governativas á respeito da equalização dos direitos. Creio que a Inglaterra não gostará muito do desfecho de *Dom Miguel*, com quem contava para apoiar as suas reclamaçoens, que em verdade são infundadas.

Nada mais occorre por o em quanto senão repetir-me De *Vossa Excellencia*. tc

Documento 63 - ANEXO III

Datas: Lisboa. 1834, junho 1.

Notação: 217.3.2

Descrição: Carta do agente secreto em Lisboa, informando sobre plano de restauração de Pedro I e sobre as eleições em Portugal.

[fl. 1] Numero 40

Lisboa em 1 de junho de 1834.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Não me enganava, quando na minha anterior preconizava a capitulação de *Dom Miguel*, e o fim da guerra civil: assim aconteceu, e com effeito no dia 26 do passado, teve ella lugar, sob as condições que já terão chegado ao conhecimento de *Vossa Excellencia* pelo vapor *City of Edinburgh*, que este Governo mandou á Inglaterra com despachos, mas que em razão do Stock Job não permittio levasse Cartas! Ou pelo Yatch de Lord Waterford, que o Embaixador Inglez fez sahir á toda a pressa, não consentindo igualmente que

os particulares escrevessem por tal ocasião. Não obstante, que publicas serão em Inglaterra as condições á que alludo, remetto por mão propria, nesta malla, o Impresso Official que as contem, bem como parte da *Chronica* de 3^a feira, na qual se allude ao Brasil, e se recommenda demos aos degenerados portuguezes naturalizados Brasileiros, os cargos e mercês, e fraternizemos com elles, em paga da Revolução á favor de *Dom* Pedro, que vem aqui preparar, e da deshonra e pobreza com que vem cobertos! Bem era de esperar semelhante linguagem na boca de um sevandija como // o actual borrador da *Chronica*!

[fl. 1 v.]

As condições da amnystia foram o toque e rebate do descontentamento publico, e com effeito, quando na noite de 27 se publicarão no Theatro de São Carlos, foi *Dom* Pedro apupado, e seus Ajudantes de Campo, que foram mandados para socegar o publico, receberão toda a qualidade de insulto. Os animos estavam preparados, pela *Chronica* dos dois dias anteriores, á ver *Dom* Miguel e seus sequazes inteiramente dependentes da clemencia e generosidade do vencedor, e então mal esperavão por uma amnystia, ainda mais lata do que aquella, que o Governo atacára, quando o Conde da Taipa alludira á necessidade de a outorgar. Ninguém suppunha, que tal passo dêsse o mesmo Ministerio, que na folha official jogou chufas ao Par do Reyno por se lembrar então de uma medida mais politica do que a actual, e que pelo menos pouparia os rios de sangue e os estragos, que nestes dez mezes de cruenta guerra tem havido! No Theatro reinou grande alarido; a Rainha desmaiou; *Dom* Pedro fallou para o povo; chamou canalha; ouvi gritos de morra o Tyranno; e foi desobedecido pela Tropa, que era Civica, quando mandou dispersar o Povo. Á sahida soffreo *Dom* Pedro algumas pedradas na carruagem, o *Silva* Carvalho do mesmo modo. Tem desde então estado em tal irrascibilidade que foi sangrado, e por seu procedimento alienou todos os animos, sendo esta (a meu ver) a occasião favoravel de acabar de o desacreditar e fazer-lhe perder a Regencia. Importa para isso haver meios efficazes para subornar votos e fazer cahir as eleições de Deputados em homens firmes, e oppostos á *Dom* Pedro. A crize hé a mais favoravel, e importa ao Brasil tanto como a Portugal que *Dom* Pedro fique reduzido a nullidade, pelo que deve *Vossa Excellencia*, cooperar com todos os meios ao seu alcance para se colher esse resultado, e nisso fará o maior serviço á sua Patria, que // a salva das tentativas

[fl. 2]

loucas de *Dom* Pedro, e lhe poupa assim os enormes gastos em que tem de futuro que incorrer para resistir ás machinaçoens e aggressoens projectadas por este Quixote! Digo adiante, qual hé o methodo de se pôr á minha disposição, ou da pessoa que *Vossa Excellencia* nomear, para de accordo comigo dirigir este importante negocio, os meios necessarios para se tirar todo o partido, que se pode tirar neste grande momento, em que se póde e deve vencer a questão. Para a decisão da amnystia foi agente efficiente a Imperatriz, que tem trabalhado a contento da Austria, sendo o canal de Communicação pela Mae a Rainha da Baviera. Isto sendo descoberto pelo Governo, que se sirvia do Marquez de Resende e da Baroneza de Sturmfelder cahiram ambos na desgraça de *Dom* Pedro, que em tudo cede á mulher, inimiga fidagal de Portugal e do Brasil. Depois deste passo tem as intrigas de tal modo laborado no Paço, que está aquillo huma verdadeira torre de Babel; *Dom* Pedro mostrando-se mui zangado, a Rainha doente, e todos descorçoados com o estado do espirito publico.

[fl. 2 v.] O Infante *Dom* Carlos embarca esta noite na Náo Ingleza Donegal, a qual leva a malla: amanhã chega *Dom* Miguel á enseada de Cascaes para embarcar na Fragata Ingleza Stag, e receber os Commissarios que o devem acompanhar até Civita Vecchia, donde parte para Roma, lugar que escolheo para sua residencia. *Dom* Carlos vae á Inglaterra. Hoje publicou-se o Decréto da Convocação das Cortes para o dia 15 de Agosto, pelo que vai proceder-se á eleição dos Deputados dentro em poucos dias: esta medida foi para accalmar os espiritos bem como o foi a da abolição da Companhia, e a extincção das ordens monasticas. Nem assim se poderão segurar os Ministros actuaes, contra quem hé geral o Clamor, bem como as // accusaçoens, todas justas e todas comprovadas.

Hoje tem andado em progresso de assinatura um Requerimento pedindo a liberdade de Imprensa, e hontem entregaram-se trez, com muitas assinaturas, pedindo se cumpra a Carta nesta parte. Alguma difficuldade terão os Ministros em concedel-a, mas será força ceder, quando de toda a parte fervem os pasquins e proclamaçoens ao povo. Entre os muitos pasquins que apparecerem e o seguinte, posto vulgar, tem sal attico: “Que são Pedro e Miguel? - Ambos vinagre do mesmo tonel!” Algumas Cartas anonimas, e muitas descomposturas fervem ao Governo, de maneira que sobre isso adoptarão medida de fazer abrir os papeis, pelos seus acolytos, de modo que não lhes

segue ás mãos o fel da satyra.

Como devo concluir esta, direi á *Vossa Excellencia*, que uma vez assente, que convem dar impulso ao plano de emancipar as eleições da influencia do partido de *Dom Pedro*, convem comprar votos como se pratica em Inglaterra, e para isso já o *Club* patriota tem alguns meios, mas composto todo de pessoas arrazadas pela emigração pouco pode. Escuso recapitular aqui os serviços prestados por este *Club*, que delles deve *Vossa Excellencia* ter sobrada noticia, e então querendo, poderá remetter debaixo do sobrescripto de nossa correspondencia a somma que quizer em letra pagavel á ordem de Domingos de Mello de Lisboa.

Hoje tive occasião de mandar pagar a Mister J. P. Knight Oitenta Libras esterlinas, e tomei a liberdade de passar uma ordem por esta quantia, sendo £58,0,0 saldo do que o *Excellentissimo Senhor* Mattos deixou em poder de *Vossa Excellencia* por minha ordem, e £22,0,0 o que rogo á *Vossa Excellencia* se sirva adiantar para encontro de despesas de que darei os pormenores. Peço do encomodo, e concluo repetindo-me tc.

Documento 63 - ANEXO IV

Datas: Lisboa. 1834, junho 9.

Notação: 217.3.2

Descrição: Carta de Antônio da Silva Júnior, informando ao embaixador em Londres sobre a "questão portuguesa" e sua relação com o Império.

[fl. 1]

Reservado⁴⁶

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Em 3 de Junho recebi o officio que *Vossa Excellencia* me dirigio em data de 20 do mez findo, e com *Vossa Excellencia* me congratulo pelo socego que desfructa o nosso Imperio a despeito das intrigas com que se tem pertendido inquietal-o e de que eu espero que ha de triunfar com o total exterminio dos facciosos que aparecerão em Pernambuco.

Em quanto ao objecto da anivelação dos direitos para a admissão geral de

46 Cópia assinada por Augusto de Paiva.

todas as mercadorias em que *Vossa Excellencia* falla n'aquelle Officio, eu estou colhendo as precisas noções para ulterior juízo que pede semelhante medida.

[fl. 1 v.] Com *Vossa Excellencia* convenho que o nosso Governo ácerca das reclamações de Portugal sobre o empréstimo que nos obrigamos a pagar adoptará a linha de conducta que lhe for mais conveniente, e acertada, observando a *Vossa Excellencia* só, que as Cortes de Portugal tem annuciado a sua convocação para 15 de Agosto proximo e que he nellas que se definirá a politica deste payz, bem como he nellas que se deliberará sobre sua divida publica. Não deixarei d'omitir [*sic*] a *Vossa Excellencia* que continuão a nutrir-se ideas ácerca do Brasil na roda que influe com o Regente sendo ainda redactor da *Chronica* Constitucional de Lisboa o que o era do Caramurú no Rio de Janeiro o // que posso afirmar a *Vossa Excellencia* he que a Senhora Duqueza de Bragança conserva a mais decesiva influencia para com seu Esposo. Previno a *Vossa Excellencia* que o objecto da digressão da Baroneza de Strumfeder, de que já informei a *Vossa Excellencia*, foi inteiramente politica, recatando-se assim a sua confidencia, pela que mereceo aos dois esposos.

A *Vossa Excellencia* será ahi constante, ou directamente pelo Ministro Portuguez ou por pessoas que dizem respeito a este Governo, a linha de conducta que sigo a bem dos nossos interesses e em confirmação do que hei dito a *Vossa Excellencia* no meu officio de 27 de abril.

Deos guarde a *Vossa Excellencia*. Lisboa 9 de Junho de 1834.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor José de Araújo Ribeiro.

Antonio da Silva Junior.

Documento 63 - ANEXO V

Datas: Lisboa. 1834, junho 9.

Notação: 217.3.2

Descrição: Carta do agente secreto em Lisboa relatando plano de restauração de Pedro I.

[fl. 1]

Numero 41

Lisboa em 9 de junho de 1834.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

[fl. 1 v.]

Quando // nas minhas Cartas anteriores sollicitava do meu mui digno e illustre amigo o *Excellentissimo Senhor* Mattos, toda a attenção sobre o

desfecho dos negocios de Portugal, e *quando* subsequente*mente* preconizei á *Vossa Excellencia* sua conclusão, tendo por indubitavel, q'aquietado Portugal, principiaria*o* os planos e vinganças de *Dom Pedro* a exercerem-se contra o Brasil, estava certo e bem convencido q'assim aconteceria, porquanto havendo constantemente seguido a marcha deste complicado *negocio*, e conhecendo os actores principaes e seus feitos, não era grande previzão atinar com suas intentos. Eis Portugal livre da guerra civil e seus actuaes dirigentes exclusivamente occupados das futuras eleições para Deputados, que sanccionem a Regencia de *Dom Pedro*, e lhe prestem auxilio para levar ao fim seus projectos sobre o Brasil! Se provas fossem necessarias do que levo dito, ahi as offereço a *Vossa Excellencia* na ultima *Chronica* de 7, que remetti por mão segura e que *Vossa Excellencia* receberá poucas horas depois desta: nella verá *Vossa Excellencia* figurar conspicuamente Moreira, de acordo e combinação com este Governo. Sobre tal documento não farei reflexoens, por obvias que são: compare-o com o que tenho anteriormente participado, e da meada não será difficil achar o fio: no entanto cumpre que *Vossa Excellencia* saiba, q'em Queluz, onde actualmente está *Dom Pedro* tomando ares, nestes quatro dias se tem reunido Inhamby, Aracaty, Moreira, Gomes da Silva, Rocha Pinto e todos os partidarios de *Dom Pedro*, para combinarem nas ulteriores medidas acerca do Brasil, não assistindo ao *Club* nenhum dos Ministros, e Freire recebendo depois as ordens de *Dom Pedro* que são segamente obedecidas. Daqui as medidas tomadas por aquelle, como a abolição da Companhia, amnystia lata, com que se quer captivar a Inglaterra, e não a ter por hostil, como ultimamente se amostrava, no que se projecta.

[fl. 2]

Da descomunal relação de nomes publicada // por Moreira pode *Vossa Excellencia* colher os nomes dos primeiros corifeos, que no Rio tem sustentado *Dom Pedro*, e alentado seu decahido partido, ao passo que não perdem as esperanças de fomentar a Revolução no seio da qual esperão medrar. Da publicação de tal documento se pode avaliar qual seja o criterio do *Club* anti-brasileiro, que devendo ter bom recato em esconder os nomes de seus consocios, indigna e indiscretamente os

entrega e expõe á sanha de seus contrarios! Aproveite-se quanto antes a importante communicacão para situar aquelles collaboradores em posiçãõ que não possãõ cauzar damno á tranquillidade do Brasil.

Na minha anterior ponderei, que convem angariar votos nas eleicoens por modo q'a maioria dos eleitos, seja do nosso *Club* e principios, e não só se opponha a tudo quanto não fôr pacto de familia, alliança e reciprocidade commercial com o Brasil, mas q'igualmente votem contra a Regencia de *Dom* Pedro, o que hé remedio radical. Para se conseguir esse fim, importa que *Vossa Excellencia* contribua mui efficazmente, coadjuvando-me com meios, que são ora escassos, e enviando-os em letra pagavel a Domingos de Mello agente nosso, e sob o sobrescrito do costume. Se *Vossa Excellencia* entender que deve encarregar pessoa de toda a confiança por cujas mãos corraõ as despezas, e que possa obrar sob minhas direcçoens, nenhuma duvida tenho; se porém confia, em quem desde o começo da luta tem dado provas exuberantes de firmeza e pureza de principios que por fim ha de triunfar, obrigo-me á dar conta *bona fide*⁴⁷ dos gastos feitos, e justifical-os, por modo que salvem a responsabilidade de *Vossa Excellencia* perante o seu Governo, no serviço o mais importante que se pode fazer á Monarchia brasileira. Sobre este assumpto pedirei mui prompta resposta de *Vossa Excellencia*, porquanto devendo no dia 20 do corrente publicar-se a lei para as eleicoens, não há tempo á perder.

[fl. 2 v.]

Estes ultimos dias tem-se tratado de prover os // renegados brasileiros e portuguezes degenerados vindos do Brasil, em cargos onde possãõ influir nas eleicoens. O laçao Carlota, entre outros, foi nomeado Guarda Mór do Porto de Lisboa com R\$1:600\$000 de ordenado! Este individuo hé Brasileiro adoptivo, que não devia nem podia ter officio em Portugal mas eu vejo um documento dirigido ao Consul do Brasil nas Chronicas do mez passado, do qual documento se vê clara a tenção de prover todos os Brasileiros adoptivos. Diz, que serão todos por Portuguezes, todos os que não mostrarem Carta de naturalizaçãõ...⁴⁸ má hora q'elles a mostrem, não podendo por seus feitos nada esperar do Brasil, e querendo cargos e officios em Portugal! Alem desta velhacaria, hé o documento descortez e incurial, como sahido do insolente e ignorante Freire. O Consul devia a meu ver pela

47 Sublinhado no original.

48 Reticências do original.

dignidade da Nação que representa, recambiar o officio que começa - Manda *Sua Magestade* O Imperador = e acaba = o que communico á *Vossa Mercê* para sua intelligencia!! Não sei se o fez, mas muito flogaria saber, que tivesse tido tal accordo.

A Fragata Ingleza Stag levando á seu bordo *Dom Miguel* e a sua comitiva, sahio para o Mediterraneo no dia 7, tendo-se conservado trez dias na Bahia de Cascaes por motivo de mantimentos e refrescos, q'lhe faltavão. A tranquillidade restabelece-se nas Provincias, e ora o assumpto de maior interesse será tudo quanto dicer respeito ao Brasil, e incidentalmente o estado interno de Portugal, para governo de *Vossa Excellencia*, a esta materia dedicarei exclusivamente a *minha* correspondencia.

[fl. 3]

Esta semana chegaram á Capital os Marechaes Duque da Terceira e Saldanha; a recepção de ambos pelo publico foi despida de enthusiaasmo, e quando se apresentarão no Theatro nem um só viva ouvirão. O primeiro dos marechaes hé o filho mimoso da Aristocracia, e predilecto da // Camarilha, q'o oppoz a Saldanha para ganhar partidarios na Tropa: o 2º era character popular, e tem trabalhado de accordo com o nosso *Club*, mas infelizmente não ouzou esse, que tantas vezes arriscou a vida no campo de batalha, a mostrar-se sobrado em o valor politico de cidadão, e restaurar o governo da ley. As impressoens e affectos civicos nunca no animo de Saldanha chegaram a tomar a energia do homem livre, e sempre, como o pendulo, o virão, seus amigos e parciaes, oscillar na sua orbita prescripta. Eil-o hoje retirado do campo de batalha, onde, não há duvida, prestou relevantes serviços, vivendo no meio dos seus, e dos poucos q'ainda o não desampararão. Não obstante a falta de civismo deste [chefe], tal hé a falta de homens publicos, que contamos actualmente, que hé nossa tenção leval-o á Representação Nacional uma vez que comprometta a sua palavra em votar contra a Regencia de *Dom Pedro*, como outróra nos promettera.

Concluo esta prevenindo á *Vossa Excellencia*, que no Paquete passado de 31 de Maio, saquei a 3 dias vista £80,, á ordem de J. P. Knight, por 1ª e 2ª ordem se acazo *Vossa Excellencia* receber este aviso primeiro q'o outro, rogo o favor de honrar o meu saque. No emtanto sirva-se *Vossa Excellencia* dispôr de minha inutilidade como De *Vossa Excellencia* tc.

Documento 63 - ANEXO VI**Datas:** Lisboa. 1834, junho 14.**Notação:** 217.3.2**Descrição:** Carta do agente secreto em Lisboa ao embaixador do Brasil em Londres relatando plano de restauração do ex-imperador. A cópia é assinada por Augusto de Paiva.[fl. 1]

Numero 42

Lisboa em 14 de Junho de 1834

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,[fl. 1 v.]

Proseguem com actividade os projectos contra o Brasil, e o *Club* não dorme nem deixa de empregar todos os meios ao seu alcance para conseguir os fins. Daqui sahio nesta semana a Fragata Portugueza Duqueza de Bragança, e nella foi o Almirante Napier com licença á Inglaterra. Esta viagem tem intima connexão com a politica e apesar que poucos lhe prestão attenção, eu sei pelo canal seguro do Paço // que Napier vai sondar a opinião do Governo Inglez acerca de qualquer tentativa contra o Brasil. Não conta a Camarilha com a acquiescencia da Inglaterra, e quiz antes de tentar o golpe, saber a opinião pronunciada desse Governo sobre tal materia, bem como se acaso consentiria, q'uma Esquadra portugueza fosse ao Brasil. Napier não aceita o Commando de tal Esquadra sem estar bem certo do sentir do Governo Inglez, porquanto não quer soffrer um desaire ás mãos de seus concidadãos. Os dois pretextos para mandar essa Esquadra ao Brasil hé o 1º, a indemnização que o Brasil deve a Portugal, e q'a Camarilha espalha não quer o Governo brasileiro pagar: O 2º hé a fingida protecção q'esse Governo pretende dar á propriedade portugueza, q'arteiramente representa no maior risco pelo estado de Revolução, em que diz achar-se o Brasil! Sendo estes os pretextos, hé da maior urgencia e importancia q'a imprensa trabalhe ahi, e desmascare o plano; ao passo que pelo Governo Inglez se deve mostrar em sua verdadeira luz, quaes sejam os projectos ambiciosos de *Dom* Pedro, que para satisfazer sua sede de vingança quer levar a guerra estranha ao coração do Brasil. Seria ocioso suggerir a *Vossa Excellencia* idéas sobre materia tão

grave, que muito melhor e mais habilmente deve ahi ser manejada por *Vossa Excellencia* em q'abundão tão vastos conhecimentos, do que por mim; no entanto nem por mingoado de cabedal, perdem minhas advertencias em momento de crize de serem uteis, e por isso muito rogo á *Vossa Excellencia*, que faça seguir os passos de Napier enquanto ahi estiver, que de cá não omittirei diligencias a esse effeito, por maneira que *Vossa Excellencia* tenha de tudo cabal informação.

[fl. 2]

Consta-me que Napier tenciona tambem passar a Brest aonde se acha a Esquadra portugueza, a qual he mandada entregar mediante o pagamento das despesas que tem feito naquelle Porto. Napier tenciona // escolher os vasos q'estejão em bom estado, a fim de os tornar a armar em Lisboa, e vender todos os que não forem capazes. Este armamento já se vê que destino deve ter ora que se acha acabada a guerra civil em Portugal, e quando faltassem provas das futuras intenções de *Dom Pedro*, bastaria este facto para as manifestar.

Pelo canal do do costume, que por pouco seguro me tem sómente servido para remetter a *Vossa Excellencia* impressos, envio hoje duas Chronicas, que publicação a correspondencia de João Loureiro com o Ministro Lisboa. O fim da publicação de taes papeis hé continuar á mostrar o Governo brasileiro como favorecedor do partido Miguelista, indispondo assim a opinião publica contra o Brasil. *Vossa Excellencia* notará na correspondencia as reflexoens do redactor, e bem assim o que se diz á respeito de Duarte da Ponte Ribeiro, com quem fallei aqui largamente, e que sempre achei nos melhores principios, sem todavia lhe dar a conhecer couza alguma. Sei q'elle deve ter informado a sua Côrte do verdadeiro estado de Portugal, porque teve occasião de o observar por propria inspecção, e eu o considero julgador atilado. Duarte da Ponte foi mal recebido pelo Ministro dos Negocios Estrangeiros Freire, nem outro tratamento devia esperar ás mãos deste traidor, cego instrumento das insanias e ambiçoens de *Dom Pedro*!

[fl. 2 v.]

Hontem publicou-se a Lei que deve regular as eleições, e o nosso *Club* começa amanhã os seus trabalhos, para influir na eleição dos Candidatos. Espero conseguiremos bom [resultado], e com anxiedade espero resposta de *Vossa Excellencia*, acerca da minha communicação e exigencia á que alludi nas minhas duas anteriores. Este meio temos nós todos por terminante e de salvação.

Em Queluz continuão á reunir-se os partidarios de *Dom Pedro*, e as conferencias não tem afrouxado nesta semana. Tem expedido Agentes em todas as // direcções para influirem nas eleições, e mostram-se mui satisfeitos como seguros do triunfo: nesse ponto talvez se enganem.

Dom Pedro e a Rainha projectão visitar o Porto dentro em poucos dias: tencionão ir por terra, demorando-se alguns dias nas Cidades principaes do tranzito. O objecto de tal visita está connexo com os ultimos projectos de *Dom Pedro*, que presume mostrando-se, ganhar popularidade.

Concluo esta por não haver mais tempo, pois ella hé escrita ao correr da penna acabando de chegar de caza do Agente do Paço, onde obtive as importantes communicações que levo ao conhecimento de *Vossa Excellencia*, de quem sou com estima tc.

Documento 64

Datas: Londres. 1834, julho 11.

Notação: 216.1.15

Descrição: Offício ostensivo relatando a conjuntura geopolítica da Europa.

[fl. 1]

Numero 22

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

§.1. Agradei a Lord Palmerston, como *Vossa Excellencia* me ordenou a ultima resolução do seu Governo á respeito do Chefe de Divisão Taylor que foi communicada a *Vossa Excellencia* pelo Ministro Inglez nessa Corte, e por elle me foi respondido que assim se resolvera por se ver que o Governo Imperial se interessava nessa medida e presava a aptidão daquelle official.

§.2. Conformemente ao que me foi determinado pelo Despacho *numero 8*

[fl. 1. v.] fallei ao Sob-Secretario de Estado Sir George Shee e lhe pedi que houvesse de quanto antes fazer com que se expedissem as instrucções de que precisava a Legação Britânica nessa Corte para concorrer na retificação dos trabalhos da Comissão que liquidou as prezas do Rio da Prata; e lembrei que visto não terem ido pelo paquete se // podia aproveitar a oportunidade da Fragata que vai conduzir Mister Hamilton a Buenos-Ayres e que tem de tocar nesse porto. Sir George Shee prometteu-me entender-se com Lord Palmerston para esse fim.

[fl. 2] §.3. Aqui communiquei ao Ministro de Portugal, como me foi ordenado, o muito que sentia o Governo Imperial ver que o contrabando de escravos que se fazia preferentemente no Brazil era mormente feito debaixo da bandeira Portugueza, e me foi por elle respondido que levaria a minha communicação ao conhecimento do seu Governo e que no entretanto podia desde logo certificar a *Vossa Excellencia* que contasse com toda a concorrência da parte do Governo de // *Sua Magestade Fidelissima* para por-se cabo a tão abusivo trafico. Há dias que me avistei com Lord Palmerston em caça de Lord Grey, e foi elle o primeiro a dizer-me que o Ministro de Portugal lhe fallára da entrevista que eu com elle tivéra sobre o contrabando de escravos que se fazia no Brazil em navios Portuguezes que elle (Lord Palmerston) hia redigir a esboço de hum tratado a esse respeito para mandar para Lisboa a fim de se ali effectuar com o Governo Portuguez, e que desse tratado me daria copia porque desejava que o Governo Brasileiro a elle annuisse como parte. Esta convenção, dice elle, será pouco mais ou menos como a que celebrámos com a França sobre o mesmo objecto // e ordenada de maneira a autorisar os cruzadores a capturar não só os navios que effectivamente se acharem com escravos a bordo como aquelles que bem que não tenham escravos, mostrem por outros indicios que se destinão a esse trafico. Eu me persuado que já fizemos ver ao Governo Inglez o quanto tão amplo arbitrio concedido aos Crusadores póde redundar em prejuizo do nosso Commercio, mormente sendo certo que da sua parte mui poucas disposições temos encontrado de fazer as devidas reparações todas as vezes que elles parecem ter exorbitado da justiça nas presas que tem feito. Todavia considerando-se por outro lado o quanto o contrabando de // escravos tem continuado a fazer-se no Brazil, e a necessidade de medidas mais energicas que esse abuso reclama, fiquei perplexo e nada observei a Lord Palmerston, podendo todavia assegurar a *Vossa Excellencia* que minha opinião será em favor de

[fl. 3]

se adoptar hua convenção naquelle sentido se por ella se estipular alguã reparação para os negociantes Brasileiros a quem assiste justiça nas reclamaçoens que tem por presas da costa d'Africa, ou que todo o negocio dessas reclamaçoens seja submittido a decisão de hum Juiz arbitro como ja por nossa parte se propoz ao Governo de *Sua Magestade Britannica*.

[fl. 3 v.] Achando-se agora assim // este Governo occupado das vistas que acabo de referir julgo conveniente espaçar até ver o seu resultado, ou até ulteriores ordens de *Vossa Excellencia* o cumprimento do que ordenou o Despacho *numero* [1] do presente anno que se dicesse a Lord Palmerston sobre a Lei de 7 de novembro de 1831, não só porque huã nova occasião se offerece de refundir a convenção de 1817, como porque a supracitada lei, como se declarou ultimamente o Senhor Ministro da Justiça, não se tem mostrado suffeciente nem produzido os resultados que á principio se esperavão propondo-se por isso o Governo Imperial a sollicitar novas medidas legislativas da Assembleia Geral.

[fl. 4] §.4. São nesta occasião remettidos // a essa Secretaria de Estado dois officios do nosso Consul Geral em Lisboa para *Vossa Excellencia*, que me foram dirigidos a sello pendente, hum versa sobre negocios daquelle Consulado e outro narra hua conferencia havida com o Ministro dos Negocios Estrangeiros. Quanto ao primeiro e á reclamação de Jacintho Dias Damazio de que elle falla, já declarei tanto ao Consul Geral como mesmo Damazio que era errado o principio de não querer este aproveitar-se das facilidades que ora lhe offerece o Governo Portuguez para a satisfação dos seus direitos, com receios de que isso possa prejudicar a reclamação intentada por via

[fl. 4 v.] do Consulado, sendo pelo contrario certo que o abandono de taes // facilidades he o que mui pode prejudicar o direito dessa reclamação; e quanto ao segundo que relata a conferencia com o Ministro dos Negocios Estrangeiros, e que por este fora dito que se os Portuguezes continuassem a ser perseguidos no Brazil, e o Governo Imperial não tratasse de satisfazer a divida de Portugal se usaria de represalias, informarei a *Vossa Excellencia* que levei aqui este officio a casa do Ministro Portuguez, lh'o li, e depois de fazer alguãs reflexões sobre as desavenças que infelizmente tantas vezes no Brazil tem occorrido entre Brasileiros e Portuguezes, dice, quanto ao emprestimo, que o Governo Brasileiro estava pronto a fazer sacrificios // para reunir de algum modo a sua promessa sobre essa divida, que, superior aos seus meios, lhe fora

[fl. 5]

imposta sem necessidade alguma da sua parte; que estava pronto a ouvir quaesquer proposições amigaveis que lhe fizesse o Governo de *Sua Magestade Fidelissima* á esse respeito, mas que á proposições enunciadas pelo modo que declarava aquelle officio eu respondia em Nome do Governo Imperial que actos de ameaças ou hostilidade se retorquirião com actos equivalentes e que o Brazil faria o que lhe fosse possivel para sustentar a sua dignidade. O Ministro Portuguez respondeu-me que era [fl. 5 v.] a primeira vez que sobre este negocio // ouvia fallar de represalias, que seu Governo nada lhe dicéra sobre semelhante coisa, parecendo-lhe antes pelo tior dos Despachos que recebera que muitas boas intenções existião da parte delle para com o de *Sua Magestade* Imperial.

§.5. O nosso Consul Geral em Lisboa me participou que se achava naquella Cidade a *Cholera Morbus*, ao mesmo tempo que o Governo Portuguez declára que essa molestia ali não existia.

Deos Guarde a *Vossa Excellencia*. Londres 11 de Julho de 1834.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho

Jozé de Araujo Ribeiro

Documento 65

Datas: Londres. 1834, julho 11.

Notação: 217.3.2

Descrição: Officio reservado informando sobre a "questão portuguesa" e sua relação com o Império.

[fl. 1]

Numero 9
Reservado

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Com o meu anterior Officio reservado de 2 do corrente mez tive a honra de remetter á *Vossa Excellencia* huma carta do nosso Correspondente particular de Lisboa, denunciando o projecto que tinha o Governo Portuguez de mandar vasos de Guerra ao Brazil, e acrescentando mais que Napier viera a Inglaterra para sondar as disposições do Governo Inglez sobre esse assumpto. Depois de remetter esta Carta á *Vossa Excellencia* tive occasião de avistar-me com Lord Palmerston á quem referi o projecto que me havia sido denunciado, e á quem perguntei se sabia de algumas

circunstancias que corroborassem a sua probabilidade. Elle respondeu-me que nenhuma absolutamente, alem de que Napier não podia ter com elle relações algumas officiaes para o consultar sobre semelhante objecto; e reflectindo eu que não eram para isso precisas relações algumas officiaes, que em conversação por si ou por seus amigos poderia Napier vir no conhecimento de quaes erão as disposições do Governo de *Sua Magestade* Britannica, elle tornou dizendo que nada sobre semelhante objecto ainda tinha tido lugar, nem suppunha elle que viesse a ter; que

[fl. 1. v.] Napier chegára em huma Fragata que necessitando de alguns concertos os vinha fazer em // Inglaterra, e que lhe parecia tambem que o principal fim da sua vinda á Inglaterra erão os vasos portuguezes tomados á *Dom* Miguel pela Esquadra Franceza, dos quaes elle tinha de tomar conta. Lord Palmerston continuou dizendo = *Dom* Pedro está bem doente, e bem lhe bastarão os cuidados que lhe dá o negocio da Regencia de Portugal que as Cortes tem de decidir, e Deos sabe se lh'a concederão; o caso hé que lh'a devem conceder, e que hé preciso que elle seja o Regente, porque hé a unica pessoa que melhor póde sustentar a ordem de coizas que se ali acaba de estabelecer =. Eu observei que já não parecia haver duvida que elle havia de obter a Regencia, pois que pelo que ouvia dizer as eleições ali lhe começavão por tal modo favoraveis que mesmo se fallava da possibilidade de que as Cortes o acclamassem Rei. Oh isso não se verificará! Dice Lord Palmerston, não há a menor probabilidade, nem mesmo creio que elle pense em semelhante coiza. Tornando ao primeiro objecto da minha conversação, e dizendo a Lord Palmerston que eu tambem não acreditava muito no que me havião mandado dizer de Lisboa, mas que se por acaso aquillo

[fl. 2] tivesse algum fundamento // e elle o viesse a saber, lhe rogava que m'o communicasse, respondeu-me elle = *Non seulement je vous le dirrai, mais je les [découragerrai] au dernier point.*

Na entrevista que tive com o Ministro de Portugal, e de que dou conta a *Vossa Excellencia* no meu officio numero 22 da data de hoje foi elle o primeiro a me fallar dos artigos que tem apparecido na *Chronica* de Lisbôa contra o Brasil, e confessar-me que elle era hum dos que os desapprovava; que era verdade que se poderião desculpar com dizer-se que erão provocados por outros do mesmo porte que appareção nas Gazetas do Brasil á respeito de Portugal, mas que havia sempre a differença de ser a *Chronica* hum Jornal Official redigido debaixo das vistas do Governo. Todavia,

terminou elle, isso está a acabar, vai-se estabelecer a liberdade da Imprensa em Portugal, e a *Chronica* passa a não conter outra coisa mais que as peças officias do Governo e as noticias da Côrte.

[fl. 2 v.] Tambem conversando nós sobre as melindrosas circunstancias em que se achavão agóra os nossos respectivos paizes hum relativamente a outro, concordâmos ambos que muita // constancia de boas intençoens e muita indulgencia seria necessario empregar-se de parte a parte para se vir ao cabo de se estabelecer aquella bôa harmonia [*sic*] e bôas relaçoens que lhes devem de ser tão vantajosas. Elle observou que essas melindrosas circunstancias erão tão conhecidas em Lisbôa que o seu Governo querendo nomear hum Ministro para o Brasil, para dar mais importancia e realce á aquella Missão, ainda lhe não tinha sido possivel encontral-o, porque todos se recusavão com receios de comprometterem-se.

Declararei aqui á *Vossa Excellencia* que tenho encontrado neste Ministro de Portugal muito bôas intençoens e sinceros desejos de ver firmada a paz e bôa harmonia entre o Imperio e o seu paiz. Elle dice-me que da escolha dos reciprocos representantes dependeria muito esse feliz resultado, e que sentia dizer-me que pelo que lhe havia contado o Secretario da sua Legação ultimamente vindo de Lisboa com a ratificação do quadruple Tratado, lhe⁴⁹ parecia que o nosso Consul Geral naquella Cidade não era talvez a pessoa por quem podessem correr os nossos negocios Diplomaticos com vantagem a aquelle respeito // para os dois paizes.

[fl. 3]

Deos Guarde á *Vossa Excellencia*. Londres em 11 de julho de 1834.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho

Jozé de Araujo Ribeiro

Documento 65 - ANEXO I

Datas: Lisboa. 1834, junho 21

Notação: 217.3.2

Descrição: Carta do agente secreto em Lisboa relatando ao embaixador do Brasil em Londres plano de restauração do ex-imperador.

[fl. 1]

Numero 43

Lisboa 21 de Junho de 1834.

⁴⁹ Repetido no original.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Temos tres Paquetes chegados recentemente e por nenhum delles tive Carta de *Vossa Excellencia*, espero que quebra de saude não fosse a cauzal desta falta, e guardo com impeciencia a resposta de *Vossa Excellencia* as minhas anteriores, porquanto aproxima-se o momento oportuno, em que importa obrar com actividade, para se obterem os fins desejados. Nesta semana apresentou-se no *Club* de *Dom Pedro*, o Coronel Nemeyer recém-chegado do Rio, onde esteve prezo, pela parte activa que tomou nos negocios Caramurus e na projectada Revolução a favor de *Dom Pedro*: este individuo foi bem recebido, como são todos desta estofa! Nemeyer vem sollicitar, que agora se ponha em pratica o plano de Antonio Carlos, e que abortou então porque *Dom Pedro* mui occupado com os negocios de Portugal não podia prestar actenção aos do Brazil os Clubistas dizem todos á boca cheia, que he este o momento favoravel de uma tentativa no Brazil, confião elle irá ao Brazil, ou pelo menos mandará navios conforme anteriormente disse.

[fl. 1 v.]

Hontem o agente do Paço veio participar-me, que *Dom Pedro* manda vir as Filhas do Rio sob pretexto do risco que ali correm, e tenciona entregal-as ao cuidado da madrasta: este projecto tem por fito enganar a Europa // sobre o estado do Brazil, e ardilosamente mostrar, que falta segurança naquelle Imperio. Apoz este passo, seguir-se há o pretexto, já por mim tantas vezes annuciado, da necessidade de proteger a propriedade Portugueza naquelle Imperio, e uma esquadilha irá para os portos principaes, dar ponto de apoio ao partido Caramuru, e fomentar a Revolução. Em seguimento apparecerão as reclamações exageradas, e as indemnisações do Governo Portuguez, ás quaes o Brazil não pode annuir, e esse será o ponto contencioso, que cohoneste as vistas de *Dom Pedro* perante as outras Potencias, e lhe permitta fazer uma expedição contra o Brazil. Para esse fim conserva elle ainda hoje as tropas estrangeiras e reclama a esquadra de Brest, não confiando nas Tropas

[fl. 2]

Portuguezas para as quaes he mui impopular tal proceder. Similhantermente vai mandando entrar nos melhores e mais decididos regimentos, todos os Miguelistas que depuzeram as armas, como gente mais apta para a obediencia cega, que delles exigirá. Sendo estas exacta e indubitavelmente as vistas futuras de Dom Pedro e sicarios, o unico meio de fazer a contramina he pelas eleições e informe desse, e julgo inutil repetir neste lugar.

// No *Club* de Dom Pedro os influentes hoje são Navarro e Aracati dão ambos grande ciúme aos outros sevandijas, e sobretudo o primeiro deste tem estado em manifesta opposição com Tavares, que sendo hoje físico mór teme ver-se suplantado no cargo pelo seu rival. João Baptista Moreira tem-se nestes dias mostrado desgostoso, porquanto esperava ser nomeado escrivão da Meza Grande d'Alfandega, Lugar que se lhe promettêra, mas que não se lhe deo, provendo em preferencia o Irmão de Fernando Thomaz o fallecido Regenerador de 1820, que desde Londres, foi chamado para ser posto em tal emprego. Moreira tem nestes dias fallado muito contra o Governo, o qual me consta vão adoçar-o nomeando-o para outro Lugar. Amanhaã conto procural-o para aproveitar do seu estado de irrascibilidade e colher alguma informação, que não tenho por importante, porquanto sei que o *Club* o considera fallador, e mui ouço, e por essa razão não lhe confia segredo de valor.

[fl. 2 v.]

O discredito de Dom Pedro e do seu Governo augmenta, e o descontentamento publico ganha corpo com o ordenado desarmamento dos corpos voluntarios, os quaes recusarão entregar // as armas e então foi força sobrestar na ordem. A Camara Municipal nesta semana poz-se em sessão permanente, e de portas abertas discutio uma Representação feita ao Governo, pedindo ser dissolvida. Alguns Membros desta Corporação vituperaram o ministerio chegando-lhe a chamar Governo de facto e de facção! A representação foi mui aplaudida pelos expectadores, e o Ministerio fez dois Conselhos em seguimento, mas nada respondeu á Camara, que eleita popularmente conta entre seus membros homens independentes e probos

sustentatos pela publica opinião. Esta circumstancia tem trazido grave descredito ao Ministerio, que mui abalado se acha, e apenas conta partido entre a alluvião de seus dependentes, que com a reunião das Cortes não poderão desviar a torrente da indignação geral.

[fl. 3] Hoje parece que o Ministerio tem começado a sentir a sua difficil e insustentavel posição; seus agentes mostram menos confiança no resultado nas proximas eleições, do que o que auguravão até agóra. Tambem he corrente o desgosto de *Dom Pedro*, a quem alguns de seus famulos ouviram accusar de ingratição os // Portuguezes que com tanto denodo, boa vontade, e heroismo o seguiram para resgatar este mesmo Portugal, sobre o qual a sua leviandade, versatil politica, e nenhum character accarretarem subsequentemente os males, que por fim o ião abysmando. Mas nem daqui se pense que Portugal esquece o tal ou qual que *Dom Pedro* lhe prestou; os homens são reconhecem que *Dom Pedro* algum serviço prestou, e este o hão de remunerar, não com o sangue precioso de seus filhos para loucos projectos de ambição, para não dizer de vingança pessoal, mas sim com o premio mercenario com que pagarão os aventureiros, que os ajudaram na gloriosa empreza, sem todavia obrarem por os mesmos principios, nem terem os mesmos interesses. Termino esta, repetindo-me com particular estima.

De Vossa Excellencia [*Attenciosamente*] [...] e servo.

Documento 66

Datas: Londres. 1834, julho 14.

Notação: 216.1.15

Descrição: Ofício ostensivo relatando a conjuntura geopolítica da Europa.

[fl. 1]

Numero 23

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Em additamento ao que tive a honra de dizer a *Vossa Excellencia* sobre este Ministerio no meu officio *numero 21* de 11 do corrente, referirei mais que se tem encontrado muitas difficuldades em se organizar huã nova Administração; o Rei tem

consultado os homens mais prominentes assim do partido *Whig* como do *Tory*, e ora chamando a huns ora a outros tem dado occasião a hum sem numero de boatos e conjecturas sobre o futuro Ministerio. Eu estive hontem à noite em casa de Lord Grey onde ouvi dizer que ainda nada estava definitivamente decidido, mas que se esperava que hoje fossem eleitos os novos Ministros, e que era provavel que Lord Althrop fosse o Primeiro reassumindo ao mesmo tempo o lugar que occupava ultimamente de Chancellor do Exchequer. Mais de cento e quarenta membros da Camara dirigirão hontem a este Lord hum abaixo-assignado fazendo-lhe protestos da confiança que nelle punhão o rogando-lhe que tornasse a entrar para a Administração aceitando nella o lugar que o Rei lhe offerecesse.

[fl. 1. v.]

Dom Carlos que tinha vindo para Londres, e que aqui se achava com sua familia, d'aqui desapareceu há 4 ou 5 dias, e dizem todos que // se embarcára em Portsmouth em hum barco de vapor para a Hespanha onde se vai reunir aos seus sequazes. Toda a mais familia aqui ficou, e aqui se acha residindo nas vizinhanças desta cidade.

Dizem que o *Senhor Dom* Miguel se passára de Genova para Roma, e que escrevêra ao Imperador d'Austria pedindo licença para ir residir nos seus Estados.

Chegou ultimamente hum paquete de Lisbôa em que vierão os Duques de Lafões e Cadaval, e que trouxe a noticia de que o *Senhor Dom* Pedro se achava muito doente. Os primeiros boatos que aqui corrêrão forão de que elle tinha morrido. Elle esteve de cama alguns dias lançando muito sangue pela boca e com muita febre, mas á sahida do paquete achava-se melhor e já se havia alevantado, se bem que suas melhoras não parecião duradouras.

Alguns negociantes de Lisbôa pedirão ao Governo a reinstallação da Commissão Mixta para a reclamação das indemnisações que Portugal pede ao Brazil, e foram nomeados membros para essa commissão Antonio Feital, Francisco de Paula Santiago, e Barrozo Pereira Consul nessa Corte.

[fl. 2]

O Ministro de Portugal, á pedido do Agente // Financeiro aqui daquelle Reino, me perguntou hontem se eu tinha alguns poderes ou instrucções para tratar de algum arranjo sobre o emprestimo Portuguez; eu respondi que não, mas que esperava cedo saber de alguma deliberação tomada pelo meu Governo á esse respeito.

Deos Guarde a *Vossa Excellencia*. Londres 14 de Julho de 1834

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Aureliano de Souza e Oliveira
Coutinho

Jozé de Araujo Ribeiro

Documento 67

Datas: Londres. 1834, agosto 6.

Notação: 216.1.15

Descrição: Ofício ostensivo relatando a conjuntura geopolítica da Europa.

[fl. 1]

Numero 24

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Concluio-se afinal a reorganisação do Ministerio Britannico por hua troca de lugares sem sair nenhuã das pessoas que o compunhão. O Secretario do Interior Lord Melbourne tomou a presidencia do Thesouro, entregando a sua pasta a Lord Duncannon que foi substituido por Sir John Hobhouse; e Lord Althrop reassumio o lugar de Chancellor do Exchequir [*sic*]. Assim continuão os *Whigs* a dominar só com a mudança de chefe.

[fl. 1. v.] As noticias que correm sobre *Dom* Carlos, e suas operaçoens na Hespanha são muito vagas, e contradictorias. Os jornaes absolutistas o dão á frente de hum exercito de 12 mil homens ganhando victorias, e os liberaes acossado e perseguido pelo General Rodil, e mesmo a ponto de ser prezo e de desapparecer da scena. Foi o partido aristocratico deste paiz que o persuadio a partir *para* a Hespanha, e o embarcou nessa empresa para que elle alias não parece ter a menor aptidão // e tanto esse como o partido opposto que em Inglaterra se batem só com palavras, e escritos, e contendem pacificamente, não mostram nem vergonha, nem remorsos de excitar a guerra civil, e derramar o sangue, < dos outros povos >, huã vez que ganhem hum adminiculo para as suas opinioens. Os *Tories* querem mostrar que a Hespanha he *Tory*, assim como os *Whigs* mostrarão, ou se glorião de mostrar, que Portugal era *Whigs*.

Dizem que na Hollanda se armão em guerra dois barcos de vapor que vão levar muniçoens a *Dom* Carlos, e auxiliar as suas operaçoens, e dizem tambem que será Napier que com huã esquadilha Portugueza tem de ir ao seu encontro. As noticias chegadas hontem de França referem que o Governo Hespanhol pedira por

virtude da quadruple alliança a concurrencia da França para reprimir a insurreição das suas provincias do Norte.

[fl. 2]

As Cortes abrirão-se em Madrid no dia // marcado, e a Rainha Regente recitou em pessoa nessa occasião o discurso que *Vossa Excellencia* encontrará nas gazetas que remetto. Na vespera dessa solemnidade descobrio-se huã conspiração naquella capital, que tinha por fim o reestabelecimento da constituição de 1812; varias pessoas notaveis estavam ja presas, e entre os seus nomes se vê a do velho General Palafox. Poucos dias antes destes successos tinha aquella mesma cidade sido o theatro de scenas de muito horror: a *Cholera Morbus* havia apparecido com muita virulencia, e no meio dos estragos que causava se fez crer ao povo que eram os Frades que tinham envenenado as fontes, de sorte que a populaça se sublevou, atacou varios conventos, e barbaramente massacrrou a muitos frades. Deste successo dá a Rainha conta no seu discurso ás Cortes.

[fl. 2 v.]

Não deixarei de chamar a attenção de *Vossa Excellencia* para o que refere o correspondente do *Times*, // ácerca do Ministro de Portugal em Madrid, e que *Vossa Excellencia* verá no *numero* dessa folha de 4 do corrente, sob o artigo, dessa correspondencia. Ahi se diz ser ideia favorita daquelle Ministro a federação dos Reinos da Hespanha e Portugal debaixo de huã só Coroa; e que esta caia em poder do Soberano do Reino mais pequeno.

O *Senhor Dom* Miguel depois de haver tomado todas as disposições para seguir para Roma mudou de parecer pela fria resposta que teve a sua carta ao Papa, tomou casa em Genova, e lá está vivendo muito occupado de seus cavallos, e das estrepitosas corridas que faz pelas apertadas ruas daquella cidade.

Deos Guarde a *Vossa Excellencia*. Londres 6 de Agosto de 1834.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho

Jozé de Araujo Ribeiro

Documento 68

Datas: Londres. 1834, agosto 6.

Notação: 217.3.2

Descrição: Ofício reservado informando sobre a "questão portuguesa" e sua relação com o Império.

No miado do mez passado logo depois da chegada do paquete que sahio dessa corte nos fins de maio, procurou-me o Ministro de Portugal para saber si eu havia recebido alguma communicação sobre o emprestimo Portuguez, e dizendo-lhe eu que nada si me havia communicado a tal respeito, mostrei-lhe todavia no relatorio do *Senhor* Ministro da Fazenda o artigo: em que desse emprestimo se fallava, o que elle leu notando que muito vago era o quanto ali se dizia sobre o objecto. Elle foi por diante dizendo que tanto sobre esse ponto, como sobre varios outros não se podia deixar de descobrir muito pouca vontade da parte do Governo Brasileiro de estreitar relações com o de Portugal. Que se nomeavão lá Encarregados de Negocios para a Belgica, e Sardenha, e que já se havia nomeado hum Ministro Plenipotenciario para Vienna allegando-se relações de familia com aquella Corte, ao mesmo tempo que se

[fl. 1. v.] continuava com // hum simples Consul em Lisboa, quando as relações quer de familia quer de commercio que o Brazil tinha com Portugal eram muito superiores ás que tinha com qualquer desses Governos. Que elle tinha recebido cartas de Joaquim Barrozo Pereira que lhe davão a mesma ideia dessa má vontade do Governo Imperial, referindo-se tanto á falta de nomeação de hum Agente Diplomatico para a corte de Lisboa como ao procedimento tido com Portuguezes que se mandavão sair do Brazil sem justificados motivos, e agora tambem ao projecto de lei sobre o banimento do *Senhor Dom Pedro* que ainda contra toda a verosimilhança se dizia que queria voltar ao Brazil quando elle nunca teve semelhante projecto. Que sem fallar das rasoens vagas, e evidentemente destituídas de fundamento allegadas como prova desse projecto, elle dizia, quanto aos engajamentos de tropa feitos na Europa para servir em

[fl. 2] Portugal // com condição de irem depois ao Brazil, que me podia assegurar que era falso ter-se ajustado semelhante condição, como ninguem melhor que elle podia saber, porque por suas mãos haviam ultimamente passado todos aquelles engajamentos, e todos os papeis que lhe eram relativos. Que estava intimamente convencido de que o *Senhor Dom Pedro* depois de vir á Europa, e de ter gostado dos prazeres de Londres e Paris nunca mais se lembrou de voltar ao Brazil, pois que por

tal modo se affeiçoára aos passeos a cavallo pelos parques de Londres, e a correr atraz do Rei dos Francezes pelos Boulevares de Paris, que só Deos sabia quanto tiralo dahi custára aos amigos da causa Portugueza, para o encaminhar para a Terceira. Que finalmente dado mesmo o caso que o *Senhor Dom Pedro* concebesse algum dia [fl. 2. v.] aquelle projecto, elle devia hoje estar esquecido, e perdida toda a ideia de o realizar á vista do seu arruinado estado de saude, e do // pouco tempo que tinha de viver. Escuso referir tambem aqui á *Vossa Excellencia* o quanto repliquei sobre o que acima levo dito, assim como o muito que recommendei ao Ministro de Portugal que não fosse precipitado no seu juiso a respeito das intençoens do Governo Imperial, o qual ainda na época da saída do ultimo paquete via duvidosa a questão Portugueza, e que nesse estado de coisas continuava no systema de não querer precipitar os passos que elle alias muito deseja dar para entabolar, e estreitar relações de amisade com o Governo de Sua Magestade Fidelissima.

Deos guarde a *Vossa Excellencia*. Londres 6 de Agosto de 1834.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho.

Jozé de Araújo Ribeiro

Documento 68 - ANEXO I

Datas: Lisboa. 1834, junho 28

Notação: 217.3.2

Descrição: Carta do agente secreto em Lisboa relatando ao embaixador do Brasil em Londres plano de restauração do ex-imperador.

[fl. 1]

*Numero 45*⁵⁰

Lisboa em 28 de Junho de 1834

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Hontem remetti á *Vossa Excellencia* com o meu *numero 44*, a *Chronica* de 26 onde se acha publicado em Decréto relativamente á reclamação de quatrocentos mil Libras esterlinas, que este Governo entende lhe deve ainda o Brasil, e essa somma, segundo *Vossa Excellencia* terá visto, hé mandada entrar no Banco, para ser posta á disposição do Agente

50 A cópia segue anexa sob o título de “*Correspondência do Agente particular em Lisboa*”.

financeiro, o famigerado Mendizabal, e com ella pagarem-se juros e dividendo dos Emprestimos contrahidos em Inglaterra. O meu *numero* 44 não continha informação alguma sobre materias politicas, porque indo a Carta pelo Vapor Royal Tar, q'este Governo fretou, não reputei seguro o canal e por isso não me alarguei, contentando-me com narrar meramente que principiavão á pôr-se em movimento os projectos contra o Brasil! E com effeito o Diploma publicado, tem por fito interessar a Inglaterra a favor de Portugal, captando a benevolencia daquella Potencia pelo lado pecuniario, que como hé notorio, hé o lado vulneravel da Grã Bretanha. A par do Diploma vão pelo Ministerio dos estrangeiros as reclamaçoens de Portugal dirigidas ao Governo brasileiro, exaradas sob os mesmos dados e quasi igual théor empregado por Abreu Lima, quando foi Ministro da Rainha em Londres. Estas reclamaçoens, sendo por o em quanto contenciosas, hão de trazer desintelligencias entre as duas Côrtes, que são esses os desejos da Alta Camarilha, e conforme tenho annuciado nas minhas anteriores, servirão de preludio á tentativa da Revolução no Brasil, que lá irão fomentar os delegados de *Dom* Pedro.

[fl. 1 v.]

Dois navios vindos do Rio tivemos esta semana: a camarilha não se mostrou muito enojada com a recusa do Governo brasileiro, feita ao Commissario Chaves: parece que as ligaçoens deste agente com alguns brasileiros, e sobretudo com // o Deputado Moniz produzirão desconfiança, *quanto* ás opiniões politicas de Chaves, que hoje hé tido por duvidoso. João Baptista Moreira tem o referido Agente por pouco firme nos principios caramurús, e Bayard semelhantemente, pelo que ambos julgão que o Governo brasileiro não o fará sahir do Rio.

Reina no Paço a maior desunião, e a Camarilha acha-se hoje dividida em alta, e baixa: na alta estão Navarro, Aracaty, Gomes da Silva, Rocha Pinto, e Imperatriz e os brasileiros renegados, que tem vindo á formiga engrossar o nefando partido da Revolução!! Na baixa conta-se o famoso Marcos, o Governo e a alluvião de empregados, que tem recrutado, e que trabalham

activamente nas eleições. Estas duas Caramilhas tem mutuos ciumes e rivalidades, querendo ambas ter a iniciativa nos negocios publicos, e dirigir a seu sabor, e segundo seus privados interesses o inconsequente *Dom* Pedro. Ambas estão em campo gladiando-se com muito calor, e procurando ganhar a dictadura! No entanto em *quanto* assim se enfraquecem uma a outra ganha a opposição corpo, cresce o descontentamento, e por fim hé provavel aconteça o *tertius gaudet* do rifão latino. *Dom* Pedro continua em Queluz, e o estado de sua saude hé mui precario: segundo a opinião dos medicos promette pouca duração, e isso valerá a Portugal e ao Brasil, que mal poderião esperar socego ás mãos de tal orate. A molestia q'o afflige parece ser de entranha, e nestas ultimas semanas tem feito sensivel differença. Do Agente do Paço hei sabido, que *Dom* Pedro se mostrou mui ressentido por se haver a opinião publica manifestado tão contrario aos seus ultimos actos governativos, e tão pronunciada contra seus Ministros. Para isso contribuiu muito o projectado e não realisado, desarmamento dos corpos voluntarios, e ultimamente a prisão arbitraria do Coronel // Pizarro, que por escrever contra a Regencia de *Dom* Pedro, está incommunicavel na Torre de *São* Julião da Barra, tendo trazido da Inglaterra passaporte legal que lhe concedera a Legação portugueza.

[fl. 2]

O Governo trata agora de liquidar as sommas que tem a reclamar do Brasil, por indemnisação das propriedades portuguezas: espalhão os Agentes que perto de trez mil contos estão já liquidados, e que se vai tratar de fazer a reclamação officialmente, sustentando-a com forças navaes, que se apromptão para irem áquelle hemispherio. Como de há muito, eu tenho preparado á *Vossa Excellencia* para esta noticia, ella não ha de apanhar desprevenido nem de sobresalto o Governo do Brasil.

Tem hoje grassado o boáto de haver mudança no Ministerio do Reino e da Justiça: diz-se que para a Justiça vai o bispo titular de Coimbra Frei Francisco de *São* Luiz, e que Aguiar passa para o Reino, sahindo Bento Pereira do Carmo, que reassume o lugar de Prefeito. Esta mudança parcial hé

efeito da colisão de authoridade, que tem havido entre o actual Ministro do Reino, e a municipalidade da Capital, a qual se tem havido com muita dignidade nas Representações dirigidas ao Regente, bem merecendo de seus concidadãos, que elegeram popularmente os membros daquela corporação.

Agóra me diz o Agente do Paço que houve grande desaguizada entre Dom Pedro e Rocha Pinto, e que este ultimo vai para Inglaterra, depois de palavrões de parte a parte. A Camareira Mór da Rainha teve igualmente desgosto e diz-se saihe do Paço. Assim vão chegando as couzas á sua maturidade, e os loucos que prepararam esta comedia dando materia para seu mais prompto desfecho! Permitta-me *Vossa Excellencia* repetir-me De *Vossa Excellencia* tc.

Documento 69

Datas: Londres. 1834, setembro 8.

Notação: 216.1.15

Descrição: Ofício ostensivo discutindo o tráfico de escravos e a relação entre o Império e a Inglaterra.

[fl. 1]

Numero 26

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

[fl. 1. v.]

§1 Tenho a honra de remetter inclusas por copia a nota que dirigi a este Governo sobre o Brigue Activo e a resposta que se me deu; e mencionarei, para poupar a *Vossa Excellencia* o trabalho de examinar as circumstancias do caso, que este brigue havendo feito hum carregamento de escravos fóra dos limites marcados pelo artigo 1º do Tratado de 1815, fóra ao depois capturado por hum crusador Inglez tambem fóra dos limites marcados pelo artigo 4º das Instrucções annexas á Convenção addicional de 1817; e que sendo levado a Serra Leôa foi ali julgado má presa pela circumstancia do lugar da captura; e portanto restituído a seus donos. A Commissão julgou que se devia indemnisar os proprietarios do montante das custas do Processo // o que foi logo pago, e do montante de perdas e danos, com a clausula de nisso concordarem os Governos Brasileiro e Inglez. Hé esta soma que monta a £10,787-15-, que se reclama, e que o Governo Inglez diz abertamente que não deve pagar. A Nota que assim o

declarou, e de que remetto copia a *Vossa Excellencia*, não contem argumentos, e com me dar a simples recusa sem me expor os fundamentos della, me persuadiu a pedir huã conferencia a Lord Palmerston para ouvil-o sobre o objecto e discutir verbalmente a materia.

[fl. 2]

Depois de vituperar contra o trafico de escravatura, e de taxar os que o fazião de inimigos da especie humana [*sic*], dice Lord Palmerston que o caso em questão era de hum trafico illegal feito contra a disposição do Tratado, e que bem que a captura fosse feita em contravenção // das Instrucçoens, todavia não sendo essas instrucçoens dadas senão para se bem cumprir o Tratado, era claro que o não podião derogar, nem tornar legal o commercio que o Tratado declarava illegal. Eu respondi que assim o Tratado como as Instrucçoens eram convençoens assignadas pelas partes contratantes que se devião igualmente observar, e que se aquelle trafico havia sido illegal a captura o não era menos. Dado mesmo que assim seja, replicou Lord Palmerston, nada tem os proprietarios desse navio de que se queixar, nem que reclamar; o navio foi capturado por haver traficado illegalmente, e ao depois não foi condemnado, foi-

[fl. 2 v.]

lhes restituído por se haver effeituado a captura fóra dos limites prescritos. Com a restituição do navio que não merecião se devião elles de dar // por muito satisfeitos, e não vir mais reclamar á titulo de compensações sommas que o Governo Inglez não deve pagar, e que a pagar seria o mesmo que premiar inimigos do Governo humano, e animar o contrabando de escravos. Lord Palmerston continuou a fallar contra o trafico de escravatura e a expôr mais alguãs ideias de humanidade, quando eu lhe observei que muito louvaveis eram os seus sentimentos os quaes eu tambem partilhava, mas que me persuadia que a justiça estava antes da Philantropia; que nós nos deviamos abster de discutir a moralidade ou immoralidade do commercio de escravatura, e nos occupar só das nossas estipulaçoens, e sobretudo da sentença da commissão de Serra Leôa no cazo de que se tratava, que essa // sentença fazia depender o pagamento das compensaçoens que havia julgado, da approvação dos 2 Governos; que o do Brazil approvava, e que não fazendo o mesmo o de Inglaterra vinha o caso a requerer a nomeação de hum arbitro, ou o recurso de outro expediente equivalente, que *Sua Excellencia* poderia apontar e eu aceitar se o julgasse justo. Lord Palmerston respondeu que não julgava o negocio dessa natureza; que dizendo a Sentença = *Provided that the British & Brazilian Governments agree & declare that*

[fl. 3]

[fl. 3 v.]

the said sum ought to be paid in conformity, to the stipulations of said convention and not otherwise = era evidente que não concordando hum dos Governos não devia ter lugar o pagamento, porque a sentença exigia a concorrencia dos dois // e que faltando a de hum estava a condição resolvida pela negativa: que quando A. promettia dar tanto a B. com condição de nisso concordarem C. e D. era claro que não concordando C. e D. nada se devia a B. Confesso a *Vossa Excellencia* que a palavra *agree*⁵¹ de que se serve a sentença naquella clausula parece favorecer a interpertação de Lord Palmerston, todavia não sendo assim que commumente se resolvem negocios desta natureza, eu o declarei a Lord Palmerston dizendo-lhe por fim que me julgava com direito mais forte do que o que elle me dava com a sua intelligencia da sentença, e que por isso estava resolvido a ir por diante, e lhe pedia dêsde já licença para lhe escrever outra Nota sobre o mesmo objecto. //

[fl. 4]

Vossa Excellencia verá, no que levo exposto, os principaes argumentos enunciados por Lord Palmerston contra o pagamento das indemnisações reclamadas a bem dos proprietarios do brigue Activo; alguns delles não deixam de ter alguã força, e a isso acresce o grande desfavor em que se achão as causas deste genero: reclamar hoje indemnisações á bem de traficantes de escravos he ir de encontro a todas as sympathias que tanto se tem excitado ultimamente aqui e em toda a parte á bem da liberdade dos Africanos. Lord Palmerston me declarou que ainda que elle fosse de opinião de pagar-se a minha reclamação, não tendo dinheiro para esse fim, e sendo lhe por isso necessario // pedir ao Parlamento, estava certo de que nem hum só voto teria em seu favor. Em taes circumstancias bem poderá *Vossa Excellencia* antever qual póde ser o resultado de qualquer outra nota minha sobre este caso, e mesmo sobre quaesquer outros do mesmo genero.

[fl. 4. v.]

§.2. Receberão-se nesta Legação a Circular *numero* 5, e a 2^a via do Despacho *numero* 11 com os Documentos relativos a Sumaca Brasileiro Creoula, e o Bergantim Venturoso apprehendidos e levados a Serra Leôa pelas Embarçaçoens de Guerra Dum e Maidstone.

[fl. 5]

§.3. Por huã carta particular de Serra Leôa consta que ali falecera no *próximo passado* mez de Junho Jozé de Paiva Commissario Brasileiro da Comissão Mixta daquelle lugar. Tambem por // cartas daquelle lugar me consta que o Transporte

51 Sublinhado no original.

Matilda que arribou a Gorée com os marinheiros devia proseguir sua viagem para essa Corte no dia 5 de julho ultimo.

§.4. Hontem chegou a esta Cidade a mala do paquete que partio dessa Corte no meado mez de Julho e se receberão nesta Legação os Despachos *numeros* 12, 13, e 14, a Circular *numero* 6 e Reservado *numero* 3. As differentes ordens que se me transmittirão terão o seu devido cumprimento.

Deos Guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 8 de Setembro de 1834.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho

Jozé de Araujo Ribeiro

Documento 70

Datas: Londres. 1834, setembro 8.

Notação: 216.1.15

Descrição: Officio ostensivo relatando a conjuntura geopolítica da Europa.

[fl. 1]

Numero 27

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

Fechou-se o Parlamento no dia 15 do mez passado, e o Rei recitou em pessoa o discurso que vai junto a este officio. Os receios de que se complicavão os negocios da Turquia a ponto de ameaçarem a paz da Europa, foram tranquillizados por esta falla que veio nessa parte confirmar o que pouco anteriormente havia dito o Rei dos Francezes sobre o mesmo objecto. O discurso do Rei de Inglaterra he accusado de conter pouca informação, e *Sua Magestade* nem na ida ao Parlamento nem na volta não recebeo aquelles vivas e applausos que o povo costuma dar nas occasioens desta solemnidade. A Rainha já voltou da sua viagem ao Continente e assim ella como o Rei se achão por agora residindo em Windsor.

[fl. 1. v.]

Continuão em Madrid as Cortes // Hespanholas sem caracter ou tendencia decidida ainda occupadas de trabalhos preparatorios. Os differentes Ministros de Estado tem apresentado os seus Relatorios dando conta do estado de suas respectivas Repartiçoens. O dos Negocios Estrangeiros fallou largamente do nosso reconhecimento pelo seu Governo deleitando os seus ouvintes com os lisongeiros prospectos do vasto e lucrativo commercio que a Hespanha pode vir a fazer com o

Brazil, e dizendo que não está longe o dia em que estas vantagens se hão estender por hum mais largo circulo. *Vossa Excellencia* verá este Relatorio no *Times* de 22 do mez passado.

Pelo Relatorio do Ministro da Marinha se vê que toda a força naval de Hespanha consta hoje de 2 náos de Linha ambas construidas no seculo passado, hua em 1755 e outra em 1771, de 4 fragatas de que alguãs tem quasi a mesma idade que as náos, de 3 corvetas, e alguns brigues.

Dom Carlos continúa ainda na sua luta pelo Norte da Hespanha ou com poupo [*sic*] successo ou com alguns revezes, que he o que eu julgo proprio dizer a *Vossa Excellencia* no meio das exageradas noticias que vem pelos canaes de hum ou outro partido e que tem por resultado produzir huã total incerteza sobre o verdadeiro estado daquella luta. Continuação huns a dar aquelle Principe como completamente derrotado e a fugir, e outros como marchando triunfante para Madrid. Alguns vazos de guerra hespanhões cruzão nas costas de Corunha até Bayona para lhe impedir auxilios que venhão por mar, e a elles se tem reunido alguns Francezes, assim como tambem // hua Corveta Portugueza segundo asseverão ultimamente.

[fl. 2]

A quadruple Alliança esteve aqui ultimamente sujeita a muitas duvidas e questões entre os respectivos Plenipotenciarios que acordarão por fim em mais alguns artigos addicionaes que se assignarão ha dias, mas que ainda se não ratificarão nem publicarão.

No dia 15 de Agosto abrirão-se as Cortes em Lisboa e junto vai tambem a falla do Duque Regente nessa occasião. Como para compensar o muito que de nós se dice na Hespanha, nada dice a falla do Throno Portuguez á respeito do Brazil. Fico esperando ancioso pelo Relatorio do Ministro dos Negocios Estrangeiros que não ha de provavelmente ser tão silencioso a nosso // respeito. O Duque recommenda com preferencia a attenção das Cortes os dois importantes objectos. 1º dicidir se deve elle continuar na Regencia durante o resto da minoridade da Rainha, 2º dar a conveniente providencia para que Sua Magestade possa cazar com Principe estrangeiro, e recommenda tambem a fixação das forças de mar e terra com attenção ás circumstancias em que se acha a Hespanha. Aqui tem-se já dito que hua divisão do exercito Portuguez se reunia em Tras-os-Montes como o corpo de observação e pronto a entrar [...] ⁵² Hespanha quando necessario for. Quanto ao negocio da

[fl. 2 v.]

[fl. 3]

Regencia já na Camara se havia nelle tocado e huã commissão tinha a esse respeito apresentado o parecer de que continuasse o *Senhor Dom* Pedro que era o // Principe que havia dado a Carta a Portugal e que com tantos esforços e secrefícios [sic] tinha nelle estabelecido o Governo Constitucional. Declarava a Commissão que esse era o voto unanime de seus membros. As ultimas noticias referem que hua forte opposição se havia já ali manifestado nas 2 camaras contra o Ministerio.

[fl. 3 v.]

Tem apparecido em varias gazetas hum Protesto que se diz feito pelo *Senhor Dom* Miguel que chegou a Genova contra a violencia com que o despojárão de Throno Portuguez e o obrigárão a renunciar a seus direitos. Essa peça appareceu pela primeira vez em huã gazetta de Modena e não assignada, talvez para deixar em duvida a sua autenticidade, por isso que verificada ella seria consequencia necessaria // a perda da pensão que recebe o seu autor do Governo Portuguez. Este Principe já partiu de Genova, havia estado em Milão, e depois proseguido para Parma.

Tem aqui chegado recentes noticias de alguãs das Antilhas Inglezas que não promettem resultados favoraveis á medida de se libertarem seus escravos entre os quaes se notão muitos symptomas de abandonarem o trabalho depois de livres. Em *São Christovão* já se julgava indispensavel a medida de se proclamar a Lei Marcial, e em Granada já tinham os pretos de duas Fazendas recusado trabalhar.

[fl. 4]

O presente paquete foi demorado tres dias por este Governo e tres á meu pedido por me haver assim requerido a caza de Samuel & Phillips nesta cidade. As // noticias que no entretanto chegarão de Lisboa referem que o *Senhor Duque* de Bragança fôra eleito Regente do Reino pela Camara dos Deputados não tendo se não 5 votos contra.

Deos guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 8 de Setembro de 1834.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho

Jozé de Araujo Ribeiro

Documento 71

Datas: Londres. 1834, setembro 8.

Notação: 217.3.2

Descrição: Ofício reservado relatando a relação entre os planos de desmembramento do Império e os

[fl. 1]

Numero 11
Reservado

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

No meu officio *numero 22* de 11 de Julho proximo passado, tive a honra de referir a *Vossa Excellencia* a entrevista que aqui tive com o Ministro de Portugal, á respeito do que pelo seu Ministro dos Negocios Estrangeiros fôra dito em Lisbôa ao nosso Consul Geral, e que me pareceu não só alheio da bôa harmonia [*sic*], que a ambas as naçoens convem manter entre si, como tambem pouco decoroso á dignidade do Governo Imperial. O Ministro de Portugal deu, segundo me dice, conta do que se passou entre nós ao seu Governo, e poucos dias ha que me declarou haver recebido ordem do seu Ministro dos Negocios Estrangeiros para me dizer que se de algumas expressoens menos proprias, e convenientes se havia feito uso para com o Consul Geral do Brazil, ellas tinham sido provocadas pelo mesmo Consul; que o Governo de *Sua Magestade Fidelissima* muito desejava manter boa intelligencia com o Governo Imperial; e que da sua parte offereceria sempre as melhores disposiçoens para se entrar em quaesquer ajustes amigaveis, que o mesmo Governo Imperial julgasse conveniente entabolar. // Eu mui satisfeito me mostrei ao Ministro Portuguez com a explicação que me fazia por parte do seu Governo, e lhe prometti leval-a, como me cumpria, ao conhecimento de *Vossa Excellencia*.

[fl. 1. v.]

Já o Governo de *Sua Magestade Fidelissima*, como *Vossa Excellencia* ha de ter entrevisto, tem entendido que o Governo Imperial deseja entrar com elle em negociaçoens, e longe de se mostrar avesso a isso, ou indifferente, parece antes desejal-o, sobretudo á respeito do emprestimo Portuguez, que o Brasil prometteu pagar; e esses desejos que sem duvida se manifestam, até certo ponto me convencem de que poderíamos talvez delle obter amigavelmente qualquer modificação na nossa promessa.

Quando o Brasil e Portugal se separaram, ficaram á cargo de cada hum, como era justo, as suas respectivas dividas internas, e parecendo tambem de justiça que a obrigação da externa se repartisse igualmente entre os dois payzes, não succedeu assim, e nós a tomamos toda sobre nós, ou por que nos suppunhamos com meios

[fl. 2] superiores, ou // por que, ou porque [sic] quizémos assim pagar o reconhecimento da nossa independencia, quero dizer, a brevidade, com que a conseguimos. Porem os nossos meios não se mostravam ser o que suppunhamos, temos encontrados [sic] muitos embaraços, temos sido constrangidos a fazer grandes despesas, e as nossas finanças tem se visto continuamente em difficuldades, que não são desconhecidas a Portugal; assim que se hum espirito de restricção da parte daquelle Governo exigiria o exacto cumprimento das estipulaçoens existentes, hum espirito de moderação mais justo, e mais possivel de realisação deveria annuir a huma reforma na nossa promessa, e á igual repartição da divida externa, que existia na época da nossa independencia. No entretanto considerando-se tambem por outro lado o interesse que tem todo o Governo, assim como todo o individuo de guardar a sua palavra, e cumprir suas promessas, eu não sei se nos seria realmente mais conveniente pugnar por huma redução na obrigação, ou se simplesmente por algum acrescimo de prazo para seu cumprimento. // Aqui chegaram ha dias noticias dessa Corte até 21 de Junho, e o *Morning Herald* publicou que huã Commissão na Camara dos *Senhores* Deputados encarregada de apresentar o seu parecer sobre as reformas da Constituição havia proposto entre outras cousas a creação de Camaras Legislativas em cada huã das Provincias. Esta noticia causou huã especie de alarma entre os possuidores dos nossos fundos, que anteviam por ahi huã proxima desmembração do Brasil. Os fundos desceram 2 *por* cento. Logo depois chegarão tambem noticias por via de Buenos Ayres de que tropas da Provincia do Rio Grande tinham entrado na Cisplatina, e tomado Serro Largo, e os fundos desceram mais 2 por cento; mas sendo estes boatos logo em < tudo ou > quasi tudo contradictados tem os fundos quasi que reassumido o seu antigo preço.

Deos guarde a *Vossa Excellencia*. Londres 8 de Setembro de 1834.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho.

Jozé de Araujo Ribeiro

Documento 72

Datas: Londres. 1834, outubro 8.

Notação: 216.1.15

Descrição: Officio ostensivo relatando a conjuntura geopolítica da Europa.

[fl. 1]

Numero 31

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

[fl. 1. v.]

He com o mais profundo pesar que vou annunciar a *Vossa Excellencia* a morte de *Sua Magestade* Imperial o Senhor Duque de Bragança, que falleceu em Lisbôa no dia 24 do mez passado pelas duas horas e meia da tarde. A vista do progressivo augmento da sua infermidade que lhe tirava todas as esperanças de restabelecer-se, alguns dias antes da sua morte. Elle manifestou desejos de acabar a sua vida no mesmo lugar de seu nascimento, e foi por isso removido do Palacio da Ajuda para o de Queluz, e posto no mesmo quarto em que tinha nascido. No dia 17 confessou-se, e sacramentou-se, e no 18 escreveu ás Cortes, que providenciassem sobre a Regencia do Reino, visto que o seu estado de saude o inhibia de tomar conhecimento dos negocios publicos; e desde então até o momento da sua morte, foi tudo quanto disse, e quanto // fez tão nobre, e tão magnanimo, que os ultimos momentos da sua vida constituem hoje a mais brilhante pagina da sua historia. Para não ser demasiadamente longo, emprehendendo referir todas essas circumstancias, rogo a *Vossa Excellencia* a permissão de me reportar sobre este triste assumpto as gazetas, e outras communicações que nesta occasião tenho a honra de remetter.

Deos Guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 8 de Outubro de 1834.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho

Jozé de Araujo Ribeiro

Documento 73

Datas: Londres. 1834, outubro 8.

Notação: 216.1.15

Descrição: Ofício ostensivo relatando a conjuntura geopolítica da Europa.

[fl. 1]

Numero 32

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

A Inglaterra não offerece presentemente successo algum que se deva ou mereça relatar. O Parlamento fechado e os homens de estado recolhidos á vida privada em

[fl. 1. v.] suas terras ou fazendas fazem da estação actual hum tempo de treguas. Suas Magestades o Rei e a Rainha continúão e residir em Windsor, os Ministros de Estado passam grande parte do tempo fóra de Londres, e se não fosse alguns jantares politicos que se tem dado em varios lugares do Reino nada terião as gazetas que referido interior do paiz. Tambem os Embaixadores e Ministros das Potencias do Continente da Europa se tem quase todos ausentado com licença de sorte que desses Governos só por aqui andão os Ministros da Baviera, Dinamarca e Portugal. O Governo Sueco, // Russo, Prusso, Austriaco, Francez e Hespanhol são actualmente representados por Encarregados de Negocios.

[fl. 2.] Os possuidores de Apolices dos emprestimos contrahidos pelas ex-Colonias Hespanholas estão aqui tratando de organizar huã Commissão d'entre elles para dirigir hum requerimento ao Governo a fim de que este intervenha em abono de seu direito, fazendo com que essas Republicas paguem o que devem, ou entrem em algum arranjo para pagar o que lhes for possivel. *Vossa Excellencia* ha de se lembrar que quando Fernando 7º não quiz reconhecer o emprestimo das Cortes Hespanholas sollicitarão aqui os possuidores de Apolices desse emprestimo que o Governo Inglez intervisse [*sic*] em seu favor, mas foi-lhes então respondido que ao Governo não // cumpria dar passo algum sobre semelhante assumpto. Veio novamente á Hespanha hum Governo Constitucional, e esperando os credores do emprestimo das Cortes o inteiro reconhecimento dessa divida, succedeu que o Ministro das Finanças daquelle Reino logo que se abrirão as novas Cortes appresentou hum Relatorio, em que propunha que se não reconhecesse da divida externa qualquer que ella fosse, senão a ametade, isto hé, que se reduzisse a 50 o que era 100 e que só se pagasse 2 ½ de juros. Esta proposta, como era de esperar, foi muito reprovada aqui na França e na Hollanda, e foram os Francezes que se lembrando primeiro de requerer a intervenção do seu Governo, delle obtiverão alguns passos em seu favor. Os Inglezes imitarão logo o exemplo, e já o // Governo Inglez, á vista do que tinha feito o de França, não respondeu como da outra vez, mas recebendo os memoriaes que lhe foram apresentados os dirigiu ao seu Ministro em Madrid para esse os levar ao conhecimento do Governo Hespanhol. Este negocio depois de muito debatido em Madrid na Camara dos Procuradores terminou em fim por serem por ella reconhecidos todos os emprestimos contrahidos pelo Governo Hespanhol antes e

depois do anno de 1823, á excepção somente do emprestimo de Guebhard que Fernando 7º contrahiu no tempo da revolução Constitucional para o fim de a destruir.

[fl. 3]

O successo que acabão de obter os credores da Hespanha, e os passos que ainda que á medo derão os seus Governos para os // proteger, he o que tambem veio mover os credores das novas Republicas da America a diligencias a adopção de iguaes recursos. Comtudo se senão for alem do que se praticou á respeito da Hespanha, parece que a protecção do Governo Inglez se reduzirá, como naquelle caso, a prestar-se como canal ou intermedio para fazer chegar ao conhecimento daquelles Governos as representaçoens de seus credores. O partido liberal começa a prevalecer na Camara dos Procuradores de Hespanha, nella se redigirão 12 artigos sobre os direitos politicos dos cidadãos Hespanhoes, e se pedia a Rainha que os

[fl. 3. v.]

sancionasse e mandasse observar como parte da Constituição. Hé o 1º desses artigos o direito que a cada hum compete // de exprimir os seus pensamentos sem previa censura. Tambem na mesma Camara se lembrão de requerer ao Governo a demissão do actual Ministerio indo-se ao ponto de designar as pessoas que o devião succeder. O General Rodil Vice-Rei de Navarra que commandava o exercito de operação contra os insurgentes foi demittido; teve outro successor no Governo da Provincia, e o commando do exercito foi incumbido ao General Mina que quando lhe participarão a sua nomeação respondeu, que logo que sua saude o permittisse cumpriria as ordens da Rainha. Esse exercito segundo se diz consta de 25 a 30 mil homens, e pouco ou nada tem feito; os insurgentes parecem ter crescido em forças; [Elisondo] de que elles tinham // sido expellidos e que fôra fortificado e guarnecido pelas tropas da Rainha está por elles agora sitiado.

[fl. 4]

A luta que se observa presentemente na Hespanha contrasta a muitos respeitos com a que teve lugar em Portugal; nesta se viu renhida porfia actividade e coragem por ambos os lados, e naquella lentidão temor e huã guerra em que só se combate quando se não póde obrar de outro modo; do que todavia pouco curão os liberaes das Camaras em Madrid occupados inteiramente a discutir pontos constitucionaes. No entretanto elles tem por si o progresso do espirito humano que há muito tempo deveria ter descoroçoado a quaesquer defensores dos velhos prejuizos do absolutismo // por mais energicos que fossem.

[fl. 4. v.]

Depois das noticias de Hespanha que são as que hoje mais interesse

geralmente causão, vem ainda as de Portugal. Logo que se desesperou da saúde do *Senhor* Duque de Bragança e se viu a necessidade de providenciar sobre nova Regencia, tres expedientes se apresentárão cada hum com caloroso partidos; huns querião que fosse Regente a Infanta *Dona* Izabel Maria, outros a Duquesa de Bragança, e outros em fim hum Conselho presidido pelo Duque de Palmella. Estas discussões que começárão no Paço ameaçando grandes divisões, produzirão nas Cortes a extraordinaria, e quasi unanime resolução de se declarar a Rainha em estado de tomar as reas // do Governo o que com effeito teve lugar logo depois da demissão do Regente; ella prestou o juramento no dia 18 do mez passado. Foi o seu primeiro acto como Soberana a dadiva da Grã-Cruz da Torre e Espada que offereceu a seu Augusto Pai em reconhecimento dos relevantes serviços prestados a ella e a nação Portugueza, e depois a organização de hum novo Ministerio composto do Duque de Palmella Presidente do Conselho dos Ministros (sem pasta), do Bispo de Coimbra Ministro do Reino, de Barreto Ferraz da Justiça, de Silva Carvalho das Finanças, do Duque da Terceira da Guerra, do Conde de Villa Real dos Negocios Estrangeiros, e de Agostinho José Freire da Marinha. //

Este Ministerio já anteriormente indigitado e parece que mesmo escolhido pelo Regente, ou ao menos com o seu assenso, não se apresenta com lisongeira perspectiva, como se diz, começando por se achar organizado em Conselho com hum Presidente que a Constituição Portugueza não reconhece, e succedendo mais que esse Presidente que alias goza de distincto conceito em alguns paizes estrangeiros, não póde contar com a necessaria confiança do partido liberal do seu paiz que hé o que já prevalece em Portugal.

O casamento de Sua Magestade Fidelissima se refere como definitivamente contractado com o Duque de Leuchtenberg, e se conta que a França // se não oppuséra a isso e se limitára a mandar huã licença ao seu Ministro em Lisboa para se ausentar daquella Corte na occasião das vodas [*sic*]. Estava a sair do Tejo hum barco de vapor fretado para ir buscar o Duque.

O Regente se despediu dos corpos que com elle sustentárão a luta do Porto, abraçando a hum soldado de cada batalhão; [e elle] ordenou por sua morte que não fosse o seu enterro < feito > com pompa real, mas como o de hum simples militar chefe das Legiões Libertadoras, e que do seu corpo se separasse o coração para ser

[fl. 6. v.] depositado na cidade do Porto que havia sido o theatro dos seus feitos de armas.

Chegou a Londres o Embaixador Turco que se esperava, o qual assim // como o que veio a Paris se diz instruido para o fim de assegurar a estas duas Potencias das licitas e leaes redações que existem entre a Porta e a Russia, e que por não serem bem conhecidas tem causado tanto ciume e desconfiança assim á França como á Inglaterra. Ha porem quem deffira desta opinião, e attribua outros fins a essas duas Embaixadas Turcas.

[fl. 7.] Já aqui se tem noticias de differentes Colonias Inglezas posteriores ao 1º de Agosto que era o dia marcado para a liberdade dos Africanos. Na ilha da Trindade recusarão os pretos todos trabalhar desse dia em diante, e por tal modo posérão a cidade em sustos que os brancos correrão // as Armas e se entrincheirão nos quarteis e fortalezas com a tropa. Em Demarára occorrerão scenas semelhantes, e por quasi todas as outras Colonias mais ou menos encommodos e sustos se tem experimentado que claramente mostram o risco que se corre com a perigosa medida que adoptou a Inglaterra, que a não ter huã poderosa força naval e fortes guarnições de tropas por aquelles lugares, teria provavelmente sacrificado a vida e fazenda dos brancos pela liberdade dos pretos. Huã preta velha que corria as ruas de Londres quando chegou o primeiro de Agosto, se poz com hum páo a dar bordoadas e a insultar a quantos passavão; foi preza e levada á presença do // Magistrado e perguntando-se-lhe por que procedia daquelle modo, respondeu que < não > tinha de dar contas a ninguem, que daquelle dia em diante estava livre e podia fazer o que quisesse. He assim que os pretos entendem a liberdade.

[fl. 7. v.]

O navio de Guerra Talbot de 28 peças partirá brevemente para essa Corte com o novo Almirante da Esquadra de Inglaterra nos mares do Sul.

Os Dividendos do nosso emprestimo do semestre vencido no 1º do corrente foram devidamente annunciados e pagos no dia do vencimento.

Deos guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 8 de Outubro de 1834.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho

Jozé de Araujo Ribeiro

Documento 74**Datas:** Londres. 1834, novembro 22.**Notação:** 216.1.15**Descrição:** Offício ostensivo relatando a conjuntura geopolítica da Europa.

[fl. 1]

Numero 37

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

A mudança que se esperava no Ministerio Inglez como tive a honra de participar a *Vossa Excellencia* no meo officio *numero* 36 foi total. Lord Melbourne partindo d'aqui a semana passada para Brighton para consultar com o Rei á respeito da substituição de Lord Althorp que devia deixar a pasta das Finanças, voltou de lá com a sua e com a demissão de todo o Ministerio. O Rei que se acha agora em Londres chamou o Duque de Wellington para formar o novo, e o Duque sempre negar a aceitar qualquer das Pastas, recusou comtudo o lugar de primeiro Ministro e decidio Sua Magestade a conferir esse posto a Sir Robert Peel que será encarregado de montar a nova Administração. Peel achava-se na Italia, e comquanto se expedissim immediatamente ordens que o chamão a esta Corte, todavia não se espera aqui a sua vinda antes destas duas ou tres semanas. No entretanto hé o Duque de Wellington o unico Ministro, elle está interinamente com a pasta do Interior e com a dos Negocios Estrangeiros. Lord Melbourne ainda assigna na sua Repartição para que ali não soffra o [jornaleiro] expediente dos negocios.

Tem se explicado por differentes modos a inesperada queda de toda a Administração de Lord Melbourne. Dizendo-se primeiro que era tudo obra da Rainha, logo apparecerão publicadas nas gazetas muitos artigos que refutavão esses boatos. Depois se dice que o mesmo Lord Melbourne expondo ao Rei os embaraços em que se via pela passagem de Lord Althorp da Camara dos Communs para a dos Lords lhe suggeria a total mudança de Ministerio; porém tambem este boáto foi refutado por ordem do mesmo Melbourne. O que hé facto hé que o Rei não hé *Whig* e que olhava com receios para o progresso das Reformas e do partido liberal; o partido radical se ia engrossando cada dia, e Lord Durham á testa delle não fazia que gritar pelas Reformas já e já, nos jantares publicos que lhe davão.

Se pela Cidade de Londres se pode formar alguma conjectura verdadeira do modo por que ha de o povo Inglez receber a nova Administração *Tory*, parece que

essa administração não tem de soffrer tão fortes obstaculos como se supporia. A gente aqui se amostra agora como se estivesse cançada dos *Whigs*, e os principaes jornaes de Londres apparecem favoraveis a mudança, mostrando-se contentes com algumas promessas que o Duque tem feito de que se ha de proseguir nas Reformas. Elle tem tambem promettido a alguns Representantes das Naçoens do Continente que a Inglaterra não há de mudar a sua politica exterior. //

[fl. 1. v.] O Rei⁵³ manifestou vivos desejos de que Mister (hoje Lord) Stanley fizesse parte do novo ministerio; mas sem que chegue Peel nada se fará a esse respeito.

O Ministerio Bassano de França não durou que tres dias e hoje acha-se ali a Administração organizada com as mesmas pessoas que anteriormente compunhão com a differença de ser o Duque de Treviso em vez do Marechal Gerard quem a preside.

Deo Guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 22 de Novembro de 1834.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho

Jozé de Araujo Ribeiro

Documento 75

Datas: Londres. 1834, dezembro 3.

Notação: 216.1.15

Descrição: Officio ostensivo relatando a conjuntura geopolítica da Europa.

[fl. 1]

Numero 39

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor,

No meo Officio *numero* 37 do mez passado tive a honra de participar a *Vossa Excellencia* a total demissão do Ministerio Melbourne, passando a administração inesperadamente dos *Whigs* para os *Tories*. Da data desse Officio para ca tem estado as coizas no mesmo estado pela falta de Sir Robert Peel que andava viajando pela Italia, e que, escolhido pelo Rei para Chefe do novo Ministerio, não pode ainda estar de volta antes destes tres ou quatro dias. Nenhum lugar da Administração se tem

53 Repetido no original.

[fl. 1. v.]

provido definitivamente á excepção do de Lord Chancellor Presidente da Camara dos Pares conferido a Lord Lyndhurst que já o havia exercido anteriormente. O Duque de Wellington faz no entretanto as vezes de Primeiro Ministro, de Ministro do Interior, e de dos Negocios Estrangeiros. Por fóra de Londres não se vão mostrando as coizas tão favoraveis aos *tories* como á principio apparecêrão na Cidade: muitas assembléas populares se tem reunido em differentes lugares para se discorrer sobre a crise actual para se dirigirem Petições ao Rei contra a mudança da Administração, e para se recommendar decidida opposição aos *Tories* e ao Duque que os capitanea. O'Connell grita nos ajuntamentos de Dublin que se vai // esquecer da sua politica sobre a Irlanda para se unir aos *Whigs* na opposição, e Lord Durham exclamou em Newcastle que o povo Inglez se deve armar para o mais tremendo conflicto, e protesta tomar lugar nas suas fileiras. No entretanto a gente de sentimentos aristocraticos do paiz não dorme em apathia no momento actual, e della tambem se formão assembléas que lavrão resoluçoens no sentido opposto, e dirigem Petições ao Rei em abono da acertada mudança que elle fez de seus Conselheiros. Os Diarios mais acreditados da Capital tem-se mostrado antes favoraveis que oppostos á mudança; o *Courier* só parece mortificar-se com a demora que se leva em formar o Ministerio, pela escolha de hum Chefe que anda passeando pela Italia, e o *Times* ainda que a defende á medo, comtudo a defende; o *Standard*, o *Albion* e o *Morning Herald* são decididamente em favor, assim como o *Globe* e o *Morning Chronicle* abertamente hostis.

[fl. 2]

Esta renhida porfia e contesto quasi igual não dão muito lugar de prever qual deve de ser a sorte do futuro Ministerio. Os naturaes do paiz discorrem segundo sua fé politica, como succede sempre nestes casos; os *Tories* dão-lhe hum lisongeiro // futuro, e os *Whigs* asseverão que elle não durará tres mezes. O que hé facto hé que elle não pode contar com a maioria nos Communs, e por isso se falla de huma dissolução do Parlamento; mas ainda resta a duvida, a lançar-se mão dessa medida, se o novo Parlamento lhe será mais propicio que o actual.

Felismente estas duvidas ou incertezas que tanto inquietão este paiz e inquietão a Europa, pouca ou nenhuma relação devem ter connosco, porque a experiencia nos tem mostrado que, ou *Tories* ou *Whigs*, os Governantes Inglezes não nos tratão nem por nós deverão ser tratados com discrime algum. O Duque de Wellington e mesmo o Rei tem declarado que o Governo Inglez não ha de mudar a

sua politica externa, porem ninguem há que ignore que semelhantes promessas se não guardão á risca, e que ainda quando o fossem, só o facto de existir huma Administração *Tory* em Inglaterra daria differente aspecto a essa Politica. Já asseverão que somente a nova da chamada do Duque para o Ministerio animára sobremaneira os Carlistas Hespanhoes, de modo que agora entra mais em duvida que anteriormente o triumpho da causa constitucional naquelle Reino. Os fundos Hespanhões tem descido consideravelmente nesta praça e os de Portugal não deixam de os acompanhar.

O Duque de Gloucester, Primo de Sua Magestade Britannica falleceo há 3 dias.

O *Senhor Dom* Miguel ficava em Genova até as ultimas noticias. Com este officio vai a correspondencia que recebi de Lisboa durante o mez passado.

Deos Guarde a *Vossa Excellencia*. Londres em 3 de Dezembro de 1834.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho

Jozé de Araujo Ribeiro

ÍNDICE CRONOLÓGICO

Data crônica			Data tópica	Tipo documental	Número do documento na dissertação	Página
1831	jun	22	Londres	Ofício ostensivo	1	3
	ago	03	Londres	Ofício ostensivo	2	5
	set	07	Londres	Ofício ostensivo	3	7
		21	Londres	Ofício ostensivo	4	8
		21	Londres	Ofício reservado	5	9
	out.	21	Londres	Ofício reservado	6	10
		05	Londres	Ofício ostensivo	7	11
		19	Londres	Ofício ostensivo	8	13
	nov.	02	Londres	Ofício ostensivo	9	15
		16	Londres	Ofício ostensivo	10	17
	dez.	07	Londres	Ofício ostensivo	11	19
1832	jan.	18	Londres	Ofício reservado	12	20
	fev.	08	Londres	Ofício reservado	13	22
		08	Londres	Ofício ostensivo	14	23
	abr.	04	Londres	Ofício ostensivo	15	24
		18	Londres	Ofício ostensivo	16	25
	jun.	20	Londres	Ofício ostensivo	17	26
	jul.	04	Londres	Ofício ostensivo	18	27
		14	Londres	Ofício ostensivo	19	28
	jul.	18	Londres	Ofício ostensivo	20	30
	ago.	08	Londres	Ofício ostensivo	21	32
	set.	19	Londres	Ofício ostensivo	22	33
	out.	03	Londres	Ofício ostensivo	23	35
		03	Londres	Ofício ostensivo	24	35
	dez.	05	Londres	Ofício ostensivo	25	36
1833	jan.	02	Londres	Ofício reservado	26	38
		02	Londres	Ofício reservado	27	39
		05	Londres	Ofício ostensivo	28	40
	fev.	06	Londres	Ofício ostensivo	29	42
	mar.	09	Londres	Ofício reservado	30	45
		09	Londres	Ofício ostensivo	31	46
		09	Londres	Ofício ostensivo	32	46
	abr.	04	Londres	Ofício ostensivo	33	49
		04	Londres	Ofício reservado	34	50
		04	Londres	Ofício reservado	35	52
	mai.	08	Londres	Ofício ostensivo	36	54
		08	Londres	Ofício reservado	37	55
		08	Londres	Carta	37 (Anexo I)	56

	08	Londres	Oficio reservado	38	58
	08	Londres	Oficio reservado	39	59
	16	Londres	Carta	41 (Anexo I)	63
	25	Liverpool	Carta	41 (Anexo II)	64
jun.	05	Londres	Oficio ostensivo	40	60
	05	Londres	Oficio reservado	41	62
	25	Porto	Lista (Mapa)	43 (Anexo I)	69
jul.	04	Londres	Oficio reservado	42	65
	04	Londres	Oficio reservado	43	69
ago.	07	Londres	Oficio reservado	44	71
	07	Londres	Oficio ostensivo	45	78
set.	04	Londres	Oficio ostensivo	46	80
out.	02	Londres	Oficio ostensivo	47	82
	03	Londres	Oficio reservado	48	84
	26	Lisboa	Carta	50 (Anexo I)	89
nov.	02	Lisboa	Carta	50 (Anexo II)	90
	02	Lisboa	Carta	50 (Anexo III)	92
	06	Londres	Oficio ostensivo	49	84
	09	Lisboa	Carta	50 (Anexo IV)	94
	16	Lisboa	Carta	50 (Anexo V)	97
	16	Lisboa	Carta	50 (Anexo VI)	100
	20	Lisboa	Carta	50 (Anexo VII)	103
dez.	01	Lisboa	Carta	51 (Anexo I)	105
	04	Londres	Oficio reservado	50	86
	05	Londres	Oficio reservado	51	105
	07	Lisboa	Carta	52 (Anexo I)	110
	07	Lisboa	Carta	52 (Anexo II)	113
	18	Lisboa	Carta	52 (Anexo III)	117
1834 jan.	07	Lisboa	Carta	53 (Anexo I)	122
	08	Londres	Oficio reservado	52	107
	11	Lisboa	Carta	53 (Anexo II)	124
	31	Lisboa	Carta	55 (Anexo I)	128
fev.	05	Londres	Oficio reservado	53	119
	08	Lisboa	Carta	55 (Anexo II)	129
	15	Lisboa	Carta	55 (Anexo III)	132
	18	Falmouth	Carta	54	127
	19	Lisboa	Carta	55 (Anexo IV)	134
	22	Lisboa	Carta	55 (Anexo V)	137
mar.	05	Londres	Oficio reservado	55	127

	15	Lisboa	Carta	56 (Anexo I)	141
	15	Lisboa	Carta	56 (Anexo II)	144
	22	Lisboa	Carta	59 (Anexo I)	153
	29	Lisboa	Carta	59 (Anexo II)	155
abr.	02	Londres	Ofício reservado	56	139
	12	Lisboa	Carta	59 (Anexo III)	156
	15	Londres	Ofício ostensivo	57	146
	17	Lisboa	Carta	59 (Anexo IV)	159
	20	Lisboa	Carta	59 (Anexo V)	161
mai.	03	Lisboa	Carta	61 (Anexo I)	169
	07	Londres	Ofício ostensivo	58	149
	07	Londres	Ofício reservado	59	150
	17	Lisboa	Carta	63 (Anexo I)	173
	24	Lisboa	Carta	63 (Anexo II)	176
jun.	01	Lisboa	Carta	63 (Anexo III)	178
	04	Londres	Ofício ostensivo	60	164
	04	Londres	Ofício reservado	61	167
	09	Lisboa	Carta	63 (Anexo IV)	181
	09	Lisboa	Carta	63 (Anexo V)	182
	13	Londres	Ofício ostensivo	62	171
	14	Lisboa	Carta	63 (Anexo VI)	186
	21	Lisboa	Carta	65 (Anexo I)	193
	28	Lisboa	Carta	68 (Anexo I)	201
jul.	02	Londres	Ofício reservado	63	172
	11	Londres	Ofício ostensivo	64	188
	11	Londres	Ofício reservado	65	191
	14	Londres	Ofício ostensivo	66	196
ago.	06	Londres	Ofício ostensivo	67	198
	06	Londres	Ofício reservado	68	199
set.	08	Londres	Ofício ostensivo	69	204
	08	Londres	Ofício ostensivo	70	207
	08	Londres	Ofício reservado	71	209
out.	08	Londres	Ofício ostensivo	72	211
	08	Londres	Ofício ostensivo	73	212
nov.	22	Londres	Ofício ostensivo	74	217
dez.	03	Londres	Ofício ostensivo	75	218